

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ANELISE RODRIGUES MACHADO DE ARAUJO

**NOTÍCIAS DAS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: AS POLÍTICAS DE
CONTROLE DA NATALIDADE NAS REVISTAS *TIME* E *VEJA* (1960-1979)**

NITERÓI, RJ

2019

ANELISE RODRIGUES MACHADO DE ARAUJO

**NOTÍCIAS DAS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: AS POLÍTICAS DE
CONTROLE DA NATALIDADE NAS REVISTAS *TIME* E *VEJA* (1960-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História do Instituto de História, da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a. Cecília da Silva Azevedo

NITERÓI, RJ

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A658n Araujo, Anelise Rodrigues Machado de
Notícias das relações Brasil-Estados Unidos : As
políticas de controle da natalidade nas revistas TIME e VEJA
(1960-1979) / Anelise Rodrigues Machado de Araujo ; Cecilia da
Silva Azevedo, orientador. Niterói, 2019.
259 f. : il.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGH.2019.d.06837718924>

1. História. 2. Imprensa. 3. Mulheres. 4. Estados Unidos.
5. Produção intelectual. I. Azevedo, Cecilia da Silva,
orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de
História. III. Título.

CDD -

ANELISE RODRIGUES MACHADO DE ARAUJO

**NOTÍCIAS DAS RELAÇÕES BRASIL-ESTADOS UNIDOS: AS POLÍTICAS DE
CONTROLE DA NATALIDADE NAS REVISTAS *TIME* E *VEJA* (1960-1979)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História do Instituto de História, da Universidade
Federal Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Cecília da Silva Azevedo – UFF
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Laura Antunes Maciel – UFF

Prof^ª. Dr^ª. Marlene de Fáveri– UDESC

Prof. Dr. Thaddeus Gregory Blanchette – UFF

Prof. Dr. Alexandre Guilherme da Cruz Alves Junior – UNIFAP

Prof^ª. Dr^ª. Érica Gomes Daniel Monteiro – SEERJ (Suplente)

Prof^ª. Dr^ª. Larissa Moreira Viana – UFF (Suplente)

NITERÓI, RJ
2019

Dedico a Gustavo Daux Ferreira
pelo amor em forma de apoio,
por sonhar e realizar comigo,
pelo *duplismo invexológico*.

AGRADECIMENTOS

Muito mais do que agradecer, gostaria de registrar minha admiração sincera por todas e todos com quem pude contar nos últimos anos, antes e durante a construção deste trabalho.

Minha orientadora, Professora Cecília Azevedo, tem espaço de destaque neste grupo. Não poupou esforços para que essa conquista fosse alcançada, fornecendo-me mais do que orientação acadêmica. Se eu já admirava Cecília por seus escritos e sua competência como historiadora, hoje admiro-a também por sua sensibilidade, empatia e predisposição ao acolhimento e ao diálogo. Um exemplo ímpar do quanto o ambiente acadêmico pode ser produtivo quando é, também, afetuoso.

Na Qualificação deste trabalho, pude contar com as contribuições inigualáveis das Professoras Rachel Soihet e Ismênia Martins. Foi um momento de que jamais me esquecerei, por poder contar com o conhecimento, as orientações e as vivências de duas historiadoras admiráveis. Agradeço, portanto, ao PPGH da UFF por essas e outras oportunidades que tive durante a realização deste curso.

Um trabalho como este é fruto de uma longa trajetória acadêmica. A minha trajetória teve início na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Sou extremamente grata aos professores e colegas com quem convivi ao longo de 6 anos na FAED, durante Graduação e Mestrado.

Minha família é muito unida e amorosa. Sempre admirei, na relação com meus pais, minha irmã, meus avós, tios e tias, primos e primas, a sinceridade do afeto que trocamos entre nós. Durante a construção deste trabalho, minha admiração cresceu ainda mais. Agradeço a todos pelos cuidados e pelo incentivo constante.

Agradeço também aos amigos que me acompanham e trouxeram mais leveza à construção desta Tese. Treice Dornelles, Bruna Moeller e Paulo Battistella, obrigada pelas conversas, pelos ombros amigos e pelos momentos de descontração, tão necessários. Aline Bittencourt e Jorge Luiz Gonçalves, agradeço por compreenderem e cobrirem minhas ausências, de modo que eu conseguisse conciliar a conclusão deste trabalho e as responsabilidades que compartilhamos.

Admiro muito minha mãe, Rogéria, pela força que ela tem e transmite. Sua competência, resolutividade e retidão, cheias de carinho, são exemplos para mim e para Alessandra, minha irmã. Como sempre digo, minha mana é o “melhor presente” que ganhei na vida. Carinhosa, presente, dedicada e amiga, tenho um orgulho enorme da relação de cumplicidade que nós temos e de quem ela é.

Além dessas duas mulheres, dois homens foram imprescindíveis para essa conquista. Meu pai, Luis Augusto, é um verdadeiro paizão, um porto seguro. Cada vez mais, fica evidente para mim o quanto ele é benigno, íntegro, empático, e o quanto isso é raro no mundo. Agradeço ao meu pai e a minha mãe pela valorização da formação intelectual e pelo apoio imensurável aos estudos, que tenho recebido ao longo de toda minha vida.

Ao meu marido, Gustavo, agradeço por ter apoiado, diariamente, minha dedicação a este trabalho. Desde a inscrição no processo seletivo do PPGH/UFF até a entrega final, vivenciei comigo vitórias e dificuldades que só nós dois sabemos. E ainda, fez de tudo para tornar meus dias e noites de pesquisas, estudos e escritas mais confortáveis. Gustavo foi mais do que o companheiro de uma doutoranda: foi ouvinte, leitor, revisor; foi abraço, afago, colo; foi “vai lá”, “vou contigo”, “vai dar certo”. É um privilégio para mim conviver com tanto bom humor, inteligência e generosidade. Agradecer por uma parceria desse nível ainda é muito pouco diante de tudo que recebi.

RESUMO

ARAUJO, Anelise Rodrigues Machado. **Notícias das relações Brasil-Estados Unidos:** as políticas de controle da natalidade nas revistas *TIME* e *VEJA* (1960-1979). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2019.

Este trabalho pretende analisar as reportagens veiculadas pela revista norte-americana *TIME* (1960-1979) e pela revista brasileira *VEJA* (1968-1979) quando os debates acerca do “problema populacional” estamparam capas e ganharam espaço na pauta midiática em ambos países. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento repentino na população mundial, considerado alarmante para os padrões da época. A “explosão demográfica” é frequentemente mencionada pelas fontes documentais na condição de principal responsável pelo cenário caótico de crescimento populacional. Contudo, as demandas de controle desse crescimento foram remetidas, por governantes e especialistas na questão, aos países considerados de Terceiro Mundo, revelando-se então os conteúdos geopolítico, social e econômico dos debates. Foram analisadas as edições semanais das revistas publicadas nas décadas de 1960 e 1970, compreendendo-as como produtos de sujeitos da época e produtoras de práticas discursivas e representações sociais a partir das diferentes apropriações que suscitam. A pesquisa nas revistas apontou para quatro facetas dos debates sobre controle do crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970: as representações sociais presentes nas páginas das revistas acerca das relações entre Brasil e Estados Unidos, incluindo-se tensões e intercooperações sociais, culturais, econômicas e diplomáticas; a interpretação feita à época de que o aumento populacional em países pobres levaria à escassez de alimentos em questão de poucas décadas; a participação dos movimentos feministas brasileiros e norte-americanos nos debates populacionais, especialmente no que se refere ao controle da natalidade recair em controle sobre os corpos das mulheres e na defesa pela liberdade feminina; e os questionamentos, novas descobertas e contestações em torno dos métodos contraceptivos envolvendo Igreja Católica Romana, movimentos feministas e campos da Medicina.

Palavras-chave: História. Imprensa. Relações interamericanas. Mulheres. Controle da natalidade. Pílula.

ABSTRACT

ARAUJO, Anelise Rodrigues Machado. **Notícias das relações Brasil-Estados Unidos:** as políticas de controle da natalidade nas revistas *TIME* e *VEJA* (1960-1979). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2019.

This paper intends to analyze the reports published by the American magazine *TIME* (1960-1979) and the Brazilian magazine *VEJA* (1968-1979), when the debates about the “population problem” got covers and made room in media coverage in both countries. After World War II, there was a sudden increase in the world population, considered alarming by the standards of the time. The demographic explosion of the 1950s is often referred by documentary sources as being primarily responsible for the "chaotic" scenario of population growth. However, the demands for control of this growth were referred by the rulers and specialists in the matter to the considered Third World countries, thus revealing the geopolitical, social and economic contents of the debates. The weekly editions of the magazines published in the 1960s and 1970s were analyzed, considering them as byproducts of subjects of the time and producing discursive practices and social representations from the different appropriations they raise. The research in the magazines pointed to four facets of the debates on population growth control in the 1960s and 1970s: the social representations present in the pages of the magazines about the relations between Brazil and the United States, including social, cultural, economic and diplomatic tensions and intercooperations; the interpretation made at the time that population growth in poor countries would lead to food shortages in a matter of a few decades; the participation of the Brazilian and American feminists movements in population debates, especially with regard to birth control resulting in control over women's bodies and in the defense of women's freedom; and the questionings, new discoveries and contestations around the contraceptive methods involving Roman Catholic Church, feminists movements and fields of Medicine.

Keywords: History. Press. Inter-american relations. Women. Birth control. Pill.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Fotografia da família de Berlino de Andrade
- Figura 2 – Brasil representado por *TIME*
- Figura 3 – Quadros na capa da revista *TIME*
- Figura 4 – Capa da Edição n. 1 da revista *VEJA*
- Figura 5 – Brasil-EUA: Parceiros mais próximos
- Figura 6 – Ilustração gráfica: população mundial de 1650 ao ano 2000
- Figura 7 – Ilustração gráfica: perspectivas para o século XXI
- Figura 8 – Thomas Malthus na revista *TIME*
- Figura 9 – Thomas Malthus na revista *VEJA*
- Figura 10 – “A explosão demográfica”
- Figura 11 – A família em perigo
- Figura 12 – The American Woman
- Figura 13 – The american dream is for men only
- Figura 14 – The Politics of Sex
- Figura 15 – Marcas e dosagens das pílulas anticoncepcionais (EUA, 1967)
- Figura 16 – Pílulas para as mulheres: quem decide?
- Figura 17 – Direito ao aborto: direito de controlar o próprio corpo
- Figura 18 – “Para onde vai a Igreja?”
- Figura 19 – “Rebelião na Igreja Católica”
- Figura 20 – Paulo VI e a contenção da pílula

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BEMFAM – Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil

DIU – Dispositivo Intra-Uterino

EUA – Estados Unidos da América

FDA – *Food and Drug Administration*

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 – “BRASIL-EUA: PARCEIROS MAIS PRÓXIMOS”	34
1.1 Relações interamericanas na revista <i>TIME</i>	34
1.2 História em revista: o caso de <i>VEJA</i>	52
CAPÍTULO 2 – “ATÉ QUANDO CRESCEREMOS?”	68
2.1 “Population, the numbers game”: crescimento populacional.....	68
2.2 Teorias sobre superpopulação em notícias	83
CAPÍTULO 3 – “THE NEW FEMINISM”	99
3.1 “A família em perigo”	99
3.2 “The american woman” e as narrativas feministas	112
CAPÍTULO 4 – A “CRUZADA DA PÍLULA”	134
4.1 “News of the Pill”: medicalização dos corpos das mulheres.....	134
4.2 A pílula na defensiva e a regulação da sexualidade feminina	159
4.3 “O que sabe o Papa?”	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	204
ANEXOS	219
1. Carta Encíclica <i>Populorum Progressio</i>	219
2. Carta Encíclica <i>Humanae Vitae</i>	245

INTRODUÇÃO

Berlino de Andrade e Raimundo Carnaúba são personagens de histórias registradas pela revista norte-americana *TIME* (11/01/1960, p. 19) e pela brasileira *VEJA* (16/11/1983, p. 72), levadas aos leitores por um fato em comum: os dois homens brasileiros eram pais de 36 e 32 filhos, respectivamente. Apesar das poucas linhas dedicadas a eles nos textos das publicações, sabe-se que entre ambos havia ainda outras similitudes.

Berlino estava com 67 anos em 1960 e Raimundo com 73 anos em 1983. Ou seja, tornaram-se notícia quando tinham idades aproximadas, apesar dos 23 anos que os afastavam na idade e nas publicações de suas histórias em *TIME* e *VEJA*. Foram descritos como homens orgulhosos de seus números de filhos, sem demonstrações de arrependimento relação à família numerosa que constituíram.

A narrativa construída pela reportagem de *TIME* sugere que Berlino não se arrependia da quantidade de filhos que gerou e, além disso, apresentava algum nível de negligência em relação aos cuidados para com eles. Descrevendo parte da situação averiguada, a matéria afirma: “Em sua fazenda brasileira, magro e enérgico, Berlino de Andrade, 67 anos, confidenciou aos amigos que havia decidido não ter mais filhos, mesmo estando despreocupado em oferecer suporte aos 36 [filhos] que já gerou”¹ (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 19). Essa suposição de negligência por parte das famílias consideradas pobres ou provenientes de países não tão industrializados quanto os Estados Unidos na metade do século XX, pode ser percebida em posicionamentos

¹ Tradução nossa (como todas as demais que se seguem) do seguinte texto original: “On his Brazilian ranch, lean, energetic Berlino de Andrade, 67, confided to friends that he had decided to have no more children, but was unworried by the problem of supporting the 36 he had already sired.” No decorrer deste trabalho, as citações de matérias da revista *TIME* aparecem no corpo do texto traduzidas para o português. Nas notas de rodapé, estão disponibilizadas as versões originais, em inglês, para melhor fidedignidade na interpretação dos trechos reproduzidos.

políticos de diferentes governos, na atuação de organismos internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONG), e de programas de assistência social voltados para as camadas populares.

Diferentemente de Berlino, que afirmava ter decidido não ter mais filhos, o brasileiro apresentado pela matéria de *VEJA* abstinha-se dessa decisão. Revelando sua visão de mundo² e também sua religiosidade, Raimundo posicionou-se contrário a qualquer iniciativa do governo que tivesse como objetivo o controle da natalidade. Segundo Raimundo, “quem determina o número de filhos é Deus” (Revista *VEJA*, 16/11/1983, p. 72). E a matéria da revista *VEJA* decretou:

Os descendentes do velho Raimundo Carnaúba dificilmente pensarão assim. Ele pertence a um tempo em que muitos filhos significavam mais braços para o trabalho e vem de um mundo governado pela crença de que os pais não podiam determinar o tamanho da sua família. Mais ainda, Carnaúba viveu quase toda a sua vida num país em que, aliadas, a extrema esquerda e a direita nacionalista namoravam a tese de que, quanto mais brasileiros houvesse, melhor – o território estaria integralmente ocupado, para garantia da segurança nacional e aflição de estrangeiros de olhos postos em espaços vazios. Hoje, essas teorias parecem irremediavelmente envelhecidas e o país contempla com inquietação a fâsca do curto-circuito demográfico, convencido de que é preciso evitar a explosão (Revista *VEJA*, 16/11/1983, p. 73).

Além do orgulho de suas famílias numerosas, considerado ultrapassado pelas reportagens das revistas *TIME* e *VEJA*, outra similitude: ambos eram provenientes do meio rural. Berlino era fazendeiro e Raimundo um nordestino “vaqueiro e cangaceiro” (Revista *VEJA*, 16/11/1983, p. 72) que havia aportado numa cidade-satélite de Brasília em 1959, onde tornou-se marceneiro e funcionário público.

² Segundo Peter Burke, partilhar determinadas atitudes é tendência entre grupos sociais. Ao tentar escrever sobre essas atitudes, historiadores considerados marxistas se referem a elas como ideologias. Outros, como os historiadores franceses, preferem tratá-las por mentalidades coletivas. Contudo, o autor explica a seus leitores e leitoras que prefere o termo visões de mundo, por considerá-lo mais neutro e por corresponder melhor ao seu objetivo de fugir das emboscadas de considerações formuladas sem análise (BURKE, 1999, p. 211).

O movimento migratório de Raimundo, do meio rural para o meio urbano, revela um dado demográfico brasileiro da metade do século XX. O início do movimento em massa de êxodo rural resultou numa inversão nos contingentes de concentração populacional nos campos e nas cidades, além da expansão e multiplicação destas. Se em 1950, 70% da população brasileira ocupava os espaços rurais, apenas três décadas depois (1980) este mesmo número passou a se referir à concentração populacional nos espaços urbanos.

A crescente mecanização do campo e declínio da agricultura familiar de subsistência, aliados aos incentivos do governo brasileiro às indústrias de base, sob o prisma do nacional-desenvolvimentismo, contribuíram com o processo de transição demográfica³. De acordo com a historiadora Angela de Castro Gomes:

Assim, pode-se pensar que, entre 1930 e 1960, em termos demográficos, o Brasil passou por dois grandes movimentos que se interceptam e têm impactos geopolíticos, econômicos, sociais e culturais gigantescos. Um deles é o avanço do processo de urbanização, dessa feita combinado ao de industrialização, que deslocou cada vez mais a população do campo para as cidades do sul, especialmente para um novo polo de atração: São Paulo. (...) O outro movimento dá conta dos deslocamentos internos da população através do Brasil, mas tendo como destino não mais o litoral, na medida em que seus alvos passam a ser a Amazônia e o Centro-Oeste (GOMES, 2013, p. 58).

A transferência da capital do Brasil, até então sediada no Rio de Janeiro, para o interior do país foi planejada no decorrer da década de 1950 e concretizou-se com a fundação de Brasília em 21 de abril de 1960. A fundação da nova capital federal compôs esse processo histórico de urbanização e industrialização concomitante a tentativa de desmantelamento da concentração populacional ao longo do litoral brasileiro.

³ Segundo Herbert Klein e Francisco Luna, “o Brasil, após um rápido crescimento populacional na metade do século XX, começou a crescer cada vez mais lentamente até entrar na fase clássica de “transição demográfica”, passando de um país com altos índices de mortalidade e natalidade para uma sociedade com características modernas, de baixos índices de mortalidade e natalidade.” (In: REIS, 2014, p. 36)

Raimundo Carnáuba afirmou para a reportagem da revista *VEJA* que a mudança de Tamboril, interior do Ceará, para a nova capital do país não incorreu em mudanças profundas em seu cotidiano. “Nossa vida se resumiu em muito trabalho e muitos filhos”, disse Raimundo (Revista *VEJA*, 16/11/1983, p. 72). Porém, numa macroanálise, somando-se Raimundo aos demais 27 milhões de brasileiros que migraram do meio rural para o meio urbano (KLEIN & LUNA In: REIS, 2014, p. 44), nas décadas de 1960 e 1970, esse movimento impactou significativamente na composição espacial, político-econômica e sócio-cultural do país.

Conheci a história de Raimundo durante pesquisa realizada para minha dissertação de Mestrado em História (2013). Ao pesquisar nas edições da revista *VEJA* da década de 1980, a capa intitulada “A ameaça da superpopulação” (16/11/1983) chamou-me a atenção. As matérias sobre “como evitar a explosão” (Revista *VEJA*, 21/01/1981, capa) foram recorrentes no periódico brasileiro durante aquela década, observação que me instigou a desenvolver um projeto de pesquisa para recuar no espaço temporal e identificar o processo histórico envolvido na inserção dessa temática na pauta da revista de maior circulação nacional desde o início da década de 1970.

Berlino e Raimundo não foram os únicos brasileiros progenitores de dezenas, segundo as notícias veiculadas pelos semanários *TIME* e *VEJA* nas décadas de 1960 e 1970. Nesse período, publicações em ambas revistas apresentaram números, análises de especialistas e relatos de vida com o intuito de confirmar o que difundiam em muitas de suas páginas: a população mundial não parava de crescer, constatação considerada ainda mais alarmante nos países com maiores índices de pobreza, como o Brasil.

Este trabalho analisa as reportagens veiculadas pela revista norte-americana *TIME* (1960-1979) e pela revista brasileira *VEJA* (1968-1979) quando os debates acerca do “problema populacional” estamparam capas e ganharam espaço na pauta midiática

em ambos países. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento repentino na população mundial, considerado alarmante para os padrões da época. A revista *TIME* expôs essa constatação em matéria publicada em 1968:

O que parece ser determinante é a mudança no jeito de efetuar o planejamento familiar. Após a I Guerra Mundial, a família ideal tornou-se de dois filhos (“um menino para você, uma menina para mim”). Durante a Depressão, a difícil realidade econômica pressionou a taxa de natalidade. Após a Segunda Guerra Mundial, a moda da família numerosa, com três, quatro ou mais filhos, atingiu seu pico em 1947 e continuou por uma década inteira⁴. (Revista *TIME*, 08/03/1968, p. 25)

A explosão demográfica dos anos 1950 é frequentemente mencionada pelas fontes documentais na condição de principal responsável pelo cenário “caótico” de crescimento populacional. Contudo, as demandas de controle desse crescimento foram remetidas, por governantes e especialistas na temática, aos países considerados de Terceiro Mundo, relevando-se então os conteúdos político, social e econômico dos debates.

Com isso, o discurso favorável ao controle da natalidade nessas regiões trouxe à tona no Brasil um novo tratamento para questões até então consideradas de foro íntimo. As práticas contraceptivas, antes transmitidas de forma privada, tornaram-se alvo de políticas públicas e passaram a ser discutidas nas páginas da imprensa periódica. A busca pela redução do número de filhos, especialmente por parte dos casais brasileiros, foi uma novidade ocorrida a partir da década de 1960. Afinal, durante a primeira metade do século XX foi predominante no Brasil a ideia de que era preciso povoá-lo, ocupando todos os seus espaços territoriais.

⁴ What seems to be determinant is changing fashions in family planning. After World War I, the ideal family became set at two children (“a boy for you, a girl for me”). During the Depression, hard economic realities held down the birth rate. After World War II, the vogue for large families, with three, four or more children, peaked in 1947 and continued for a full decade.

Através da proteção à maternidade, especialmente observada em leis e práticas médicas, incentivou-se a manutenção das famílias numerosas num país onde ainda prevalecia o perfil rural. Com o transcorrer dos anos de 1950 e os crescentes processos de urbanização e modernização, passou-se a discutir que para as classes médias que se estabeleciam no espaço das cidades, devido às lógicas de sobrevivência e consumo tão diferentes do meio rural, a expectativa da família numerosa era insustentável.

Em meio a esse processo, ocorreu a chegada ao Brasil do dispositivo intrauterino (DIU) e dos contraceptivos orais (pílula), considerados métodos mais seguros de contracepção. Na contramão do que ocorria nos países europeus, onde após a Segunda Guerra Mundial as políticas natalistas tomavam força, houve a ampla divulgação desses métodos anticoncepcionais nos países do chamado Terceiro Mundo. Desde 1961, a partir da inserção do assunto “crescimento populacional” na lista de temas debatidos pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), o fomento às políticas internacionais para redução da população passou a considerar que uma estreita relação entre aumento da natalidade e dos índices de pobreza. A preocupação com a “bomba demográfica” tornou-se pauta constantemente acionada para afirmar que o crescimento populacional desenfreado acarretaria no empobrecimento dos países. Em tempos de Guerra Fria, acreditava-se que esse aumento da pobreza conduziria também à propensão comunista – interpretação que mobilizou o governo norte-americano (PEDRO, 2003, p. 242).

O período de 1960 a 1980 revelou um movimento de transição demográfica, quando ocorreram quedas nas taxas de natalidade e mortalidade. A primeira, deve-se em grande parte pelos debates analisados neste trabalho. A segunda, principalmente devido às novas práticas médicas e descobertas científicas, que resultaram num aumento da longevidade de população. Do ponto de vista conceitual, observa-se, pois, que controle

da natalidade é diferente de controle populacional, já que este implica em alteração da taxa de crescimento de uma população humana, podendo para isso utilizar-se de métodos relacionados à taxa de natalidade ou mortalidade.

Apesar das referências frequentemente apresentadas pelas fontes documentais aos dados demográficos, não é pretensão deste trabalho elaborar uma História Demográfica. Segundo Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Pérez Brignoli, “a história demográfica procura associar o método estatístico, os conceitos e a problemática da demografia à crítica histórica das fontes e à perspectiva do historiador, atento para a especificidade das diferentes sociedades e épocas” (2002, p. 126). Ao invés disso, este trabalho relaciona as fontes documentais através de seus discursos, elabora um balanço historiográfico e procura reconstituir uma narrativa à luz das culturas políticas.

Durante a Guerra Fria, e especialmente após a Revolução Cubana, os Estados Unidos subvencionaram programas de desenvolvimento interno e controle do crescimento populacional em países da América Latina. Afinal, acreditava-se que a superpopulação nos países do Terceiro Mundo levaria ao aumento da pobreza e, conseqüentemente, à expansão comunista (PEDRO, 2003, p. 242). Nos EUA houve discussão pública do assunto por autores importantes no campo feminista desde a década de 1920, como Emma Goldman. As práticas contraceptivas foram inclusive proibidas em certo momento.

Em janeiro de 1960, a reportagem da revista *TIME* que relatou histórias como a do brasileiro Berlino de Andrade trouxe à tona a perspectiva de que os Estados Unidos deveriam lançar mão da ajuda externa⁵, e de sua posição de país mais avançado, para auxiliar os países pobres diante do crescimento populacional desenfreado.

⁵ “O termo “ajuda externa” é geralmente definido, grosso modo, como sendo o fluxo de recursos técnicos e financeiros do mundo desenvolvido para o mundo subdesenvolvido. (...) Em síntese, a assistência internacional, em sua forma básica, consiste num fluxo de recursos entre governos.” (RIBEIRO, 2006, p. 153)

Convencidos - ou pelo menos abalados - pelos avisos, um número crescente de especialistas e leigos argumentam que o controle da mortalidade deve ser compensado pelo controle de natalidade. Em julho de 1959, o Comitê Presidencial de estudos sobre ajuda externa dos Estados Unidos, liderado pelo Major William Draper, recomendou que o país ajude as nações mais pobres a criarem programas de controle de natalidade (...) (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 20)⁶.

Principalmente durante a década de 1960, com o início das vendas das pílulas anticoncepcionais, houve na América Latina um embate entre grupos antinatalistas e anticontrolistas. Entre os anticontrolistas estiveram membros da Igreja Católica e de movimentos de cunho nacionalista. Partes desses grupos não apoiavam o intervencionismo do Estado no planejamento dos tamanhos das famílias e, particularmente para setores do movimento feminista, nos corpos das mulheres. O movimento feminista da Segunda Onda, compreendido aqui como plural e heterogêneo, adotou diferentes posturas. O ponto central do debate feminista era o direito das mulheres de decidir, e o direito à igualdade.

Já os antinatalistas apoiavam-se em estatísticas, que iam desde o perigo da superpopulação num futuro próximo ao número de abortos realizados, para exaltar a necessidade de programas que controlassem as taxas de natalidade dos países não “desenvolvidos”. Sob esse viés, nas décadas de 1960 e 1970 a presença das políticas americanas para o *birth control* no Brasil foi fortalecida e os principais argumentos em sua defesa, tais como a liberdade de consumo – apesar da intervenção estatal, e a estabilidade da família nuclear, ecoaram pela imprensa periódica do maior país sul-americano.

⁶ Convinced – or at least shaken – by those warnings, increasing numbers of experts and nonexperts argue that death control must be offset by birth control. In July 1959, a presidential committee to study U.S. foreign aid, headed by Major General William Draper, implicitly recommended that the U.S. should help poorer nations set up birth control programs (...).

Vale ressaltar que os Estados Unidos são uma sociedade complexa, o que transcende à perspectiva de análise puramente imperialista que enfoca nas ações de intervenção e domínio (JUNQUEIRA, 2005, p. 10). Deste modo, não é possível atribuir aos americanos qualquer forma de conduta homogênea em termos de posicionamentos político-culturais. Da mesma maneira, observa-se na historiografia a multiplicidade de paradigmas acadêmicos dedicados aos estudos e produções narrativas sobre as relações interamericanas (AZEVEDO, 2011). Não há, pois, unicidade; nem nos fatos, nas representações sociais, nos comportamentos políticos, nem nos caminhos possíveis para interpretá-los.

A reportagem da revista *TIME* que trouxe a família de Berlino a público, intitulada “População: o jogo dos números”⁷, foi a primeira da revista norte-americana nos anos 1960 a abordar aquilo que considerava riscos de uma explosão populacional. Em tom preocupado e de denúncia, as quatro páginas da matéria dedicada ao assunto realizaram um apanhado do problema no âmbito mundial. Reivindicou-se ainda, maior recorrência na pauta pública:

Um tópico muito debatido entre os especialistas, que tem utilizado o jargão “explosão populacional”, o surpreendente aumento da taxa de reprodução da humanidade no século XX pode ser tão fatídico à História quanto a bomba de hidrogênio e o Sputnik, mas recebe menos atenção pública⁸ (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 19).

Por tal colocação, a revista *TIME* transpareceu sua interpretação acerca da “explosão populacional” que, retratando-a como um *fato histórico* relevante, deveria ser reconhecido como tal pela opinião pública.

⁷ Population: the numbers game.

⁸ Long a hot topic among pundits, whose jargon phrase for it is "the population explosion," the startling 20th century surge in humanity's rate of reproduction may be as fateful to history as the H-bomb and the Sputnik, but it gets less public attention.

No mundo ocidental, nem sempre as famílias foram compreendidas como um meio sobre o qual o Estado poderia interferir. Michel Foucault aponta uma ruptura ocorrida quando, entre os séculos XVI e XVIII, houve uma redefinição nos modelos políticos (1986, p. 277). Antes disso, era comum os príncipes receberem conselhos sobre como reforçar e proteger seu principado, conforme exemplifica a obra *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel. A obra de Maquiavel, datada do século XVI, é tomada por Foucault como um tratado que versava sobre a habilidade de conservar seu território e sua população.

Ao mesmo passo, a literatura anti-Maquiavel, escrita após *O Príncipe*, é analisada pelo autor como um indício das mudanças que colocaram em cena a arte de governar (1986, p. 280). A partir dessa ruptura, verificada na pluralidade das formas de governo, de acordo com Foucault, estabeleceu-se uma continuidade na arte de governar o indivíduo, a família e o Estado, tanto na direção ascendente quanto descendente.

Partindo de constatações que ponderam que um Estado bem governado exemplifica para as famílias como exercer a arte de governar e que esse exemplo se estende aos indivíduos; ou de que para bem governar um Estado, o indivíduo deve primeiro governar-se e governar sua família, o autor explicita que o elemento central desse sistema é o governo da família. Logo, “a pedagogia do príncipe assegura a continuidade ascendente da forma de governo; a polícia, a continuidade descendente” (FOUCAULT, 1986, p. 281). Ocorreu, deste modo, a instrumentalização da família nos Estados modernos:

Em outras palavras, até o advento da problemática da população, a arte de governar só podia ser pensada a partir do modelo da família, a partir da economia entendida como gestão da família. (...) Este deslocamento da família no nível de modelo para o nível de instrumentalização me parece absolutamente fundamental, e é a partir da metade do século XVIII que a família aparece nesta dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação, etc. (FOUCAULT, 1986, p. 289)

A família, compreendida como um elo entre Estado e indivíduo, passou a ser um dos principais instrumentos de gestão da população. Concomitantemente, tornou-se um objeto constante de governo, sendo, portanto, normalizada para adequar seus indivíduos à disciplina. Afinal, “gerir a população significa geri-la em profundidade, minuciosamente, no detalhe” (FOUCAULT, 1986, p. 291). Assim também entende Jacques Donzelot, quando afirma que o Estado se apoia na família para assegurar a ordem pública (2001, p. 51).

Conforme Alfredo Veiga-Neto, o poder disciplinar age de tal modo que adapta os indivíduos à norma e, além disso, opera-se dentro de naturalizações que facilitam a sua própria ação. Isso é possível, segundo o autor, porque o corpo disciplinado torna-se um corpo condicionado a obedecer, tornando-se o centro de uma teia discursiva que o envolve em obrigações. Assim, “a disciplina funciona minimizando a força política e maximizando a força útil ou de trabalho” (VEIGA-NETO, 2000, p. 32). Deste modo, a gestão da população encontra um terreno propício para se efetivar.

Michel Foucault sugere que as políticas de disciplina podem ser percebidas em três fases. Nesta periodização, compreendida entre os séculos XVIII e XX, o autor expõe a chamada biopolítica da população. Através dela, quando constatada a existência de práticas sociais consideradas inadequadas pelos saberes científicos, há a condenação das mesmas para que, no segundo momento desse período, um conjunto de ideias seja formulado no intuito de corrigir os desvios à norma. No terceiro momento, são criadas instituições públicas e privadas com o objetivo de intervir no cerne das relações e hábitos sociais (FOUCAULT, 1986, p. 275).

As instituições criadas no terceiro momento da biopolítica podem ser compreendidas, segundo Donzelot, de acordo com a lógica da polícia. “Não no sentido

restritivamente repressivo que lhe atribuímos atualmente, mas segundo uma acepção mais ampla englobando todos os métodos de desenvolvimento da qualidade da população e da potência da nação” (DONZELOT, 2001, p. 12).

A periodização proposta por Foucault acerca da biopolítica não corresponde ao processo histórico brasileiro. No Brasil, conforme assegura Costa, a intervenção normativa foi praticada apenas a partir do final do século XIX, quando o país necessitava que sua população estivesse apta ao trabalho e, portanto, ao consumo. Afinal, “a normalização médica da família brasileira operou-se em estreita correspondência com o desenvolvimento urbano e a criação do Estado nacional” (COSTA, 2004, p. 52). Com isso, num momento de inserção do país na ordem capitalista, a gestão da população deveria operar sem comprometer as liberdades individuais, base da ideologia liberal.

Ao elaborar uma análise em torno dos conceitos cunhados por Foucault, Edgardo Castro indica que envolvidos nesses deslocamentos entre biopolítica e disciplina estão os problemas expostos pelo liberalismo e pela racionalização dos problemas sociais (2009, p. 59-60). Neste sentido, a gestão da população centra-se na biopolítica na medida em que esta tem a população como seu alvo. A disciplina, no entanto, toma o corpo, o indivíduo, por objeto de seus discursos e de suas práticas.

A base do pensamento filosófico de Michel Foucault está nas investigações sobre arqueologia do saber e ordem do discurso. Para Foucault, saber nenhum é neutro: os discursos que geram, expressam os saberes não são neutros.

A imprensa periódica, em seu trabalho de leitura, releitura e reprodução dos acontecimentos, transmite ao público leitor a sensação de que sua interpretação é imparcial e adequada à “realidade de como os fatos ocorreram” (CRUZ & PEIXOTO, 2007). Essa operação, longe de ser mera transmissora de enunciados e representações

sociais – posto que é, sobretudo, produtora – é sempre perpassada por subjetividades. Apesar delas, no decorrer do século XX as mídias impressas tornaram-se a principal referência daqueles que buscavam informar-se e, conseqüentemente, teve participação ativa na formação de memórias históricas. No que tange à historiografia brasileira, os trabalhos de Edgar de Decca e Carlos Alberto Vesentini introduziram a discussão sobre a constituição da memória histórica como integrante do exercício do poder e da produção de versões históricas (DECCA & VESENTINI, 1977).

Ao analisar o conceito de representação de Roger Chartier, a historiadora Mary Anne Junqueira afirma que “para este autor, as representações não são discursos neutros, uma vez que produzem estratégias e práticas sociais” (JUNQUEIRA, 2005, p. 19). Essa intenção estratégica e subjetiva de produção de práticas sociais é perceptível em matérias publicadas pelas revistas *VEJA* e *TIME*, tal como no trecho da revista *TIME* publicado em 1960 (11/01/1960, p. 19). No trecho, está presente tanto a concepção de que o debate populacional é fatídico à História da humanidade; quanto a suposição da necessidade de tomar espaço na opinião pública e adentrar nos lares e nas práticas cotidianas das famílias, deixando de ser tema debatido apenas por especialistas.

Ao considerar-se uma revista um documento, ou seja, uma possibilidade de apreender-se a História por meio da imprensa, deve-se perceber que é elaborada por sujeitos históricos ativos, imersos em um contexto específico e que não estão isentos de seus respectivos discursos. Para o historiador Carlos Bacellar, “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou órgão que o escreveu” (BACELLAR In: PINSKY, 2006, p. 63).

Na perspectiva de Michel Foucault, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2008, p. 10). Portanto, Foucault

afirma que o discurso não só *diz*, como também *é* e *faz*. Assim, o discurso é o que determina as palavras que aparecem nas reportagens publicadas pelas revistas e as outras práticas que elas podem gerar a partir de sua enunciação.

Além disso, ao se travar uma análise do discurso, Foucault afirma que o autor não deve ser entendido simplesmente como aquele que escreve o texto, “mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2008, p. 26). Tal ponderação está em consonância com a afirmação de que “documento algum é neutro”, ao passo que possui as marcas de quem o produziu e para quem é endereçado.

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2008, p. 08).

Logo, quando se trata da produção do discurso, o que está em jogo é a capacidade de formulação e de propagação do mesmo. O discurso midiático é, sem dúvidas, um produtor de discursos, inclusive por visar esta posição. Para Michel Foucault, são os discursos que exercem seu próprio controle.

Parte da família de Berlino foi registrada em fotografia e apresentada numa das páginas da revista *TIME*. Registros como esse representam mais do que mera ilustração do que seria uma família numerosa. São monumentos que possuem a função de lembrar como as famílias apresentam-se em seus momentos de intimidade (MAUAD, 2017, p. 156) e, quando publicadas na imprensa periódica, compõem a ordem do discurso.

Na fotografia publicada em *TIME* (11/01/1960, p. 21), o pai da família, e notadamente também o homem mais velho, posiciona-se no centro, em pé, rodeado pela prole. O espaço é tipicamente rural, representado pela construção ao fundo e pela

presença de animais. A fotografia dialoga com o texto da matéria, voltado para uma caracterização de quem seriam esses casais geradores de famílias tão numerosas: em geral, pobres, muitos ainda habitantes do meio rural, considerados negligentes e vivendo “em atraso” em relação ao estilo de vida moderno.

Figura 1 – Fotografia da família de Berlino de Andrade



(Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 21)

Para isso, foram analisadas as edições semanais das revistas *TIME* e *VEJA* publicadas durante as décadas de 1960 e 1970, compreendendo-as como produtos de sujeitos da época e produtoras de práticas e representações sociais a partir das diferentes apropriações que suscitam.

Do ponto de vista teórico-metodológico, considera-se que a pesquisa histórica é permeada por intencionalidades e subjetividades inerentes a quem a produz, e incidentes sobre a narrativa a ser produzida. O domínio de aspectos teóricos da disciplina torna-se, pois, fundamental para a elaboração do método histórico. Segundo Michel de Certeau (2006), o historiador escreve de um lugar específico e sua narrativa possui as marcas desse lugar. Deste modo, historiadoras e historiadores são também partícipes da construção histórica, sendo responsáveis pela evocação das questões a partir do presente

e pela análise e questionamento das evidências e eventos a partir das fontes disponíveis. Trata-se, pois, de um processo que seleciona, reorganiza, atribui sentidos e elabora uma História sempre passível de ser reelaborada, num processo bastante semelhante ao empreendido por sujeitos sociais no momento de produção das próprias fontes documentais, sejam elas documentos escritos, audiovisuais, etc.

Segundo o historiador Elias Thomé Saliba (2009), a busca da autenticidade daquilo que remete ao passado deve considerar que não será uma experiência de finitude. Ou seja, Saliba sugere que, apesar da reconstituição “verídica” do passado ser impossibilitada pelas diferentes subjetividades suscitadas nos sujeitos em seus diferentes tempos, historiadoras e historiadoras devem manter seu comprometimento com aquilo que apresentam os vestígios do que se foi.

Frente a isso, o tratamento teórico-metodológico ao qual as fontes documentais são submetidas faz com que a investigação histórica torne-se legitimamente extemporânea, reconhecendo-se como tal e, apesar disso, assumindo sua própria influência sobre a narrativa que visa construir. Essa perspectiva de que passado e presente se complementam durante a produção historiográfica é concebida a partir de textos fundadores da Escola dos Annales. Entre eles, está a obra *Apologia da História: ou o Ofício do Historiador*, escrita por Marc Bloch na década de 1940. O livro dá conta de que o objeto da História não deve ser passado, e sim o “homem” no tempo (2001). Além disso, Marc Bloch defendeu, em seu tempo, que o conhecimento histórico era construído a partir de vestígios porque historiadores e historiadoras não possuíam contato direto com seu objeto de estudo. Para o autor, a observação histórica tem “como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser, (...) um conhecimento através de vestígios” (BLOCH, 2001, p. 73).

Resultado de um momento mais recente da Historiografia em relação ao descrito por Bloch, este trabalho foi escrito sob a perspectiva da História do Tempo Presente. Sabe-se que muitas das questões, das décadas de 1960 e 1970, mobilizadoras das relações interamericanas ainda estão em aberto, bem como os discursos voltados às políticas populacionais e às relações de poder, especialmente àquelas perpassadas por relações de gênero, envolvidas nos debates sobre controle da natalidade e métodos anticoncepcionais. Os movimentos feministas, as ciências médicas e a Igreja cristã também participam ativamente e encampam muitas disputas relacionadas a tais questões.

A História é escrita por historiadores e historiadoras, pessoas de seus devidos tempos, o que significa que toda produção historiográfica é evocada por questões do presente. Este trabalho trata de uma História do Tempo Presente porque discute teórico-metodologicamente com uma “desmontagem” do *espaço de experiência* e, principalmente, do *horizonte de expectativas*, ao perceber o modo como o cenário internacional, noticiado por *TIME* e *VEJA*, adaptou-se às previsões de uma iminente explosão populacional em futuro próximo.

Pode-se afirmar que sem esse horizonte de expectativas relacionado às políticas populacionais, debatidas de modo cada vez mais incisivo na segunda metade do século XX, decorreu de dados matemáticos e prospectivas em relação ao crescimento populacional que parecia infinito – contudo, que ocorreria num mundo com recursos finitos. Espaço de experiência e horizonte de expectativa “são duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006, p. 308).

Sobre esse par de conceitos, Reinhart Koselleck afirma que “não propõe uma alternativa, não se pode ter um sem o outro: não há expectativa sem experiência, não há

experiência sem expectativa” (2006, p. 307). Tratando-se de duas categorias históricas indissociáveis, essa amarração entre espaço de experiência e horizonte de expectativas fundamenta um tempo histórico que não é traduzido simplesmente por suas expressões. São, pois, possibilidades de abordagem histórica. “Em outras palavras: todas as histórias foram constituídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem. Com isso, porém, ainda nada dissemos sobre uma história concreta – passada, presente ou futura” (KOSELLECK, 2006, p. 306). Trata-se do ofício de historiadores e historiadores debruçar-se sobre essas questões. Nada do que foi arquivado no passado foi feito inocentemente – as evidências em seu próprio tempo são fabricadas. Ainda analisando os modos de se fazer essa arte da (re)invenção das experiências, pode-se perceber que “os documentos históricos são tomados como pistas através das quais se tenta rastrear o momento desta invenção, os interesses que estavam na raiz de dado acontecimento, os conflitos e as contradições que levaram à sua emergência” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 24). Nesta perspectiva, as fontes documentais são carregadas de escolhas e opiniões de quem as elaborou.

Tendo isso em vista, entende-se que não somente a narrativa histórica, mas a própria salvaguarda de documentos é permeada por subjetividades e intencionalidades do tempo presente. Assim, “os documentos históricos são tomados como pistas através das quais se tenta rastrear o momento desta invenção, os interesses que estavam na raiz de dado acontecimento, os conflitos e as contradições que levaram à sua emergência” (ALBUQUERQUE, 2007, p. 24). Nesta perspectiva, as fontes históricas são carregadas de escolhas e opiniões de quem as elaborou, mas também daqueles que escolheram inseri-las em arquivos e acervos especializados, para salvaguarda de suas versões.

Desta forma, ao se utilizar as revistas como fontes documentais históricas, numa tentativa de reconstituição do passado, nota-se que esta empreitada passa pela afirmação

de Pierre Nora de que a memória que não existe mais; precisando, portanto, de suportes exteriores – no caso, acervos, *lugares de memória*. Afinal, “se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos a necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história”. Os *lugares de memória* utilizados por este trabalho encontram-se em ambiente virtual⁹.

De acordo com Pierre Nora, os *lugares de memória* são provenientes da vontade de memória (NORA, 1993, p. 13), de um desejo que Andreas Huyssen garante estar mundialmente num processo de crescimento desde o pós-Segunda Guerra Mundial (HUYSSSEN, 2000, p. 11), o que se confirma com a proliferação dos acervos históricos *on-line* no tempo presente (ano-base: 2018). Para François Hartog, a queda do muro de Berlim em 1989 fez com que os modos como a sociedade tratava seu passado fosse alterada de forma brusca (HARTOG, 2006. p. 261-273.). Esses modos de lidar com o passado são chamados pelo autor de *regime de historicidade*, sendo capaz de nos colocar entre um desejo de amnésia e de (lugar de) memória de acordo com aquilo que nos aflige.

No intuito de dar conta desses aspectos metodológicos, alguns procedimentos foram adotados durante as pesquisas nas edições das revistas *TIME* e *VEJA*. Em seus respectivos acervos digitais, ambas publicações permitem a consulta a cada edição da revista, aglutinadas num formato de linha do tempo. Ao clicar-se numa edição, é possível “folheá-la” virtualmente, tal como numa revista impressa. As matérias convergentes com os objetivos da pesquisa que fundamentou a construção deste trabalho foram selecionadas desse modo.

Através das reportagens catalogadas, organizadas e analisadas, percebeu-se a constituição de um acervo documental singular que (re)constrói uma rede discursiva

⁹ Acervo digital da revista TIME disponível em: <<http://time.com/vault>>. Acesso em: fevereiro/2018.
Acervo digital da revista VEJA disponível em: <<http://acervo.veja.abril.com.br>>. Acesso em: fevereiro/2018.

acerca dos debates ocorridos no Brasil e nos Estados Unidos sobre controle da natalidade – em seus vieses públicos e privados. O uso da imprensa na condição de fonte documental histórica, por exemplo, possibilita à produção historiográfica que se delineie tanto as representações sociais que permeiam as questões consideradas de foro íntimo, tais como os métodos contraceptivos melhor aceitos por mulheres e/ou casais, quanto que se tenha contato com as relações de poder que constituem o meio social e que fundamentam as culturas políticas.

A pesquisa nas revistas *TIME* e *VEJA* apontou para quatro facetas dos debates sobre controle do crescimento populacional nas décadas de 1960 e 1970. Ao todo, foram a pesquisa foi efetuada em 590 edições da revista *VEJA* e 1.040 edições da revista *TIME*, totalizando 1.630 edições de ambas revistas. Cada uma das quatro facetas observadas e supracitadas será analisada num capítulo deste trabalho. Por questão estilística, optou-se por utilizar títulos de matérias na intitulação de alguns capítulos, mantendo o idioma inglês no caso dos títulos da revista *TIME* e o português ao fazer referência às chamadas de matérias da *VEJA*.

No Capítulo 1, serão analisadas as representações sociais presentes nas páginas das revistas acerca das relações entre Brasil e Estados Unidos, incluindo-se dissensos e intercooperações sociais, culturais, econômicas e diplomáticas, e apresentando um balanço historiográfico acerca das relações interamericanas.

Já no Capítulo 2, será abordada a interpretação feita à época de que o aumento populacional em países pobres era um problema mundial e que levaria à uma multidão de famintos em questão de poucas décadas.

A participação do movimento feminista nos debates populacionais, especialmente no que se referia ao controle da natalidade recair em controle sobre os corpos das mulheres e na defesa pela liberdade feminina, será analisada no Capítulo 3.

Tangenciando as tensões da relação entre Ciência e Religião, o Capítulo 4 colocará em cena os questionamentos, novas descobertas e contestações em torno dos métodos contraceptivos, especialmente a pílula anticoncepcional, envolvendo campos da Medicina, movimentos feministas e a Igreja Católica Romana.

CAPÍTULO 1 – “BRASIL-EUA: PARCEIROS MAIS PRÓXIMOS”

1.1 Relações interamericanas na revista *TIME*

“Se os EUA perderem a Guatemala, a Costa Rica e a ilha de Cuba, nada acontece. Mas se perder o Brasil, perde o equilíbrio de poder na América Latina”¹⁰ (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 24). Essa afirmação, feita por Hernane Tavares de Sá, brasileiro e chefe de informações públicas da ONU naquele ano, foi publicada pela revista *TIME* numa extensa¹¹ reportagem sobre o Brasil. A afirmação procurava expor que o Brasil deveria ser valorizado pelo governo dos Estados Unidos por ser peça-chave na América Latina. Explicitou ainda, que a política externa norte-americana intencionava manter supremacia nas relações com os países latino-americanos.

Para compreender essa preocupação veiculada por *TIME* em relação à manutenção “do equilíbrio de poder na América Latina”, pelos Estados Unidos, é preciso destacar o arsenal discursivo sobre as relações interamericanas no início da década de 1960. Primeiramente, observa-se que esse desassossego é apresentado pela revista como compartilhado por brasileiros, como Sá, e norte-americanos, como Adlai Stevenson¹². Assim, seria como se o interesse no exercício pleno da força político-econômica dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos fosse interesse em comum em suas classes políticas, anulando outras formas de entendimento e de

¹⁰ If the U.S. loses Guatemala, Costa Rica and the island of Cuba, nothing very much happens. But if you lose Brazil, you lose the balance of power in Latin America.

¹¹ A matéria ocupou 5 páginas, uma quantidade elevada para os padrões editoriais da revista. Normalmente, as matérias veiculadas por *TIME* eram curtas, com objetivo de informar o leitor brevemente sobre assuntos diversos, com pouco aprofundamento sobre eles.

¹² O político democrata Adlai Stevenson é citado na matéria veiculada por *TIME* em 30 de junho de 1961. Derrotado por Eisenhower nas eleições presidenciais em 1952, chegou a concorrer com Kennedy para representar o Partido Democrata novamente, em 1960. Foi embaixador na ONU no governo Kennedy (AZEVEDO, 2007, p. 45).

representações sociais dessas relações entre Estados. Conforme veremos a seguir, essas relações não foram instituídas somente a partir de consensos, visto que foram perpassadas também por divergências e tensões.

Além disso, o segundo ponto a ser destacado no discurso de *TIME* refere-se à representação do próprio poder: nas matérias da revista, o poder era apresentado como elemento presente nas questões políticas e internacionais, eventualmente ensejadas por perspectivas econômicas. Esse discurso é falho porque desconsidera as relações sócio-culturais e o próprio cotidiano dos sujeitos como perpassados por relações de poder. Contudo, as representações do poder e as versões dos fatos políticos apresentados por *TIME* sobre as relações interamericanas baseiam-se na exaltação dos “grandes eventos”.

Por isso, para os estudos históricos, a imprensa, quando tomada na condição de fonte documental de investigação, torna-se também objeto de pesquisa. Isso porque seus veículos baseiam-se num conjunto próprio de práticas e representações sociais, os quais interferem no projeto editorial, na definição das pautas e dos matizes dos conteúdos que compõem suas páginas. Observar essas características pressupõe aos historiadores que compreendam os meios de comunicação como inseridos em seus devidos tempos, fazendo com que a produção historiográfica observe os limites de suas fontes documentais¹³. Afinal, a imprensa escrita opera captando informações, reorganizando os fatos, narrando e atribuindo significados específicos. “Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias ‘têm uma opinião’, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (CRUZ & PEIXOTO, 2007, p. 258). E com isso, ao passo que seleciona o que será midiaticizado, escolhe também o que será esquecido.

¹³ Esse enfrentamento metodológico não livra a pesquisa histórica das subjetividades às quais está suscetível, entretanto é imprescindível para que a análise histórica não incorpore as concepções expressas nas narrativas midiáticas.

Outrossim, quem escreve uma notícia torna-se partícipe da própria notícia. A historiadora Sônia Silva afirma que a articulação entre os diversos modos de produção de sentidos históricos quando vinculada aos meios de comunicação pode ser considerada uma operação midiográfica (SILVA, 2011, p. 23). Numa analogia à expressão “operação historiográfica” de Michel de Certeau, Silva faz uma exegese metodológica da construção de narrativas históricas perpassadas por uma cultura de memória que articula História, memória e mídia.

Em referência a Pierre Nora, a autora parte da assertiva de que a mídia proporcionou ao acontecimento que este se libertasse dos domínios históricos (SILVA, 2011, p. 35). As mídias apresentam-se, então, como um dos principais meios pelos quais os acontecimentos produzem os sujeitos sociais. Por isso, tem sido utilizada pela historiografia como uma fonte documental privilegiada. Produto e produtora de discursos, as mídias participam da elaboração da memória histórica e, assim como todo documento, são envolvidas por subjetividades.

As reformulações conceituais em torno do “político” – que até a década de 1990 manteve-se voltado, principalmente, aos “grande feitos” e a sujeitos considerados “heróicos” – são estudadas pela historiografia a partir das abordagens propostas pela *Nouvelle Histoire*, especialmente pelo viés da cultura política. A emergência da noção de cultura política pelos estudos históricos, de acordo com Serge Berstein (2009), coincide com o período em que a historiografia francesa buscava utilizar enfoques questionadores na História Política¹⁴.

¹⁴ A partir de então, tem-se produzido não uma “nova História”, mas uma “História renovada”, especialmente no que se refere às propostas para a História Política. Sobre a expressão “retorno do político”, Rémond observa que “a expressão é imprópria e, além disso, desastrosa: ela pode induzir a idéia de que é uma volta atrás, e portanto, uma regressão” (1999, p. 58). René Rémond frisa que não se trata mais da mesma História Política meramente reformulada, pois as alterações seriam mais profundas: são outros modos de se compreender a política, as abordagens e os objetos. A renovação da História Política viabilizou que os historiadores se ativessem a construção de novos campos de estudo no interior da disciplina, tais como os de biopolítica e de culturas políticas.

Ainda sob essa perspectiva dos “sujeitos heróicos”, a revista *TIME* destacou o empenho do presidente Kennedy em levar democracia e liberdade aos latino-americanos – ambas representadas como conquistas já obtidas pelos EUA que, sendo assim, procurava ensinar os países do Terceiro Mundo a alcançá-las. Essas são questões complementares e relevantes à identidade norte-americana, ainda que não sejam conceitos estáticos. Esse empenho não ocorreu sem ressalvas, muitas vezes pelo choque com a perspectiva liberal de atuação política, conforme destaca Lars Schoultz:

Entretanto, a imprensa dos EUA dava cobertura cada vez maior à guerrilha insurgente em Cuba, começando com a série de artigos de Herbert Matthews no *New York Times* no final de fevereiro de 1957. À medida que o movimento de 26 de julho de Fidel Castro ganhou impulso, Adolf Berle (o agente do *New Deal* que prepararia o primeiro esboço da política do presidente Kennedy em relação à América Latina) escreveu em seu diário que “a antiintervenção é correta até certo ponto, mas nós somos responsáveis pela manutenção da ordem no hemisfério e uma política bastante audaciosa em relação a isto parece indicada”. (SCHOULTZ, 2000, p. 388)

Geralmente, Kennedy era mencionado por *TIME* em matérias sobre a América Latina quando autorizava e concedia algum tipo de ajuda do governo americano a tais países. Segundo a reportagem publicada em junho de 1961, Kennedy havia enviado Adlai Stevenson para visitar dez países da América Latina e, naquela semana, o político regressara aos Estados Unidos portando “notícias inquietantes”. As notícias davam conta de que os líderes de governos da latino-americanos ainda estavam em “estado de choque” em relação aos últimos acontecimentos em Cuba. Paralelo a isso, Stevenson constatou que “o prestígio dos EUA estava em declínio acentuado” (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 23). Esse prestígio em declínio era, portanto, associado a um fato que tornou-se determinante nas relações interamericanas naquele início de década: a Revolução Cubana.

Boa parte dessa preocupação com a América Latina, e com o Brasil especificamente, decorria dos desdobramentos da Revolução Cubana. A matéria é

explícita quanto a essa correlação: “Na tentativa de reconstruir o prestígio e a influência dos EUA depois de Cuba, um lugar óbvio para começar é o Brasil, que a maioria dos especialistas considera a nação-chave na América Latina”¹⁵ (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 24). A busca por impedir a expansão comunista no próprio continente alterou as pautas da política externa do governo americano naquele início de década, compondo, assim, o discurso da missão civilizadora americana:

Mas como Kennedy avisou no debate final da campanha presidencial dos EUA: “Castro é apenas o início de nossas dificuldades na América Latina. A grande batalha será evitar que a influência de Castro se espalhe para outros países.” Era tempo de ganhar os corações e mentes dos pobres da América Latina, disse ele. “Vamos ter que tentar promover laços mais íntimos, associar-nos com o grande desejo dessa gente por uma vida melhor, se quisermos evitar que a influência de Castro se espalhe por toda a América Latina.” (SCHOULTZ, 2000, p. 393)

A alteração nas pautas da política externa dos EUA foi consolidada por meio de programas de ajuda, como a Aliança para o Progresso. A revista *TIME* mencionou o programa lançado por Kennedy na matéria “População: O Problema do Nosso Tempo”, da edição de 20 de agosto de 1965. O texto, que defendeu a necessidade de conter o crescimento populacional para que a economia pudesse crescer, apontava que o problema era grave na América Latina. A força da tradição católica e a cultura de que os homens deveriam ter muitos filhos para comprovar sua masculinidade foram apontados como os principais motivos para as dificuldades em conter o crescimento populacional latino-americano. Para intervir nesse cenário, a reportagem noticiou que:

No Brasil, um grupo patrocinado por uma fundação privada planeja organizar cerca de 600 centros de informações sobre controle da natalidade no país. Para ajudar os países, a Aliança para o Progresso está investindo 1,4 milhões

¹⁵ In the drive to rebuild U.S. prestige and influence after Cuba, an obvious place to start is Brazil, which most experts regard as the key nation in Latin America.

dólares este ano em 30 estudos populacionais de cooperativas de todo o hemisfério¹⁶ (Revista *TIME*, 20/08/1965, p. 34).

Além disso, o texto de “População: O Problema do Nosso Tempo” finalizou com a afirmação do ex-coordenador do programa, William Rogers, de que “à medida que a população se expande na América Latina, os programas e os esforços que em uma década poderiam acarretar em enormes consequências para o futuro, podem chegar tarde demais daqui a uma década¹⁷” (Revista *TIME*, 20/08/1965, p. 34).

O programa Aliança para o Progresso foi lançado por Kennedy em 13 de março de 1961, portanto ainda antes dele completar dois meses de mandato presidencial. O corpo diplomático dos países latino-americanos foi reunido num evento na Casa Branca para o primeiro grande evento de política externa do novo governo americano: um programa de ajuda externa àqueles países, destinado a ajudar a promover crescimento econômico, reformas políticas e, no longo prazo, combater o comunismo na região. O historiador americano Jeffrey Taffet ainda expande essa análise, compreendendo que:

Para Kennedy, assim como para os principais economistas e cientistas políticos que apoiaram o programa, a Aliança para o Progresso não era apenas um meio de conter o comunismo global, mas sim um modelo dos valores norte-americanos. Não foi apenas um programa para impedir a propagação da Revolução Cubana, foi um programa para construir alianças e disseminar a visão positiva no coração da democracia dos EUA. O sucesso na Aliança para o Progresso demonstraria que as idéias dos EUA sobre a organização política eram universalmente aplicáveis e levariam naturalmente ao crescimento econômico. Ou seja, ao formular o programa, os desenvolvedores da Aliança para o Progresso expressaram uma conexão entre a ideologia nacional e o papel dos Estados Unidos no mundo¹⁸. (TAFFET, 2007, p. 6)

¹⁶ In Brazil, a private foundation-sponsored group plans to organize about 600 birth-control information centers across the country. To help countries help themselves, the Alliance for Progress is investing \$1,400,000 this year in 30 cooperative population studies throughout the hemisphere.

¹⁷ As the population expands in Latin America, programs and efforts that in one decade might have enormous consequences for the future may be too little and too late a decade hence.

¹⁸ For Kennedy, as for leading economists and political scientists who supported the program, the Alliance for Progress was not only a means of containing global Communism, it was intended to be a model of US values. It was not just a program to stop the spread of the Cuban Revolution, it was a program to build alliances and spread the positive vision at the heart of US democracy. Success in the Alliance for Progress would demonstrate that US ideas about political organization were universally applicable and would naturally lead to economic growth. That is, in formulating the program, the

No livro *Foreign Aid as Foreign Policy*¹⁹ (2007), Taffet analisa os sucessos e fracasso da Aliança para o Progresso no Chile, no Brasil, na República Dominicana e na Colômbia. Além disso, o autor demonstra o impacto do programa na história das relações entre os EUA e a América Latina, especialmente quanto à política externa e econômica.

Na historiografia norte-americana, esse contexto das relações interamericanas na década de 1960 incentivou os *Latin American Studies*. A formação de latino-americanistas pelos EUA e a criação de centros de estudos especializados são indícios da ampliação dos interesses em estudar e debater sobre a região, e ocorreu de forma interdisciplinar entre História, Relações Internacionais, Antropologia, Ciências Políticas, e outras.

Ainda que Rabe (1989) aponte para aproximações entre os *Latin American Studies* e a *Diplomatic History*, Azevedo (2011) ressalta o “pouco ou nenhum diálogo” entre essas duas correntes historiográficas no período. “No caso da *Diplomatic History* pode-se dizer que, até há muito pouco tempo, relações interamericanas eram sinônimo de política externa dos EUA para região” (AZEVEDO, 2011, p. 275). Assim, por essa abordagem, o governo americano é considerado ator e a América Latina objeto das ações da política externa desse ator principal, mantendo uma perspectiva etnocêntrica e nacionalista no centro desses estudos.

Nas décadas de 1960 e 1970, a historiografia das relações interamericanas esteve sob influência também da *New Left* e dos movimentos pós-coloniais. Enquanto a *New Left* centrou suas críticas no discurso da democracia que encobria interesses econômicos, a historiografia de identificada com o pós-colonialismo criticou a

developers of the Alliance for Progress expressed a connection between national ideology and the role of the United States in the world.

¹⁹ Ajuda Externa como Política Externa.

perspectiva dicotômica²⁰ do imperialismo que reduzia as relações interamericanas à dinâmica da relação entre centro e periferia. Os estudos pós-coloniais consideram essas relações perpassadas por trocas culturais, trânsito intelectual e de ideias.

Quanto à dicotomia entre EUA e América Latina, alguns autores apontam para a desigualdade entre os países, que favorece o protagonismo americano. Observando pelo ponto de vista dos debates sobre hegemonia²¹, Lars Schoultz, cientista político, afirma na obra *Estados Unidos: poder e submissão*²² que não intencionou em sua obra tratar da América Latina, mas de como os EUA pensam a América Latina. O autor deixa isso explícito logo no primeiro parágrafo do Prefácio à edição brasileira:

Este livro não é sobre a América Latina ou os latino-americanos. É sobre os Estados Unidos, no qual dedico-me ao objetivo específico de explicar a política norte-americana para a América Latina: por que os Estados Unidos procedem de determinada maneira em relação à América Latina? (SCHOULTZ, 2000, p. V)

O objetivo de Schoultz é demonstrar como os latino-americanos foram tratados como inferiores pelos norte-americanos e levantar hipóteses sobre os motivos disso ocorrer. O autor destaca que, durante o século XIX, houve duas principais explicações atribuídas a essa questão: a segurança nacional e a busca por ganhos financeiros. Schoultz não desconsidera essas explicações mas, enquanto as confirma, acrescenta uma terceira explicação: a política doméstica. Essa explicação doméstica estaria na estrutura mental (*mindset*) dos cidadãos e funcionários governamentais americanos quanto à América Latina, seus povos e a suas culturas. Segundo Schoultz, “Nas páginas que seguem, defendo a idéia de que existe, nas mentes dos norte-americanos, uma estrutura mental que determina os contornos básicos da política dos Estados Unidos” (2000, p. V).

²⁰ Essa perspectiva predominava nos Latin American Studies desde 1960 (AZEVEDO, 2011).

²¹ Hegemonia é um termo que busca exprimir a essência das relações unilaterais.

²² *Beneath the United States: a history of U.S. Policy toward Latin America.*

Porém, quando afirma que “Este livro não é sobre a América Latina ou os latino-americanos. É sobre os Estados Unidos, (...)” (2000, p. V) e deixa a América Latina de fora de seu quadro de análise dos agentes, Schoultz acaba por não criar possibilidade de se pensar além da estrutura bipolar: EUA como sujeito e América Latina como objeto. A introdução da historiadora brasileira Mary Anne Junqueira à edição brasileira da obra analisa a escolha do autor:

Talvez essas lacunas se expliquem na apresentação de Schoultz para esta edição brasileira: este é um livro escrito para os norte-americanos. O autor gostaria que seu concidadãos se conscientizassem da existência de antigos preconceitos e estereótipos, profundamente introjetados naquela sociedade, que informaram sentimentos, decisões e ações norte-americanas com relação à América Latina e aos latino-americanos. (JUNQUEIRA. In: SCHOULTZ, 2000, p. iii)

O texto crítico de Barbara Weinstein aprofunda tais questões quando amplia o impacto da análise de Schoultz. Weinstein (2003) afirma que Schoultz acerta quando traz à tona a caracterização do imperialismo americano como racista e etnocêntrico. Porém, cita a obra desse autor como exemplo da seguinte tendência:

Ainda mais grave, apesar das várias influências renovadoras na área, continua uma forte corrente que, na sua ansiedade para denunciar o imperialismo norte-americano da maneira mais vigorosa (...) acaba dando toda força ativa, todo protagonismo histórico, toda a iniciativa aos norte-americanos, enquanto a América Latina faz o papel de recipiente passivo da política norte-americana, ou da “vítima”. (WEINSTEIN, 2003, p. 13)

Weinstein defende que as análises dicotômicas acabam dificultando inovações na interpretação de como se dão essas relações. A autora afirma que há, pelo menos, dois problemas nas análises dicotômicas das relações interamericanas. O primeiro refere-se à contraposição entre o dominador (EUA) e o dominado (América Latina), abordagem considerada reducionista e uniformizadora, mesmo considerando a diferença entre o poder político, econômico e militar dos EUA e dos países latino-americanos. O

segundo problema está no pressuposto de que a América Latina é homogênea: o Brasil não se relaciona com os Estados Unidos da mesma forma que Honduras ou Paraguai, por exemplo (WEINSTEIN, 2003, p. 16).

A centralidade conferida ao Brasil no cenário estratégico da América Latina fez com que o país recebesse tratamento diferenciado. No texto da matéria, a revista *TIME* ainda afirmou: “Um Brasil forte e saudável não garante a democracia na América Latina, mas é certo que, se o Brasil não o fizer, poucas outras nações o farão”²³ (Ver esta *TIME*, 30/06/1961, p. 24). O território amplo e as características populacionais brasileiras eram as motivações para essa visão diferenciada, segundo *TIME*, em 1961:

Cobrindo quase metade da superfície da América do Sul, e com metade da população de 140 milhões do continente, o Brasil era a quarta maior nação do mundo (depois da Rússia, China, Canadá) até os EUA adicionarem o Alasca. Sem desertos, tundra ou montanhas, a nação tem 80% de planalto, a terceira maior extensão de terra arável do planeta, mais do que *toda* a Europa. Mas o potencial do Brasil ainda não está sendo bem utilizado²⁴. (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 24)

Um mapa do Brasil, publicado acima de uma lista que buscava caracterizar o quanto o país ainda poderia se desenvolver, compôs a matéria de junho daquele ano. A lista foi composta por informações como: “Possui o maior potencial hidrelétrico do mundo, com cerca de 80 milhões de kW. Até agora, a capacidade instalada é de apenas 5 milhões kW, o que não é suficiente para iluminar a área da cidade de Nova York” (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 24). Deste modo, a imagem procurou associar dados econômicos à localização geográfica, representando o Brasil de forma simplista.

²³ A strong, healthy Brazil does not guarantee democracy in Latin America, but it is certain that if Brazil does not make it, few other nations will.

²⁴ Covering nearly half the surface of South America, and with half the continent's 140 million population, Brazil was the world's fourth largest nation (after Russia, China, Canada) until the U.S. added Alaska. With no deserts, tundra or rugged mountains, the nation is 80% rolling plateau, has the third greatest expanse of arable land on earth, more than all of Europe. But Brazil's potential is not yet scratched.

Figura 2 –Brasil representado por *TIME*



(Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 24)

O estudo de Ruth Leacock também compreende que Kennedy ofertou “consideração especial” ao Brasil. Segundo a historiadora americana, houve duas razões para isso. A primeira foi geopolítica e referia-se às dimensões continentais, localização estratégica e a população acima dos 70 milhões que habitava o Brasil naquele momento. A segunda razão, observada pela autora e ausente no discurso da revista, baseava-se na percepção de que havia setores da sociedade brasileira que poderiam desencadear uma revolução nos moldes daquela ocorrida em Cuba (LEACOCK, 1990, p. 13).

As matérias de *TIME* falavam em certa *propensão* ao comunismo no Brasil. Essa propensão, normalmente, era associada ao governo brasileiro e setores muito específicos da população, como a Liga Campesina. A preocupação quanto à manutenção da influência americana entre o governo brasileiro era ainda maior devido

ao perfil do presidente do Brasil, Jânio Quadros, empossado no final de janeiro daquele ano:

Quadros afeta os EUA, que está lutando para salvar o hemisfério do comunismo, pelo choque de ver um velho e confiável aliado, de repente, seguindo sozinho. Sob os líderes do passado – Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek – o Brasil poderia se alinhar firmemente com os EUA em qualquer problema no hemisfério. Tropas expedicionárias brasileiras lutaram na Segunda Guerra Mundial e foram os únicos latino-americanos a disparar uma arma. Mas essa aliança fiel não está assegurada sob Quadros. Disse ele: “Eu anuncio uma política de independência pelo pleno exercício da soberania nacional. Nenhum acordo assinado – qualquer que seja – permanecerá válido ou será mantido assim que se mostrar contrário aos interesses e conveniências brasileiras”²⁵ (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 24).

O presidente Quadros era descrito por *TIME* como alguém instável, que havia governado São Paulo, mas parecia assustado com o desafio de governar o país. Com isso, o discurso da revista era que Quadros ameaçava a missão americana de “salvar o hemisfério do comunismo”. Além de expor o Brasil ao contato com os comunistas, inclusive visando acordos comerciais, Jânio Quadros foi criticado por *TIME* ao negar uma oferta de empréstimo financeiro feita por Kennedy, numa de suas propostas de ajuda externa.

Obviamente jogando entre Leste e Ocidente, o presidente Jânio Quadros anunciou, dramaticamente, na semana passada, que na próxima Assembléia Geral da ONU o Brasil votará a favor do debate sobre a admissão da China Vermelha. [...] Mas até mesmo seu endosso em debater sobre essa questão tempestuosa, torna o Brasil o primeiro país do hemisfério, fora a Cuba de Castro, a contrariar a política dos EUA sobre a China. Vindo do maior país da América Latina, a jogada de Jânio pode dificultar ainda mais para os EUA manterem as outras repúblicas na linha. O estratagema de Jânio quanto à China aconteceu apenas cinco dias depois que o embaixador norte-americano John Moors Cabot divulgou a oferta do presidente Kennedy de créditos paliativos, supostamente US\$ 100 milhões, para ajudar o Brasil a controlar sua crise econômica. [...] Apesar da necessidade urgente de sua nação, Jânio

²⁵ As Quadros affects the U.S., struggling to save the hemisphere from Communism, there is the shock of an old and trusted ally suddenly going it alone. Under past leaders—Getúlio Vargas, Café Filho, Juscelino Kubitschek—Brazil could be expected to line up firmly with the U.S. on any hemisphere problem. Brazilian expeditionary troops fought in World War II, the only Latin Americans to fire a gun. But such faithful alliance is by no means assured under Quadros. Said he: “I announce a policy of independence in full exercise of national sovereignty. No signed agreement—none whatever—will remain valid or be maintained as soon as it should prove contrary to Brazilian interests and convenience”.

não apenas deixou de reconhecer em público a oferta de ajuda de Kennedy, como continuou negociando laços diplomáticos com os governos satélites da Hungria, Romênia e Bulgária e insinuando que planejava fazer o mesmo com a União Soviética. [...] Quase certo que Jânio espera que, pelo menos como resultado incidental de seu flerte diplomático com as nações comunistas, ocorra um enorme aumento na proposta de ajuda de Kennedy ao Brasil²⁶. (Revista *TIME*, 03/03/1961, p. 37)

A revista narrou o processo de barganha política, frequentemente utilizado nas relações entre Brasil e EUA. O presidente brasileiro anterior a Quadros, Juscelino Kubitschek, já havia lançado mão de estratégias semelhantes. Contudo, com Quadros esse processo seria visto de forma ainda mais crítica, pois as condutas pessoais do presidente foram noticiadas e criticadas abertamente por *TIME*. Em 6 de janeiro de 1961, portanto 25 dias antes de sua posse, Quadros foi protagonista em uma matéria que tratava de sua ausência no Brasil desde as eleições presidenciais, realizadas em outubro do ano anterior:

Quadros voou para Europa para uma cirurgia para corrigir músculos danificados em seu olho esquerdo. Com a operação há muito tempo completada com sucesso, Quadros ainda está lá – em algum lugar. O presidente eleito da quinta maior nação do mundo tem brincado de esconde-esconde na Europa, e com sua data de posse marcada para 31 de janeiro, a menos de um mês, o Brasil está clamando para que ele volte para casa²⁷ (Revista *TIME*, 06/01/1961).

²⁶ Obviously playing East against West, President Jânio Quadros dramatically announced last week that in the next U.N. General Assembly, Brazil will vote in favor of debating the admission of Red China. [...] But even his endorsement of debate on the stormy issue makes Brazil the first hemisphere country outside Castro's Cuba to buck U.S. policy on China. Coming from Latin America's biggest nation. Jânio's move might well make it more difficult for the U.S. to hold the other republics in line. Jânio's China ploy came only five days after U.S. Ambassador John Moors Cabot had relayed President Kennedy's offer of stopgap credits—reportedly \$100 million—to help tide Brazil over its economic crisis. [...] Despite his nation's urgent need, Jânio not only failed to acknowledge Kennedy's aid offer publicly, but went on negotiating diplomatic ties with the satellite governments of Hungary, Rumania and Bulgaria and hinting that he planned to do the same with the Soviet Union. [...] Almost certainly Jânio hopes that at least an incidental result of his diplomatic flirtation with Communist nations will be whopping increases in Kennedy's proposed aid to Brazil.

²⁷ Quadros flew off to Europe for an operation to correct damaged muscles in his left eye. With the operation long since successfully completed, Quadros is still over there — somewhere. The President elect of the world's fifth largest nation has been playing a game of hide-and-seek in Europe, and with his Jan. 31 inauguration date less than a month away, Brazil is clamoring for him to come home.

Entre 1960 e 1979, o Brasil esteve presente em capas da revista *TIME* apenas duas vezes. Jânio Quadros estampou uma delas em 1961. O semblante de Quadros, parecendo desolado, à frente das cores da bandeira do Brasil – que escureciam, expunha a preocupação que se tinha com a condução do país:

Figura 3 – Quadros na capa da revista *TIME*



(Revista *TIME*, 30/06/1961, capa)

Desde 1960, quando *TIME* veiculou as primeiras matérias sobre Quadros e sua candidatura à Presidência do Brasil, o político era mencionado em suas publicações como alguém pouco confiável. Depois que assumiu o cargo e passou a divulgar sua proposta de política externa independente, interpretada como uma tentativa de neutralidade em meio à Guerra Fria, o clima de desconfiança passou a transparecer ainda mais nas páginas da revista, que passou a afirmar que havia um “gelo” nas relações entre os dois países. Até mesmo a recusa de uma oferta de ajuda financeira dos Estados Unidos para o Brasil foi mencionada como sinal da resistência do novo

governante brasileiro e, mais do que isso, como um desprezo em prol de alianças com países comunistas:

Os EUA tentaram derreter um pouco o gelo. Ciente de que o Brasil estava com US\$176 milhões em atraso nos pagamentos da dívida externa (uma dívida herdada da construção inflacionária do Predecessor Kubitschek), os EUA ofereceram um empréstimo imediato de US\$100 milhões para ajudar Quadros durante seus primeiros 90 dias. Ele recusou e enviou delegações atrás da Cortina de Ferro em busca de comércio²⁸. (Revista *TIME*, 30/06/1961, p. 23).

Com a renúncia de Quadros e a posse de seu vice, João Goulart, as críticas publicadas em *TIME* explicitam o aumento da desconfiança americana em relação ao Brasil. Na matéria publicada na edição datada de 08 de setembro de 1961, Jango foi apresentado pela revista como um *demagogic leftist* (demagogo de esquerda) e que, caso assumisse o cargo de seu antecessor, tornaria um incentivo para que os brasileiros aderissem ao caos comunista (Revista *TIME*, 08/09/1961, p. 40). No dia anterior à tiragem da revista *TIME*, Jango já havia assumido seu cargo. Na edição seguinte, *TIME* referiu-se a Jango como um perigoso esquerdista, demagogo e oportunista (Revista *TIME*, 15/09/1961, p. 38).

O antagonismo em relação ao governo Jango, expresso por *TIME* antes mesmo dele assumir o cargo, inseriu-se no contexto da Guerra Fria e no rol de preocupações da política externa americana quanto à expansão comunista. Jango dialogava facilmente com o Oriente, o que era visto como um desafio à manutenção de um estreitamento de laços com os EUA.

As décadas de 1960 e 1970, analisadas por este estudo, representam um período de grande circulação das revistas *TIME* e *VEJA*. Diante desse panorama, observa-se que

²⁸ The U.S. sought to thaw some of the ice. Well aware that Brazil was \$176 million in arrears on its foreign-debt payments (a debt inherited from the inflationary building spree of Predecessor Kubitschek), the U.S. offered an immediate \$100 million loan to help Quadros through his first 90 days. He turned it down and sent delegations behind the Iron Curtain in search of trade.

as duas publicações encontraram boa inserção mercadológica nas sociedades norte-americana e brasileira durante o período da Guerra Fria. Frequentemente, utilizaram-se da teoria dos Três Mundos para referir-se à ordem mundial vigente naquela época.

Segundo Aijaz Ahmad, a teoria dos Três Mundos, em voga de 1945 a 1990, dá margem a interpretações variadas e passou a ser menos utilizada após a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (2002, p. 188). O autor aponta que a visão tradicional, baseada no cenário da Guerra Fria, envolvia a divisão tripartite dos Estados-nação mundiais em Primeiro Mundo (capitalista/Ocidental), Segundo Mundo (socialista/Oriental) e Terceiro Mundo (indefinido, composto por países pouco industrializados). Após a Revolução Cultural chinesa, tornou-se conhecida também a interpretação de que o Primeiro Mundo era composto pelas superpotências, Estados Unidos e União Soviética; o Segundo Mundo por países industrializados e contrários ao imperialismo das superpotências; e o Terceiro Mundo composto por países predominantemente agrícolas e pobres.

Tanto *TIME* quanto *VEJA* utilizam Primeiro Mundo como sinônimo de conjunto de países industrializados e predominantemente urbanos, e Terceiro Mundo para se referirem aos países pobres, considerados “atrasados”²⁹. Aproximam-se com mais frequência do que Ahmad (2002) indica ser a visão tradicional da teoria dos Três Mundos, contudo nenhuma das matérias analisadas em ambas revistas utiliza a expressão Segundo Mundo, nem trata os países do Terceiro Mundo como indefinidos em relação ao modelo social-econômico.

Lançada em 1923, a revista *TIME* investiu no formato do jornalismo de informação. A inovação proposta por seus idealizadores foi colocar em circulação nacional uma publicação que trouxesse a síntese dos eventos da semana. Fundada por

²⁹ Levando-se em consideração a complexidade de tais conceitos, neste trabalho as referências a Primeiro Mundo e Terceiro Mundo corresponderão às perspectivas adotadas pelas fontes documentais.

Henry Luce e Britton Hadden, falecido precocemente em 1929, *TIME* cresceu no segundo pós-guerra e deu origem a outras publicações da *TIME Inc.*, como a *Life*, a *Fortune* e a *Sports Illustrated*. Explicitamente um apoiador do Partido Republicano, por mais que afirmasse publicamente que havia imparcialidade em suas empresas, Henry Robinson Luce influenciou a política estadunidense durante boa parte do século XX, conforme aponta a historiadora Graciella da Silva:

Não só em *TIME* e *Life*, como também nas outras publicações de seu império, a *TIME Inc. – Fortune e Sports Illustrated* –, transparecem com bastante clareza seu posicionamento político e ideológico a respeito dos diversos assuntos abordados em cada uma delas, especialmente no que diz respeito à política externa americana, sobre a qual tinha um posicionamento bastante peculiar, marcado pela crena a no sentido de missão que os Estados Unidos tinham a cumprir no mundo (2012, p. 12).

Logo a *TIME Inc.* tornou-se um dos maiores conglomerados de mídia do mundo. Ganhou também versões internacionais que reproduziam a perspectiva de Luce sobre o “excepcionalismo americano”, segundo o qual os Estados Unidos teriam uma missão civilizatória perante o mundo. Nascido na China em 1898, Luce idealizava “a América” como o lugar do consenso e da unidade. Derivaria disso a premissa de um espírito missionário que o acompanharia na influência política que exerceu através de seus veículos midiáticos:

Essa perspectiva não sofreu alterações muito profundas ao longo da vida de Luce e, em sua carreira profissional, estava estampada nas publicações que dirigia. Todavia, a valorização desta América una e homogênea não era gratuita. Especialmente no pós-guerra, esta imagem dos Estados Unidos servia a propósitos políticos bastante específicos, ligados às disputas ideológicas impostas pela Guerra Fria (SILVA, 2012, p. 54).

As publicações *TIME* e *VEJA* possuem muitas semelhanças editoriais, afinal ambas inseriam-se no mercado das revistas de consumo. Thomaz Souto Corrêa conceitua:

O mercado de revistas é dividido no mundo inteiro em dois grandes blocos: as revistas de consumo, destinadas ao grande público, que são vendidas em bancas e em outros pontos de varejo e por assinaturas; e as especializadas, que em sua maioria são gratuitas, chegam a seus leitores por mala direta e tratam de temas que interessam a segmentos específicos de grupos profissionais (CORRÊA, p. 207).

Os dois periódicos foram baseadas no gênero *newsweekly*, que caracteriza as revistas semanais de informação. Possuem mais textos do que as revistas ilustradas, por exemplo, e o objetivo de manter o leitor informado sobre assuntos nacionais e mundiais. Entretanto, cada um teve também suas peculiaridades, principalmente no que se refere à escala de vendas e ao período de fundação.

1.2 História em revista: o caso de *VEJA*

A edição de lançamento de *VEJA* é datada de 11 de setembro de 1968 e, segundo Maria Fernanda Lopes de Almeida, “a revista foi a primeira semanal de informação a trazer o modelo da *TIME* ao Brasil” (2008, p. 23). Carregado de ansiedade, gerada a partir da campanha publicitária, e cumprindo sua missão ao se revelar um sucesso de vendas por comercializar 700 mil exemplares, o primeiro número de *VEJA* estampa em suas páginas um formato jornalístico que chegava ao mercado brasileiro baseado no modelo da revista estadunidense *TIME* e, portanto, com um modo diferente de lidar com os acontecimentos noticiosos em relação ao que já existia no mercado brasileiro até então.

Apesar do sucesso de seu lançamento, durante os três primeiros anos da revista *VEJA* a Editora Abril teve sucessivos prejuízos com a nova publicação. Porém, a família Civita, dona da Editora e idealizadora da revista, insistiu em seus investimentos no periódico. A equipe de *VEJA* reformulou sua linha editorial, adequando-a às expectativas de seu público e alterando as formas de apuração dos fatos, construção do texto e de venda das suas edições, sendo que a partir de 1972 tornou-se possível assinar a revista, recebendo-a em casa. Assim, *VEJA* foi lançada para conquistar um público que era reconhecido não somente como leitor, mas também como consumidor. E consolidou-se no gosto desses leitores consumidores na segunda metade da década de 1970, quando passou a dar lucro à Editora Abril e tornou-se o periódico mais lido do Brasil (ALMEIDA, 2008, p. 56-58).

A revista *VEJA* foi idealizada pela Editora Abril no decorrer da década de 1960. Desejava-se que ela fosse diferente do que já existia no mercado naquela época e, por ser inovadora, que se tornasse um sucesso de vendas (ALMEIDA, 2008, p. 23). No

tempo presente, é reconhecida ainda como a revista de maior circulação em território brasileiro e considerada a quarta do mundo na categoria das semanais de informação, afinal *VEJA* se consolidou nas últimas décadas do século XX como a revista mais lida do país (CORRÊA, 2008, p. 207-232).

A edição de lançamento desta revista foi planejada minuciosamente, tendo sido precedida por 13 edições “número zero” (ALMEIDA, 2008, p. 36). Datada de 11 de setembro de 1968, a chegada de *VEJA* às bancas significou para a Editora Abril a passagem de um desafio para outro: após um ano de elaboração do projeto (ALMEIDA, 2008, p. 24), agora sua mais nova criação estava sendo testada pelo mercado, distribuída por todo país e precisava ser bem aceita para realmente firmar o sucesso da empreitada proposta pela família Civita.

A capa de jornais e revistas costuma estampar as manchetes mais impactantes de cada edição, aquelas que se acredita que causarão no público o desejo de adquirir o material impresso. Além de todo trabalho de publicidade envolvido no lançamento de *VEJA* com o objetivo de promovê-la, a capa dessa edição não deixou de ser emblemática. Afinal, veiculou um assunto em pauta nos principais noticiários internacionais da época, afinado em relação ao cenário da Guerra Fria e dos “duelos” entre as ordens capitalista e comunista.

Essa perspectiva era algo inovador para os padrões do jornalismo brasileiro. que até então mantinha-se atrelado às questões regionais. Sem muitos textos ou imagens, a primeira capa da revista, que seus idealizadores pretendiam que fosse tão inovadora, foi bastante descomplicada e, ao mesmo tempo, muito semelhante ao estilo das capas da americana *TIME*. Até meados da década de 1970, o semanário americano investiu num formato de capa enxuto e normalmente composto por apenas uma imagem relacionada à matéria principal da edição.

Figura 4 – Capa da Edição n. 1 da revista *VEJA*



(Revista *VEJA*, 11/09/1968)

Com a manchete “O grande duelo no mundo comunista”, a capa da edição número um de *VEJA* possui apenas quatro cores: vermelho ao fundo; preto para a imagem e para o nome da revista; fundo verde para o pequeno tarja que anunciava “Grátis com êste número: mapa gigante do Brasil”³⁰; e branco para a letra deste anúncio, da manchete e para o fundo do nome da revista. Talvez os poucos elementos que a compõem se devam à confiança em sua campanha pré-venda, ou ainda à repercussão que se esperava gerar com uma manchete a qual mencionava conflitos que existiam nas sociedades comunistas poderia gerar em 1968.

No interior da revista, a chamada “O grande duelo no mundo comunista” se desdobrou em diversas matérias sobre as sociedades comunistas de época, na seção de

³⁰ A grafia original foi mantida.

assuntos internacionais. A seção “Mundo” era uma das novidades trazidas por *VEJA*. Tendo sido o projeto da revista, chamado de Projeto Falcão³¹, baseado nas revistas dos Estados Unidos, tais como a *TIME*, buscou-se instituir no Brasil uma nova abordagem jornalística no que tange aos limites geográficos que restringiam os conteúdos das notícias³².

Ao construir seus textos a partir das informações cedidas por agências internacionais, a apuração dos acontecimentos a serem noticiados por *VEJA* ficava, portanto, dependente do que estava em pauta em locais específicos do estrangeiro. Logo, no conjunto de reportagens sobre o mundo comunista, a revista incidiu sobre este um olhar nascido ocidental, intrinsecamente baseado no capitalismo pregado principalmente pelos Estados Unidos.

Em tempos de Guerra Fria, *VEJA* recebia suas informações a partir de apenas um dos lados da Guerra. Conforme afirma Luciana Klanovicz, “isso fica evidente uma vez que a revista utilizava material jornalístico de determinadas agências internacionais de notícias, inclusive adotando a grafia dos nomes eslavos a partir da língua inglesa” (2010, p. 41). Logo, além de basear seu formato nas revistas estadunidenses, a novidade lançada pela Editora Abril em 1968 trouxera também uma abordagem de conteúdo diferenciada do que era veiculado no Brasil até então. O conjunto de matérias da seção “Mundo” da primeira edição da revista permite observar que a influência estadunidense não esteve apenas no formato, mas também na construção do conteúdo.

Segundo a primeira “Carta do Editor” de *VEJA*, assinada pelo dono da Editora Abril, Victor Civita, as matérias internacionais eram elaboradas a partir das informações

³¹ Em setembro de 1972, foi lançada uma edição comemorativa em virtude dos 4 anos completados por *VEJA*. Chamada de “Uma História de Veja: reflexões de um dia de aniversário”, tentou-se reconstituir a trajetória de criação da revista e seus desafios até aquele momento. Segundo consta, a pasta carregada por Roberto Civita durante o período de criação do projeto de *Veja* recebeu uma etiqueta onde constava “Projeto Falcão” (p. 11). Esta edição foi consultada online, na seção “Edições Especiais” do Acervo Digital de *VEJA*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital>>. Acesso em: março de 2019.

³² Sobre esta afirmação, ponderam os autores: ALMEIDA, 2008, p. 27; CORRÊA, 2008, p. 218; KLANOVICZ, 2010, p. 39.

vindas de agências de notícias instaladas nos Estados Unidos, França, Alemanha e Itália³³. É neste contexto de elaboração de uma revista nacional semanal de informação³⁴ que Victor Civita inicia a primeira “Carta do Editor” com as seguintes afirmações: “Onde quer que você esteja, na vastidão do território nacional, estará lendo estas linhas praticamente ao mesmo tempo que todos os demais leitores do País. Pois *VEJA* quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros” (*VEJA*, 11/09/1968, p. 20).

Espaço dedicado ao contato entre edição e leitores, Luciana Klanovicz acrescenta que “desde o primeiro número da *VEJA*, naquele 11 de setembro de 1968, a comunicação com o público foi dada por meio de um espaço em que o editor abria a respectiva edição” (2010, p. 37). Nota-se então outra característica de *VEJA* com relação às demais revistas da época: a percepção de que público existia e era fundamental para a sobrevivência da publicação. Conforme afirma Thomaz Corrêa, “uma das grandes diferenças entre o modo de se fazer jornal diário e revista, no início dos anos 1960, foi a descoberta do leitor, da leitora. (...) Revistas trabalhavam para um leitor ou leitora definido” (2008, p. 226).

Destacando na “Carta do Editor” a trajetória de sucesso das outras publicações da Editora Abril e apresentando parte da trajetória de elaboração de *VEJA*, Victor Civita ainda prosseguiu:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos

³³ Na “Carta do Editor” da edição de *Veja* de 11 de setembro de 1968, lê-se: “Para a cobertura internacional, contratamos os serviços de agências noticiosas e revistas de prestígio mundial: “Paris-Match”, da França; “Newsweek”, dos Estados Unidos; “Epoca”, da Itália; e “Der Spiegel”, da Alemanha.” (p. 21)

³⁴ Expressão cunhada por Maria Fernanda Lopes Almeida para retratar o conceito que se tentou atribuir à revista *VEJA*: semanal, nacional, e de informação. In: ALMEIDA, op. cit., p. 49.

negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de *VEJA*. (*VEJA*, 11/09/1968, p. 20)

Assim se pautava a proposta editorial de *VEJA*: através da informação periodicamente tida em mãos, os brasileiros iriam, enfim, poder acompanhar o desenvolvimento mundial nas mais diversas áreas, superando seu suposto isolamento. Objetivo da campanha publicitária de pré-lançamento da revista foi mostrar a importância da informação. Essa concepção se instalou no Brasil com toda força na segunda metade do século XX, principalmente a partir dos processos de urbanização e de massificação dos meios de comunicação.

A seção de “Cartas” (*VEJA*, 11/09/1968, p. 03) da primeira edição não deixa dúvidas de que *VEJA* contou com uma ampla campanha publicitária pré-lançamento. Esta campanha gerou a expectativa em seus futuros leitores de ter em mãos uma revista diferente do padrão que conheciam, deixando-os atentos à chegada da primeira edição às bancas. A mensagem assinada por Sônia Coelho indica a grandiosidade que essa empreitada chegou a adquirir, quando afirma: “Sr. Diretor: Os anúncios espalhados pela cidade dão conta de que dentro em breve teremos *VEJA*, uma revista de informação. Desejo, a toda equipe da revista, êxito com este lançamento.guardo ansiosa uma revista que realmente informe” (*VEJA*, 11/09/1968, p. 03). A noção de que *VEJA* seria uma revista de informação estava, portanto, sendo apropriada por seus (futuros) leitores.

Ao abrir a primeira revista *VEJA* seus leitores e leitoras se depararam com duas grandes peças publicitárias, separadas por uma coluna intitulada “Cartas”. Entre os anúncios do carro Itamaraty e da companhia aérea Alitalia, a seção “Cartas” revelava seis mensagens de possíveis leitores recebidas pela revista. Alguns, inclusive, tiveram suas perguntas respondidas pelo diretor de redação da revista, Mino Carta, logo abaixo de suas correspondências. Entre pedidos para integrar a equipe da revista e

demonstrações de muito interesse para com seu lançamento, as cartas indicam algumas expectativas geradas pela chegada de *VEJA* às bancas de todo país.

Tendo em vista que se tratava da primeira edição da revista, uma pergunta surge ao se observar que *VEJA* já possuía sua seção de “Cartas dos leitores” desde então: como aquelas pessoas sabiam que poderiam enviar cartas? A resposta mais plausível se refere à campanha publicitária em torno do lançamento da revista, conforme indica a mensagem assinada por Elzeário Schmitt: “Sr. Diretor: Vejo com algum alvoroço, em “Realidade”, o anúncio de *VEJA*. (...)” (*VEJA*, 11/09/1968, p. 03). Logo, a mesma campanha que promovia o lançamento de *VEJA*, possivelmente indicou um endereço para o qual seus pretensos leitores poderiam remeter suas primeiras palavras à equipe da revista.

É possível perceber a seção “Cartas dos Leitores” como o espaço dedicado para os leitores articularem suas principais ponderações sobre o conteúdo do periódico. É por meio da midiaticização que o acontecimento integra-se ao escopo da História e, por isso, o que é veiculado pela imprensa escrita não é mero conjunto de informações. Trata-se, pois, daquilo que se quis tornar notícia, acontecimento, e sobre o que se atribuíram diversos sentidos, tanto no momento da escrita quanto nas leituras. Segundo o historiador Roger Chartier (2009), os modos pelos quais os leitores se apropriam de suas leituras perpassam por uma teia de elementos articulados por quem escreve, pelo suporte do material e, principalmente, pelo sujeito que lê. *A Nouvelle Histoire* depara-se com o desafio de:

(...) compreender como as apropriações concretas e as invenções dos leitores (ou dos espectadores) dependem, em seu conjunto, dos efeitos de sentido para os quais apontam as próprias obras, dos usos e significados impostos pelas formas de sua publicação e circulação e das concorrências e expectativas que regem a relação que cada comunidade mantém com a cultura escrita” (CHARTIER, 2009, p. 43)

Não é tarefa fácil para a historiografia observar a apreensão de sentidos feita pelo público leitor. O conceito de apropriação é analisado por Roger Chartier e Michel Foucault a partir de perspectivas diferentes. Se as preocupações de Foucault (2008) recaem sobre os dispositivos de controle, que geram exclusão e interdição de discursos, Chartier (1979) observa as tendências de uso partilhado daquilo que os grupos sociais se apropriam. Assim, Foucault pondera:

Bem sei que é muito abstrato separar, como acabo de fazer, os rituais da palavra, as sociedades do discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais. A maior parte do tempo eles se ligam uns aos outros e constituem espécies de grandes edifícios que garantem a distribuição dos sujeitos que falam nos diferentes tipos de discurso e a apropriação dos discursos por certas categorias de sujeitos. Digamos, em uma palavra, que são esses os grandes procedimentos de sujeição do discurso. (2008, p. 44)

Enquanto isso, sobre sua própria categoria de análise, Chartier pondera que “pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas” (p. 136). Logo, o estudo das apropriações promovidas por leitores e leitoras pode ser efetivado a partir de referenciais teóricos distintos, e capazes de embasar os procedimentos de pesquisa em tal busca.

Por possuir em todas as edições a seção “Cartas dos Leitores”³⁵, as revistas *TIME* e *VEJA* são fontes documentais privilegiadas para se efetuar estudos desse caráter, apesar das limitações impostas pela seleção das cartas efetuada pelos editores do periódico. A seção “Carta do Editor”, também presente em ambos semanários, por sua vez cumpre a função de tornar explícita linha editorial das publicações.

Ao se deparar com uma abordagem historiográfica que busca a reação do leitor frente ao escrito, o historiador Robert Darnton explicita algumas formas possíveis de se

³⁵ Na revista *TIME*, esta seção chama-se “Letters” e a carta do editor é intitulada “A letter from the PUBLISHER”.

construir uma narrativa a partir da percepção da historicidade das práticas de leitura. Segundo o autor, a leitura é inerente ao tempo histórico e, portanto, enquanto prática datada, “a leitura possui uma história” (DARTON, 1992, p. 200). No entanto, tratando-se de uma ação que ocorreu no passado, sua recuperação pelo historiador no presente precisa passar pelos cuidados dos tratamentos teórico-metodológicos. Afinal, a leitura não é um ato objetivo, mas um exercício cultural de estabelecimento de significados, conforme expõe Roger Chartier:

Por outro lado, na maioria das vezes, consideram os textos como se existissem em si mesmos, fora dos objetos ou das vozes que os transmitem, enquanto que uma leitura cultural das obras lembra que as formas como são lidas, ouvidas, ou vistas também participam da construção de seu significado. (CHARTIER, 2009, p. 36)

Para compreender esse estabelecimento de significados no momento da leitura, pode-se considerar também a perspectiva de Darton de que a História vem tentando responder “quem”, “o que”, “onde”, “porquê” e “como” se lê. As três primeiras questões seriam respondidas com mais facilidade, pois os registros costumam ser mais diretos na referência a esses quesitos. Já o “porquê” e o “como” são mais desafiadores, afinal “ainda não descobrimos uma estratégia para o entendimento do processo interno, através do qual os leitores compreendem as palavras” (DARTON, 1992, p. 217-218). Em suma, a escrita documenta a cultura e as formas sociais, de acordo com o sujeito que escreve e podendo ser apropriada de modos diferentes por quem a lê, de um jeito que transcende o momento de sua produção (CASTILLO GÓMEZ, 2002).

A historiografia recente aponta que em seus primeiros anos, *VEJA* não caiu no gosto dos leitores brasileiro. Conforme analisa Thomaz Corrêa, “a expectativa gerada por uma marca que falava em ver (apesar do *e leia* pequenino embaixo de *VEJA*), fez com que a revista ilustrada aguardada por quem comprou o primeiro número fosse um

enorme desapontamento” (2008, p. 218). Para se manter no mercado, era preciso ser comercializada e, para isso, a pretensiosa novidade lançada pela Editora Abril sofreu diversas reformulações em sua linha editorial, principalmente no que se referia aos modos de apuração dos fatos. Com isso, a revista buscava transmitir seriedade nas matérias que veiculava, fosse através de fotografias, descrições minuciosas ou caracterizações dos personagens envolvidos.

De acordo com Maria Fernanda Almeida, durante seus três primeiros anos *VEJA* deu prejuízos à Editora Abril (2008, p. 56). Se a edição de lançamento alcançou a marca de 700 mil exemplares vendidos, as seguintes entraram em decadência. Mesmo quando não dava mais prejuízos, levou alguns anos até cobrir os problemas que havia causado à contabilidade da Editora. Deste modo, a revista *VEJA* se tornou uma publicação lucrativa apenas a partir de 1974. Apesar da assertiva de Carolina Matos (2008), de que “o modelo do jornalismo norte-americano – que enxerga a notícia com uma lógica comercial e utiliza rotinas jornalísticas profissionais e neutras – foi abraçado com mais vigor no final dos anos 80 e início dos 90”, já em 1968 *VEJA* chegava às bancas desejando conquistar um público que era tomado não somente como leitor, mas como consumidor.

No limbo entre a aceitação do público leitor/consumidor e a convivência com a censura efetuada pelo governo, a revista *VEJA* se estabeleceu em conjunto com o fortalecimento da indústria cultural brasileira. Analisando a revista pela perspectiva de Juliana Galloti (1998), o desenvolvimento da indústria cultural brasileira, amplamente estimulado e financiado pelo governo federal nos tempos em que os militares estiveram no comando do poder Executivo, foi um dos elementos fundamentais para o sucesso de *VEJA* no mercado. Ainda que *VEJA* tenha afirmado que não compactuava com o regime foi, diretamente, beneficiada pelas ações dos militares, pois, conforme Renato Ortiz, “a

modernização da sociedade tem, como contrapartida, uma reorganização da esfera cultural, sobretudo com a consolidação, nos anos 60 e 70, das indústrias culturais” (ORTIZ, 2003, p. 184).

As táticas de *VEJA* para se adaptar ao mercado explicitam a função do trabalho de edição. E por edição, neste caso, não se compreende apenas a edição dos textos. Segundo Thomaz Corrêa, “editar uma revista é organizar os diversos elementos que compõem suas páginas, de maneira a transmitir para o leitor uma mensagem clara sobre tema e conteúdo que formam a matéria” (2008, p. 227). Assim também sugere Roger Chartier quando trata das possibilidades de sentidos geradas pelos diferentes suportes nos quais se encontram as fontes históricas (2001). De acordo com Roger Chartier, “há uma ilusão que deve ser dissipada, a ilusão de que um texto é o mesmo texto embora mude de forma” (2001, p. 148).

Tais assertivas são fundamentais para a pesquisa histórica envolvendo revistas, especialmente ao se levar em conta as ponderações de Heloisa Cruz e Maria do Rosário Peixoto de que “convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias “têm uma opinião”, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos” (2007, p. 258). Deste modo, o que *VEJA* veiculava em suas matérias não deve ser tomado pela História apenas como “informações”, afinal, trata-se daquilo que foi tornado notícia, que se quis tornar público e sobre o que se atribuíram diversos sentidos – na escrita e nas leituras.

A exaltação do conceito de “revista de informação”, veiculado pela campanha publicitária pré-lançamento de *VEJA*, explicita que viabilização da liberdade de expressão e do acesso à informação se constitui como uma característica fundamental para as sociedades democráticas (MARTINS & LUCA, 2009, p. 125). Para Antonio Castillo Gómez, se por muitos séculos a escrita foi tomada como privilégio de poucos,

por motivos culturais diversos, há pelo menos dois séculos as tentativas de democratizá-la vem se firmando como mais uma transformação no mundo ocidental (2002). Logo, por essas ponderações, deve-se considerar que a imprensa escrita periódica se torna um espaço de disputas de poder. Afinal, a imprensa, além de escrever, registra. Segundo Viñao Frago, “se algo não é registrado, por exemplo, numa lista ou relação que dá conta do existente ou do realizado num dado lugar e momento, ficará sempre a dúvida se tal pessoa ou objeto estavam ali ou se tal fato aconteceu” (2001, p. 27). Ou seja, mesmo sabendo que o escrito não é um espelho da realidade, mas uma interpretação sobre ela, o registro indica alguns vestígios do que se passou.

Além disso, de acordo com Carolina Matos, “nas democracias liberais, os sistemas de comunicação são vistos como essenciais para o exercício completo dos direitos de cidadania” (2008, p. 14). A revista *VEJA*, lançada poucos meses antes do governo brasileiro instituir o Ato Institucional Nº5 (conhecido como AI-5), conviveu com as tensões da censura praticada pela ditadura militar desde seu lançamento até meados de 1976³⁶.

Devido a interferência da censura em sua redação, *VEJA* se manifestou como um veículo contrário à ditadura civil-militar que esteve no poder no Brasil no período compreendido entre 1964 e 1985. Como estratégia para conviver com a censura, *VEJA* fez uso de metáforas nas páginas riscadas pelos censores e passou a exercitar a autocensura. Segundo Sérgio Matos, “enquanto as proibições telefônicas se sucediam, os profissionais das emissoras de rádio e de televisão percebiam que a censura tinha predileção por certos assuntos e passaram a evitá-los, ingressando, por “prudência”, no que se pode identificar como autocensura” (2005, p. 121). Ou seja, já tendo conhecimento do tom que suas matérias deveriam ter para ser aprovadas, a redação da

³⁶ A tese de Maria Fernanda Lopes Almeida pretende elucidar alguns elementos dessa convivência entre *VEJA* e a censura militar. In: ALMEIDA, 2008.

revista se alinhou à perspectiva das notícias que o governo permitia que fossem postas em pauta.

Uma das formas mais explícitas de alinhamento entre as matérias veiculadas por *VEJA* e o que o governo militar desejava ver em cena foram as diversas páginas da revista dedicadas à propaganda anticomunista. Na seção “Brasil” da edição de 11 de setembro de 1968, a matéria “A culpa da violência” discorreu sobre os conflitos entre estudantes e a polícia. Sobre as novas táticas de utilizadas por estudantes contrários ao regime militar no confronto com as polícias, a revista expos a declaração do General Luís França de Oliveira, Secretário de Segurança Pública da Guanabara:

“Hoje em dia”, explica o General, “grande parte dos estudantes é dirigida por elementos estranhos à classe. O próprio movimento estudantil de subversão, que agora se observa, é prova eloqüente dessa afirmação. Aqui no Brasil – ou mais particularmente na Guanabara – considero tudo isso como parte de um movimento insurrecional, controlado pelos elementos do extinto Partido Comunista”. E nessa convicção, portanto, estaria – a seu ver – a melhor justificativa para o rigor das autoridades diante das manifestações. (*VEJA*, 11/09/1968, p. 23)

Apesar do subtítulo “Os dois lados admitem a violência” e de explicitar que aquela seria a opinião do General (ao usar expressões como “a seu ver”), a matéria apresentou apenas entrevistas com militares. Logo, se assim como entre as agências de notícias que informavam *VEJA* sobre os conflitos no mundo comunista não havia nenhuma localizada em país comunista, sobre os conflitos entre estudantes e policiais brasileiros não houve menção da revista à versão dos estudantes. Nesses casos, os silêncios de *VEJA* são tão reveladores quanto seus textos.

Por outro lado, os posicionamentos da linha editorial da revista *VEJA* quanto aos EUA e as relações Brasil-EUA eram explícitos e recorrentes. Presidentes e diplomatas americanos estamparam algumas capas da revista, sendo que só em 1976 foram 4: a visita do secretário de Estado americano, Henry Kissinger, ao Brasil rendeu duas capas

no mês de fevereiro; e a eleição presidencial dos EUA motivou uma capa apenas com Jimmy Carter em julho e outra com Gerald Ford e Carter em setembro. O abraço de Kissinger e Francisco Azeredo da Silveira, chanceler brasileiro, compôs a capa com o enunciado “Brasil-EUA: Parceiros mais próximos”.

Figura 5 – Brasil-EUA: Parceiros mais próximos



(Revista VEJA, 25/02/1976, capa)

As relações do Brasil com os Estados Unidos eram abordadas pela revista brasileira geralmente pelos aspectos políticos, econômicos e diplomáticos. Nas 8 páginas ocupadas pela matéria de fevereiro sobre a visita de Kissinger, *VEJA* dedicou-se a defender que a maior aproximação entre os dois países acarretaria em benefícios para ambos. Utilizando-se do jogo de palavras da conhecida frase americana, *VEJA* abrindo a matéria com a afirmação: “O que é bom para o Brasil pode ser bom também para os Estados Unidos” (Revista *VEJA*, 25/02/1976, p. 12).

Desde o ano de seu lançamento, 1968, *VEJA* já destacava a importância da parceria do Brasil com os EUA. No segundo mês de circulação da revista, uma matéria anunciando a visita de Robert McNamara publicou que esse evento teria “maiores consequências para a vida do povo brasileiro” (Revista *VEJA*, 23/10/1968, p. 24).

McNamara era, naquele momento, presidente do Banco Mundial e a revista expôs que: “O banqueiro do mundo vem ao Brasil defender a tese de que o progresso chega mais depressa aos países que sabem planejar o crescimento da população” (Revista *VEJA*, 23/10/1968, p. 24). O Banco Mundial estava lançando uma nova política de empréstimos para a América Latina, segundo o texto, e passariam a receber maiores empréstimos os países que aplicassem políticas de controle da natalidade. Na semana seguinte, outra matéria sobre o assunto explicou a nova política:

O Banco Mundial, como qualquer banco ao conceder empréstimos, leva em conta as condições do cliente e faz uma escala de prioridades. (...) Assim, é possível que o Banco recuse empréstimos, se considerar explosivo o crescimento demográfico de um país em que não haja controle governamental da natalidade. Segundo economistas ligados ao Governo do Brasil, McNamara não considera o nosso um país em que, na sua opinião, o crescimento rápido da população leva necessariamente à pobreza. Entre os países sul-americanos, a taxa de natalidade do Brasil está num ponto médio. (Revista *VEJA*, 30/10/1968, p. 20)

Supondo que tenha sido por conta dessa consideração de que a taxa de natalidade brasileira estava em ponto médio, *VEJA* relatou que McNamara havia emprestado 75 milhões de dólares ao Brasil, sem tratar das questões de natalidade. Isso foi considerado inesperado pela revista, afinal “O presidente do Banco Mundial acha que em país subdesenvolvido o Governo deve controlar os nascimentos, deixando aos casais a escolha dos métodos” (Revista *VEJA*, 30/10/1968, p. 20).

No entanto, a revista levantou ainda outra hipótese para o assunto ter permanecido intocado naquela visita de McNamara: a resistência brasileira, inclusive do governo, quanto às iniciativas para controle do crescimento populacional. Descrito

como país majoritariamente católico, o Brasil foi descrito e analisado pela matéria de *VEJA* como fiel às orientações da Igreja Católica. Naquele ano, com o lançamento da Encíclica *Humanae Vitae* pelo papa Paulo VI, a recusa da Igreja quanto à regulação da natalidade estava evidente e em pauta. Por isso, o assunto ainda era visto como delicado (Revista *VEJA*, 30/10/1968, p. 20).

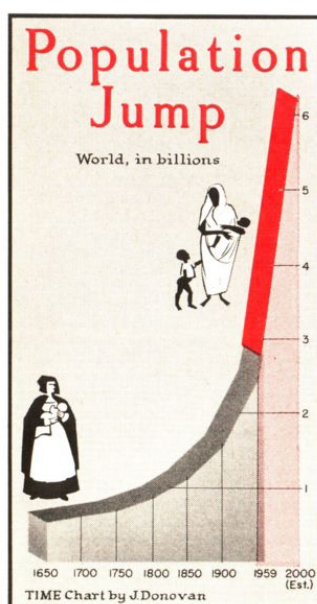
Compreender como o Brasil era representado nos Estados Unidos, por meio da revista *TIME*, e como os Estados Unidos eram apresentados ao Brasil pelas páginas da revista *VEJA* propicia o reconhecimento dos pontos de contato no discurso dessas revistas no que se refere às relações interamericanas. Nota-se que as revistas, além de possuírem linhas editoriais semelhantes, propagavam notícias e posicionamentos também alinhados. Esses discursos defendiam a atuação da política externa norte-americana no Brasil, com especial ênfase ao atendimento de solicitações feitas pelos EUA, inclusive no que se refere às políticas de controle da natalidade, visando alguma ajuda ao maior país sul-americano.

CAPÍTULO 2 – “ATÉ QUANDO CRESCEREMOS?”

2.1 “Population, the numbers game”: crescimento populacional

Os 36 filhos de Berlino de Andrade (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 19) ou os 32 filhos de Raimundo Carnaúba (Revista *VEJA*, 16/11/1983, p. 72) não foram menções isoladas³⁷: *the numbers game* marcaram presença em praticamente todas as páginas de *TIME* e *VEJA* que dedicaram-se aos debates sobre crescimento populacional mundial nas décadas de 1960 e 1970. A apresentação de números, gráficos, tabelas e as referências aos estudos empreendidos por especialistas – tais como demógrafos, sociólogos, economistas, médicos ou membros do governo de algum país, eram recursos utilizados para conferir credibilidade aos discursos populacionais.

Figura 6 – Ilustração gráfica: população mundial de 1650 ao ano 2000

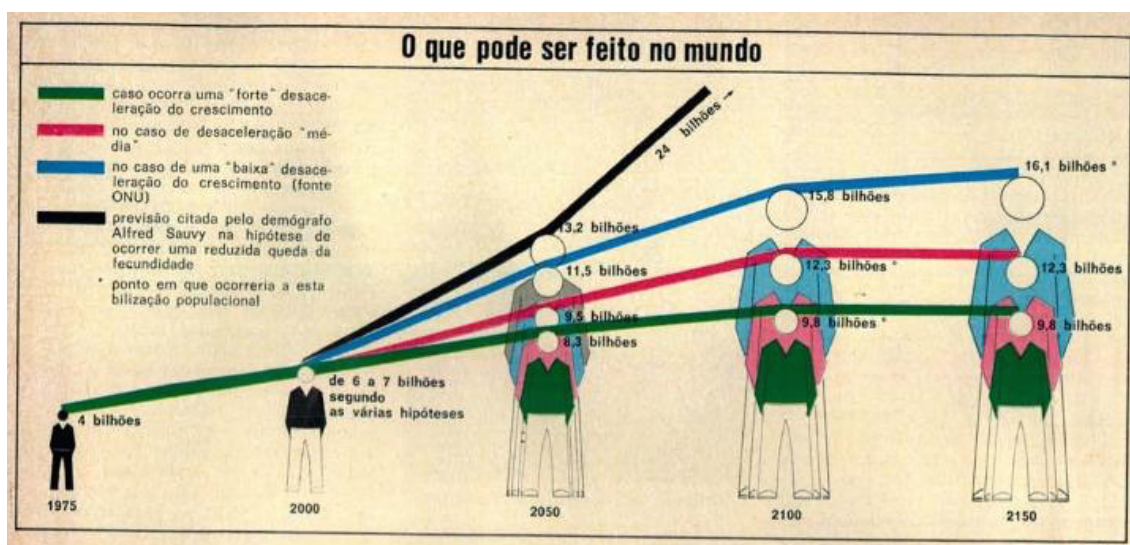


³⁷ As referências a Raimundo Carnaúba e Berlino de Andrade foram abordadas na Introdução deste trabalho.

(Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 20)

Em “População, o jogo dos números”³⁸, a reportagem de *TIME* apresentou alguns dados numéricos e uma avaliação do cenário mundial. Segundo o texto, “no início de 1960, a população mundial ficou em 2,8 bilhões; dentro de 40 anos, preveem os especialistas da ONU, será em algum lugar para 6 a 7 bilhões [de habitantes]”³⁹ (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 19). Na segunda metade do século XX, a virada do milênio foi tida como referência para o horizonte de expectativas das análises demográficas divulgadas pelas revistas. O ano 2000 aparece em diversas publicações de *TIME* e *VEJA*, normalmente como ano-indicador da grave explosão populacional que estava para acontecer, se nada fosse feito até lá.

Figura 7 – Ilustração gráfica: perspectivas para o século XXI



(Revista *VEJA*, 16/01/1974, p. 54)

A matéria da revista *VEJA*, intitulada “Até quando cresceremos?”, estampou a capa da edição lançada em 16 de janeiro de 1974. Um conjunto de números e previsões para o futuro foram apresentados no texto das seis páginas e nas ilustrações dedicadas

³⁸ Population, the numbers game.

³⁹ As 1960 began, the world's population stood at 2.8 billion; within 40 years, predicted U.N. experts, it would be somewhere between 6 and 7 billion.

ao assunto, e constatou-se onde estava o problema: “acontece que bons exemplos de freadas mais ou menos espontâneas só podem ser colhidos nos floridos e bem cuidados jardins dos países industrializados. No quintal dos subdesenvolvidos a fertilidade continua acentuada” (Revista *VEJA*, 16/01/1974, p. 55).

Catorze anos antes da constatação divulgada por *VEJA*, portanto em 1960, *TIME* veiculava discurso semelhante: “hoje, dois terços da raça humana não tem o suficiente para comer. E é entre os povos famintos da Ásia, África e América Latina que a explosão populacional é mais violenta”⁴⁰ (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 19). Segundo as revistas, era preciso fazer algo. Para isso, urgia implantar o controle da natalidade em países considerados não desenvolvidos na época:

Até agora, as campanhas de controle de natalidade, mesmo quando receberam apoio do governo (como na Índia), tiveram dificuldades. Os defensores do controle da natalidade e os pesquisadores miram na pílula – o anticoncepcional oral “ainda não descoberto”, barato para se adequar aos bolsos de latinos, asiáticos e africanos empobrecidos, e simples o suficiente para ser entendido por todos. A resistência à ideia de controle de natalidade é muitas vezes composta por um complexo de atitudes emocionais, morais, filosóficas e econômicas. Na América Latina, nas Filipinas, no Vietnã do Sul e no Ceilão, a proibição católica aos anticoncepcionais é sentida⁴¹ (Revista *TIME*, 11/01/1960, p. 20).

Neste ponto, cabe questionar duas acepções, de forte conteúdo político-ideológico, amplamente tratadas pelas matérias da revista *TIME* como corriqueiras. Primeiro, as matérias transmitiam a ideia de que havia na época uma associação automática entre riscos da superpopulação e aumento da pobreza em países já considerados pobres e atrasados. De acordo com esse discurso, os problemas

⁴⁰ Today two-thirds of the human race does not get enough to eat. And it is among the hungry peoples of Asia, Africa and Latin America that the population explosion is most violent.

⁴¹ So far, birth control campaigns, even when given government support (as in India), have had a hard time of it. Birth control advocates and research scientists look ahead to “the pill” — the still-undiscovered oral contraceptive cheap enough to suit the pocketbooks of impoverished Latinos, Asians and Africans and simple enough to be understood by all. Resistance to the idea of birth control is often a complex of emotional, moral, philosophical and economic attitudes. In Latin America, the Philippines, South Viet Nam and Ceylon, the Roman Catholic prohibition of contraception is felt.

decorrentes do crescimento populacional não interfeririam negativamente na América do Norte, considerada referência mundial em termos de desenvolvimento econômico, social e industrial – apesar de também haver um acréscimo considerável em sua população desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Essas percepções construídas sobre *os outros* estavam relacionadas às representações sociais do “excepcionalismo norte-americano” e da superioridade deste. Seu anseio de ser um mediador entre um mundo dito subdesenvolvido e aquilo que acreditavam que elevava o país a uma grande potência mundial também integraram o conjunto de perspectivas que guiaram a política externa estadunidense durante a segunda metade do século XX. Visava, portanto, um caráter “educativo” daqueles que pretensamente precisavam aprender a dar os mesmos passos largos ante dados pela nação norte-americana rumo ao “progresso” (AZEVEDO, 1998). A valorização da liberdade, do “estilo de vida americano”, do poder de consumo e da classe média, foram índices da pretensão civilizatória empreendida pelo Estados Unidos naquele período (SILVA, 2012).

A proposição, frequentemente repetida, de que os “EUA devem organizar a paz”, responsabilizando-se por promover os princípios universais da democracia e da liberdade, carrega, implicitamente, a perspectiva da excepcionalidade dos EUA, que estariam acima, e não dentro, do sistema internacional. (AZEVEDO, 2007, p. 133)

Apesar dessa prática de exercer a pressão externa em outros países, deve-se tomar o cuidado de não considerar que todos os norte-americanos desejavam ou pensavam do mesmo modo. Esse conceito de excepcionalismo americano não se revelou uníssono e, apesar de dominante, foi alvo de críticas e dissensos. Deve-se, pois, compreender que a cultura política estadunidense como complexa e heterogênea. Afinal, a (co)existência de culturas políticas não deve ser concebida como inserida em

processos pacíficos e homogêneos. Elas costumam ser plurais, abarcando diferentes concepções e práticas de poder. Berstein afirma que o olhar dos historiadores políticos devem estar atentos para a “(...) influência das culturas políticas dominantes, portadoras de temáticas que ganham ampla adesão da população, influência à qual é difícil se opor sem perder toda a credibilidade” (2009, p. 40). Essa influência, considerada propulsora de comportamentos políticos, revela elementos fundamentais para que se compreendam as motivações do político, sendo este o principal objetivo da História quando se integra ao estudo das culturas políticas. Exercendo sua influência e elaborando consensos, a cultura política consegue formular condições favoráveis para que haja a manutenção da coerência do corpo social.

Entretanto, “os historiadores entendem por cultura política um grupo de representações, portadoras de normas e valores, que constituem a identidade das grandes famílias políticas e que vão muito além da noção reducionista de partido político” (BERSTEIN, 2009, p. 31). Com isso, compreende-se que as representações e significações sociais, moldes de uma sociedade idealizada, tentam inculcar os indivíduos de imagens, sentidos e, assim, práticas. E, na concepção de Berstein, tais representações e significações sociais atuam através da cultura política. Assim, a cultura política pode auxiliar na compreensão dos comportamentos políticos, de modo a transpor os limites descritivos sobre este fenômeno e buscando os significados e as razões sociais das práticas.

Segundo a historiadora brasileira Ângela de Castro Gomes, a cultura política é apreendida pela História como um sistema de representações que permite compreender os “sentidos que um determinado grupo atribui a uma determinada realidade social, em determinado momento e local” (2007, p. 48). René Rémond também faz referência à cultura política na condição de elemento integrador de comportamentos coletivos. Para

o autor, a cultura política é a “singularidade do comportamento de um povo” (RÉMOND, 2003, p. 450), através da qual se pode obter indícios da identidade coletiva e do *ethos* de uma nação. A (co)existência de culturas políticas não deve ser concebida como inserida em processos pacíficos e homogêneos⁴². Pelo contrário, segundo Gomes, embasam-se na heterogeneidade e em relações políticas quase sempre desiguais.

A segunda acepção frequentemente divulgada pela revista *TIME* refere-se à suposta ampla aceitação dessa premissa de que superpopulação seria um problema apenas em países pobres ou considerados atrasados. No jogo de palavras escolhido por *TIME*, parecia haver pouca divergência entre os norte-americanos em relação à necessidade de ajudar outros países na implantação de programas de planejamento do tamanho das famílias, e quanto à irrelevância do controle do crescimento populacional norte-americano. Se o problema populacional estava apenas onde havia também pobreza, a representação social dos Estados Unidos como país rico e avançado não tornava a questão um problema interno. Talvez por isso, as matérias sobre crescimento populacional veiculadas em *TIME* nas décadas de 1960 e 1970 em sua maioria ocuparam a seção *World*, sendo apenas quatro delas estiveram na seção *National Affairs*. Quando relacionadas aos métodos contraceptivos, algumas matérias ocuparam também as seções *Medicine* ou *Religion*.

Apesar do discurso majoritário voltar os olhares norte-americanos sobre crescimento populacional para “fora de casa”, uma curta matéria publicada na seção *National Affairs* em 1969 trouxe o tema para a pauta da política interna:

Os pobres podem não estar ficando cada vez mais pobres, mas estão em constante crescimento numeroso. As famílias pobres nos EUA têm uma média de 4,5 filhos, em comparação aos 3 filhos daquelas que estão acima da

⁴² Berstein afirma que o olhar dos historiadores políticos deve estar atento para a “(...) influência das culturas políticas dominantes, portadoras de temáticas que ganham ampla adesão da população, influência à qual é difícil se opor sem perder toda a credibilidade” (2009, p. 40).

linha de pobreza. Na semana passada, o presidente Nixon enviou uma mensagem ao Congresso pedindo aumento nos serviços federais de planejamento familiar para os próximos cinco anos (Revista *TIME*, 25/07/1969)⁴³.

O texto publicado pela revista *TIME* reforça que a preocupação dedicada ao crescimento populacional estava atrelada principalmente aos pobres, inclusive norte-americanos. Foi através da relação estabelecida politicamente entre crescimento populacional e crescimento da pobreza, aliada ao desfecho da Segunda Guerra Mundial e diante da conjuntura da Guerra Fria, e especialmente após a Revolução Cubana, que os Estados Unidos e demais países tidos por desenvolvidos subvencionaram programas de desenvolvimento interno e planejamento familiar em países da América Latina. Enfim, acreditava-se que a superpopulação nesses locais levaria ao aumento da pobreza e, conseqüentemente, à expansão comunista (PEDRO, 2003, p. 242).

O governo dos Estados Unidos assumiu postura pró-controle da natalidade entre os países latino-americanos após a Revolução Cubana de 1959. Durante as décadas de 1960 e 1970, o governo norte-americano investiu em programas que disseminaram políticas de planejamento familiar⁴⁴, principalmente através da *United States Agency for International Development (USAID)*. Esta Agência foi articuladora da *Alliance for Progress* lançada pelo então Presidente John Kennedy em 1961 e que “deveria representar uma mudança de paradigma na política exterior norte-americana para a América Latina” (AZEVEDO, 2007, p. 131).

No Brasil, tanto os programas norte-americanos quanto os de outras sociedades civis internacionais, como a *International Planning Parenthood Federation (IPPF)* que

⁴³ The poor may not be getting poorer, but they are constantly growing more numerous. Poor families in the U.S. have an average of 4.5 children compared with three for those above the poverty line. Last week President Nixon sent a message to Congress calling for a major increase in federal family planning services in the next five years.

⁴⁴ Enquanto o movimento pró-controle da natalidade nos Estados Unidos no início do século XX ficou conhecido por Birth Control, as políticas controlistas adotadas na década de 1960 foram chamadas pelo eufemismo Family Planning (planejamento familiar). A adoção do termo planejamento familiar tinha o objetivo de amenizar o caráter intervencionista das políticas propostas (ALVES & CORRÊA, 2003).

financiou a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), atuaram principalmente nas camadas populares, através da distribuição de pílulas anticoncepcionais e de informações sobre métodos contraceptivos em geral. Planejar o tamanho das famílias brasileiras representava, naquele momento, a possibilidade de gestão da população através da família, na condição de instituição moral que vincula Estado e indivíduo. Um vestígio disso é que “a redução no número de filhos entre as camadas médias, constatada nas revistas, representou um resultado não esperado pelos planejadores da redução das taxas demográficas, uma vez que as políticas eram dirigidas especialmente à pobreza” (PEDRO, 2011, p. 249).

A transnacionalização dos debates sobre crescimento populacional levou à implementação de políticas de controle da natalidade nos países do Terceiro Mundo e disseminou o uso de métodos contraceptivos entre as mulheres. Nas décadas de 1960 e 1970, essa disseminação baseou-se mais em metas demográficas do que na percepção de que o controle do tamanho da família seria um direito (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 145). Esta segunda percepção se consolidou apenas na década de 1990, diante dos debates da Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento. O termo “direitos reprodutivos” havia sido lançado em 1984, no Terceiro Encontro Internacional de Saúde da Mulher, ocorrido em Amsterdam, a partir das discussões pautadas por mulheres feministas. Ainda que visando uma abrangência maior do que a questão populacional e contando com posicionamentos plurais, o movimento feminista contribuiu de sobremaneira para a separação entre direitos sexuais e direitos reprodutivos.

São diversas as teorias que problematizam a relação entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico, sendo que as mais conhecidas são as teorias malthusiana, marxista, eugênica, da modernização e neomalthusiana. De acordo com Alves e Corrêa (2003), a teoria malthusiana, baseada na afirmação de Thomas

Malthus no final do século XVIII de que o crescimento populacional é a principal causa da pobreza, recebeu críticas de Karl Marx por este autor acreditar que a causa da miséria não é o crescimento populacional, mas o modo de produção capitalista. A eugenia, segundo a qual o que importa é a “qualidade” da população e não o seu tamanho, por sua vez influenciou no racismo aberto do final do século XIX e início do século XX; enquanto a teoria da modernização, em alta após a Segunda Guerra Mundial, defendeu que o crescimento populacional é algo positivo e decorrente do processo de urbanização social.

A teoria neomalthusiana fortaleceu-se na década de 1960 e concorda com Malthus quanto à relação negativa entre crescimento populacional e desenvolvimento econômico, mas discorda quanto à solução apresentada. Enquanto os teóricos neomalthusianos desencorajavam a fecundidade, Thomas Malthus, de acordo com seus princípios religiosos, propôs no século XVIII que o único meio aceitável de limitação da população era o adiamento da idade ao casar. Para lidar com as resistências morais e religiosas ao controle da natalidade, o discurso neomalthusiano adotou o termo “planejamento familiar”.

Através das reportagens veiculadas por *TIME* e *VEJA*, pode-se constatar que as políticas de planejamento familiar centraram-se nos corpos das mulheres. Além dos principais métodos contraceptivos distribuídos na época, pílula e DIU, serem direcionados para as mulheres, os programas apresentados pelo governo norte-americano praticamente excluem os corpos dos homens nas ações de controle do tamanho das famílias.

Essa centralidade nos corpos das mulheres também pode ser observada num documento elaborado por Henry Kissinger, Secretário de Estado norte-americano entre 1973 e 1977, no qual apenas as mulheres são alvos dos programas de saúde e

assistência. Para compreendermos a política de controle da natalidade empreendida pelo governo norte-americano, o documento *Implicações do crescimento populacional mundial para segurança e interesses externos dos Estados Unidos*⁴⁵ apresenta-se como uma fonte documental relevante. O relatório, considerado confidencial pela Casa Branca até 1989, foi produzido em 1974 pela equipe de Henry Kissinger. Contendo mais de duzentas páginas, o documento estabelece as políticas e estratégias a serem implementadas pelo governo estadunidense para a redução da população dos países de terceiro mundo. Em diversos trechos do documento assinado por Henry Kissinger é possível constatar que a política externa norte-americana estava atenta a um possível protagonismo do Brasil no ambiente político da América Latina. Uma das assertivas do relatório é que “a perspectiva de rápido crescimento econômico - se não for enfraquecida pelo excesso de crescimento demográfico - indica que o Brasil terá cada vez maior influência na América Latina e no mundo nos próximos 25 anos”.

A revista *TIME*, na matéria intitulada “População: o problema do nosso tempo”⁴⁶ e veiculada na edição de 20 de agosto de 1965, justificou que os homens latino-americanos eram resistentes ao controle da natalidade devido ao forte machismo recorrente entre eles:

Parte do problema é a tradição católica da América Latina, que se opõe a qualquer forma de regulação família, exceto o método do ritmo (tabelinha). Infelizmente, essa forma de controle de natalidade tem se revelado muito sofisticada para massas de iletrados da América Latina. Outro fator é o machismo, pois os homens possuem “complexo de He-Man”, para quem é uma questão de orgulho masculino ter proezas sexuais e muitos filhos – dentro ou fora do casamento. Em algumas áreas da América Latina, um homem que é pai de apenas cinco ou seis crianças pode ser considerado pelos seus amigos um retardatário, se não um impotente⁴⁷ (Revista *TIME*, 20/08/1965, p. 34).

⁴⁵ Implications of Worldwide Population Growth for U.S. Security and Overseas Interests.

⁴⁶ Population: the problem of our time.

⁴⁷ Part of the problem is Latin America's Roman Catholic tradition, which opposes any means of family regulation except the rhythm method. Unfortunately, that form of birth control has proved far too sophisticated for Latin America's widely uneducated masses. Another factor is machismo, a he-man complex that makes sexual prowess and large families—in or out of wedlock—a matter of male pride. In

Catolicismo e machismo foram os fatores indicados pelas matérias de *TIME* na condição de principais responsáveis pela baixa adesão ao controle da natalidade na América Latina. Diversas outras matérias mencionaram ambos fatores. Referindo-se aos homens do Nordeste brasileiro, o historiador Durval Muniz Albuquerque Junior intercrusa na obra *Nordestino: uma invenção do falo* (2003) a representação social de identidade regional nordestina e os discursos sobre o ser-homem, ou seja, a construção de identidades de gênero (masculino) a partir de um discurso dirigente sobre o “ser macho”. O autor apresenta, pois, a produção de subjetividades masculinas, baseadas no imaginário de que o “macho” seria o verdadeiro nordestino, rústico e viril.

Essa identidade de gênero do macho, no caso do estudo de Albuquerque Junior vinculada à identidade regional nordestina, foi descrita por *TIME* como característica dos homens latino-americanos em geral. Exemplo disso, a notícia publicada por *TIME* de que em 1979 o México havia reduzido seu crescimento populacional de 3,5% para 2,9%, por meio de um programa de controle da natalidade, afirmou:

Cerca de 40% dos 15 milhões de mulheres em idade fértil no país tem sido persuadidas a usar alguma forma de contracepção. Embora a Igreja Católica não tenha atacado diretamente o programa, há resistência ao controle da natalidade em algumas partes do México. Há homens que sentem que ter muitos filhos é uma prova de virilidade (Revista *TIME*, 08/10/1979).

A discussão pública das práticas reprodutivas dos casais começou nos Estados Unidos no início do século XX, porém foi uma novidade na América Latina na metade do mesmo século. A assertiva de um especialista, reproduzida por *TIME*, não deixa dúvidas: “Reprodução”, disse o demógrafo Day Lincoln em um simpósio da

some areas of Latin America, a man who has fathered only five or six children may be regarded by his friends as something of a laggard, if not bordering on impotence.

Universidade de Yale para ginecologistas, “é um ato privado, mas não é um assunto privado. Possui profundas consequências sociais” (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 28).

Na década de 1960, inaugurada pelo lançamento da pílula anticoncepcional no mercado norte-americano, as políticas de planejamento familiar integraram constantemente as agendas dos debates mediados pelo Estado e pela imprensa midiática. O uso de métodos de anticoncepção foi abordado pela matéria “Contraceção: Novidades sobre a pílula⁴⁸”, veiculada pela revista *TIME* em sua edição de 21 de abril de 1967. No decorrer daquela década, a publicação de origem estadunidense dedicou algumas de suas páginas aos debates sobre uso da pílula e demais métodos anticoncepcionais.

A revista *TIME* americana publicou doze matérias durante a década de 1960 que abordaram o controle da natalidade, o planejamento familiar e os métodos anticoncepcionais. Dessas, nove estamparam as páginas da revista na segunda metade da década, demonstrando que o assunto estava inserido na pauta do periódico. Durante a década de 1950, apenas uma matéria sobre planejamento familiar foi veiculada por *TIME*, na edição de 12 de agosto de 1957. Por isso, estima-se que tais assuntos tenham se tornado pauta de debates na imprensa periódica de informação a partir da década de 1960. As narrativas construídas pelo periódico *TIME* ora exaltavam a liberdade que a chegada da pílula no mercado, ocorrida naquela década, traria aos casais; ora exaltava a interferência do Estado norte-americano na vida privada das populações de países considerados “subdesenvolvidos” através das políticas de planejamento familiar e, conseqüentemente, de controle da natalidade.

O texto “Contraceção: Livres do medo⁴⁹”, da edição de 07 de abril de 1967, apresentou os diversos métodos disponíveis naquele momento para se evitar uma

⁴⁸ Contraception: News of the Pill.

⁴⁹ Contraception: Freedom from Fear.

gravidez indesejada e explicita uma das partes dessa contraposição narrativa. A adoção de métodos anticoncepcionais era considerada uma expressão da liberdade moderna, que permitia aos casais autogerirem o tamanho de suas famílias.

Apesar disso, a reportagem também apresentou dois “graves problemas morais” decorrentes do uso da pílula. O primeiro, relacionado à instituição Católica, era a proibição do Vaticano⁵⁰ sobre a adoção de métodos considerados não naturais. Basicamente, a única alternativa de controle da natalidade aceita pela Igreja Católica era a “tabelinha⁵¹”, pela qual evitava-se a gravidez a partir do controle do ciclo menstrual da mulher. O segundo, atrelado às culturas de honra e bons costumes, referia-se às mulheres solteiras que tomavam as pílulas. Questionava-se se a segurança de que não engravidariam induziria as mulheres à chamada promiscuidade. Apesar de expor esses conflitos sociais em voga na época, o texto da revista *TIME* logo em seguida defende o uso da pílula ainda que houvesse essas duas adversidades. Afinal, segundo a matéria, 53% dos casais católicos norte-americanos já teriam adotado alguma forma de controle de natalidade diferente da tabelinha e o mesmo temor relacionado à promoção da promiscuidade já verificava-se quando foram lançados o automóvel, o *cinema drive-in* e o motel, por exemplo.

A matéria “Contracepção: Livres do medo”, que exaltou os benefícios da pílula lançada no mercado norte-americano em junho de 1960, afirmou ainda que mesmo em países considerados “pobres”, como o Brasil, a pílula já era vendida e reconhecida como uma opção plausível a todas as mulheres. A reportagem da revista *TIME* deixou explícita a visão que tinha sobre as mulheres desses países, especialmente quando defendeu que:

⁵⁰ Sobre os discursos da Igreja Católica sobre métodos contraceptivos e planejamento familiar, ver subcapítulo 4.2 deste trabalho.

⁵¹ No original: “rhythm”.

Para aquelas das favelas e rincões de nações como o Brasil e a Malásia, a esperança parecia depositada num contraceptivo mecânico muito mais barato e mais simples, o dispositivo intra-uterino, ou DIU. Uma vez inserido por um médico, o DIU pode ser deixado no local e esquecido. Mas relatórios mais recentes mostram que mesmo as mulheres analfabetas, que não sabem contar, conseguem tomar suas pílulas conforme programado⁵² (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 79).

Percebe-se então que, de acordo com o texto da revista americana, mesmo as mulheres analfabetas, especialmente presentes em países considerados pobres, deveriam ser capazes de fazerem uso correto do método. A matéria de abril de 1967 ainda repercutiu posteriormente na própria revista *TIME*, como na edição de 21 de abril daquele ano⁵³. Por meio desta, é possível constatar uma inserção nas pautas jornalísticas, pois afirma que “nas últimas semanas, jornais e revistas foram preenchidos por notícias sobre planejamento familiar, controle populacional e pílula anticoncepcional⁵⁴” (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 28). O debate assumido pela imprensa decorria principalmente da Conferência Mundial da Federação Internacional de Planejamento Familiar, ocorrida no Chile na semana anterior. As previsões sobre os índices de crescimento da população mundial apresentados naquela ocasião foram apocalípticas. Desse modo, tentava-se justificar os esforços para que as políticas de controle da natalidade se efetivassem.

Tais matérias marcam o início de uma sucessão de reportagens publicadas na revista *TIME* sobre o assunto. Até a virada da década, veicularam-se matérias sobre o assunto. Em estudo sobre o debate populacional em revistas americanas, John Wilmonth e Patrick Ball constataram que entre 1967 e 1970 foi o período de alta nas afirmações sobre a importância da limitação da natalidade (2002, p. 643).

⁵² For those in the slums and back-lands of such nations as Brazil and Malaysia, hope seemed to lie with a much cheaper and simpler mechanical contraceptive, the intrauterine device, or IUD. Once inserted by a doctor, an IUD can be left in place and forgotten. But latest reports show that illiterate women who can't count can still take their pills on schedule.

⁵³ Contraception: News of the Pill.

⁵⁴ In the past few weeks, newspapers and magazines have been filled with news of family planning, population control and the pill.

Assim, sexualidade e reprodução, temas cercados pelo silêncio no início do século XX, em sua metade passaram a integrar as pautas da imprensa periódica e tornaram-se agendas da política internacional. A revista *TIME*, assim como demais veículos midiáticos, selecionava os assuntos abordados em suas edições. Ter em vista esse procedimento de escolha é fundamental para o exercício da análise histórica, pois traz a tona as intencionalidades da linha editorial do veículo. Deve-se, pois, questionar por que se deu publicidade àquele acontecimento. Afinal, periódicos que são elaborados no interior de empreendimentos privados geralmente precisam atender a demandas financeiras, aos interesses do público leitor e submeter-se a uma linha editorial ditada por proprietários e anunciantes.

Do mesmo modo, interessa compreender porque as matérias veiculadas por *TIME* e *VEJA* faziam uma associação automática entre riscos da superpopulação e aumento da pobreza em países já considerados pobres e atrasados. De acordo com esse discurso, os problemas decorrentes do crescimento populacional não interfeririam negativamente na América do Norte, considerada referência mundial em termos de desenvolvimento econômico, social e industrial. Por meio de números e estudos estatísticos, as reportagens de ambas revistas alardearam sobre os riscos ao futuro da humanidade apresentando, para isso, dados analisados por especialistas, como demógrafos.

2.2 Teorias sobre superpopulação em notícias

Richard Nixon, presidente dos Estados Unidos no período entre 1969 e 1974, dizia que a explosão demográfica era “um dos mais sérios desafios para o destino humano”⁵⁵ (Revista *TIME*, 13/09/1971, p. 58). Os textos da imprensa naquela época eram enfáticos nas más perspectivas: “fora a guerra termonuclear, o crescimento da população é a questão mais grave que o mundo enfrentará ao longo das décadas imediatamente à sua frente”⁵⁶ (Revista *TIME*, 24/10/1977). O romancista inglês Charles Percy Snow não tinha dúvidas da seriedade do problema e advertiu: “seremos, nos países ricos, cercados por um mar de fome”⁵⁷ (Revista *TIME*, 13/09/1971, p. 58).

Muitas opiniões alardeantes, declarações públicas apreensivas sobre o futuro da humanidade, dados analisados por especialistas e um conjunto de percepções contemporâneas do horizonte de expectativas do problema populacional compuseram as notícias publicadas pelas revistas semanais de informação, *TIME* e *VEJA*, dos anos 60 e 70 do século XX. Entretanto, essa problematização sobre a população e os efeitos de seu crescimento não era um fato novo, iniciado no referido período. Três séculos antes, na passagem do XVIII para o XIX, Thomas Malthus analisou criticamente e propôs formas de frear o crescimento populacional.

Na obra *Ensaio sobre a População* (1983), publicada originalmente em 1798, o economista britânico Thomas Malthus expôs a teoria de que num futuro próximo a população cresceria tanto que não haveria produção de alimentos suficientes para todas as pessoas. Em plena Revolução Industrial, num momento em que as maiores cidades europeias estavam superpovoadas e com boa parte dessa população vivendo em situação

⁵⁵ This is the famous "population explosion" that President Nixon has described as "one of the most serious challenges to human destiny.

⁵⁶ Except for thermonuclear war, population growth is the gravest issue the world faces over the decades immediately ahead.

⁵⁷ “We shall, in the rich countries, be surrounded by a sea of famine,” warns British Novelist C.P. Snow

de miséria, Malthus postulou que a produção de alimentos cresceria em proporção aritmética (1, 2, 3, 4, 5, 6 ...), enquanto a população mundial se multiplicaria em proporção geométrica (1, 2, 4, 8, 16, 32 ...). Através de seus cálculos e previsões, afirmou que era preciso impor um freio repressivo nas taxas de natalidade.

Um homem que nasce num mundo já ocupado, se a sua família não puder alimentá-lo e se a sociedade não puder comprar seu trabalho, não tem o menor direito de exigir qualquer porção de alimento e está realmente a mais na terra. No grande banquete da natureza não há lugar para ele. A natureza impele-o a ir-se embora e não tarda, ela própria, a por tal ordem em execução (MALTHUS, 1983, p. 34).

Para Malthus, as doenças, guerras, epidemias e fome eliminavam parte do excedente demográfico, tornando o problema da superpopulação ainda suportável. Contudo, previu que seria necessária uma política de controle de natalidade para que houvesse um equilíbrio entre produção de alimentos e população. Homem de sua época e com perfil religioso, admitia apenas duas formas de prevenção da gravidez: a abstinência sexual e o casamento tardio, de modo a reduzir o período em que a mulher estaria em idade fértil durante o casamento. Por essas ideias, observa-se que Malthus concentrou seu estudo na fecundidade marital, ou seja, quando a concepção que ocorre dentro do casamento.

As referências na imprensa periódica à teoria malthusiana foram comuns a partir da década de 1950, devido ao *baby boom*. Num ensaio jornalístico, publicado por *TIME* em setembro de 1971, lê-se:

A matemática desse pesadelo faz parecer inevitável: a população mundial, que exigiu séculos para chegar a 1 bilhão, levou apenas 80 anos para dobrar esse número, e só mais 41 anos para alcançar os 3,7 bilhões de hoje. Se a progressão continuar, conforme ampla e melancolicamente previsto pelos *herdeiros espirituais* de Thomas Malthus, haverá uma fila de 7 bilhões de

pessoas em busca de alimentos no ano 2000⁵⁸ (Revista *TIME*, 13/09/1971, p. 58).

Apesar de utilizar o discurso malthusiano como referência, a publicação chamou-o, na legenda de seu retrato, de “Profeta das Sombras”:

Figura 8 – Thomas Malthus na revista *TIME*



GLOOMY PROPHET: THOMAS MALTHUS
(Revista *TIME*, 13/09/1971, p. 58)

A revista *VEJA*, três anos depois, também veiculou a fotografia de Malthus com críticas semelhantes. Na reportagem intitulada “Até quando cresceremos?”, o semanário ridicularizou o britânico, assemelhando-o a um profeta:

⁵⁸ The mathematics of the nightmare always makes it sound inevitable: the population of the world, which required centuries to reach 1 billion, took only 80 years to double that number, and only 41 years more to reach today's 3.7 billion. If the progression continues, it is widely and gloomily predicted by the spiritual heirs of Thomas Malthus, there will be 7 billion people standing in line for their rations in the year 2000.

Pouco antes de Malthus abalar o mundo, por volta de 1800, com a ameaça de uma fome terrível que se abateria sobre os povos se os homens continuassem a se multiplicar geometricamente, um outro precursor da ciência futuroológica afirmava que com 12 milhões de pessoas a França já teria gente demais. “Mataremos o resto”, acrescentava o profeta (Revista *VEJA*, 16/01/1974, p. 52).

Figura 9 – Thomas Malthus na revista *VEJA*



(Revista *VEJA*, 16/01/1974, p. 53)

As menções desonrosas a Malthus, no texto e na legenda do retrato, não significam que a revista tenha assumido postura anticontrolista. Pelo contrário. No decorrer da reportagem, a discurso de *VEJA* chama atenção para o fato de que constatações tão antigas em outros países, principalmente aqueles do Primeiro Mundo, de que o crescimento desenfreado da população reverter-se-ia num grande problema muito em breve, recebia pouca atenção do governo brasileiro:

No Brasil, passada a euforia provocada pela constatação de que o país já não estava crescendo a 3,5% como deve ter crescido num período da década de 50, mas sim 2,8%, pode-se concluir que, se com lógica matemática o motorista demográfico não fizer um pouco mais de pressão no freio, o país chegará aos já inevitáveis 200 milhões antes do ano 2000 e irá em frente num ritmo quase alucinante, atingindo perto de 900 milhões por volta de 2050 (Revista *VEJA*, 16/01/1974, p. 52).

O período “da década de 50”, conforme refere-se o texto da matéria, remete a um considerável acréscimo na população mundial após a Segunda Guerra – conhecido como *baby boom*. Associado ao decréscimo nos índices de mortalidade devido ao desenvolvimento científico em áreas da saúde humana, tais como a produção de vacinas e antibióticos, e sua também consequente melhoria na expectativa de vida, o aumento das taxas de natalidade causaram um *boom* sem precedentes.

A partir da segunda metade do século XX, principalmente na década de 60, constatada essa explosão demográfica, as ideias de Malthus voltaram à cena. Com adaptações às condições contemporâneas, essa nova perspectiva ficou conhecida por teoria neomalthusiana. De acordo com essa teoria, o crescimento populacional nos países do Terceiro Mundo provocaria escassez de recursos naturais, e agravamento da pobreza e das condições de vida em geral. Como profilaxia a esse possível cenário caótico, os teóricos neomalthusianos propunham políticas efetivas de controle de natalidade. Assim, sintetizam José Alves e Sônia Corrêa:

Eles [neomalthusianos] compartilham com Malthus a visão de que o alto crescimento populacional inviabiliza o combate à pobreza. Mas divergem de Malthus quanto às soluções propostas, pois ao invés de defenderem o salário de subsistência como um “freio positivo”, eles pregam o controle da fecundidade dentro e fora do casamento. Livres dos preconceitos religiosos de Malthus, os ideólogos neomalthusianos advogam a utilização de métodos contraceptivos eficientes, inclusive a esterilização e, até mesmo, o aborto. (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 138-139)

A teoria neomalthusiana, que teve seu auge nos anos 1960 esteve mais presente no discurso da revista americana, *TIME*, do que na brasileira *VEJA*, mesmo durante a

década seguinte. Nas páginas da *TIME*, expressava-se explicitamente: “Fertilidade excessiva é, em si, um sério obstáculo ao crescimento econômico”⁵⁹ (Revista *TIME*, 24/10/1977). A revista *VEJA* também veiculou muitas de suas matérias com discurso claramente neomalthusiano, mas não deixou de publicar também algumas críticas. Segundo uma reportagem levada ao público-leitor em 1977, lê-se: “Os adversários da teoria neomalthusiana (...) argumentam que a redução populacional forçada das camadas pobres resultaria numa elevação artificial da renda per capita, de efeito puramente contábil” (Revista *VEJA*, 25/05/1977, p. 74). Na interpretação apresentada pela revista *VEJA*, haveria ainda uma terceira via:

Entre esses dois blocos, enfim, há os que advogam um caminho menos dogmático: nem o controle defendido pelos neomalthusianos nem a prevalência das reformas sociais pretendidas por seus adversários, mas sim uma política que simplesmente dê às populações pobres efetiva informação sobre os métodos anticoncepcionais, bem como livre acesso ao uso desses métodos. Em outras palavras, quem quiser limitar o número de seus filhos deveria ter a liberdade e a possibilidade concreta de fazê-lo (*VEJA*, 25/05/1977, p. 74).

De acordo com as assertivas publicadas na matéria de *VEJA*, a perspectiva neomalthusiana era mais recorrente nos países industrializados do Primeiro Mundo, como os Estados Unidos. A versão reformista seria então característica dos países do lado comunista, do Segundo Mundo.

Em consonância com a visão de mundo neomalthusiana, a revista americana recorrentemente expunha na seção *Medicine* os debates em torno dos métodos contraceptivos e das novas apostas científicas para controle da natalidade, tratando-as como símbolo da modernização, ao passo que em *Religion* trazia à tona o polêmico posicionamento da Igreja Católica Romana em relação à contracepção. Esta última,

⁵⁹ Excessive fertility is itself a serious obstacle to economic growth.

geralmente desenrolava-se em tom de crítica, conforme analisado no Capítulo 3 deste trabalho.

A associação entre práticas contraceptivas, descobertas científicas e modernidade, remete à importante teoria da época. De acordo com o sociólogo sueco Göran Therborn, não havia um número fixo de filhos que fosse considerado “moderno”. Ao invés disso:

A cultura “moderna” e a “modernização”, quando despojadas dos adornos institucionais etnocêntricos, dizem respeito à possibilidade de modelar seu próprio futuro. O controle da fecundidade é uma manifestação da modernidade e um moderno futurismo na formação da família pode vir de diferentes fontes e assumir diferentes formas, assim como outros aspectos da modernidade. (THERBORN, 2006, p. 353)

A teoria da modernização presume que as sociedades do Terceiro Mundo estariam destinadas a passar futuramente, pelas mesmas mudanças pelas quais passaram aquelas dos países do Primeiro Mundo (RIBEIRO, 2006, p. 155). Tais mudanças eram tidas como essenciais para a passagem de uma configuração predominantemente agrário-rural para um novo cenário correspondente à economia e sociedade industrializadas.

Durante a Guerra Fria, a teoria da modernização foi resultado de um complexo de instituições internacionais consolidadas para regular política e economia em âmbito mundial (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 136). Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e os sistema das Nações Unidas são exemplos dessas instituições.

A obra *Modernization as Ideology*, escrita por Michael Latham, destaca a difusão das teorias da modernização no início dos anos 1960. Latham explicita o quanto a teoria da modernização influenciou no processo de elaboração da política externa do governo Kennedy, mas também procura trazer à tona como tal teoria trazia a imagem que os americanos tinham de si mesmos e de seu país naquele início de década.

Segundo Latham, a modernização não era apenas um “instrumento político” com objetivo de estabelecer e implementar políticas específicas. Também não era um “instrumento retórico” para justificar sua adoção. Latham destaca que a modernização foi além disso, tornando-se um “quadro cognitivo” por meio do qual os intelectuais e os formuladores da política externa americana interpretaram o papel de seu país no mundo. De acordo com o autor, esse quadro cognitivo teve importância inclusive devido aos processos políticos demandados pela Guerra Fria:

Quando Kennedy se mudou para a Casa Branca, a teoria da modernização começou a moldar a política externa americana de maneira significativa. Mas elas também possuíam profundas raízes intelectuais e poderoso apelo cultural. Como uma grande teoria, a modernização prometia unir diferentes ramos da análise social e ordenar as evidências derivadas de um mundo estrangeiro complexo. Para acadêmicos profissionais, preocupados com o ritmo acelerado das mudanças internacionais, também parecia fornecer um quadro universal que colocaria suas pesquisas em um plano empírico mais rigoroso. No meio da escalada da Guerra Fria, os cientistas sociais americanos acreditavam que a teoria da modernização definiria os feitos históricos de sua nação, identificaria as deficiências de um mundo emergente e permitiria que respondessem às necessidades do estado em um momento de crise⁶⁰. (LATHAM, 2000, p. 30)

Latham nos mostra como as teorias de modernização deram à equipe do presidente Kennedy a confiança de que os Estados Unidos teriam encontrado a chave para resolver os problemas do Terceiro Mundo e vencer o conflito com a União Soviética. O governo apostou na abordagem científica, respaldada por estudos acadêmicos, e em sua capacidade de definir o lugar de cada país no rumo do desenvolvimento. Esse rumo era estabelecido tendo por base as sociedades ocidentais, em particular nos Estados Unidos.

⁶⁰ By the time Kennedy moved into the White House, theories of modernization were starting to shape American foreign policy in significant ways. But they also possessed deep intellectual roots and powerful cultural appeal. As a grand theory, modernization promised to unite different branches of social analysis and order the evidence derived from a complex, foreign world. For professional scholars concerned with the rapid pace of international change, it also seemed to provide a universal framework that would place their research on a more rigorous, empirical plane. In the midst of an escalating Cold War, American social scientists believed that modernization theory would define their nations historic accomplishments, identify the deficiencies of an emerging world, and allow them to respond to the needs of the state in a time of crisis.

Aliado à teoria da modernização, o termo desenvolvimento recebeu conotação positiva. Discursos sobre “os avanços da sociedade urbana” e “o aumento no poder de consumo” preencheram páginas das revistas *TIME* e *VEJA* em diversos contextos. Ao abordar o crescimento populacional na América Latina, a revista *TIME* reproduziu a afirmação de um especialista brasileiro: “Alguma coisa deve ser feita”, adverte o economista brasileiro Glycon de Paiva. “Sem controle populacional, qualquer desenvolvimento econômico real é impossível”⁶¹ (Revista *TIME*, 20/08/1965, p. 34).

De modo geral, as representações sociais em torno da modernização e do desenvolvimento estabeleceram associações com valores como prosperidade e liberdade. Essa pretensa liberdade seria então conquistada através de novos parâmetros:

O processo de desenvolvimento econômico, entendido como um processo de crescente racionalização e de burocratização social, enfraquece a força dos costumes, das crenças e das superstições, aumentando a influência do saber médico e da mídia em detrimento do poder das lideranças locais e tradicionais. (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 137)

Ademais, foi também noticiada a perspectiva interpretativa de que o desenvolvimento econômico acarretaria num desequilíbrio populacional passageiro. A teoria da transição demográfica tinha visão otimista e não atribuía à “explosão demográfica” o *status* de problema. “A população não era um problema, desde que o desenvolvimento se constituísse em uma solução” (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 137).

Em 1977, a revista *TIME* publicou sua explicação para o que se conceituava como transição demográfica:

A experiência dos países desenvolvidos deu origem à teoria da transição demográfica. Esta teoria sustenta que as sociedades tendem a passar por três estágios demográficos distintos: 1) altas taxas de natalidade e altas taxas de mortalidade, ambas resultando em populações estacionárias; 2) altas taxas de

⁶¹ Something must be done,” warns Brazilian Economist Glycon de Paiva. “Without population control, any real economic development is impossible.

natalidade, mas taxas de mortalidade em declínio, produzindo populações em crescimento; e, finalmente, 3) baixas taxas de natalidade e baixas taxas de mortalidade, que restabelecem as populações estacionárias⁶² (Revista *TIME*, 24/10/1977).

O sociólogo Göran Therborn, na obra *Sexo e Poder: A Família no Mundo (1900-2000)*, ressalta que num ajuste de enfoque sobre a transição demográfica pode-se alcançar um aspecto que esteve na ordem dos debates populacionais nas décadas de 1960 e 1970: por mais que os governos, e principalmente aqueles do Primeiro Mundo, tentassem alterar as taxas de fecundidade, um declínio em larga escala somente ocorreria de houvesse uma alteração no cotidiano das populações:

Um quadro que apanhe o aspecto mais intrigante da transição demográfica, o declínio da fecundidade, tem de focalizar as motivações dos indivíduos, dos casais e dos membros da família de modo mais geral, inseridas no fluxo da história. Por que as pessoas decidem romper com os modos de seus pais e mães e restringir sua fecundidade? Em segundo lugar, como foi possível que indivíduos e casais viessem a tomar estas decisões intimamente privadas aproximadamente no mesmo tempo em que milhares de outros indivíduos e casais? Em outras palavras, é necessário relacionar as motivações íntimas às mudanças sociais de grande escala. (THERBORN, 2006, p. 352)

Diante disso, na década de 1970 tornou-se recorrente o questionamento: como acelerar a transição demográfica no mundo em desenvolvimento? A matéria “Como desarmar a bomba populacional”⁶³ (Revista *TIME*, 24/10/1977) elencou algumas prescrições:

1. Melhorar a situação das mulheres.
2. Aumentar a educação das mulheres, o que tende a diminuir sua fertilidade.
3. Atrasar a idade de casamento para as meninas, e, assim, reduzir seu período de idade fértil possível.

⁶² The experience of the developed countries gave rise to the theory of the demographic transition. It holds that societies tend to move through three distinct demographic stages: 1) high birth rates and high death rates, resulting in near stationary populations; 2) high birth rates but declining death rates, producing growing populations; and finally, 3) low birth rates and low death rates, re-establishing near stationary populations.

⁶³ How to defuse the population bomb.

4. Ensinar sobre contraceptivos modernos e sua utilização.
5. Reduzir as taxas de mortalidade infantil, pois morte recorrente de crianças leva à gravidez freqüente.
6. Ajudar os pobres urbanos a melhorar suas condições de vida, através do aumento de sua produtividade de trabalho em setores modernos; políticas de habitação; e acesso a serviços públicos, tais como transporte, educação e saúde.
7. Distribuir o crescimento econômico de forma mais equitativa

Os itens listados pela matéria e supracitados, em algum momento integraram as páginas de *TIME* e *VEJA*. A inserção dos debates populacionais na agenda pública foi também, certo modo, uma estratégia para acelerar a transição demográfica no Terceiro Mundo. Fosse pelo viés da teoria neomalthusiana, da teoria da modernização ou da teoria da transição demográfica, o que as reportagens explicitavam, em consenso, era que deveriam ser superados os riscos da superpopulação em países ainda não desenvolvidos e industrializados.

Ao contrário da maioria das matérias publicadas no final dos anos 1960 e no decorrer da década de 1970, a revista *VEJA* publicou uma tímida nota otimista em relação à questão demográfica na edição datada de 12 de julho de 1978. Ocupando não mais do que um sexto (1/6) de uma página e sob o título “Explosão controlada”, o texto informou que o Fundo das Nações Unidas para Atividades sobre Populações havia concluído há poucos dias um relatório que confeririam novo tom às “(...) previsões apocalípticas feitas tempos atrás por especialistas para o final do próximo século (Revista *VEJA*, 12/07/1978, p. 54).

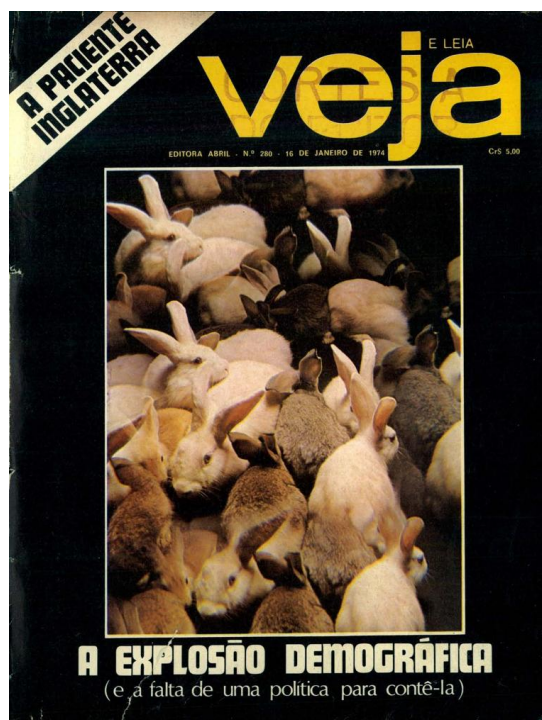
Segundo o documento, a taxa média de natalidade do planeta atingiu seu pico no início desta década – mas agora está declinando, inclusive no Terceiro Mundo, devido a causas como a crescente taxa de alfabetização, a

popularização de métodos de controle de natalidade e a uma tendência para casamentos tardios (Revista *VEJA*, 12/07/1978, p. 54).

A revista *VEJA* fornece inúmeras matérias que permitem acompanhar, através de suas narrativas, a implantação de políticas de controle populacional no Brasil no final dos anos 60 e durante os anos 70 do século XX. Importa, contudo, salientar que em grande parte desse período o semanário esteve submetido ao processo de censura pelo governo federal, o que certamente influenciou na composição de seu conteúdo publicado – muitas vezes com uma versão romanceada sobre as questões nacionais.

Em meio a esses conflitos de interesses, é pungente que a editoração e os alinhamentos discursivos da revista, por mais que possuíssem linhas gerais, variavam em determinados momentos. Diferentemente da nota publicada em 1978, “Explosão controlada” (Revista *VEJA*, 12/07/1978), a revista brasileira denunciou em sua capa a ausência de políticas capazes de controlar a explosão populacional no Brasil.

Figura 10 – “A explosão demográfica”



(Revista *VEJA*, 12/07/1978, capa)

No interior da revista, a matéria veiculou informações sobre o posicionamento do governo brasileiro perante organismos internacionais e governos de outros países no que se referia ao crescimento populacional em seu território. O conteúdo do texto previa que na Conferência Mundial de População, marcada para ocorrer em Bucareste em agosto de 1974, o Brasil sairia tão criticado quanto havia sido após a Conferência sobre Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972.

Em Estocolmo, a posição do Brasil foi, em síntese, a de que toda responsabilidade pela higiene do planeta, conspurcado por anos e anos de poluição, era exclusiva de países industrializados, com seus altos níveis de consumo e sua fabulosa capacidade de produzir detritos. Nada mais justo que os ricos limpassem o mundo. A sujeira era deles (Revista *VEJA*, 12/07/1978, p. 54)

Antecipadamente, a revista *VEJA* noticiou em tom crítico o posicionamento que o governo brasileiro levaria para a Conferência de Bucareste. Esta Conferência marcou 1974 como o “Ano da População” da Organização das Nações Unidas (ONU), tornando explícita relevância conferida na época ao assunto. Para o evento que ocorreria na capital da Romênia, a perspectiva apresentada naquela edição foi a de que o governo brasileiro não firmaria posicionamentos nem acordos que o comprometesse com a redução do crescimento populacional.

Em agosto de 1974, após a Conferência, a revista *VEJA* publicou duas páginas sob o título “O mundo dividido em Bucareste” (Revista *VEJA*, 28/08/1974). O semanário enviou um repórter, Carlos Struwe, para um cobertura especial do grande evento. Em cima do lance, a notícia afirmou que o encontro havia sido solapado pelas ideias anticontrolistas, sob “(...) aplausos entusiásticos da plateia africana, asiática, latino-americana e socialista” (Revista *VEJA*, 28/08/1974, p. 51). Seriam estes, aliás, os países mais atingidos pela miséria, pela pobreza e pela violência (Revista *VEJA*, 28/08/1974, p. 50).

O texto sobre “O mundo dividido em Bucareste” iniciou com uma frase de impacto: “Talvez já seja tarde demais para salvar os habitantes do planeta Terra, como insistem em avisar os mais pessimistas estudiosos dos problemas demográficos” (Revista *VEJA*, 28/08/1974, p. 50). A matéria afirmou ainda que a Conferência havia derrotado aqueles que apostavam em soluções para o problema populacional devido à falta de discernimento dos governantes: “Ou, numa hipótese menos trágica, os estadistas do presente não acordaram para a catástrofe de um futuro cada vez mais próximo – e tomarão as providências necessárias ao despertarem” (Revista *VEJA*, 28/08/1974, p. 50).

Houve na revista *TIME* uma referência às posturas anticontrolistas dos países do Segundo e Terceiro Mundo, com igual teor alarmista. Novamente munindo-se de referências matemáticas para demonstrar a seriedade do assunto, e deixando implícito que apenas os países de Primeiro Mundo *sabiam o que deveria ser feito*, a matéria relatou que uma aliança inesperada alterou os resultados previstos para a Conferência de Mundial de População:

O delegado dos Estados Unidos, Christian A. Herter Jr., alertou que as reservas norte-americanas de alimentos disponíveis para emergências estão agora abaixo de 27 dias em relação ao consumo mundial. “Enquanto isso”, disse Herter “mais de 200.000 pessoas nascem a cada dia e têm de ser alimentadas”. Claramente, uma fome catastrófica poderá ocorrer algum dia, e as advertências de Herter pareciam estar apenas afirmando o óbvio. Não é assim. As propostas norte-americanas para que países superpopulosos façam um esforço sistemático para reduzir os tamanhos das famílias a uma média de dois filhos, e implementar políticas de controle de natalidade até a data-alvo de 1985, foram estrondosamente rejeitadas pelos delegados. O ataque foi liderado por uma aliança bizarra entre comunistas e países latino-americanos. De acordo com essas delegações, a superpopulação é um mito inventado pelos ricos para explorar e subjugar os pobres⁶⁴ (Revista *TIME*, 09/09/1974).

⁶⁴ U.S. Delegate Christian A. Herter Jr. warned that North American food reserves available for emergencies are now down to 27 days of world consumption. "Meanwhile," said Herter, "200,000 more people are born each day and have to be fed." Clearly, a catastrophic famine could someday occur, and Herter's warnings appeared to be merely stating the obvious. Not so. The American proposals that overpopulated countries make a systematic effort to reduce the size of families to an average of two children and implement birth control policies by the specific target date of 1985 were resoundingly rejected by the delegates. The onslaught was led by a bizarre alliance of Communist and Latin American

Essa versão mítica de que a superpopulação seria um pretexto para países ricos explorarem países pobres havia sido veiculada por *VEJA* no início daquele ano, na analogia apresentada em relação à Conferência de Estocolmo. Contudo, naquele momento o discurso da revista *VEJA* mantinha ainda certo tom esperançoso:

Talvez em Bucareste não seja tão simples, e tão coerente, a cômoda posição de procurar um culpado ou de voltar a acusar os países ricos de interesses ocultos e objetivos neocolonialistas por fornecerem dólares ou ajuda técnica a campanhas de controle ou planejamento familiar executadas nos países mais pobres. (Revista *VEJA*, 16/01/1974, p. 54)

A antropóloga Cecília de Mello e Souza expõe um dado sobre os investimentos da *Fundação Ford* no Programa de População que corrobora com o quanto a desconfiança traduzida também por *VEJA* era comum na época. E expande essa constatação para a categoria de análise étnico-racial. Segundo a autora, na década de 1970 a *Fundação Ford* procurou investir em cientistas dedicados aos estudos que impactassem no controle do crescimento populacional, desde que, quando fora dos Estados Unidos, os cientistas fossem nativos. A justificativa do Conselho Diretor da Fundação para essa premissa foi que “se ocidentais brancos assumirem papéis com visibilidade em áreas de população não-branca, podem criar a suspeita de estarem induzindo pessoas de cor a reduzir seus números de modo a diminuir a ameaça à supremacia branca” (SOUZA, 2002, p. 135).

O desenrolar dos fatos no “Ano da População”, 1974, expõe a complexidade, os diferentes pontos de vista e conflitos de interesses que tangenciaram a implementação de políticas de controle do tamanho das famílias no Brasil. A tensão ocorrida em Bucareste e descrita pelas matérias de *VEJA* e *TIME*, representou, de certo modo, os

countries. According to these delegations, overpopulation is a myth invented by the rich to exploit and subjugate the poor.

dissensos em torno de debates e iniciativas para o controle da natalidade. Essa pluralidade de opiniões remete ao contexto do período, num momento de revisitar suas tradições e quando muitas mudanças nas sócio-culturais foram promovidas.

CAPÍTULO 3 – “THE NEW FEMINISM”

3.1 “A família em perigo”

Com o título “A consagrada família” em fevereiro de 1970 a revista *VEJA* (25/02/1970, p. 54) estampou sua capa e preencheu oito de suas páginas com uma matéria que visava debater o que estava acontecendo com as famílias brasileiras. Ou melhor, com “a família” brasileira, baseando-se no discurso de que haveria um formato ideal de constituição e distribuição das atribuições entre os membros de cada núcleo familiar.

Figura 11 – “A família [brasileira] em perigo”



(Revista *VEJA*, 25/02/1970, capa)

A revista *VEJA* dedicou espaço para essa questão apenas um mês após o polêmico Decreto-Lei Nº 1.077, sancionado em 26 de janeiro de 1970, pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. O Decreto-Lei Nº 1.077/70 fixava a censura prévia aos meios de comunicação para evitar a circulação de publicações que eram consideradas um ataque à moral e aos bons costumes, inclusive no caso de produções vindas do estrangeiro. No início de seu texto, lê-se: “CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preserve-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade; (...)”. Deste modo, se por um lado a instituição da censura prévia era bem recebida pela parcela da população que defendia os valores de uma moralidade conservadora como prerrogativas inestimáveis para a manutenção do que consideravam “família”, por outro lado o Decreto-Lei instituído no governo Médici foi alvo de duras críticas que geraram um complemento à lei. Segundo a análise de Sandra Reimão,

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B; “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (REIMÃO, 2009, p. 02).

A Portaria 11-B foi instituída em 6 de fevereiro daquele ano, após manifestações de todo país. A própria reportagem de *VEJA* explicita essa reação quando afirma que o Decreto-Lei Nº 1.077/70 havia sido “atacado imediatamente por escritores, artistas, jornalistas (o decreto instituiu a censura prévia para os periódicos brasileiros) e mesmo por Gustavo Corção (...)” (*VEJA*, 25/02/1970, p. 55). Gustavo Corção foi um dos primeiros nomes citados na matéria, reconhecido como “velho defensor da moral religiosa” (*VEJA*, 25/02/1970, p. 54).

Apesar disso, houve quem concordasse com a instituição da censura prévia, conforme previa tal Decreto-Lei. A reportagem cita a senhora Lucia Fagundes de Toledo Piza, presidente da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, a qual teria afirmado que “sem censura no teatro, televisão, cinema e publicidade, não haverá salvação; sem providências contra a educação sexual exagerada e a liberdade prematura dos jovens, também não” (*VEJA*, 25/02/1970, p. 60). E Dona Lucia não estava sozinha: *VEJA* apresenta ainda Dona Lalá Fernandes, *Uma mineira de 600 anos*. Este título do trecho da reportagem dedicado à Dona Lalá explicita de pronto o tradicionalismo de sua família. De acordo com a matéria:

Hoje, com 62 anos, presidente da Campanha Nacional de Alimentação Escolar (nomeada por Costa e Silva) e da Associação de Donas de Casa, ela luta contra “os anarquistas, os marxistas de agora, que querem destruir a família, desmoralizar a Igreja”. Contra essa ameaça, todas as armas de dona Lalá estão preparadas. (Revista *VEJA*, 25/02/1970, p. 57)

A reportagem de *VEJA* entrevistou o então Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, o qual discorreu sobre a pressão exercida por camadas da sociedade brasileira, inclusive da Igreja Católica, que levou o governo a sancionar tal decreto. Segundo declaração do Papa Paulo VI, o erotismo estava se disseminando pelo mundo de forma desenfreada e isso representava uma ameaça à dignidade cristã. Essa constatação da Igreja Católica se referia principalmente à ampliação dos meios de comunicação, que difundiam mensagens consideradas insidiosas aos valores da família.

Além da pressão do discurso religioso, o Ministro Buzaid apresentou outro motivo para o governo ter decretado a censura prévia: era uma questão de segurança nacional. O Ministro concordava com Dona Lalá sobre a onda de difusão do erotismo ser uma estratégia de ação do comunismo. Conforme averiguou a matéria de *VEJA*, “na opinião dos militares, o erotismo, do ponto de vista político, desempenha o mesmo

papel da subversão, em outra frente” (Revista *VEJA*, 25/02/1970, p. 55). Por isso, o Ministro Buzaid acreditava que o Decreto-Lei Nº 1.077/70 serviria para impedir o avanço das idéias comunistas no território brasileiro, considerando-as irreversivelmente nocivas às famílias por pregarem “(...) o amor livre para desfibrar as resistências morais de nossa sociedade” (Revista *VEJA*, 25/02/1970, p. 55).

Outro militar, General-de-Divisão Moacir Araújo Lopes, é citado pela revista como um dos apoiadores das ações do Ministro Buzaid para coibir as práticas consideradas subversivas à moralidade. Assim, “Para o general, só há uma forma de barrar a maré crescente de erotismo: fazer retornar a educação brasileira às suas fontes religiosas que o positivismo do século passado aboliu quando instituiu o ensino laico” (Revista *VEJA*, 25/02/1970, p. 56). O retorno da pregação das idéias religiosas era tomado como um elemento fundamental para o sucesso do discurso anticomunista. A prevenção e combate ao comunismo no Brasil foram tomados pelos governos militares como premissa básica para manutenção da ordem nacional.

Afinal, “de forma geral, pode-se definir como matrizes para o anticomunismo no Brasil, entre outras, o catolicismo e o nacionalismo” (GOULART, 2011). Em *A consagrada família* (Revista *VEJA*, 25/02/1970) é possível perceber o entrelaçamento desses três discursos (anticomunista, católico e nacionalista) sendo utilizado pela ditadura militar para defender um formato ideal de família a ser implementado no país. Na matéria veiculada pelo jornal *O Globo* sobre a “Marcha da família, com Deus, pela liberdade”, poucos dias antes da instauração do governo militar, já era possível perceber a difusão dessa confluência discursiva:

As entidades que promovem a Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade instituíram volantes dizendo que o movimento é de caráter cívico-religioso, destinado a reafirmar os sentimentos do povo brasileiro, sua fidelidade aos ideais democráticos e seu propósito de prestigiar o regime, a Constituição e o

Neste contexto, o Decreto-Lei Nº 1.077/70 é um dos vestígios de como a norma familiar burguesa foi concebida por parte dos brasileiros como um projeto de sociedade. Os debates acerca da implementação do Decreto demonstram a apropriação da perspectiva de que a família se constitui como um canal entre o Estado e o indivíduo. Essa noção, gestada no Brasil a partir do final do século XIX, idealiza a participação de mulheres, homens, idosos e crianças em suas constituições familiares e, para isso, prescreve um conjunto de práticas.

Na prescrição das práticas recomendáveis, a dedicação integral da sociedade e da família, especialmente da figura materna, para melhor educar suas crianças são os fundamentos dessa representação social. Além disso, a norma familiar burguesa define a função de cada membro da família nuclear, atribuindo à mãe o zelo pelo desenvolvimento das crianças, garantindo a educação dos filhos e sua (consequente) preparação para o trabalho, enquanto os pais deveriam ser os provedores, exercendo a figura pública e economicamente ativa da família. Às crianças, bastaria estudar, brincar e preparar-se para o futuro (AREND, 2007).

Segundo Jurandir Freire Costa (2004), a partir do final do século XIX o Estado brasileiro passou a intervir no cotidiano das famílias, no intuito de promover essa idealização de norma familiar. Por norma familiar burguesa, compreende-se que se caracteriza pela presença de um conjunto de práticas e valores, indicados pela historiadora Silvia Arend:

(...) composição pai, mãe e filhos; presença do amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos; a

⁶⁵ Jornal O GLOBO, 28 de março de 1964. Disponível em:
< <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/upload/documentos/41.pdf>>.

sexualidade do casal deve ser pautada pela prática da monogamia e pelo heteroerotismo; à mulher caberia a administração do mundo doméstico e a maternagem das crianças, enquanto o homem tornaria o provedor, atuando no âmbito público; as relações de parentesco entre os membros da família seriam construídos a partir de dois eixos, isto é, consangüinidade e afetividade. (ARENDA, 2007, p. 275)

Contudo, a questão central da norma familiar burguesa não está somente nas características atribuídas aos sexos e às faixas etárias no interior das relações, mas nos desdobramentos socioculturais que se produzem a partir deste mecanismo de representações socialmente naturalizadas. Aqui, cabe frisar que tanto o “sexo” quanto as “faixas etárias” são construções históricas, datadas.

No final da década de 1970, a revista *TIME* publicou a respeito das preocupações sobre “a nova moralidade sexual” no contexto dos EUA. Observava-se naquele momento que “Depois de pelo menos uma década da famosa Revolução Sexual, é frequentemente admitido que a maioria dos norte-americanos entraram num estado conhecido como por *nova moralidade*” (Revista *TIME*, 21/11/1977, p. 65). Em 1977, esse novo estado estava causando impactos:

“Eu sei o que está acontecendo com a minha filha, mas eu não quero ver, e eu não quero discutir isso com ela”, diz Harry, que vive perto de Detroit. Sua filha, de 26 anos, agora vive em Nova York. “Esta geração não tem escrúpulos em compartilhar o quarto antes do casamento. Aceito o direito das mulheres jovens em tomarem suas decisões, mas eu não vejo que elas estejam muito mais felizes. E é muito difícil para mim”⁶⁶ (Revista *TIME*, 21/11/1977, p. 65).

Ativando o discurso sobre norma familiar, a revista publicou o ponto de vista do sociólogo Amitai Etzioni, da *Columbia University*. Para o pesquisador, o enfraquecimento dos padrões familiares tradicionais poderia trazer perigos a sociedade norte-americana. “Diz ele: “nenhuma sociedade política jamais sobreviveu sem sua

⁶⁶“I know what is going on with my daughter, but I don't want to see it, and I don't want to discuss it with her,” says Harry, who lives near Detroit. His daughter, age 26, now lives in New York. “This generation has no qualms about sharing a bedroom before marriage. I accept the right of young women to make that decision, but I don't see that they are much happier. And it's very difficult for me.”

família nuclear intacta. Nós não podemos continuar a nos tornar cada vez mais liberais. Nós não podemos continuar a nos tornar cada vez mais tolerantes e a deixar a família nuclear de lado”⁶⁷ (Revista *TIME*, 21/11/1977, p. 65). Assim, observa-se a presença do discurso da família nuclear tradicional como modelo de família, mesmo numa sociedade que via-se diante de uma nova moralidade sexual.

Voltando à matéria veiculada pela revista *VEJA*, a constituição familiar o Brasil é historicizada e a família do período colonial é condenada devido a suposta “falta de amor” entre seus membros (pai, mãe e prole). A explícita menção ao ideal de família do século XX, o da norma nuclear burguesa, está presente no discurso dos governantes da época como uma vitória social a ser alcançada pelo país. Os esforços do Estado brasileiro no decorrer do século para inserir as classes populares nessa lógica são, portanto, revelados pela investigação jornalística de *VEJA*.

Assim, a reportagem expunha uma dessas “novidades” percebida no século XX ao afirmar que “cada vez mais, porém, a família tende a se restringir ao casal e seus filhos. O indivíduo, para sobreviver, não depende mais de sua posição na hierarquia da família patriarcal e sim de sua renda individual, salarial ou não” (*VEJA*, 25/02/1970, p. 57-60). Neste contexto, decretava:

A família conjugal triunfa no Brasil. No entanto, é exatamente essa família de marido, mulher e filhos que estaria sendo ameaçada a ponto de o governo se ver obrigado a tomar providências para defendê-las. Com efeito, que outro tipo de família poderia substituir a família conjugal?

A família conjugal era, portanto, um núcleo familiar baseado em um casamento entre um homem e uma mulher. Assim, com o início dos debates sobre divórcio no

⁶⁷Says he: "No political society has ever survived without its nuclear family intact. We can't go on becoming more and more liberal. We can't go on becoming ever more tolerant and pulling the nuclear family apart."

Brasil, grande parte estimulados pelo político Nelson Carneiro, acrescentaram mais um “elemento de perigo” à manutenção da família tradicional.

Em 26 de fevereiro de 1975, a foto do senador Nelson Carneiro estampou a capa daquela edição da revista *VEJA*. A matéria “Divórcio, política e Igreja” expunha que o senador carioca estava buscando apoio entre os congressistas para aprovação de uma lei que permitisse o rompimento do casamento entre os cônjuges. Contudo, já enfrentava enormes resistências entre políticos mais conservadores, mas, principalmente, por meio das reações da Igreja Católica, posicionada contrariamente ao divórcio (Revista *VEJA*, 26/02/1975, p. 26). No Brasil, a lei do divórcio foi aprovada em 1977.

Em 1971, Nelson Carneiro é eleito senador da República, e retoma com mais força o projeto de emenda divorcista, o que culminou, em 1977, com a sua aprovação. Mas não foi um processo tranquilo, já que as forças ideológicas e políticas pressionavam, dependendo de quem representavam. (FÁVERI, 2007, p. 342)

Segundo a historiadora Marlene de Fáveri, a aprovação ocorreu após muitas polêmicas, mas com um ponto comum entre divorcistas e antidivorcistas: ambos lados defendiam a manutenção dos valores familiares vigentes. Para os antidivorcistas, o argumento principal era de cunho religioso, baseado na indissolubilidade do casamento segundo a Igreja Católica. Já para os divorcistas, como Carneiro, o divórcio abriria a possibilidade de um novo casamento à mulher desquitada, mantendo assim sua honra de mulher casada. A revista *VEJA* veiculou discurso semelhante, sobre o divórcio permitir o re-enquadramento da mulher num papel de gênero, citando o advogado Haroldo Lins e Silva:

Sobretudo, o desquite vitima a mulher, conforme a opinião geral que o advogado carioca Haroldo Lins e Silva (mais de 4 000 desquites promovidos, inclusive do pintor Cândido Portinari e da escritora Adalgisa Nery) endossa. “A imagem que se tem da desquitada”, comenta ele, “é a da vamp, sempre pronta a destruir lares. Com o divórcio, sua marginalização social tende a

desaparecer. O fato de ela poder se unir não clandestinamente a um homem acabará com os preconceitos”. (Revista *VEJA*, 26/02/1975, p. 31 e 32)

A atribuição de modos ideais de usos do tempo em cada núcleo não se dirigia somente a homens e mulheres em idade adulta, mas também a meninos e meninas. De acordo com o estudo de Rosa Maria Hessel Silveira e Cláudia Amaral dos Santos, desde pequenas as crianças deveriam ser ensinadas a se comportarem *de acordo* com seu “sexo”. Essa *concordância* é elaborada a partir dos lugares tradicionais de gênero e, para as autoras:

“Fazer ‘coisas’ diferentes” – seguramente essa tem sido uma das fronteiras mais persistentes e identificadoras dos gêneros em diversas culturas, ainda que as lutas feministas e pelos direitos das mulheres, desde a primeira metade do século XX, venham se esforçando para derrubá-la. Nada de inesperado aconteceu, portanto, ao encontrarmos, em numerosos textos infantis, a marcação de diferença de gênero entre meninos e meninas, através da atribuição de ações diferenciadoras entre os dois grupos (SANTOS & SILVEIRA, 2004, p. 270).

Portanto, as “coisas de meninas” e as “coisas de meninos” são construções sociais que operam dentro da lógica binária (masculino/feminino) de acordo com os discursos que diferenciam os gêneros. Apesar do excesso cometido pelas autoras - afinal, em se tratando de relações de gênero no século XX não se pode afirmar que “nada de inesperado aconteceu” – a análise de que o movimento feminista passou a questionar a existência das identidades de gênero converge com diversos outros estudos sobre o tema. Sobre a inserção da categoria “gênero” como um campo de análise e uma categoria transversal, Carla Pinsky afirma:

A História das Mulheres adquiriu expressão a partir década de 1970, inspirada por questionamentos feministas e por mudanças que ocorriam na historiografia, entre as quais, a ênfase em temas como família, sexualidade, representações, cotidiano, grupos “excluídos” (PINSKY, 2009, p. 160).

Já Durval Muniz de Albuquerque Junior (2003, p. 21) critica a historiografia que se preocupou em incluir as mulheres na história, mas que para isso “opôs o ser mulher ao ser homem como duas realidades distintas homogêneas”. Logo, constata-se que a construção de lugares tradicionais de gênero atua na prescrição de identidades de gênero. O cerne dessa questão não se trata simplesmente de diferenciar as pessoas, mas de atribuir identidades que diferenciam hierarquicamente as pessoas. Ao passo que institui o “ser homem” e o “ser mulher” as identidades atribuídas aos gêneros definem o que deve ser próprio de cada um, e definem também os espaços preenchidos por cada um no interior das relações de poder. Logo, esse é um dos motivos pelos quais “gênero” é uma categoria que emerge na historiografia a partir do diálogo com movimentos sociais e intencionalidades políticas.

Sobre os usos e discursos dessas identidades atribuídas, Durval Albuquerque Junior aponta que a norma familiar burguesa requisita certa concentração de responsabilidades para as mães, “cujo exercício da maternidade vai se tornando cada vez mais importante e exigido por toda uma série de discursos que para ela se dirigiam”. Deste modo, a maior atenção dedicada às crianças, conforme defende também Jurandir Costa, deveu-se principalmente à redução do tamanho da família, abandonando o modelo extenso como ideal. Assim, a crescente valorização da infância decorria da instauração da idéia de que as crianças seriam o futuro das famílias.

Na historiografia, além dos estudos das relações de gênero são também recentes os trabalhos que tomam a infância como um objeto de estudos. Considerada uma obra inaugural, Philippe Ariès lançou *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* em 1973. Em sua primeira edição brasileira, de 1981, a obra foi chamada de *História Social da Criança e da Família*. Nela, Ariès (2006) apresenta a infância como uma construção social e, segundo Jeanne Marie Gagnebin (1997), como uma noção relativamente nova.

De acordo com Gagnebin, “sua emergência é geralmente localizada no século XVIII, com o triunfo do individualismo burguês no Ocidente e de seus ideais de felicidade e emancipação” (1997, p. 169).

O questionamento da noção de infância, proposto inicialmente por historiadores e historiadoras de origem francesa, hoje se faz presente também na historiografia brasileira. Na década de 1980, logo após a chegada de *História Social da Criança e da Família*, o Brasil vivia intensos debates para tentar solucionar aquilo que se concebia como os “problemas dos menores”. Tais debates, que giravam basicamente em torno da garantia de direitos, estão intimamente associados à emergência do campo de estudo no país, pois acreditava-se que aos historiadores e historiadoras caberia a tarefa de propor interpretações de caráter histórico sobre os processos vivenciados, sobretudo, pelas crianças pobres urbanas e rurais ao longo do século XX (AREND, 2007).

A emergência desses questionamentos permite desnaturalizar e, deste modo, perceber a historicidade dos discursos. Se o conjunto de prescrições que incidem sobre a família, especialmente sobre pais e mães, são produtos da expectativa de futuro que se creditava às crianças, tais expectativas são construídas em conjunto com a representação social de uma infância a ser protegida. Por isso, esperava-se que as crianças fossem tratadas de acordo com o ideal de infância que se disseminava pelo país, principalmente no que se referia às referências educacionais.

Um dos principais consensos que a norma burguesa tenta estabelecer na sociedade brasileira do século XX é o de que toda criança deve ter acesso à educação. Segundo Philippe Ariès (2006), a relação quase indissociável entre infância e educação tornou a disciplina um fator essencial para que o processo educacional pudesse ser completado com êxito. Além disso, ao estar imbuída de disciplina, a criança estaria num processo de se tornar cada vez mais apta a vir a ser mão-de-obra e, ainda mais, menos

propícia a questionar a ordem estabelecida. Deste modo, Alfredo Veiga-Neto (2000) sugere que se trate dos corpos infantis como inseridos numa dimensão não somente individual, mas também política. O poder disciplinar age para adequar à norma e, assim sendo, acaba naturalizando percepções que facilitam sua própria ação.

Sobre as políticas de disciplina aplicadas sobre os corpos nas sociedades ocidentais, a perspectiva estudada e construída por Michel Foucault⁶⁸ sugere uma periodização que pode ser dividida em três fases, situadas entre os séculos XVIII e XX (FOUCAULT, 1986, p. 275). A chamada biopolítica prevê que, em um primeiro momento, os saberes considerados científicos averiguam e condenam determinadas práticas sociais consideradas inadequadas. Num segundo momento, um conjunto de ideais é enunciado para tentar solucionar o que se caracterizavam como problemas sociais. Finalmente, há a instauração de instituições públicas e privadas para intervir diretamente na dinâmica social. Para Foucault, a biopolítica trata-se de um dispositivo de poder para a gestão dos processos biológicos.

Em *O Vocabulário de Foucault*, de Edgardo Castro, é possível conhecer a concepção de Foucault para a biopolítica (2009, p. 59-60). Castro apresenta algumas premissas para se compreender o conceito a partir do conjunto de obras foucaultianas, tais como a relação entre biopolítica e liberalismo, que considera ambos indissociáveis, e a racionalização dos problemas sociais colocados para o governo. Se a disciplina incide sobre corpos, Foucault acredita que a biopolítica tem como objeto o corpo múltiplo, a população. A técnica da gestão da população estaria, pois, centrada na biopolítica.

⁶⁸ Se Michel Foucault definiu o conceito de biopolítica, filósofos e historiadores posteriores a ele, como Giorgio Agamben, tem se dedicado ao aprofundamento de seus estudos. O filósofo italiano concedeu à biopolítica uma nova abordagem ao relacioná-la ao Estado de Exceção, o qual, num processo acelerado pós-Primeira Guerra Mundial, teria se tomado regra. As considerações de Agamben sobre a biopolítica podem ser conhecidas em sua tetralogia intitulada *Homo Sacer* (2010), sendo o lançamento do primeiro volume datado de 1995. O crescimento do volume de produções do pensamento político acerca desse conceito explicita a estruturação de campos emergentes de pesquisa no interior das ciências humanas e sociais.

Deste modo, pode-se considerar que, pela perspectiva foucaultiana, a biopolítica assegura a arte liberal de governar. Assim, a partir do século XVIII, a prática governamental fará uso dos poderes que agem sobre as populações, tais como a disciplina, para geri-las conforme seus interesses majoritários. Tal premissa converge com a análise de que a implementação da ordem social capitalista-burguesa no Brasil esteve diretamente vinculada com a emergência da norma familiar burguesa. Por sua vez, a norma familiar burguesa afirmava que as mulheres deveriam se dedicar ao ambiente doméstico para assegurar o bem-estar da família, afinal as crianças precisavam de cuidados diferenciados que as tornassem aptos ao trabalho no futuro. Segundo a historiadora Ivonete Pereira, “a preocupação com as crianças e os adolescentes pobres, como um problema presente e futuro, foi construída historicamente em um momento bem marcante na sociedade brasileira, ou seja, o momento da mudança do regime político e do sistema de produção” (2009, p. 50).

O discurso que buscava prescrever o que seria e como deveria organizar-se a família em um país de Terceiro Mundo, o Brasil, foi analisado neste subcapítulo. Para compreender esse discurso, baseado na norma familiar burguesa, um olhar sobre a biopolítica faz-se necessário para entrelaçar com os processos de gestão da população, propostos por Michel Foucault.

Do mesmo modo, os movimentos feministas, que ampliaram sua escala de atuação durante o período de 1960 a 1979, são analisados como contraponto importante a esse discurso (que se pretende) homogeneizador, por buscarem romper com essas visões tradicionais sobre família e questões de gênero. Conhecer algumas feministas americanas, como Betty Friedan e Kate Millet, possibilita compreender os papéis centrais que exerceram na formação da “Segunda Onda” feminista.

3.2 “The american woman” e as narrativas feministas

“*The New Feminism* é um fenômeno cultural, social e psicológico. A libertação das mulheres, “o movimento”, é uma manifestação visível, articulada e ativista”⁶⁹ (Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 29). Essas assertivas integram uma grande reportagem publicada pela revista *TIME* no início dos anos 1970 sobre a mulher americana e crescimento do movimento feminista, nomeada pelo periódico como *Novo Feminismo*. Além da capa emblemática, retratando “o que estava na cabeça” da mulher americana, o conteúdo no interior da revista ocupou 14 páginas com textos e diversas fotografias, abrindo espaço na pauta e, portanto, conferindo relevância à situação da mulher americana no cenário nacional.

Figura 12 – The American Woman



(Revista *TIME*, 20/03/1972, capa)

⁶⁹ The New Feminism is a cultural, social and psychological phenomenon. Women's Liberation, "the movement," is its visible, articulate and activist manifestation.

A matéria, publicada na seção *Nation*, procurou expor algumas mudanças que a “nova mulher americana”, descrita pela revista como sob influência do “novo feminismo”, estava promovendo na sociedade dos EUA naquele início de década. O ponto central das mudanças, exposto já no primeiro parágrafo do texto, era o papel da mulher na família:

De toda forma, a mulher americana hoje deveria ser a mais feliz da história. Ela é mais saudável do que as mulheres dos EUA jamais foram, melhor educada, mais rica, melhor vestida, mais confortável, cortejada por anunciantes, mimada por aparelhos eletrônicos. Mas há um verme nessa maçã. Ela está inquieta em seu usual papel familiar, não mais contente com a parte dona-de-casa-esposa-mãe em que sua sociedade a relegou. (...) O Novo Feminismo tem influenciado cada vez mais as mulheres jovens para permanecerem solteiras e isso está transformando - e até destruindo - casamentos, acabando com as premissas automáticas que se tinha sobre o lugar da mulher⁷⁰. (Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 25)

A analogia do “verme na maçã” compõe o discurso que vê a liberdade da mulher como perigosa à manutenção dos valores vigentes relacionados às relações de gênero e família. Ainda que *TIME* adote na própria matéria uma postura mais liberal, enaltecendo os benefícios de relativa liberdade das mulheres exercerem, a revista reproduz esse discurso apresentando o movimento feminista como causador de um problema. A liberdade para estudar e ter uma vida profissional era valorizada, desde que não interferisse na configuração familiar normatizada:

Uma taxa de natalidade em declínio e o fato das mulheres estarem vivendo cada vez mais – e também mais do que os homens – significaram que uma parte menor da vida das mulheres passou a ser dedicada a educar as crianças.

⁷⁰ By all rights, the American woman today should be the happiest in history. She is healthier than U.S. women have ever been, better educated, more affluent, better dressed, more comfortable, wooed by advertisers, pampered by gadgets. But there is a worm in the apple. She is restless in her familiar familial role, no longer quite content with the homemaker-wife-mother part in which her society has cast her. (...) The New Feminism has increasingly influenced young women to stay single, and it has transformed—and sometimes wrecked—marriages by ending once automatic assumptions about woman's place.

A pílula aliviou a ansiedade das mulheres sobre gravidez indesejada⁷¹.
(Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 25)

Na história ocidental, pode-se encontrar posicionamentos que atualmente são considerados feministas em diversas épocas passadas, já que sempre houve mulheres que buscavam liberdade, direitos e que de alguma forma agiam para mudar sua condição. O agrupamento de mulheres em torno de uma causa comum também é fato antigo e integrava as práticas cotidianas de muitas delas. Porém, além do componente histórico, movimentos de mulheres não são necessariamente movimentos feministas. A definição do que são movimentos de mulheres é um assunto polêmico e paradoxal, podendo até ser analisado, eventualmente, por vieses antifeministas.

A compreensão mais difundida, inclusive pelos movimentos feministas, é que quando a maioria de suas participantes são mulheres, mas as reivindicações não se voltam para os direitos das mulheres, o movimento social é chamado de movimento de mulheres. O feminismo seria então um tipo específico de movimento de mulheres, que reconhece a existência da desigualdade entre os gêneros, ocasionando submissão feminina, e que considera essa relação passível de transformação.

Algumas narrativas feministas apontam a existência de várias “ondas” pelas quais o movimento feminista passou e nas quais ocorreram reconfigurações de grande porte em suas pautas reivindicatórias. Há algumas definições estabelecidas por esse sistema de classificação: “na Primeira Onda (final do século XIX e início do XX), as mulheres reivindicavam direitos políticos, sociais e econômicos; na Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960), elas passaram a exigir direito ao corpo, ao prazer, e lutavam contra o patriarcado” (PEDRO, 2011, p. 271). O cuidado que esse sistema exige é de se pensar para além da linearidade, reconhecendo que alguns momentos

⁷¹ A declining birth rate and the fact that women are living increasingly longer—and also longer than men—has meant that a smaller part of women's lives is devoted to bearing and rearing children. The Pill has relieved women of anxiety about unwanted pregnancies.

estimularam a proliferação de determinadas manifestações sem necessariamente descartar as anteriores. Além disso, Joana Maria Pedro acrescenta que “convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a ideia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas” (2011, p. 271). Apesar da historiografia do Cone Sul⁷² confirmar a reverberação dos centros irradiadores (hemisfério norte) para as margens (países subdesenvolvidos do hemisfério sul), as categorias de análise que emergem em cada onda não necessariamente sinalizam que as problemáticas das ondas anteriores tenham sido solucionadas e encerradas.

O agrupamento de mulheres em torno da organização do movimento feminista foi contemporaneamente reconhecido nas últimas décadas do século XIX. Conhecidas por *suffragettes*, por terem como principal bandeira de luta a conquista do direito ao voto, tais mulheres promoveram grandes manifestações na cidade de Londres, na Inglaterra. O movimento se expandiu para outros países, ganhou força nas primeiras décadas do século XX e a reivindicação de direitos políticos, como votar e ser votada, tornou-se a principal característica do feminismo da Primeira Onda.

No entanto, Joan Scott (2002) demonstra a existência da mobilização política de mulheres em torno dessa pauta desde a Revolução Francesa. Ao analisar as biografias de quatro militantes feministas – Olympe de Gouges, Jeanne Deroin, Hubertine Auclert e Madeleine Pelletier – que viveram em diferentes momentos do período compreendido entre a Revolução e o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres na França, Scott problematiza o conceito de cidadania e discute a história do feminismo.

Deste modo, Scott traz à tona que entre 1789 e 1944 apenas os homens eram cidadãos franceses (2002, p. 17). No final do século XVIII, portanto, as contestações

⁷² Cone Sul é a região sul da América do Sul, cuja aparência em mapa remete ao formato de um cone. Com variações, normalmente refere-se aos países: Paraguai, Chile, Argentina, Uruguai e Brasil (região sul).

feministas já se impunham na forma de textos e denunciavam as incoerências das diferenças entre os sexos. “As reivindicações feministas revelaram os limites do princípio de liberdade, igualdade e fraternidade e levantaram dúvidas em relação à sua aplicabilidade universal” (SCOTT, 2002, p. 19).

Neste contexto, Olympe de Gouges publicou a *Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne* (Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã) em 1791. Através do documento, exigiu que as mulheres obtivessem os mesmos direitos à cidadania que os homens haviam recebido, mas teve seu texto rejeitado pela Assembleia Nacional. Um ano depois, portanto em 1792, a inglesa Mary Wollstonecraft publicou *Vindication for the Rights of Woman* (Reivindicação dos Direitos da Mulher), no qual defendia que se as mulheres recebessem a mesma educação que os homens, não seriam inferiores a eles.

A obra de Mary Wollstonecraft ficou conhecida no Brasil através da tradução livre empreendida por Nísia Floresta e lançada em 1832. “Nísia Floresta, considerada por muitos a primeira feminista brasileira, sintetiza as lutas em prol da capacitação intelectual das mulheres e de seu direito à educação” (FRANCO & PRADO, 2013, p. 204). A escrita foi alçada à condição de instrumento da luta política pelas feministas durante o século XIX e, no final deste, tornou-se a grande aliada do feminismo da Primeira Onda.

O engajamento das mulheres brasileiras na defesa dos direitos políticos foi inflado pela proclamação da República em 1889, contudo a conquista do voto veio somente algumas décadas mais tarde. A primeira Constituição republicana do Brasil foi promulgada em 1891, e o texto do 70º Artigo afirmava que eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, exceto se fossem mendigos, analfabetos, praças e religiosos sujeitos

a voto de obediência. A ausência de uma menção explícita às mulheres possibilitou que lhes negassem constitucionalmente o direito ao voto até 1934.

Sendo assim, a primeira Constituição republicana brasileira trouxe às mulheres do país um problema com o qual as mulheres francesas conviviam desde a Revolução. A falta de referência explícita na forma de lei impedia-as de serem consideradas cidadãs, mas também não as mencionava como impedidas de fato. Diante da dubiedade das leis, as mulheres feministas buscaram brechas para conquistar seus direitos e, para isso, reivindicavam ora a igualdade, ora a diferença.

A provocação da obra “A cidadã paradoxal”, de Joan Scott, está justamente nessa exposição do paradoxo que os conceitos de igualdade e diferença geram no movimento feminista. A autora afirma que o antagonismo entre feminismo da igualdade e feminismo da diferença trata-se de um falso antagonismo. Afinal, apesar de aparentemente se tratarem de posições distintas, são estratégias discursivas propagadas pelas feministas com o objetivo de obter vitórias na luta política conforme o cenário:

Os termos que defendiam a inclusão da mulher na política envolviam o esforço da busca por uma definição abalizada de gênero, o que fez com que as feministas defrontassem um dilema sem saída. Esse dilema chegou até nós na forma de debates sobre ‘igualdade’ ou ‘diferença’: serão mulheres iguais a homens, fato do qual decorreria a única base para se poder reivindicar direitos? Ou serão seres diferentes e, por causa ou apesar das diferenças, com direito a igual tratamento? Qualquer das duas posições atribui identidades fixas e análogas a homens e mulheres, ambas endossam implicitamente a premissa de que pode haver uma definição oficial e autoritária de diferença sexual. (SCOTT, 2002, 18)

Logo, esses conceitos são apropriados pelo feminismo de forma paradoxal, pois se as feministas argumentavam contra a diferenciação sexual evidente nos direitos estabelecidos, ao mesmo tempo precisavam acionar essa diferença ao representar as mulheres. Joan Scott rejeita a ideia de que no feminismo deva existir a escolha entre igualdade e diferença, rechaçando a perspectiva de que são opostos. Se o fossem, a

eleição da igualdade ou da diferença na condição de única pauta reivindicatória imporia aos grupos sociais uma tarefa insustentável. Por isso, Scott defende que o próprio feminismo tem nos paradoxos seu elemento constitutivo.

Estudos como os da pós-estruturalista Judith Butler (2003), colocam sob suspeita tais definições quando desafiam as próprias identidades de gênero e a construção discursiva que incide sobre “mulheres”. “Seguindo as contribuições de Foucault, Butler entende que esse sujeito que o feminismo pretende representar é, na verdade, constituído discursivamente pelo próprio feminismo, portanto, esse sujeito não existe pré-discursivamente” (MARIANO, 2005, p. 2).

Baseada nas obras de Judith Butler e Thomas Laqueur, Linda Nicholson (2009) questiona o sexo como base imutável sobre a qual o gênero se constituiria. Comumente citado como um marco inicial nos estudos das relações de gênero com a afirmação “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1990, p. 86), a contribuição de Joan Scott aponta que o gênero (masculino/feminino) seria histórico e culturalmente construído. No entanto, a análise feita por outras estudiosas, tal como Linda Nicholson (2000), constata que o sexo, em si, seria uma construção, não apenas o gênero.

Afinal, segundo Laqueur em estudo lançado inicialmente em 1992, “em alguma época do século XVIII, o sexo que nós conhecemos foi inventado” (2001, p. 189). Para o autor, o modelo do sexo único, reconhecendo a mulher apenas na condição de homem menos perfeito, vigorou nas premissas médicas e socioculturais até que os estudos da anatomia apontaram a existência de dois sexos, diferentes entre si. Assim, “longe de serem os fundamentos do gênero, os corpos masculino e feminino dos livros de anatomias dos séculos XVIII e XIX são, eles próprios, artefatos cuja produção faz parte da história de sua época” (LAQUEUR, 2001, p. 202).

As análises lineares costumam atribuir à década de 1970 a categoria “mulher”, baseada na ideia da unidade, enquanto na década seguinte teria ocorrido a emergência da categoria “mulheres”. As “relações de gênero” como categoria de análise, tendo como trabalho inaugural o ensaio de Joan Scott (1990), seriam uma novidade dos anos 1990.

As pesquisas empreendidas pela historiadora Joana Maria Pedro contribuem para este debate através de reflexões acerca do estado da arte das pesquisas que se dedicam às questões das mulheres, dos feminismos e das relações de gênero. Em uma de suas contribuições, Pedro (2011) explicita que historiadores e historiadoras do Brasil tem feito uso da categoria “gênero” mesmo em estudos que não o toma como análise central.

Pierre Bourdieu também avaliza essa análise, numa perspectiva mais macro, quando propõe “(...) apreendermos a história das mulheres enquanto caso particular de uma história geral das formas de dominação, cuja particularidade poderíamos também tentar definir” (1992, p. 57). Esse uso crescente indica o uso dos estudos (das relações) de gênero como integrante da história geral, como um tema transversal na historiografia, integrante de campos focados nos mais diversos objetos de pesquisa.

Porém, acaba ocorrendo com frequência que trabalhos enunciam “gênero” em seus títulos, não obstante no conteúdo abordam somente a história das “mulheres”. De certo modo, Joan Scott deu indícios dessa confusão no início dos anos 1990 quando, em artigo para a obra “A Escrita da História”, postulou que “a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para análise” (BURKE, 1992, p. 65). Ou seja, tal disseminação

também acaba criando produções que nem sempre compreendem os lugares dos quais tratam cada uma das categorias de análise.

Assim, nos anos 70, a categoria seria a de “mulher”, pensada como a que identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical. A matéria de *TIME* traz isso explícito em sua capa: *A mulher americana*⁷³ (Revista *TIME*, 20/03/1972). Os anos 80 seriam pensados como aquele da emergência da categoria “mulheres”, resultado da crítica das feministas negras e do terceiro mundo. O feminismo dos anos 90 seria o da categoria “relações de gênero”, resultado da virada linguística e, portanto, ligada ao pós-estruturalismo e, por fim, à própria crítica a essa categoria, encabeçada por Judith Butler (PEDRO, 2011, p. 271).

Essa linearidade na análise das teorias feministas, coadunando com uma “verdade histórica” simplesmente se sobrepondo à outra, é criticada por Clare Hemmings (2009, p. 220), que exemplifica que “dessa maneira, uma razão pela qual eu considero tão graves as infundadas afirmações sobre o essencialismo da escrita feminista dos anos 70 é que elas ignoram as ricas discussões sobre as relações entre gênero, sexualidade e raça que foram travadas naquela década”. A compactação das teorias feministas em suas referidas décadas de produção elaboraria, pois, determinismos e limitações à pluralidade.

Reconhecendo a pluralidade do movimento feminista, a grande reportagem publicada pela revista *TIME* em março de 1972 tratou de frisar que as feministas não encontravam-se somente nos quadros de grupos oficializados: “o *New Feminism* não pode ser medido somente pelas listas de membros da *National Organization for Women* e outros grupos de libertação”⁷⁴ (Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 25). Procurou ainda,

⁷³ The american woman.

⁷⁴ The New Feminism cannot be measured entirely by the membership lists of the National Organization for Women and other liberation groups.

diferenciar ao menos duas linhas de atuação e, assim, explicitar que não havia consenso entre as integrantes do movimento do *New Feminism*.

Os objetivos do movimento variam desde a modesta e sensível melhoria da condição feminina até visões extremas e revolucionárias. O primeiro campo inclui pessoas como Betty Friedan e enfatiza uma sociedade mais igualitária: igualdade de remuneração por trabalho igual, uma nação na qual as mulheres não estejam impedidas do acesso à educação, à influência política e ao poder econômico. (...) A ala mais radical do movimento não se contentaria com esses ganhos prosaicos. Elas exigem uma revisão drástica da sociedade em geral. Na sua opinião, os papéis sexuais devem ser redefinidos de forma a libertar os dois sexos dos estereótipos e responsabilidades que existem há séculos⁷⁵. (Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 29)

Todos esses objetivos do *New Feminism* já estariam, segundo a reportagem, repercutindo na vida da mulher americana. A frase de abertura da reportagem afirmava que as reivindicações por transformações nas condições de vidas das mulheres ou, mais aprofundadamente, nas relações entre os sexos, constituía-se também por desejos de mudanças no interior das famílias.

New Feminism foi pauta não apenas em *TIME*, como também na revista *VEJA*. Em uma página, veiculada no final de 1975, o periódico brasileiro tornou notícia o aumento dos estudos feministas no campo da História nos Estados Unidos. Segundo a matéria, intitulada “História feminina”, as docentes feministas americanas reivindicavam há tempos que a História contava apenas um lado dos fatos: o lado dos homens (Revista *VEJA*, 10/12/1975, p. 51). No entanto, apenas nos últimos anos havia sido possível perceber mudanças mais significativas. Algumas historiadoras estavam, pois, reformulando diversas teorias:

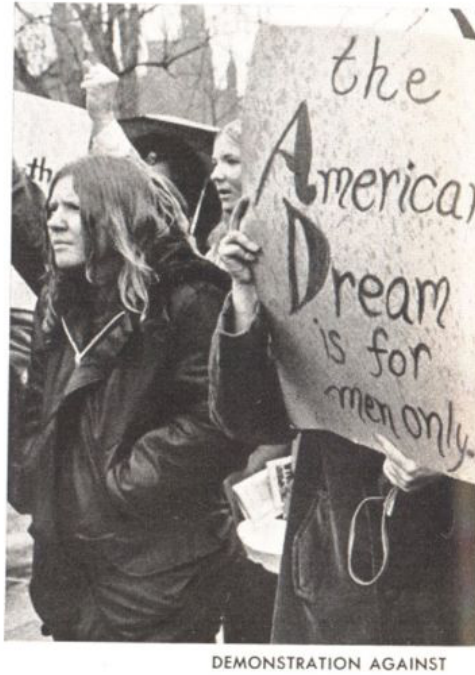
⁷⁵ The goals of the movement range from the modest, sensible amelioration of the female condition to extreme and revolutionary visions. The first camp includes the likes of Betty Friedan and emphasizes a more egalitarian society: equal pay for equal work, a nation in which women are not blocked from access to education, political influence and economic power. (...) The more radical wing of the movement would not be content, however, with such prosaic gains. They call for a drastic revision of society in general. In their view, the sexual roles must be redefined so as to free both sexes from the stereotypes and responsibilities that have existed for ages.

Um exemplo é o da historiadora Linda Gordon, da Universidade de Massachusetts, que pesquisou o antigo movimento da Maternidade Voluntária, tentativa de controle da natalidade, no século passado, nos Estados Unidos. No final do estudo, Gordon concluiu que a maioria das feministas igualitárias do século XIX defendia a separação entre sexualidade e reprodução. Mas o processo não deveria ocorrer através de técnicas anticoncepcionais e sim de prolongados períodos de abstinência. Assim, deduz a historiadora, feministas radicais se utilizaram do moralismo vitoriano para o controle da natalidade (*VEJA*, 10/12/1975, p. 51).

Plurais, heterogêneos, construídos entre consensos e dissensos, com diversas pautas e definições. Visando a igualdade entre os sexos, embora por vezes defenda as diferenças. Os movimentos feministas apresentam múltiplas reivindicações e argumentações teóricas, e as teorias de gênero e feminista, emergentes no final do século XX, pretendem analisar essa diversidade. Não fossem as formulações feministas pós-1960 e a renovação do campo historiográfico, tais análises não seriam possíveis. Afinal, ambas “(...) tiveram papel decisivo no processo em que as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da História, marcando a emergência da História das Mulheres” (SOIHET & PEDRO, 2007, p. 285).

No pós-1968, muitas mulheres americanas reivindicavam explicitamente o direito à igualdade. Frases como “o sonho americano é para os homens, apenas” estamparam cartazes e dizeres de protesto que foram registrados pelas fotografias publicadas em *TIME*.

Figura 13 – The american dream is for men only



DEMONSTRATION AGAINST

(Revista *TIME*, 31/08/1970, p. 16)

O debate feminista sobre igualdade e diferença recebeu muitas contribuições a partir do anos de 1960, devido às renovações ocorridas no interior do próprio movimento. Esse período marca um novo momento do movimento feminista, sem descartar nem inutilizar o anterior, mas renovando sua pauta política. Foi quando o movimento feminista passou a reivindicar o direito ao corpo, ao prazer e à liberdade.

Foi também quando o posicionamento favorável às políticas de controle da natalidade, que até então tinha como referências as lutas de Emma Goldman e Margaret Sanger, passou a ser questionado. Na medida em que as políticas neomalthusianas detinham-se às metas demográficas, o movimento feminista detinha-se à necessidade de assegurar a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres. Se antes de 1960 existia uma relativa proximidade entre os dois movimentos, “nas décadas de 1960 e 1970, o movimento feminista passou a denunciar o autoritarismo dos defensores do planejamento coercitivo da natalidade” (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 146).

A articulação política entre o feminismo e o debate demográfico no início do século XX foi reconhecidamente efetuada nos Estados Unidos por duas feministas:

Emma Goldman e Margaret Sanger. Ambas fizeram uso da escrita com o objetivo de informar as mulheres de sua época. Emma Goldman (1869-1940) editou o jornal *Mother Earth*, que circulou entre os anos de 1906 e 1918, quando foi fechado pelo governo federal. “Além de reproduzir textos de Proudhon, Kropotkin e outros anarquistas, *Mother Earth* também discutia o pensamento de Thomas Paine, Emerson, Thoreau e líderes abolicionistas e pacifistas como William Garrison, acrescentando discussões sobre controle da natalidade e resistência ao alistamento militar” (AZEVEDO, 2007, p. 360).

Goldman divulgou nos Estados Unidos a ideia de que o controle da natalidade poderia reduzir o tamanho da família e, deste modo, a pobreza. Aliás, a feminista desejava condições para que as mulheres de todas as classes sociais alcançassem a liberdade sexual, mediante a separação consciente entre sexualidade e reprodução. Por violar a lei que proibia a divulgação de métodos contraceptivos, foi presa em 1916.

Com reivindicações bastante próximas, Margaret Sanger (1883-1966) também recebeu acusações. No ano de 1918, abriu a primeira clínica de controle da natalidade dos Estados Unidos, a *Birth Control Clinical Research Bureau*, na cidade de New York, onde a venda de preservativos ainda era criminalizada desde a década de 1870. A *Birth Control Clinical Research Bureau* era uma instituição ligada à *American Birth Control League* (ABCL), uma Liga também fundada por Sanger. Além disso, foi acusada de divulgar obscenidades por distribuir pelo correio a revista *The Woman Rebel*.

Goldman ajudou a trazer essa síntese para a América, e Sanger, motivada por sua experiência na França, fundou sua própria revista, *The Woman Rebel*, quando voltou para os Estados Unidos. A revista era para ser “dedicada aos interesses das mulheres trabalhadoras”, estruturada após a abordagem de Goldman. Sanger empregou a retórica anticapitalista do sindicalismo militante, mas seu foco foi tentar revolucionar a vida sexual, em parte, desafiando restrições à divulgação de material de educação sexual e apresentando uma visão anarquista do desenvolvimento da personalidade. É claro neste ponto que o controle da natalidade é apenas um, embora

importante, parte de um programa radical multifacetado. (FRANKS, 2005, p. 28)⁷⁶

A *American Birth Control League*, fundada por Sanger, foi precursora da *Planned Parenthood Federation of America*. Esta, por sua vez, vinculou-se à *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), rede que teria enorme relevância na implementação das políticas neomalthusianas dos anos 1960 e 1970 – inclusive, ao subsidiar a basileira BEMFAM. A relação entre os feminismos de Goldman e Sanger e o neomalthusianismo é analisada pelos demógrafos José Eustáquio Alves e Sônia Corrêa:

Goldman e Sanger enfrentaram as ideologias tanto do Estado quanto das igrejas em seus esforços para assegurar a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres. Segundo Dixon-Mueller (1993), o *birth control* (movimento pelo controle dos nascimentos) surgiu como um componente tanto da luta de classes quanto das demandas por liberdade sexual das mulheres. Mas, se no início do século XX essas pautas eram atacadas pelos mais diversos lados, a partir dos anos 1930 o controle da natalidade passou a ser, também, uma bandeira dos defensores da eugenia e, após a Segunda Guerra, converteu-se em política preferencial do neomalthusianismo (2003, p. 145).

Resistente ao intervencionismo norte-americano, o movimento feminista brasileiro da Segunda Onda é recorrentemente retratado como um setor anticontrolista por renegar o intervencionismo do Estado nos corpos das mulheres. Tratando-se de um movimento social plural e que comportava posicionamentos divergentes, cabe ressaltar que nem todas as feministas foram absolutamente contrárias às políticas de controle da natalidade. A distribuição dos novos métodos contraceptivos em larga escala colocou as

⁷⁶ Goldman helped bring that synthesis to America, and now Sanger was motivated by her direct experience of it in France to found her own paper, *The Woman Rebel*, when she returned to the States. The magazine was to be “dedicated to the interests of working women” modeled after Goldman’s approach. Sanger employed the anti-capitalist rhetoric of a militant syndicalism, but the focus was on revolutionizing sexual life, in part by challenging restrictions on the dissemination of sex-education material and by presenting an anarchist vision of the development of personality. It is clear at this point that birth control is but one, albeit important, part of a multi-faceted radical program.

mulheres no centro dos debates, embora isso não signifique que tenha conferido a essas mulheres liberdade integral sobre a escolha de quando e quantos filhos ter.

Por isso, as feministas que trouxeram de Amsterdam o conceito de “direitos reprodutivos” defendiam a separação entre sexualidade e reprodução no âmbito das políticas sociais e dos direitos. O conceito de direitos reprodutivos também não foi plenamente aceito pelo movimento feminista. As feministas do hemisfério Sul questionaram seu conteúdo liberal, individualista e contratual (ALVES & CORRÊA, 2003, p. 145). Falar sobre “direitos reprodutivos” tornou-se comum somente em meados dos anos 1980.

No Brasil, considera-se a Segunda Onda feminista tão influente nas mudanças históricas do último quarto do século XX que se admite a década de 1970 como um marco do movimento. O ano de 1975 é narrado como inaugural para o movimento por algumas feministas, como Heloneida Studart, enviada pela revista *Manchete* para cobrir o Congresso Internacional da Mulher no México e que retornou para o Brasil disposta a formar uma organização feminista naquele mesmo ano (PEDRO, 2006, p. 251).

Outras feministas, porém, narram sua participação no movimento desde o início da década. Enquanto Maria Odila Leite da Silva Dias relata que passou a integrar um grupo paulistano de conscientização feminista em 1971, Rose Marie Muraro lembra que ocorreu também em 1971 a publicação da versão brasileira do livro *The Feminine Mystique*, de Betty Friedan, afirmando que já era feminista antes dessa data (PEDRO, 2006, p. 257 e 258). De todo modo, sob o olhar desconfiado do governo militar, essas mulheres buscaram de alguma forma se organizar e enfrentar aqueles que se opunham ao movimento feminista, inclusive alguns grupos de esquerda, que defendiam que a luta deveria ser contra a ditadura e as desigualdades sociais e que a causa feminista era uma causa secundária.

Betty Friedan é nome bastante citado por *TIME* no início dos anos 1970. Em diversas matérias, a revista menciona-a como principal referência do movimento feminista americano na década anterior. O livro *A Mística Feminina* repercutiu num momento de questionamentos civis que ecoavam pela sociedade-civil americana:

Uma taxa de natalidade decrescente e o fato de que as mulheres estão vivendo cada vez mais - e também mais do que os homens - significam que uma parte cada vez menor da vida das mulheres está dedicada a cuidar e educar crianças. A pílula aliviou as mulheres da ansiedade sobre a gravidez indesejada. Tudo isso ajudou a garantir um impacto profundo de *A Mística Feminina* de Betty Friedan, publicada em 1963. Na obra, ela argumentou que as mulheres perdem suas identidades submergindo-se em um mundo de casa, cônjuge e filhos. O livro chegou no auge do movimento dos direitos civis no Sul; das pressões para dar aos negros um lugar na sociedade e que, inevitavelmente, produziram uma nova preocupação com outros cidadãos de segunda classe.⁷⁷ (Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 27)

Se *A Mística Feminina* foi noticiada por *TIME* como a obra-referência do feminismo americano na década de 1960, a década seguinte teria sido então inaugurada por uma nova obra de impacto. Tese de doutorado de Kate Millet, defendida na Universidade de Columbia, *The Politics of Sex* foi matéria de capa em edição de 1970.

Em *A Política do Sexo*, a autora feminista evidencia que nos séculos XIX e XX a sexualidade feminina era controlada pelo sistema patriarcal. Denunciando as amarguras do patriarcado para a liberdade feminina, Millett questionava a definição de papéis pré-determinados para as mulheres na sociedade. Segundo a reportagem, “de certa forma, o livro faz de Millett o Mao Tse-Tung da libertação da mulher”⁷⁸ (*TIME*, 31/08/1970, p. 16).

⁷⁷ A declining birth rate and the fact that women are living increasingly longer—and also longer than men—has meant that a smaller part of women's lives is devoted to bearing and rearing children. The Pill has relieved women of anxiety about unwanted pregnancies. All of this helped ensure a profound impact for Betty Friedan's *The Feminine Mystique*, published in 1963. In it, she argued that women lose their identities by submerging themselves in a world of house, spouse and children. The book came just at the height of the civil rights movement in the South; the pressures to give blacks a full place in society inevitably produced a new preoccupation with other second-class citizens.

⁷⁸ In a way, the book has made Millett the Mao Tse-tung of Women's Liberation.

As denúncias de Kate Millett sobre os lugares pré-definidos pelo *ser mulher* questionavam a supremacia dos homens e a naturalização da submissão das mulheres, na vida social, econômica e sexual. Compreender as *Politics of Sex* implicaria, pois, em reconhecer o sexo como uma categoria política. Para Millett, o desfazimento da família patriarcal seria necessário para que ocorresse a legítima Revolução Sexual.

A imagem de Kate Millett escolhida por *TIME* para estampar sua capa é emblemática quanto às críticas que a feminista fazia aos lugares de gênero. Millett foi apresentada aos leitores daquela edição de 1970 numa camisa social, sem maquiagens, brincos, colares ou outros adereços que remetesse à representação social do feminino. Essa forma de se apresentar foi estratégia escolhida pela própria Millett, coerentemente desinteressada em corresponder aos lugares de gênero que combatia, porém chama atenção o fato da revista ter selecionado uma imagem em que a feminista aparece séria, com olhar fixo e expressão firme.

Figura 14 – The Politics of Sex



(Revista *TIME*, 31/08/1970, capa)

A obra e as ideias de Millett repercutiram no Brasil, especialmente no meio intelectual e feminista, e foram noticiadas pela revista VEJA em 1974 como “moda passageira”, que estava influenciando os jovens a renegarem seu gênero e até mesmo seu sexo. Ao lado de outras personalidades da época, Millet foi chamada de estrela ambígua:

Eles, ou elas, acreditam que é perfeitamente possível dispensar os determinismos da natureza humana – e, portanto, não procuram parecer homens ou mulheres. Tanto podem vestir longas capas espanholas e calçar coturnos militares, quanto colantes blusinhas de lycra e sapatos de salto alto. Muitos os consideram apenas uma moda passageira, ditada nos Estados Unidos e Europa por algumas das mais ambíguas estrelas do momento, entre as quais cintilam a líder feminista Kate Millet, o cantor de rock David Bowie e a atriz cinematográfica Maria Schneider, do filme “O Último Tango”. (Revista VEJA, 01/05/1974, p. 76)

Nas décadas de 1960 e 1970, esses questionamentos sobre o lugar da mulher recaíram também sobre a naturalização da maternidade. Em matéria veiculada na seção *Medicine*, a revista TIME trouxe o caso de uma médica ginecologista francesa que, diante das experiências que teve, mudou sua visão de mundo acerca do automatismo em relacionar *ser mulher e ser mãe*. A Doutora Marie-Andrée Lagroua Weill-Halle, que em 1961 estava atraindo mulheres para sua clínica com o slogan “Uma criança desejada é uma criança feliz”⁷⁹, expôs que poucos anos antes pensava de forma diferente:

“O desejo de evitar a maternidade me pareceu monstruoso”. Mas, trabalhando em Paris, conheceu milhares de mulheres que tinham medo de ter outro filho por causa da pobreza ou por ameaças à sua própria saúde. Muitas tinham desistido das relações conjugais para evitar a gravidez.⁸⁰ (Revista TIME, 21/07/1961, p. 22)

⁷⁹ A Wanted Child Is a Happy Child.

⁸⁰ The desire to avoid motherhood seemed to me monstrous." But practicing in Paris, she met thousands of women who were afraid to have another child because of poverty or threats to their own health. Many had given up marital relations to avoid pregnancy.

A maternidade é uma experiência a ser vivenciada de diversos modos. Apesar disso, as relações entre mulheres mães e filhos/as são permeadas por discursos em torno de seus lugares tradicionais e formatadas culturalmente de acordo com práticas prescritivas. Verifica-se, assim, o espaço firmado pela representação social de que a maternidade ideal é aquela que ocorre com dedicação integral da mulher mãe a sua prole e, conseqüentemente, no pleno desenvolvimento sócio-educativo das crianças. Os estudos sobre o mito do amor materno, analisado inicialmente por Elisabeth Badinter nos anos 1980, colocam em cheque as ressonâncias entre natureza e cultura.

Livrar os homens pais de qualquer responsabilidade sobre uma concepção, ao mesmo tempo em que em formas de prevenção da gravidez recaem majoritariamente sobre os corpos das mulheres mães revela um dos aspectos do conceito de maternidade. Segundo Elisabeth Badinter, o século XX cristalizou a pressão sobre as mulheres, substituindo a frequência do uso de expressões como “responsabilidade materna” por “culpa materna” (BADINTER, 1980, p. 179).

O conceito de “maternidade” não deve ser apreendido de modo fixo, unitário, universal. Conforme defende Reinhart Koselleck (2006), os conceitos possuem historicidade e, assim, aquilo que define a maternidade e, principalmente, as práticas e as representações sociais engendradas a partir dela, possuem uma trajetória histórica própria. Por isso, ao tratar de tais experiências, deve-se buscar apreendê-las como “maternidades”, no plural, já que não são vivenciadas do mesmo modo por todas as mulheres mães. Com isso, admite-se que a concepção de que o “amor materno” é sentimento inerente à condição de todas as mulheres não passa de um mito, uma representação social elaborada no interior de relações de poder e difundida socialmente sob o aspecto de verdade científica respaldada pelo aspecto biológico. A maternidade,

pautada na argumentação que focaliza no processo biológico, passa a ser compreendida como o lugar tradicional das mulheres.

Conforme apontam análises de Ana Paula Vosne Martins (2010) e Maria Lúcia Mott (2001), as apropriações acerca desse conceito constituem um terreno de disputas. Assim, para as feministas da Primeira Onda (segundo Joana Maria Pedro (2011), correspondente ao final do século XIX e início do século XX) a maternidade seria um índice da diferença entre os sexos, uma característica peculiar a ser utilizada na reivindicação dos direitos políticos, sociais e econômicos. Contudo, para o feminismo da Segunda Onda (a partir da metade dos anos 1960) a maternidade foi tomada como mais um vestígio da dependência e dominação as quais mulheres foram submetidas.

As apropriações dessas diferentes interpretações constituem temporalidades e explicitam que não há uniformidade com relação ao tratamento relegado a experiência da maternidade. No entanto, a norma familiar e as prescrições sobre as identidades de gênero lidam com tal experiência a partir de modelos e idealizações. Esses modelos visam a naturalização daquilo que as relações sociais construíram, conforme apontam estudos como o de Joan Scott (1990). Comumente citado como um marco inicial nos estudos de gênero, a contribuição de Scott aponta que o gênero (masculino/feminino) seria histórico e culturalmente construído.

Ao extrapolar as barreiras das visões binárias de sexo e gênero, busca-se expor as práticas políticas e subjetivas que fundamentam o lugar tradicional da maternidade, e que o constroem de acordo com constituição não somente da diferenciação entre as identidades de gênero, mas a partir dessa diferenciação hierarquizante. Afinal, se mesmo através das empreitadas de valorização da maternidade havia uma propensão ao conservadorismo, centrada numa concepção restritiva de necessidade e dependência das

mulheres, nota-se então que esse ideário é, sobretudo, político (MARTINS, 2010, p. 177).

Como prosseguimento dessa perspectiva, Elisabeth Badinter, filósofa francesa, redigiu a obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. O livro se tornou um best-seller anos 1980 e pôs em questão que o amor materno não seria inato, porém, conforme explicita seu título, conquistado. Não é, pois, um determinismo, mas algo que se adquire. O amor das mães para com seus filhos, segundo a autora (1980), seria um valor criado para que se fortalecesse a ideia de que são as mulheres mães as principais responsáveis pela defesa das crianças. “Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los” (BADINTER, 1980, p. 144). Logo, o amor materno é um conceito relativamente novo para as sociedades ocidentais. Entre os discursos médico e moralizador, Badinter refere-se a eles como geradores de “um amor forçado” (1980, p. 237), um imperativo que visa assegurar a sobrevivência das crianças.

Se os estudos feministas são bastante recentes, e quase exclusivos no que se refere às questões materno-infantis, a infância na condição de campo de estudos da História ainda os supera. Segundo a socióloga Leena Alanen, “as mulheres foram acrescentadas à ciência: agora as crianças também foram “acrescentadas” aos relatos existentes da vida social, onde anteriormente apenas os adultos eram identificados como atores” (2001, p. 75). Para a autora, as contribuições do movimento feminista e dos estudos de gênero enquanto categoria relacional, emprestam às questões da infância importantes referenciais: a superação do “adultocentrismo”, assim como do “machocentrismo”; e o reconhecimento de que “crianças” e “adultos” estão em uma relação de gerações.

Assim, no entrelaçamento entre os profícuos estudos das relações de gênero e da infância, a pesquisa histórica pode reunir ainda mais análises acerca das questões materno- infantis. As pluralidades, característica inerente a esta temática, precisam ser levadas em conta para relativizar os lugares tradicionais atribuídos às mulheres e à experiência de tornar-se mãe. Desmitificar o amor materno na condição de uma obrigação social imposta às mulheres exige reflexões como as de Elisabeth Badinter, através das quais se observa o elo entre a defesa das relações entre mães e filhos, e as relações de poder que oprimem as mulheres.

Os movimentos feministas dos anos 60 e 70 do século XX foram responsáveis por pautar boa parte dos debates sobre liberdade sexual das mulheres, direito ao prazer e a gerir próprio corpo. Afinal, para gerir a população, passou-se a tentar gerir a fertilidade feminina. Isso não ocorreu sem que existissem algumas tensões da relação entre Ciências Médicas e Religião, verificadas especialmente devido ao lançamento da pílula anticoncepcional nos mercados norte-americano e brasileiro. Apesar da valorização e dos benefícios constantemente destacados pelas revistas *TIME* e *VEJA*, a pílula anticoncepcional foi noticiada como assunto polêmico e ambíguo. As controvérsias em relação aos métodos contraceptivos, inclusive a pílula, destacaram efeitos colaterais e debates morais e religiosos, pautados principalmente pela Igreja Católica.

CAPÍTULO 4 – A “CRUZADA DA PÍLULA”

4.1 “News of the Pill”: medicalização dos corpos das mulheres

“Reprodução é um ato privado, mas não é um assunto privado”⁸¹ (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 66): afirmações públicas como esta, no final dos anos 1960, geravam polêmica. Proferida pelo demógrafo Day Lincoln, num Simpósio para médicos ginecologistas realizado na Universidade de Yale, a assertiva foi contraposta por um dos presentes no evento: “quantos filhos um casal quer ter é problema seu, e do ponto de vista do controle de natalidade, nossa função é apenas garantir que haja liberdade de escolha”⁸² (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 66).

O relato publicado na revista *TIME* sobre o debate entre o demógrafo e o médico destacou a naturalidade e recorrência com que a imprensa vinha abordando esse tipo de contenda. Segundo a matéria, essas eram as provas de que o mundo estava passando por reviravoltas em suas ações relacionadas ao controle da natalidade.

As abordagens ao assunto já não eram mais esporádicas e, naquele mês de 1967, em especial, “jornais e revistas foram preenchidos com notícias sobre planejamento familiar, controle populacional e pílula”⁸³ (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 66), em razão de um notório evento ocorrido em Santiago, capital do Chile. O evento, organizado pela Federação Internacional de Planejamento Familiar (*International Planned Parenthood*

⁸¹ “Reproduction,” said Demographer Lincoln Day at a Yale University symposium for gynecologists, “is a private act, but it is not a private affair.”

⁸² How many children a couple want to have is their own business, and the point of birth control is just to ensure that freedom of choice.

⁸³ Newspapers and magazines have been filled with news of family planning, population control and the pill.

Federation – IPPF), marcou o debate internacional, travado à época, sobre as políticas de controle da natalidade.

Lord Caradon, delegado britânico na ONU desde 1961, foi responsável pela abertura da Conferência Mundial sobre População ocorrida no país sul-americano. O representante da Grã-Bretanha expôs em seu pronunciamento a “sensação de perigo e potencial desastre” (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 66) que percebia no âmbito do crescimento populacional. Os dados numéricos apresentados por Lord Caradon indicavam que a população mundial estava num ritmo de crescimento (mais de 2% ao ano) que resultaria numa população de 7 bilhões até o ano de 2000.

Acrescia-se ao “potencial desastre” o fato de que os contingentes populacionais aumentavam em regiões onde estariam as mais difíceis condições para manutenção da vida, principalmente por meio da alimentação. Para o britânico, o crescimento populacional “não é tão ruim nos EUA (1,6% ao ano) e Europa Ocidental (apenas 1%), mas é assombroso na América Latina, onde a população está aumentando em 3% ao ano e, possivelmente, ainda aumentará mais”⁸⁴ (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 66).

Para interpretações como as de Caradon, era necessário reverter a relação entre crescimento populacional e econômico, especialmente na América Latina: reduzindo-se o primeiro, enquanto aumentar-se-ia o segundo. A revista *TIME* apoiou o pronunciamento britânico, afirmando que “disse Caradon, com lógica impecável: produção e reprodução devem ser enfrentadas em conjunto”⁸⁵ (Revista *TIME*, 21/04/1967, p. 66).

Neste sentido, envolvendo interesses e relações de poder que extrapolavam a arena doméstica, os discursos relacionados à reprodução humana passaram a marcar

⁸⁴ It is not so bad in the U.S. (1.6% a year) and Western Europe (only about 1%), but it is ominous in Latin America, where population is increasing by 3% a year and possibly more.

⁸⁵ Said Caradon, with impeccable logic: “Production and reproduction must be tackled together.

presença na pauta da imprensa periódica. E, na esteira dos debates feministas e sobre a explosão demográfica, as práticas contraceptivas receberam atenção especial.

Com maior ênfase em momentos distintos, a pílula anticoncepcional foi o método mais noticiado pelas páginas das revistas *TIME* e *VEJA*. Na revista americana, as questões da pílula foram abordadas em sequências ininterruptas de edições nos últimos anos da década de 1960. Em 1968, a pílula esteve no centro de conflitos entre demógrafos, médicos e a Igreja Católica. De 1965 a 1970, a ausência de consenso sobre seus benefícios e seus riscos levou a “*Pill*” ao título de um terço de todas as matérias sobre métodos contraceptivos e controle da natalidade, publicadas na revista *TIME*, no período compreendido entre 1960 a 1979.

Os discursos e práticas dos movimentos civis, sociais e políticos em prol da ampliação da liberdade, que ecoaram pelos Estados Unidos e Europa nos entornos de 1968, sofreram tentativas ostensivas de silenciamento no Brasil, no auge do enrijecimento da ditadura civil-militar vigente no país desde 1964. O clima de repressão sócio-cultural, característico daqueles anos, contribuiu para que a revista *VEJA* noticiasse a pílula e demais métodos anticoncepcionais com menor frequência no final dos anos 1960, em relação à revista *TIME*.

No periódico brasileiro, tratar dos métodos anticoncepcionais tornou-se recorrente somente na década seguinte e, principalmente, após 1975. Essa constatação coincide com o início do processo de “transição democrática”, empreendida pelo governo ditatorial de Geisel (1974-1979) sob a proposta de uma “abertura lenta, gradual e segura” (REIS, 2014, p. 104). O processo de abertura política e a ampliação dos debates sobre métodos contraceptivos, no Brasil, confluíram temporalmente.

Através de pesquisa histórica realizada por meio da revista brasileira *Cláudia*, periódico voltado às leitoras mulheres, Carla Pinsky observou que as matérias

publicadas sobre pílula anticoncepcional apresentavam-se sob duas justificativas: “é preciso controlar a natalidade para que se evite um excesso populacional; e as famílias têm o direito de decidir sobre o número de filhos de acordo com seus interesses e condições econômicas” (PINSKY, 2014, p. 304). Ou seja, são argumentos que não tratam estritamente de interesses individuais, mas pretendem demonstrar a possibilidade de conciliar o individual e o coletivo, como o problema demográfico.

A autora aponta que a revista *Cláudia* não anunciou a pílula anticoncepcional como uma possibilidade de libertação concedida às mulheres, apesar do receio da gravidez indesejada ser considerado, na época, “um dos principais freios às manifestações da sexualidade feminina, especialmente das jovens solteiras” (PINSKY, 2014, p. 304). Pelo contrário, Pinsky observa que “anticoncepção” é apresentada em *Cláudia* como equivalente a “planejamento familiar” e que a liberdade que a pílula poderia proporcionar às mulheres foi retratada como um de seus aspectos negativos, ameaçador aos bons costumes. Assim, os textos se detinham, quase exclusivamente, aos aspectos científicos da pílula.

A pílula anticoncepcional foi elaborada no início dos anos 1950 e aprovada para comercialização nos Estados Unidos em 1960 (PINSKY, 2014, p. 303). O método rítmico, também chamado de tabelinha ou sistema Ogino-Knauss, e os preservativos de borracha eram métodos contraceptivos já conhecidos e utilizados. Contudo, a pílula encontrou ambiente diferenciado para difundir-se no transcorrer dos anos 1960 e foi mais divulgada dos que os demais métodos, tornando-se um dos principais recursos utilizados pelas mulheres para evitar gravidez.

O conceito de hormônios como mensageiros químicos produzidos em determinados órgãos e circulantes pelo organismo, regulando-o, foi fundamental para a elaboração da pílula anticoncepcional. Proposto pelo fisiologista britânico Ernst

Starling, em 1905, a partir daquele momento reconheceu-se que os hormônios são responsáveis pela regulação química do organismo (DIAS et al, 2018, p. 2). Em seguida, chegou-se ao conhecimento da produção de hormônios pelas gônadas sexuais e o estrógeno foi o primeiro hormônio feminino identificado pelos médicos (ADONI; UJVARI, 2014, p. 146).

De acordo com os médicos brasileiros Tarso Adoni e Stefan Ujvari, “na década de 1930, já havia estrógeno injetável ou administrado por via oral para tratamento da menopausa” (2014, p. 146). Isso porque, buscando compreender o papel do estrógeno no organismo, pesquisadores haviam concluído que os sintomas indesejáveis da menopausa decorriam da falta desse hormônio.

Em 1935, foi identificado outro hormônio feminino: a progesterona. A identificação da progesterona levou a um novo experimento, conduzido por A. W. Makepeace e publicado na *American Journal of Physiology* em junho de 1937. Nele, “coelhas que receberam injeções de progesterona não ovularam e, portanto, não ficaram prenhas. Assim, a ciência encontrava fortes evidências da existência de uma molécula responsável por bloquear o ciclo da ovulação e prevenir a gestação” (ADONI; UJVARI, 2014, p. 146).

Diante das evidências, ocorreu no início dos anos 1950, nos Estados Unidos, uma coalizão entre cientistas, ginecologistas, feministas, filantropos e indústria farmacêutica, com objetivo de desenvolver um contraceptivo oral, baseado em ação hormonal. Essa coalizão foi formada a partir de um encontro entre Gregory Pincus, Margaret Sanger e Katharine McCormick.

A revista *TIME* expôs o processo de desenvolvimento do anticoncepcional oral em 1967, na matéria intitulada “Contracepção: livres do medo”⁸⁶ (Revista *TIME*,

⁸⁶ Contraception: Freedom from fear.

07/04/1967, p. 78), a partir da afirmação de que nenhum nome específico era vinculado à criação das pílulas. A reportagem embasou-se na constatação de que o saber médico, no século XX, estava em pleno desenvolvimento em diversas partes do planeta e que equipes científicas muitas vezes trabalhavam simultaneamente em novos projetos.

Ao mesmo tempo, a revista *TIME* destacou as pesquisas empreendidas por Gregory Pincus e atribuiu a ele e ao médico ginecologista John Rock, da Universidade de *Harvard*, o *status* de pioneiros da contracepção oral (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78). Pincus e Rock haviam trabalhando juntos para encontrar uma maneira das mulheres, que não fossem consideradas férteis, ovularem e, portanto, conceberem:

Depois que Pincus e Rock haviam viabilizado um número considerável de concepções humanas, uma nova idéia surgiu: Por que não usar a progestina⁸⁷, deliberadamente, para suprimir a ovulação todos os meses – em outras palavras, como um contraceptivo?⁸⁸ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78)

Pincus, diretor da *Worcester Foundation for Experimental Biology*, reuniu-se em 1951 com Sanger e McCormick. Sanger era pioneira na defesa de que as mulheres deveriam ter o direito de escolher o número de filhos que gostariam de ter. E McCormick, uma senhora milionária apresentada por Sanger a Pincus, foi financiadora das pesquisas desenvolvidas na Fundação de Worcester a partir daquela reunião. “Assim, em 1953, já havia duas progesteronas baratas com possibilidade de administração oral, e que, por inibirem a ovulação, poderiam ser testadas na contracepção” (ADONI; UJVARI, 2014, p. 151).

No entanto, os testes dos anticoncepcionais orais não poderiam ocorrer no Estados Unidos, local onde foram criados. De acordo com a Lei Comstock, vigente desde 1873, era ilegal vender, em território americano, quaisquer materiais que

⁸⁷ Progestina é a correspondente sintética do hormônio progesterona.

⁸⁸ After Pincus and Rock had produced a gratifying number of conceptions, a new idea struck them: Why not use the progestin deliberately to suppress ovulation every month—in other words, as a contraceptive?

remetessem à obscenidade. Tratar dos meios para evitar-se uma gravidez era considerado, conforme interpretações da lei, um ato obsceno. De acordo com Thaddeus Russell, neste quesito as mulheres prostitutas foram vanguardistas: “Numa época em que o controle de natalidade era efetivamente proibido, as prostitutas provinham um mercado para contraceptivos que possibilitava sua produção e distribuição”⁸⁹ (RUSSELL, 2010, p. 101).

Na prática, a lei significava restrição às informações sobre sexualidade e reprodução humana, inclusive no que se referissem aos métodos contraceptivos. Para contornar a proibição e testar a descoberta em humanas, a alternativa empreendida por Pincus e sua equipe foi exportar tais testes.

Um laboratório americano, chamado Searle, aceitou testar a progesterona oral em mulheres de Porto Rico⁹⁰. No embalo das análises populacionais, em alta naquele período, a ilha caribenha era alvo de preocupações devido a sua superpopulação: 2,2 milhões de habitantes em 1950, com previsão de chegar a 3 milhões no ano 2000. Assim, a estratégia de Pincus, viabilizada pelo laboratório Searle, foi implementada:

Políticos norte-americanos aprovaram essa medida, uma vez que havia a teoria de que o aumento da pobreza e da miséria poderia empurrar um território à adesão do temido comunismo. Na véspera do estudo proposto por Pincus, um quinto das mulheres porto-riquenhas tinham sido esterilizadas. Nesse cenário, qualquer medida que contivesse o crescimento populacional na ilha seria bem-aceito (ADONI; UJVARI, 2014, p. 154).

Ainda na década de 1950, os contraceptivos orais tiveram sua eficácia comprovada através das porto-riquenhas: em pouco mais de um ano, apenas 14% engravidaram, entre as mais de 200 mulheres que receberam a pílula. Segundo a revista

⁸⁹ At a time when birth control was effectively banned, prostitutes provided a market for contraceptives that made possible their production and distribution.

⁹⁰ Joana Maria Pedro (2003, p. 241) acrescenta o Haiti como local de testes da pílula. A revista TIME mencionou somente Porto Rico.

TIME, que mencionou brevemente tais fatos, o Dr. Edris Rice-Wray foi quem conduziu os testes em Porto Rico, no ano de 1956 (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78).

Porto Rico é uma ilha caribenha, distante 1.631 km de Miami, na costa leste americana. Colonizada por espanhóis e entregue pela Espanha ao governo americano, como um dos resultados da Guerra Hispano-Americana, desde 1898 é um estado associado aos Estados Unidos. Ou seja, os porto-riquenhos possuem direitos e deveres como cidadãos dos EUA, porém não participam das eleições americanas.

A historiadora Laura Briggs (2002) afirma que Porto Rico representa um problema e uma oportunidade para os Estados Unidos. Na obra “*Reproducing Empire*”, a autora analisa a relação entre os dois países pelos prismas do imperialismo e das questões sexuais e raciais.

Em “*Reproducing Empire*”, o conceito de imperialismo americano apresentado por Briggs procura retratar as relações entre EUA e Porto Rico como interativas, envolvendo múltiplos sujeitos – e não sob o estigma de um imperialismo cultural unidirecional. Procura ainda, compreender “(...) como a ciência, a medicina e as ciências sociais produziram diferenças raciais por meio de descrições e intervenções sobre os corpos das mulheres, particularmente por meio de sua sexualidade e reprodução”⁹¹ (BRIGGS, 2002, p. 15). Os debates porto-riquenhos sobre controle da natalidade, em voga desde a década de 1920, entrelaçaram as ideias eugenistas conservadoras e pró-natalistas anticoloniais, especialmente pautados pela Igreja Católica e pelo Partido Nacionalista de Porto Rico. Os apoiadores do nacionalismo de espectro de esquerda e as feministas consideravam a maternidade indesejada um obstáculo à modernização do país, tornando-se vozes ativas na defesa das políticas para controle da capacidade reprodutiva da população.

⁹¹ With respect to Puerto Rico, we need to bring these stories together, to discover how science, medicine, and social science have produced racial difference through descriptions of and interventions upon women’s bodies, particularly through their sexuality and reproduction.

Briggs afirma que os testes humanos da pílula anticoncepcional integraram esse projeto de amplo escopo, comandado por interesses de porto-riquenhos e norte-americanos. Na análise da autora, a distribuição de contraceptivos orais para as mulheres porto-riquenhas foi “(...) fato importante para o projeto imperial dos EUA na ilha” (BRIGGS, 2002, p. 15):

Ao mesmo tempo, estudiosos das mulheres e de gênero, nos EUA e na Grã-Bretanha, mostraram como os corpos das mulheres foram extensivamente medicalizados e, através de idéias sobre histeria e tensão pré-menstrual, o quanto o significado cultural do gênero tem sido influenciado por ideologias científicas sobre o corpo feminino⁹² (BRIGGS, 2002, p. 15).

A partir da comprovação da eficácia da pílula anticoncepcional, obtida por meio dos testes em Porto Rico, e mesmo diante das críticas dos médicos porto-riquenhos em relação aos seus efeitos colaterais (ADONI; UJVARI, 2014, p. 154), a *Food and Drug Administration*⁹³ (FDA) aprovou-a para comercialização nos EUA em 1957. A liberação foi obtida por meio de uma manobra realizada pelo laboratório Searle para contornar a legislação vigente. O laboratório apresentou o medicamento Enovid como um regulador do ciclo menstrual, e não como anticoncepcional.

Em junho de 1960, o medicamento hormonal foi aprovado pelo FDA também como anticoncepcional. A data é considerada marco no lançamento da “pílula” no mercado, ainda que só pudessem ser adquiridas pelas mulheres por meio de receita médica. Dois anos depois, meio milhão de mulheres americanas usavam o Enovid (ADONI; UJVARI, 2014, p. 154).

⁹² At the same time, scholars of women and gender in the United States and Great Britain have shown how extensively medicalized women’s bodies have been, and through ideas about things like hysteria and premenstrual syndrome, how extensively the cultural meaning of gender has been influenced by scientific ideologies of the female body.

⁹³ A FDA é um órgão do governo americano responsável por controlar os alimentos e medicamentos, que precisam ser testados e aprovados pelo órgão para ter sua comercialização liberada no país.

Apresentada como o primeiro método de controle da fecundidade elaborado com base na fisiologia da reprodução e com garantia de eficácia superior a 90% – maior do que qualquer outro método conhecido até o momento –, a “pílula” foi considerada uma inflexão na história da anticoncepção e, rapidamente, se difundiu pelo mundo, tornando-se um dos principais recursos utilizados pelas mulheres para evitar gravidez. (DIAS et al, 2018, p. 2)

Em 1967, a revista *TIME* quantificou que “das 39 milhões de mulheres americanas em idade reprodutiva, 7 milhões já tomaram a pílula e algo em torno de 5,7 milhões estão tomando-a agora”⁹⁴ (07/04/1967, p. 79). O número de marcas e dosagens hormonais dos contraceptivos orais também deu um salto de 1960 para 1967, quando o Enovid já dividia o mercado com outros 11 produtos.

Figura 15 – Marcas e dosagens das pílulas anticoncepcionais (EUA, 1967)

BRANDS & DOSAGES			
<i>Brand names and characteristics of twelve oral contraceptives, including three newly approved by the FDA, now on the U.S. prescription market:</i>			
Combinations (taken for 20 consecutive days)		Progestin Estrogen (in milligrams)	
Enovid-E (Searle)	pale pink	2.5	.1
Norinyl (Syntex)	white	2	.1
Norinyl-1 (Syntex)	white	1	.05
Norlestrin (Parke, Davis)	pink	2.5	.05
Ortho-Novum 1 mg. (Ortho)	yellow	1	.05
Ortho-Novum 2 mg. (Ortho)	white	2	.1
Ovulen (Searle)	white	1	.1
Provest (Upjohn)	yellow	10	.05
Sequentials			
C-Quens (Lilly)	15 white	—	.08
	5 peach	2	.08
Oracon (Mead Johnson)	16 white	—	.1
	5 pink	25	.1
Ortho-Novum SQ (Ortho)	14 white	—	.08
	6 blue	2	.08

(Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 80)

Nos Estados Unidos, a pílula anticoncepcional foi noticiada pela revista *TIME* como se fosse um “comprimido milagroso” (07/04/1967, p. 78). A eficácia dos comprimidos para fins contraceptivos foi destacada na maioria das matérias veiculadas no final dos anos 1960, superando os demais métodos conhecidos e utilizados até aquele

⁹⁴ Of the 39 million American women capable of motherhood, 7,000,000 have already taken the pills; some 5,700,000 are on them now.

momento. Outro benefício mencionado, e utilizado para justificar a ampla adesão das americanas à *Pill*, era a facilidade de administração das pílulas, algumas vezes comparada à tomar vitaminas diárias.

Até o final da década, a pílula era vista como um recurso viável somente para países avançados, com altas taxas de alfabetização e melhores condições financeiras e sociais:

Para os habitantes das favelas e sertões de nações como o Brasil e a Malásia, a esperança parecia estar com um contraceptivo muito mais barato e mais simples, o dispositivo intra-uterino, ou DIU. Uma vez inserido por um médico, o DIU pode ser deixado no local e esquecido (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 79).

Diferentemente de outros mecanismos para prevenção da gravidez, a pílula requeria que as mulheres estivessem bem instruídas em relação ao efeito do método vincular-se ao cumprimento das ingestões diárias e regulares. De modo geral, julgava-se que a pílula tornava-se ineficaz⁹⁵ e, portanto, a mulher exposta à possibilidade de uma gravidez, somente quando seu consumo era esquecido e descontinuado. Com essa estratégia discursiva, *TIME* explicava o fato de que as pílulas ainda não eram tão conhecidas fora dos Estados Unidos, apesar de considerar que os países do Terceiro Mundo necessitavam mais de um método eficaz como a pílula do que os países considerados mais avançados (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 79).

No Brasil, as pílulas anticoncepcionais começaram a ser vendidas em 1962. “As notícias sobre o novo contraceptivo — considerado mais eficaz que os anteriores — vieram acompanhadas, no Brasil, de dados alarmantes sobre o perigo de superpopulação no mundo” (PEDRO, 2003, p. 241). Do mesmo modo que nos demais países do Terceiro Mundo, a entrada de métodos contraceptivos modernos, como a pílula e o

⁹⁵ Em 2019, sabe-se que outros fatos podem reduzir a eficácia da pílula anticoncepcional no organismo humano, como a ingestão concomitante de medicamentos antibióticos, por exemplo.

DIU, esteve associada às políticas internacionais para diminuição dos contingentes populacionais.

Por outro lado, assim como nos Estados Unidos e outros países mais industrializados, a pílula foi lançada no Brasil como medicamento regulador do ciclo menstrual. Assim, sua comercialização tornou-se consonante à legislação vigente no período, já que a Lei de Contravenções Penais proibia o anúncio de produtos destinados a evitar uma gravidez:

Anunciadas como reguladores de ciclos e indicadas para tratamento de desordens ginecológicas, houve uma rápida e ampla difusão dessas drogas: em 1966, cerca de 6 milhões de cartelas foram vendidas e, em 1974, 38 milhões; o número de laboratórios produtores de anticoncepcionais no país aumentou de quatro, em meados da década de 1960, para 16, em 1975 (Raimar RICHERS e Eduardo Buarque de ALMEIDA, 1975); em 1986, 50% de todas as mulheres brasileiras entre 15 e 44 anos e 62% das que viviam em união já haviam utilizado pílulas em algum momento da vida (BEMFAM, 1987). (DIAS et al, 2018, p. 2)

Enquanto o consumo da pílula crescia aos saltos, uma questão permanecia em aberto: havia motivações ocultas na distribuição e venda dos comprimidos? Se sim, servindo a quem e por quê? No final dos anos 1960 e primeira metade dos 1970, a revista *VEJA* registrou parte dessas dúvidas e desconfiças.

A partir de 1968, alguns livros também dedicaram-se a analisar hipóteses levantadas, e que tratavam da pílula desde a condição de marco das mudanças nas práticas reprodutivas à demonstração de degradação dos costumes e da moralidade, passando por tentativas de dominação americana. Envolvidos nesses debates, as obras de Kistner e Gallo expuseram as controvérsias que eram debatidas no período.

A revista *VEJA* propôs-se a “fazer um resumo da argumentação” (p. 88) do ginecologista Robert Kistner, de Harvard, EUA, e do chileno Jorge Ivan Hubner Gallo – identificado como professor universitário e católico. Kistner é autor da obra “A pílula”,

publicada pela Editora Record, e Gallo de “O mito da explosão demográfica”, pela Editora Paz e Terra.

Extravasando o que seria um resumo de pontos de vista, a matéria apresenta Kistner “com linguagem de publicitário e razões de cientista” e Gallo como alguém que “tem argumentos que se podem chamar, no mínimo, de ousados”. As razões de cientista do americano são destacadas em detrimento das ousadias católicas do chileno. A análise publicada pela revista destaca:

Todas as pequenas desvantagens da pílula – depressões, enxaquecas, aumento de peso, alterações na coagulação do sangue – são superadas, de longe, por seus grandes méritos – prevenção das doenças típicas de mulher, aumento de seu apetite sexual, diminuição dos abortos criminosos. E o mais importante: o controle da natalidade. (Revista *VEJA*, 24/06/1970, p. 88)

A matéria ainda determina: “o futuro da pílula tem portanto de ser glorioso”. Em seguida, o texto descreve que o Professor Gallo defende que “todo e qualquer plano de controle de nascimentos levado a efeito por governos ou entidades privadas é puro golpe colonialista. Resulta do temor dos países ricos pela revolução social dos pobres” (Revista *VEJA*, 24/06/1970, p. 88). Em tom irônico, beirando à ridicularização das afirmações de Gallo, a revista *VEJA* entregou aos seus leitores um texto, a título de resumo, recheado de conteúdo e representações político-sociais favoráveis à pílula, ao discurso médico e ao controle da natalidade.

De certo modo, os argumentos apresentados por Gallo já não eram estranhos aos brasileiros. Ou, ao menos, eram conhecidos pelo leitor Edilson Lucena, morador de Recife, que na semana seguinte teve sua carta publicada pela seção “Leitores” de *VEJA*:

Sr. Diretor: Permito-me discordar da posição assumida pelo Sr. Rubens Vaz da Costa, em entrevista publicada no n. 91 de *VEJA*, favorável ao controle da natalidade em nosso país. A tese defendida pelo ilustre entrevistado é, sem dúvida, perigosa aos interesses nacionais, porquanto um país de população modesta, em termos quantitativos, mais facilmente poderá ser dominado

pelas nações poderosas do mundo. Se não existem brasileiros em número suficiente para ocupar e desenvolver por exemplo a Amazônia, que autoridade moral nos assiste para preservar essa parte do nosso território da cobiça internacional? (Revista *VEJA*, 01/07/1970, p. 8)

Rubens Vaz da Costa, citado por Edilson Lucena em sua carta, era presidente do Banco do Nordeste do Brasil e havia sido entrevistado pela revista semanas antes, o que rendeu uma publicação nas Páginas Amarelas⁹⁶ do semanário. A entrevista, intitulada “Nordeste poderá explodir”, reproduz a tônica das análises econômicas sobre o crescimento populacional. Costa, que já havia presidido a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) sob nomeação do presidente Castelo Branco, é apresentado pela revista como profissional qualificado, “formado em economia na Bahia, com curso de pós-graduação nos EUA e treinamento no Banco Mundial” (Revista *VEJA*, 27/05/1970, p. 3) – sendo considerado portanto, detentor de saber e poder sobre o assunto em pauta.

No mês de abril de 1970, Costa havia afirmado durante uma entrevista coletiva concedida em São Paulo, e depois ratificou numa conferência ocorrida no Rio de Janeiro, que “a explosão demográfica do nordeste pode neutralizar os esforços para o desenvolvimento da região” (Revista *VEJA*, 27/05/1970, p. 3). O economista apontou que os estudos realizados pelo Banco do Nordeste tinham detectado que as taxas de mortalidade infantil e média de mortalidade reduziram na década anterior, enquanto medidas de contenção da natalidade não foram implementadas eficazmente.

Disso derivava a análise, recheada por números e dados estatísticos, de que o problema não era o crescimento populacional, algo visto pelo economista como esperado e até saudável. O problema, segundo Costa, estava na extrema rapidez com que vinha ocorrendo esse crescimento, dificilmente acompanhável por potencial de

⁹⁶ Páginas Amarelas é a seção da revista *VEJA* que apresenta, em toda edição, uma entrevista com personalidade considerada referência em determinada temática em pauta no momento.

investimentos na viabilização de condições necessárias infra-estrutura, saúde e educação para toda essa população.

Perguntado sobre como conter a explosão demográfica no nordeste brasileiro, Costa respondeu que “é preciso uma decisão nacional” e que “não podemos deixar que o crescimento demográfico siga apenas as leis da biologia” (Revista *VEJA*, 27/05/1970, p. 5). Na posição de voz autorizada por *VEJA*, o presidente do Banco do Nordeste apontou para a falta de políticas nacionais que buscassem solucionar os problemas relacionados à velocidade do crescimento populacional. Essa perspectiva, da quase omissão do governo federal brasileiro quanto à temática, foi apontada também pela revista *VEJA* no primeiro parágrafo das Páginas Amarelas daquela edição:

No passado, tantas foram as polêmicas, que o controle da natalidade no Brasil acabou se transformando em tema proibitivo. Para os defensores, a advocacia tornou-se inútil – seus ônus não compensavam a quase certeza de que muito teria de ser feito para alcançar o objetivo. Para os do governo, o incômodo era enfrentá-lo – Castelo Branco parecia a favor, mas jamais se comprometeu; Costa e Silva era contra, mas sem a convicção necessária para sepultar definitivamente as polêmicas. Em tal clima de indefinição e mistério, permanecia o temor da discussão aberta – o tema era tão delicado quanto o câncer num membro da família (Revista *VEJA*, 27/05/1970, p. 3).

Os debates e as políticas públicas sobre controle da natalidade, no Brasil, tornaram-se mais abertos somente a partir de 1970. Ainda que sob protestos de outros setores da sociedade, tal como a Igreja Católica, ações de governo para frear o crescimento populacional foram tornadas pautas de Estado. Esse processo ocorreu mediante pressão e cobranças de especialistas (como Rubens Costa), de membros da sociedade civil organizada (a exemplo dos movimentos feministas e sociedades médicas, especialmente de Ginecologia e Obstetrícia) e da imprensa periódica (conforme o excerto da revista *VEJA*, supracitado). A atuação do governo diante do crescimento da população, por meio da multiplicação acelerada do número de integrantes das famílias, foi convocada por parte da própria população.

As mudanças na rede de relações entre governo, população e família é analisada por Michel Foucault, que indica uma ruptura ocorrida na metade do século XVIII (1986, p. 289). Até aquele momento, governo era compreendido como um só, representado pelo soberano e tendo a família como modelo. Contudo, a partir da consolidação dos Estados modernos, Foucault observa que a estatística passou a revelar que a população tem características e fenômenos próprios, tais como grandes epidemias e taxa de mortalidade. Tais revelações indicaram que a população produz efeitos econômicos específicos e não redutíveis ao quadro familiar.

Essa novidade do século XVIII, a população, é descrita por Foucault como “um personagem político absolutamente novo” (2008, p. 87). “Claro, não é a primeira vez que o problema, as preocupações concernentes à população aparecem, não apenas no pensamento político em geral, mas no interior das técnicas, dos procedimentos de governo” (FOUCAULT, 2008, p. 88). Contudo, o autor observa que houve uma alteração na forma como a população era percebida pela arte de governar:

Primeiramente, a população, tal como é problematizada no pensamento, mas também na prática governamental do século XVIII, não é a simples soma dos indivíduos que habita um território. Tampouco é resultado apenas da vontade deles de se reproduzirem (FOUCAULT, 2008, p. 92)

A partir de tais constatações, construiu-se o conceito moderno de que a população é objetivo final do governo. “Pois qual pode ser o objetivo do governo? Não certamente governar, mas melhorar a sorte da população, aumentar sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde, etc.” (FOUCAULT, 1986, p. 289). A população, antes símbolo da força do soberano, tornou-se então fim e instrumento do governo.

Diante desse processo histórico e político, Foucault analisa também a instrumentalização da família, que passou a ser vista como elemento interno da população, como segmento – e não mais como modelo de governo. “E segmento

privilegiado, na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população – quanto aos comportamentos sexuais, à demografia, ao consumo, etc. – é pela família que se deverá passar” (FOUCAULT, 1986, p. 289).

As formas modernas de governo baseiam-se na ordem da normalização dos indivíduos, das famílias e das populações. A atuação da Medicina, nesse sentido, desempenhou papel fundamental ao integrar-se à regulação de condutas, de comportamentos e do próprio corpo humano para estabelecer o que fosse considerado normal. Mais do que especialistas em saúde e doenças, os médicos passaram a ser vistos como orientadores de práticas cotidianas das populações.

A centralidade do saber médico na função política de normalização, sem estabelecimento de limites para intervenção deste saber-poder, é chamada medicalização. Segundo Foucault, a medicalização é uma característica das sociedades modernas, que estão submetidas a ela num processo contínuo e indefinido. As práticas da Medicina como instância de controle social indicam porque a medicalização tornou-se importante no exercício do poder.

Foucault distingue duas modalidades fundamentais de exercício do poder nas sociedades ocidentais e modernas, a *disciplina* e a *biopolítica*, ou seja, o poder que tem por objetivo os indivíduos e o poder que se exerce sobre as populações. Disciplina e biopolítica são os eixos que conformam o biopoder. Com efeito, o biopoder define o verdadeiro objeto do poder moderno, isto é, a vida biologicamente considerada. O conceito de normalização refere-se a esse processo de regulação da vida dos indivíduos e das populações (CASTRO, 2009, p. 309).

Com base nas análises empreendidas por Foucault, Jurandir Costa (2004) analisa, especificamente, o caso brasileiro, explicitando que o saber da medicina doméstica estabeleceu a família nuclear burguesa como o modelo normativo. Diferentemente da lei, a norma não opera através da repressão. A norma visa a

prevenção, por isso indica as adaptações à ordem e cria mecanismos que asseguram sua reprodução discursiva, agindo nas margens da lei.

A medicina higienista difundiu a noção de um tripé fundamental para que a norma familiar burguesa se efetivasse. Compunham esse tripé de medidas protetoras os especialistas, versados para orientar a população; o Estado, responsável por legalizar as medidas protetoras, inclusive através de políticas públicas; e, principalmente, as mulheres mães, consideradas a “peça-chave” para que todo investimento na família fosse eficaz. Face a isso, compreende-se que:

Consideradas as responsáveis diretas pelo bem e pelo mal das crianças, as mulheres sofreram um processo de culpabilização pelas doenças e pela morte dos filhos, pois segundo os médicos, algumas eram teimosas, ignorantes e apegadas às práticas da medicina popular, fonte de abusos e de erros, segundo a interpretação da medicina clínica (MARTINS, 2008, p. 140).

A configuração de família prescrita pela norma burguesa atribui lugares tradicionais de gênero e geração bastante delineados. Seguindo esse modelo, a relação conjugal, heteroafetiva, fundamenta-se no casamento e no amor romântico entre os cônjuges. Costa afirma que tanto o casamento quanto o amor romântico atendem aos ideais da medicina higienista, posto que pregam a monogamia e, por conseguinte, evitariam que os homens casados fizessem uso dos serviços do mercado sexual (2004, p. 228). Além disso, a família sustentada pelo amor romântico reforçaria seus vínculos e protegeria melhor suas crianças. E, por fim, o amor ainda regularia os lugares tradicionais de homens, mulheres e crianças (COSTA, 2004, p. 234).

No interior desse ideal de família, um dos objetivos da medicina higienista, cada membro do núcleo possui suas funções. As crianças, para as quais se voltariam as preocupações dos demais membros da família, deveriam ser preparadas para o futuro. Segundo Costa, “a nova criança reclamava um casal que ao invés de comportar-se como

proprietário, aceitasse, prioritariamente, ser tutor” (2004, p. 170). Com isso, homens pais deveriam se responsabilizar pelo sustento do quadro familiar, sendo o provedor da casa. Às mulheres caberia o papel de responsáveis pela educação infantil e de principal responsável pelo desenvolvimento saudável das crianças, sendo ele físico, moral e intelectual. A maternidade seria, pois, lugar tradicional das mulheres.

Esse processo de aburguesamento social indicado por Foucault (2008) e Costa (2004), permeou os discursos acerca do controle de natalidade em meados do século XX. Joana Pedro (2003b) chama atenção para a medicalização da sexualidade feminina como instrumento de afirmação da burguesia. “Foi na modernidade que os corpos das mulheres tornaram-se alvo do controle dos casos extraconjugais. As práticas contraceptivas, abortivas, infanticidas e, ainda, o abandono de crianças passaram a ser relacionados a práticas femininas” (PEDRO, 2003b, p. 161). Apesar de não procriarem sozinhas, as mulheres tiveram seus corpos controlados para que o sexo não significasse reprodução:

A hereditariedade e a garantia da paternidade para a transmissão da propriedade que se acumulava e circulava exigiram das mulheres um alto preço: a fidelidade e o casamento como forma legítima de expressão de sua sexualidade, a dedicação à maternidade como constituição da identidade de gênero. (PEDRO, 2003b, p. 162)

Na família burguesa, a sexualidade feminina foi medicalizada e, assim, as mulheres passaram a ser tratadas não mais como responsáveis somente pela procriação: tornaram-se também o lugar de controle da população. Quando as pílulas anticoncepcionais começaram a ser comercializadas no Brasil, a medicalização do corpo feminino, e seus aspectos sexuais e reprodutivos, encontrava-se em estágio avançado. Desde o início do século, a parceria entre médicos e um estrato privilegiado de

mulheres, neste caso devido a sua posição social e por contar com maior acesso às informações, contribuiu para a difusão de práticas normativas.

Ao passo em que a sociedade brasileira passou a acreditar que os corpos femininos deveriam ser controlados para que fosse controlado o crescimento populacional, no final da década de 1970 o governo federal brasileiro assumiu políticas de controle da natalidade no contexto das políticas públicas de Estado. A revista *VEJA* apresentou um argumento para isso ter ocorrido somente no referido período: “O dilema para o governo é bem mais amplo: trata-se de abordar, sem atritos, uma questão de família que se tornou problema de Estado, envolvendo, além de questões morais, aspectos religiosos, demográficos, sociais, econômicos e políticos” (Revista *VEJA*, 25/05/1977, p. 72). No entanto, até que isso ocorresse, instituições privadas assumiram esse papel, conforme afirma Pâmella Pereira:

Em nosso país, a distribuição da pílula ocorreu por dois circuitos principais: a compra nas farmácias e a distribuição gratuita por entidades privadas de planejamento familiar. A segunda forma de distribuição ocorreu principalmente a partir segunda metade da década de 1960, e a sua história está ligada à história dos debates sobre a “crise demográfica” no Brasil (PEREIRA, 2016, p. 18).

Se, ainda no final da década anterior, a distribuição de informações e meios contraceptivos esteve apenas a cargo de instituições ligadas ao sistema internacional e à iniciativa privada, em 1979 esse cenário estaria modificado sob o ponto de vista político. Pernambuco foi noticiado como primeiro Estado implementar algum instrumento nesse sentido:

No final de abril, um convênio firmado entre o governador José Francisco de Moura Cavalcanti e a Sociedade Civil de Bem-Estar Familiar (Benfam) transformou Pernambuco no primeiro Estado a adotar oficialmente um programa de planejamento da família. Precavidamente, o secretário da Saúde, Veloso Costa advertiu que não se tratava de controle populacional, já que o objetivo do convênio é “diminuir a mortalidade materno-infantil mediante o

combate ao aborto provocado”. Para isso, acrescentou, “é preciso acabar com a natalidade indiscriminada entre famílias com muitos filhos e sem qualquer renda”. (Revista *VEJA*, 12/05/1976, p. 27)

A BEMFAM foi citada em diversas matérias da revista *VEJA*, assim como em trabalhos de estudiosos da temática das políticas de controle da natalidade no Brasil (PEREIRA, 2016; SANTANA, 2015). A Organização não-governamental (ONG) foi responsável por grande parte das ações sociais voltadas à saúde sexual e reprodutiva no país. De 1968 a 1976, atendeu 45 mil famílias só em Pernambuco (Revista *VEJA*, 12/05/1976, p. 27).

De acordo com Flora Mariana Rodrigues, coordenadora da BEMFAM no nordeste brasileiro, em abril de 1975, 200 mil caixas de pílulas anticoncepcionais estavam em vias de serem distribuídas, no estado do Rio Grande do Norte. “Com apoio logístico e técnico de trinta ginecologistas, 500 assistentes percorreram 150 municípios” (Revista *VEJA*, 09/04/1975, p. 42). Segundo a matéria, sob o título “Cruzada da pílula”, a atenção especial dedicada ao estado devia-se à liderança no crescimento demográfico brasileiro “(...) 3,3% ao ano, ou seja, 0,6% acima de uma já alarmante média nacional” (Revista *VEJA*, 09/04/1975, p. 42).

Filiada à *International Planned Parenthood Federation* (IPPF), a BEMFAM é o principal exemplo brasileiro de institucionalização do controle de natalidade. Fundada por grupos de médicos em 1965, a ONG procurou veicular as ideias antinatalistas na mídia especializada, enquanto atuava principalmente nas camadas populares por meio da assistência social (SANTANA, 2015). Assim, 12 anos após sua fundação (1977), a BEMFAM já contava com clínicas em diversos estados brasileiros (Revista *VEJA*, 03/08/1977, p. 89). Sem fins lucrativos, a BEMFAM recebeu verbas da IPPF, como em julho de 1976, quando o objetivo foi aumentar a distribuição mensal de pílulas anticoncepcionais às mulheres brasileiras (Revista *VEJA*, 12/05/1976, p. 27).

No ano de 1977, o ministro da Saúde propôs o Programa de Saúde Materno-Infantil, um conjunto de medidas e investimentos para assistência à maternidade, tratamento da esterilidade, prevenção de gravidez de alto risco, entre outros. A revista *VEJA* noticiou a proposta do ministro, Paulo de Almeida Machado, numa matéria intitulada “Pílulas, mas sem obrigação” (Revista *VEJA*, 03/08/1977, p. 88 a 90).

Figura 16 – Pílulas para as mulheres: quem decide?



(Revista *VEJA*, 03/08/1977, p. 88)

O título da matéria fez referência ao governo brasileiro passar a distribuir pílulas às mulheres que as solicitassem, sem obrigá-las a fazer uso do método. Nas fotografias que estampam a reportagem, observa-se o grupo políticos, todos homens, que discutiam à respeito dessa importante decisão para as mulheres brasileiras. E, numa segunda fotografia, uma mulher, com seu filho nos braços, aguardando para ser recepcionada, por outra mulher, numa clínica da Bemfam. Esses registros apontam para os lugares de gênero dos envolvidos na decisão do governo quanto a assumir as políticas públicas de controle da natalidade: aos homens, couberam as decisões; às mulheres, aguardar que decidissem por elas sobre terem a possibilidade de escolha, entre permitir ou evitar que seus corpos procriassem, assegurada pelo Estado brasileiro.

O tópico mais polêmico do Programa de Saúde Materno-Infantil referiu-se à prevenção da gravidez, porque a proposta envolvia o início da distribuição gratuita de 2 milhões de caixas pílulas anticoncepcionais por órgãos do governo. A matéria afirma que o ministro utilizou-se de argumentos médicos para lidar com tal repercussão:

Almeida Machado, porém, nega que a questão de distribuir pílulas tenha algo a ver com outra coisa que não sejam as chamadas “razões médicas”. Naturalmente, como a questão do planejamento familiar sempre foi confundida com a ideia de controlar a natalidade e, mesmo, com o problema de uma política demográfica, o governo previa que qualquer medida nesse campo provocaria reações bastante diversificadas (Revista *VEJA*, 03/08/1977, p. 88).

O posicionamento favorável do governo brasileiro ao acesso e informações sobre como limitar o número de filhos era algo ainda recente em 1977. Somente três anos antes, quando assumiu o presidente Ernesto Geisel, o Brasil passou a votar favorável às medidas para controle do crescimento populacionais nas Conferências Internacionais sobre População, promovidas pela ONU. Internamente, foi também durante o governo Geisel que questões como a distribuição das pílulas pelo Estado entraram na agenda política oficial.

Na última frase da matéria “Pílulas, mas sem obrigação”, *VEJA* colocou-se como adepta da nova postura adotada pelo governo federal, ao afirmar: “Seja como for, a prudente e oportuna medida anunciada pelo governo na semana passada significa um primeiro passo em busca de soluções concretas – com a vantagem de apenas oferecer os meios de controle, sem impor obrigações a ninguém” (Revista *VEJA*, 03/08/1977, p. 88 a 90). A ausência de um posicionamento explícito do governo federal vinha sendo cobrado pelos discursos produzidos e propagados pela revista, a exemplo do primeiro parágrafo das *Páginas Amarelas* com Rubens Vaz da Costa em 1970 (Revista *VEJA*, 27/05/1970, p. 3).

Após a entrevista concedida no início da década, quando era presidente do Banco do Nordeste, Costa foi mencionado novamente em 1979, já no cargo de secretário do Planejamento de São Paulo, descrito pela revista como “(...) um especialista em demografia com duas décadas de experiência” (Revista *VEJA*, 31/10/1979, p. 29). Na matéria “A hora da pílula”, Costa é anunciado como defensor da implantação de políticas públicas de controle da natalidade, considerando-a decisão mais adequada porque “A outra alternativa levaria a população brasileira para a vizinhança do exemplo da Índia, certamente menos indicado como um modelo de boa administração da paternidade” (Revista *VEJA*, 31/10/1979, p. 29).

Na semana anterior a matéria “A hora da pílula”, *VEJA* noticiou que o ministro da Saúde até o momento, Mário Augusto de Castro Lima, havia solicitado demissão ao presidente João Figueiredo (Revista *VEJA*, 24/10/1979, p. 31). Castro Lima discordava do lançamento de um programa de controle da natalidade no país. Segundo a revista, o ministro abstinha-se, desse modo, de enfrentar o assunto: “(...) retira-se do governo na hora em que teria de resolver a questão mais delicada de sua carreira: como realizar um programa de divulgação dos métodos de controle da natalidade, seguindo recomendação do Palácio do Planalto” (Revista *VEJA*, 31/10/1979, p. 28). Em seu lugar, assumiu Waldyr Arcoverde, sanitarista considerado totalmente favorável ao programa:

É seguro, porém, que a participação do Estado no planejamento familiar crescerá depressa nas mãos do eficiente Arcoverde, que toma posse disposto a não discutir um assunto cuja doutrina foi estabelecida pelo ex-presidente Ernesto Geisel, quando aprovou em 1977 um “programa de prevenção da gravidez de alto risco”, articulado por seu ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado (Revista *VEJA*, 31/10/1979, p. 28).

A troca ocorrida na condução do Ministério da Saúde, visando a implantação do programa de controle da natalidade, indica que o governo havia assumido de vez essa atribuição, diante da população e das famílias, no final de 1979. Naquele momento, o

entendimento era que “compete ao Estado fornecer as informações e os meios para que todos os casais planejem sua família” (Revista VEJA, 31/10/1979, p. 28).

O discurso valorativo das pílulas contraceptivas, frequentemente apresentadas como uma revolução na história da reprodução humana, centrou as responsabilidades em torno do controle populacional nos corpos das mulheres. A medicalização dos corpos femininos foi mecanismo de controle social empreendido ao lado da marginalização de pesquisas e utilização de possíveis contraceptivos masculinos. Nesse enredo da biopolítica, paradoxalmente, as pílulas também concederam às mulheres a possibilidade de controlarem seu próprio ciclo fértil e, portanto, de ampliarem sua autonomia em relação à sexualidade.

Apesar da valorização e dos benefícios constantemente destacados pelas revistas *TIME* e *VEJA*, a pílula anticoncepcional foi noticiada como assunto polêmico e ambíguo. As controvérsias em relação aos métodos contraceptivos, inclusive a pílula, destacaram efeitos colaterais e debates morais e religiosos, pautados principalmente pela Igreja Católica.

4.2 A pílula na defensiva e a regulação da sexualidade feminina

“Todos os comprimidos [anticoncepcionais] aprovados, pela *Food and Drug Administration* dos EUA, para prescrição, estão tão próximas dos 100% de eficácia quanto qualquer medicamento que tenha sido inventado para alguma outra finalidade”⁹⁷ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 79). Afirmações como esta eram frequentes nas páginas da revista *TIME*. As matérias sobre as pílulas anticoncepcionais veiculadas pela revista americana, nas décadas de 1960 e 1970, destacavam seu alto potencial contraceptivo.

Tratar as pílulas como uma conquista médico-científica, respaldada por índices altos de eficácia, integrou um discurso que recomendava o método. Quando revistas periódicas como *TIME* (07/04/1967, p. 79) e *VEJA* (02/04/1969, p. 48) destacam o bom desempenho das pílulas, contribuem para a aceitação e difusão das mesmas; ao mesmo tempo em que responsabilizam as mulheres pelo uso adequado desse potencial de desempenho, já que atribuem a elas os casos de falha. Neste sentido, *TIME* destacou que “Quando uma mulher que tomava a pílula ficou grávida, apareceu em praticamente todos os casos – e suspeita-se em outros – que ela havia pulado um comprimido ou dois”⁹⁸ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 79).

A difusão da pílula anticoncepcional beneficiou as mulheres por ampliar a dissociação entre sexualidade e reprodução, possibilitando-lhes controlar sua própria fertilidade e, portanto, sua procriação. Por outro lado, a comercialização ou distribuição da pílula, em larga escala, também beneficiou as políticas de controle da natalidade, pautadas por segmentos da sociedade que nem sempre preocupavam-se com as questões das mulheres. Tratando do caso brasileiro, a socióloga Lucila Scavone observa que:

⁹⁷ All the pills of both types now approved by the Food and Drug Administration for U.S. prescription (see box, page 80) are as close to 100% effective as any medication ever devised for any purpose.

⁹⁸ When a woman "on the pills" has become pregnant, it has been shown in virtually every case—and suspected in the others—that she has skipped a pill or two.

Ressaltam-se, assim, as contradições do consumo das tecnologias reprodutivas na sociedade brasileira: de um lado, elas possibilitam às mulheres a livre escolha da maternidade e uma maior autonomia individual; de outro lado, elas têm conseqüências para a saúde das mulheres que são minimizadas por razões econômicas, sociais, políticas, demográficas e subjetivas. Razões estas que, por sua vez, estimulam o uso destas tecnologias. (SCAVONE, 1998, p. 110)

As conseqüências do uso da pílula para a saúde feminina foi assunto controverso. Principalmente nas primeiras décadas de comercialização, as preocupações quanto aos efeitos da ingestão de hormônios impulsionou pesquisas que visavam melhorias no produto. Deste modo, a dosagem hormonal das pílulas foi reduzida com o avanço das pesquisas, que mostraram ser possível tal redução sem que a eficácia das pílulas fosse comprometida.

Assim, enquanto a eficácia dos comprimidos foi noticiada de forma positiva e constante, seus efeitos colaterais em corpos de humanas foram alvos da maioria das críticas ao método veiculadas por *TIME* e *VEJA*. Em uma das reportagens, a revista brasileira listou uma série de doenças e efeitos considerados maléficos à saúde, e atribuídos ao uso da pílula: trombozes, enfartes cardíacos, câncer na região cervical, diabetes, anormalidades visuais, entre outros (Revista *VEJA*, 02/04/1969, p. 48 e 49). Ao mesmo tempo em que expunha a “acusação”, a matéria logo em seguida argumentava sobre a “defesa” dos comprimidos, por meio de explicações concedidas por médicos apresentados pela matéria como referências científicas no assunto, tais como o Dr. Potts, secretário-médico da *International Planned Parenthood Federation*, e Dr. George Wied, da Universidade de Chicago. Em seu último parágrafo, a reportagem colocou as pílulas em “liberdade condicional” por considerá-las importantes:

As inúmeras restrições apresentadas mostram que a liberdade condicional das pílulas é uma vitória precária. Por enquanto, elas continuarão prestando seus serviços à mulher. Como diz a Dra. Elisabeth Cornel, diretora de uma grande clínica de planejamento familiar em Nova York: “A pílula é o que temos. Ninguém como nós, com responsabilidade de resolver problemas de milhares

de mulheres, irá deixar de receitar a pílula. A menos que algo terrível aconteça”. (Revista *VEJA*, 02/04/1969, p. 48 e 49)

Nesse cenário, ainda que expusesse os debates em torno dos possíveis malefícios da pílula, o periódico brasileiro mantinha sua defesa do método contraceptivo mais noticiado daquela época. No caso da revista americana, a defesa da pílula também é frequentemente veiculada. Em 1967, uma matéria procurou relativizar que “Como todos os medicamentos potentes, as pílulas podem produzir muitos efeitos colaterais. Alguns são bons, outros ruins”⁹⁹ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78). O texto listou outros efeitos, além daqueles que foram apresentados, dois anos depois, por *VEJA*: ganho de peso, náuseas, sensibilidade nas mamas, irregularidade menstrual. Em seguida, apresentou a defesa: “Estes, geralmente, desaparecem dentro de três meses”¹⁰⁰ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78).

Além dos efeitos colaterais, foram apresentados como argumentos contrários à pílula: a negativa da Igreja Católica em relação ao método¹⁰¹, a ideia de que a redução da possibilidade do ato sexual ocasionar uma gravidez poderia estimular comportamentos sexuais desregrados e, numa escala mais ampla, as críticas ao controle da natalidade. Afinal, controlar o número de nascimentos numa determinada população não era consenso¹⁰².

Em 1967, a revista *TIME* publicou que “A pílula apresenta dois graves problemas morais”¹⁰³. Segundo a matéria, os problemas morais atrelados ao uso da pílula envolviam católicos e solteiros. A proibição, pelo Vaticano, do uso de métodos anticoncepcionais não naturais, como a pílula, acendeu o debate sobre o alcance de suas

⁹⁹ Like all other potent medicines, the pills produce many incidental effects. Some are good, some bad.

¹⁰⁰ These usually disappear within three months.

¹⁰¹ Devido a ênfase dada pelas revistas à negativa da Igreja Católica quanto ao uso da pílula anticoncepcional, este tema será aprofundado no próximo subcapítulo.

¹⁰² Tais controvérsias foram abordadas no decorrer de todo este trabalho, e especialmente nos subcapítulos 2.1 e 3.1 deste trabalho.

¹⁰³ The pill poses two grave moral problems.

decisões na esfera privada dos casais católicos. Reforçando tais afirmações, a matéria cita uma pesquisa, realizada pelos demógrafos Norman Ryder e Charles Westoff¹⁰⁴: 53% dos casais católicos nos EUA utilizavam outros métodos anticoncepcionais e não a tabelinha, único método permitido pela Igreja Católica.

De acordo com a argumentação da revista *TIME*, o segundo problema moral se referia aos solteiros. A questão “O contraceptivo pode promover a promiscuidade?” foi mencionada como pergunta ainda sem resposta. Na matéria, lê-se: “Em alguns casos, não há dúvidas de que ela promove, como fez o automóvel, o cinema *drive-in* e o motel. Mas o consenso entre médicos e sociólogos é que uma moça que é promíscua com a pílula, teria sido promíscua sem ela”¹⁰⁵ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78). Assim, enquanto as negativas da Igreja Católica eram descritas como um problema dos “casais católicos”, a preocupação quanto à promiscuidade, relatada por *TIME* e definida por especialistas, recaía sobre as mulheres.

O mecanismo de menção aos especialistas era frequente na construção argumentativa das matérias de revistas como *TIME* e *VEJA*, que tornavam pública a *opinião* de sua linha editorial, por mais que fossem reconhecidas como revistas de *informação* (porque se construíram assim). Demógrafos, religiosos, governantes, médicos e outros atores, geralmente homens, tiveram suas afirmações apresentadas em forma de citação direta pelas revistas. Contudo, no que se refere à pílula anticoncepcional, os médicos eram os especialistas apresentados como referência no assunto. O discurso da medicalização do controle da natalidade operou, grande parte, por essa associação entre saber e poder dos médicos sobre os corpos das mulheres.

¹⁰⁴ Ryder e Westoff publicaram, nas décadas de 1960 e 1970, diversas obras sobre o controle populacional e as tendências demográficas. A pesquisa citada em *TIME* teve sua versão completa publicada alguns anos depois, em “The contraceptive revolution” (1977).

¹⁰⁵ Does the convenient contraceptive promote promiscuity? In some cases, no doubt it does—as did the automobile, the drive-in movie and the motel. But the consensus among both physicians and sociologists is that a girl who is promiscuous on the pill would have been promiscuous without it.

Michel Foucault aponta para a sexualidade como elemento instrumental das relações de poder, ao ponto de “por exemplo, muitas vezes se haver tentado, por diferentes meios, reduzir todo o sexo à sua função reprodutiva, à sua forma heterossexual e adulta e à sua legitimidade matrimonial” (1999, p. 98) – e isso ainda não constituir o todo, quanto aos discursos que tratam da sexualidade:

Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objetos privilegiados de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens. Nessas estratégias, de que se trata? De uma luta contra a sexualidade? (...) De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. (FOUCAULT, 1999, p. 100)

Sexualidade não é entendida por Foucault como um dado da natureza. Longe disso, o autor refuta essa ideia e compreende a sexualidade como um dispositivo histórico. Com objetivo de controlar as populações, o dispositivo de sexualidade centrou-se na família a partir do século XVIII (1999, p. 101 e 104). Assim, a sexualidade precoce passou a ser apresentada como doença e a histerização das mulheres, a julgar pela responsabilidade (vista como inerente a elas) no cuidado com a prole e o lar, levou à medicalização minuciosa de seu sexo. O controle da natalidade e a psiquiatrização das perversões, segundo Foucault, seguiram a lógica reguladora, “mas deviam apoiar-se na exigência de disciplinas e adestramentos individuais” (1999, p. 138).

As disputas de poder em torno do sexo decorrem dele articular dois pontos centrais para a tecnologia da vida: a disciplina dos corpos e a regulação das populações. Para Foucault, “uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida” (1999, p. 135) – destacando que quem está “vivo” nem sempre possui “vida”, pois a percepção de que um sujeito possui vida deriva de seu

enquadramento na norma¹⁰⁶. Por essa característica das sociedades modernas, disciplinar os corpos, como por meio de Exércitos e escolas, e regular a população, envolvendo discursos sobre demografia e economia, tornaram-se estratégias normalizadoras e que abrangem a normalização da sexualidade. Por isso, o sexo é alvo de operações políticas, intervenções econômicas, campanhas de moralização e outras tantas táticas que visam a disciplina dos corpos e a regulação das populações (1999, p. 137).

Na matéria publicada pela revista *TIME* em 1967, a pílula é descrita como algo que pode promover a promiscuidade tanto quanto automóvel, cinema *drive-in* e motel (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78). Tratam-se de três símbolos na representação social da modernização americana no pós-Segunda Guerra Mundial. Especialmente a partir dos anos 1950, tais itens passaram a ser disponibilizados em larga escala e a representar, ao lado de outros bens de consumo (tais como os eletrodomésticos), as facilidades e a liberdade imbutidas na concepção de vida moderna.

No Brasil, Anna Cristina Figueiredo afirma que nos anos 1950 e 1960 não havia nenhum bem de consumo que não pretendesse ser moderno. Logo, seus consumidores, homens e mulheres, também eram modernos. Até o início dos anos 1960, ser moderno no Brasil era mais que uma aspiração individual: era um projeto de construção de um “ideal nacional” (1998, p. 31). De acordo com essa representação social, modernidade seria, então, algo admirável e que vinha do Primeiro Mundo (da Europa e, no decorrer do século XX, dos Estados Unidos) para melhorar o cenário nacional.

Citada ao lado de itens considerados modernos, a pílula anticoncepcional foi apresentada por *TIME* como método contraceptivo eficaz, inovador e, também,

¹⁰⁶ Judith Butler aprofunda questão semelhante (“o que é uma vida?”) na obra “Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto”. Para a filósofa norte-americana, a partir de análises sobre as políticas neoimperialistas do governo Bush, “(...) há “vidas” que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (2015, p. 17). Seriam os casos de mulheres, homossexuais, muçulmanos, prisioneiros de guerras, imigrantes, dentre outras minorias sociais, segundo a autora.

moderno (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 78). Logo, as mulheres que utilizavam pílulas seriam vistas como consumidoras modernas, propensas à maior liberdade sexual devido à possibilidade de controlarem sua própria fertilidade. Ocorreu, então, uma reperspectivação acerca do que seria a liberdade feminina, pois o uso dos anticoncepcionais modernos, ao permitir à mulher que reduzisse as chances de uma gravidez indesejada, poderia permitir também maior liberação de suas práticas sexuais. Conforme afirma Débora Diniz, essa reperspectivação não ocorreu de uma hora para outra:

Para a maioria das mulheres da chamada primeira “geração pílula” (nascidas entre 1940 e 1959), a chegada da pílula anticoncepcional não foi vista pura e simplesmente como uma “conquista revolucionária” ligada à liberdade sexual. Seu uso por parte das mulheres era tido mais como algo necessário para o planejamento do número de filhos e, ao mesmo tempo, como um perigo à saúde por conta de seus efeitos colaterais. (DINIZ, In: PINSKY & PEDRO (Orgs.); 2013, p. 317)

Os debates sobre liberdade sexual, por um lado aparentemente compatíveis com as aspirações de modernidade, por outro vistos como ameaça à ordem moral, estiveram nas páginas da imprensa periódica a partir do final dos anos 1960. Pautada pelos movimentos feministas (no plural, pois há pluralidade¹⁰⁷ nos pontos de vista, tanto quanto nas pautas políticas), o tema foi exposto por *TIME* na seção *Behavior* (Comportamento), sob o título “As novas feministas: revolta conta o sexismo”¹⁰⁸, em 1969:

¹⁰⁷ Segundo Dominique Fougeyrollas-Schwebel, nos anos 1970, pelo menos “Três correntes no seio do movimento se opõem quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas: feminismo radical, socialista e liberal. Segundo abordagens mais detalhadas, ocorrem distinções entre feministas marxistas ou socialistas, libertárias, radicais, lésbicas, materialistas ou essencialistas. A oposição politicamente mais frontal recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro. Por “corrente liberal”, devem-se entender os movimentos fundados na promoção dos valores individuais. (...) Nos Estados Unidos, a fraqueza das feministas socialistas na esfera do feminismo e a ausência de partidos social-democratas fazem que o movimento tenha dado mais ênfase à autonomia individual e à igualdade” (SCHWEBEL, In: HIRATA et al (Orgs); 2009, p. 147 e 148).

¹⁰⁸ “The new feminists: Revolt against sexism”.

A liberdade sexual nunca foi a principal preocupação dos movimentos de mulheres – na verdade, as sufragistas inglesas até se opunham ao controle da natalidade, alegando que isso encorajaria a luxúria. As feministas da geração das pílulas também não são particularmente partidárias da revolução sexual. “De certa forma, o relaxamento dos hábitos sexuais apenas torna a vida da mulher mais difícil”, afirma Ellen Willis, *rock music* crítica da [revista] *The New Yorker* e feminista militante. “Se ela não é cautelosa em relação ao sexo, é provável que se machuque; se ela for muito cautelosa, perderá seu homem para mulheres mais disponíveis. De qualquer forma, sua decisão é baseada em medo e cálculo, não em suas necessidades espontâneas e seus desejos”¹⁰⁹. (Revista *TIME*, 21/11/1969, p. 53)

Embora a matéria retrate o movimento feminista como, naquele momento, contrário à liberdade sexual feminina, os feminismos de “Segunda Onda”¹¹⁰, que ganharam fôlego nos anos posteriores à matéria, construíram um novo entendimento sobre o assunto. Na mesma reportagem, a revista *TIME* afirmou que o sexismo, ou seja, as práticas discriminatórias entre pessoas tendo como base seus sexos, passou a ser criticado e foi inserido na pauta política de parte do movimento feminista já no decorrer daquela década:

O sexismo é alvo e grito de guerra - como o racismo é para os negros. Elas consideram a América do século XX uma sociedade rígida, dominada pelos homens, que, deliberada ou quase sempre inconscientemente, perpetua desigualdades notórias entre homens e mulheres – em salários, tipos de trabalho e, mais sutilmente, na auto-expressão. (...) As militantes [feministas] abominam a *Playboy* e a maioria das revistas femininas, que têm uma visão igualmente limitada do papel da mulher. Para demonstrar sua repugnância e a alienação da sociedade sexista, indignadas, fizeram piquete no concurso *Miss America*, queimam sutiãs e os despejam em “latas de lixo da liberdade” os símbolos da “opressão” feminina, tais como lingerie, cílios postiços e *steno pads*. A maioria das mulheres de meia-idade ou idosas tem uma visão cética, se não totalmente hostil, do novo movimento – se é que já ouviram falar dele. Mas as mulheres mais jovens, parte de uma geração rebelde, são terreno fértil para as sementes do descontentamento. Elas também estão tendo menos bebês, olhando para frente para viver mais e pensando mais sobre suas carreiras.¹¹¹ (Revista *TIME*, 21/11/1969, p. 53).

¹⁰⁹ Sexual freedom has never been the primary concern of women's movements —indeed, the English suffragettes even opposed birth control on the ground that it encouraged lust. Nor are the feminists of the Pill generation particularly partisans of the sexual revolution. "In a way, the relaxation of sexual mores just makes a woman's life more difficult," contends Ellen Willis, rock music critic for *The New Yorker* and militant feminist. "If she is not cautious about sex, she is likely to get hurt; if she is too cautious, she will lose her man to more obliging women. Either way, her decision is based partly on fear and calculation, not on her spontaneous needs and desires.

¹¹⁰ Quanto às implicações do uso da expressão “Segunda Onda”, ver subcapítulo 3.2.

¹¹¹ Sexism is their target and battle cry —as racism is the blacks'. They regard 20th century America as a rigid, male-dominated society which, deliberately or more often unconsciously, perpetuates arrant inequities between men and women—in pay, kinds of jobs and, more subtly, self-expression. (...) The

No decorrer da década de 1970, os movimentos feministas passaram a associar a restrição da liberdade sexual feminina ao sexismo e ao patriarcado¹¹². O entendimento de algumas feministas passou a ser que as mulheres teriam também direito ao prazer e aos domínios de seus próprios corpos, ampliando assim as funções da sexualidade feminina, antes restritas à sua capacidade reprodutiva e ao prazer masculino.

Emergida após a Segunda Guerra Mundial, a “Segunda Onda” feminista priorizou as reivindicações pelo direito ao corpo e ao prazer. O slogan daquele momento foi a afirmação: *o privado é político* (PEDRO, 2005, p. 79). Segundo Diane Lamoureux, “Uma análise retrospectiva do uso da expressão permite constatar que ela foi adotada para enunciar que toda relação de poder, dominação e opressão é de fato política” (In: HIRATA et al (Orgs.); 2009, p. 211). O entendimento feminista era que a forma como, na modernidade, constituiu-se a diferenciação entre público e privado¹¹³, reduziu a atuação, os direitos e a representação social das mulheres por meio da marginalização do espaço doméstico.

A ampliação do campo da História Política está intimamente ligada ao alargamento das fronteiras que definiam o campo político. A História Política, por muito tempo considerada uma história dos regimes políticos, centrada em grandes acontecimentos e personagens notáveis, passou a ser renegada quando a *École des*

militants abhor Playboy as well as most women's magazines, which take an equally narrow view of the woman's role. To demonstrate their disgust and alienation from sexist society, the angries picket the Miss America contest, burn brassieres, and dump into "freedom trashcans" such symbols of female "oppression" as lingerie, false eyelashes and steno pads. Most middle-aged or older women take a skeptical if not downright hostile view of the new movement, if they have heard of it at all. But younger women, part of a rebellious generation, are fertile ground for the seeds of discontent. They are also having fewer babies, looking ahead to living longer, and thinking more about careers.

¹¹² “Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres” (DELPHY, In: HIRATA et al (Orgs.); 2009, p. 173).

¹¹³ A diferenciação entre público e privado passou por interpretações variadas no decorrer da História, embora Lamoureux aponte que governo referir-se ao público e doméstico fazer parte do privado são duas constantes nesse processo (In: HIRATA et al (Orgs.); 2009, p. 208 e 209).

Annales enalteceu os estudos sociais e econômicos. O capítulo redigido por Jacques Julliard, *A política*, na obra *História: novas abordagens* (1988, p. 180-196), permite constatar por quais referências a História Política foi analisada por aquela corrente historiográfica. No livro organizado por Pierre Nora e Jacques Le Goff, historiadores da terceira geração da *École des Annales*, Julliard qualifica a História Política como psicológica, elitista, biográfica, qualitativa, narrativa, idealista e ideológica. E conclui: “(...); em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual” (1988, p. 181).

Segundo Janaína Hilário, ao passo que a História Política foi deixada de lado, ocorreu sua renovação. Para a autora, essa renovação está relacionada com a ampliação da noção de poder proposta por Michel Foucault na década de 1970 (HILÁRIO, 2006, p. 144), especialmente através de *Microfísica do Poder* (1986). Deste modo, “a história política passou a ser vista como o estudo do poder” (HILÁRIO, 2006, p. 144). Conforme propõe Rémond, outros elementos influenciaram essa revisão historiográfica, tais como a percepção de que a História Política não deveria ser reduzida às questões de Estado e de instituições (RÉMOND, 2003, p. 23).

Essa compreensão sobre a ampliação da noção de poder é fundamental para que se assimile por que os estudos de gênero têm se firmado como estudos das *relações* de gênero, considerando esta categoria sempre relacional. Baseada nas teorias pós-estruturalistas, a contribuição de Joan Scott é, sem dúvidas, o exemplo mais conhecido. Conforme aponta Joana Maria Pedro:

Assim, diferentemente do que Robert Stoller tinha proposto – ou seja, de que gênero era o sexo social/cultural e sexo se referia à biologia –, para Joan Scott gênero é constituído por relações sociais: estas estavam baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, por sua vez, constituíam-se no interior de relações de poder. (2005, p. 86)

Neste sentido, a renovação da História Política e a reformulação da noção de poder viabilizaram que os historiadores se ativessem a construção de outros campos de estudos no interior da disciplina, tais como os de biopolítica.

Deste modo, contestavam que as questões relativas às mulheres, até então, eram tratadas como questões pré-políticas. As feministas da década de 1970 compreendiam que no mundo privado estabeleciam-se relações de poder que deveriam ser legisladas no espaço público. Assim, a cena pública teria papel importante para assegurar os direitos das mulheres no âmbito privado – em primeiro lugar, reconhecendo-os; e depois estabelecendo leis que os garantissem.

Foi o caso da americana Valada Penny, noticiado em *TIME*, no ano de 1971. Aos 22 anos, mulher negra, com um filho e separada do marido, Penny havia engravidado. Morando no Brooklyn com seus pais, a americana optou por provocar a interrupção da gravidez, de forma segura e legal. Conforme a legislação vigente no estado de Nova York naquela época, era permitido provocar o aborto¹¹⁴ no caso de mulheres que estivessem com menos de 24 semanas de gestação. Por meio da lei, Penny teve seu direito privado assegurado pelo poder público (*TIME*, 27/09/1971, p. 67).

O estado do Colorado foi o primeiro a liberar o aborto, em 1967. Apenas 4 anos depois, 17 estados americanos já permitiam, em algum nível, o aborto quando solicitado pela mulher – em geral, exigindo a anuência e condução feita por um médico na execução do procedimento. Junto a isso, eram poucos aqueles que não demandavam uma série de solicitações, como no caso do estado de Nova York, ao ponto de tornarem quase impossível sua realização. A experiência de liberar a interrupção provocada de gestações humanas indicou que o procedimento seria mais seguro onde fosse legalizado. Segundo a matéria: “As complicações do aborto, que podem incluir a perfuração do

¹¹⁴ Aborto, ou interrupção da gravidez, pode ocorrer de forma involuntária (espontânea) ou provocada. O aborto involuntário, um fato biológico, não foi alvo de proibição, nem no Brasil e nem nos Estados Unidos. O debate público sobre aborto envolve situações em que é provocado.

útero, hemorragia e infecção, são muito menos freqüentes em procedimentos legais do que em ilegais”¹¹⁵ (Revista *TIME*, 27/09/1971, p. 67).

Partindo da constatação de que o crescimento populacional deveria desacelerar e que esse seria, nas palavras do presidente Richard Nixon, “um dos mais sérios desafios para o destino humano no último terço do século XX”, uma comissão parlamentar foi montada em 1970 para tratar das questões. Em 1972, a Comissão sobre o Crescimento da População e o Futuro Americano¹¹⁶ divulgou um conjunto de recomendações acerca do controle da natalidade. A reportagem da revista *TIME* anunciou algumas delas: as recomendações versavam sobre programas educacionais para controle de natalidade, aplicados nas escolas; revogação de leis estaduais que restringissem o acesso a informações sobre métodos contraceptivos; liberação do aborto, quando solicitado, conforme as leis de Nova York; e cobertura integral dos custos dos serviços de saúde, nos sistemas público e privado, relacionados à maternidade, inclusive em casos de aborto ou cirurgias de esterilização (Revista *TIME*, 27/03/1972, p. 71).

As recomendações enviadas pela Comissão não foram plenamente aceitas, segundo *TIME*: “O presidente Nixon, no entanto, já declarou enfaticamente que ele considera o aborto uma forma inaceitável de controle da população”¹¹⁷ (Revista *TIME*, 27/03/1972, p. 71). De todo modo, o assunto já havia entrado na pauta dos debates, tornou-se motivo de protestos e processos judiciais.

Em 22 de janeiro de 1973, por um processo que ficou conhecido como *Caso Roe vs. Wade*, o aborto foi considerado direito das mulheres pela Suprema Corte americana:

Nos últimos seis anos, os americanos adotaram uma atitude cada vez mais liberal em relação ao aborto. Quatro estados já permitem o aborto quando solicitado; nos outros 46, a pressão está aumentando para afrouxar os

¹¹⁵ Abortion complications, which can include perforation of the uterus, hemorrhage and infection, are far less frequent in legal than in illegal procedures.

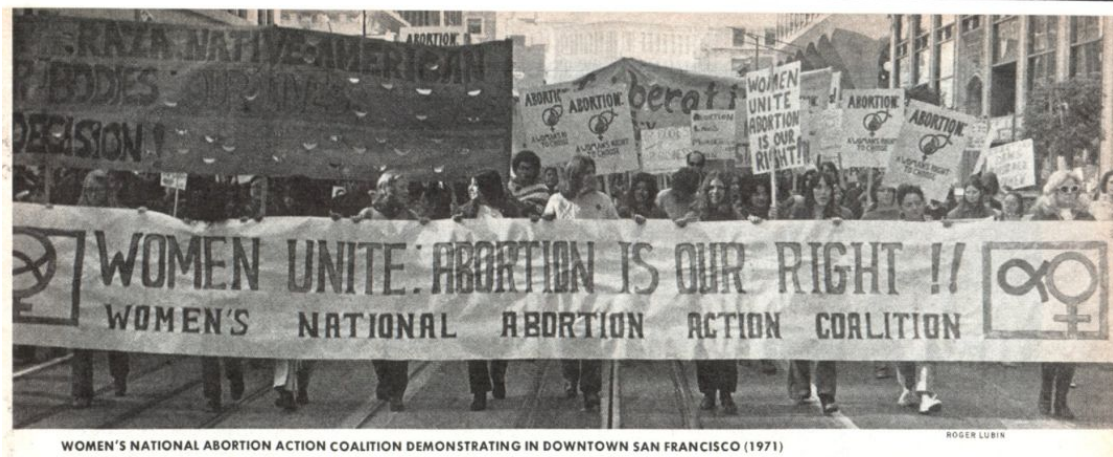
¹¹⁶ Commission on Population Growth and the American Future.

¹¹⁷ President Nixon, however, has already declared emphatically that he considers abortion “an unacceptable form of population control”.

regulamentos restritivos. Mas a oposição está reunindo suas forças também, e nos últimos meses a controvérsia se tornou mais acirrada do que nunca. As batalhas legais podem estar chegando ao fim, no entanto. Na semana passada, a *TIME* descobriu que a Suprema Corte decidiu derrubar quase todas as leis antiaborto na país. Tais leis, acreditam a maioria dos juizes, representam uma invasão inconstitucional de privacidade que interfere no direito da mulher de controlar seu próprio corpo¹¹⁸. (Revista *TIME*, 29/01/1973, p. 46)

A liberação do aborto pela Suprema Corte demonstrou que as reivindicações eram capazes de alcançar conquistas legais efetivas e que conferiam certa autonomia reprodutiva às mulheres nos Estados Unidos. No fundo, a questão era: “Quem possui o poder de controle sobre o corpo feminino: o Estado, as autoridades religiosas, as corporações médicas, o chefe da família (marido ou pai) ou as próprias interessadas?” (DEL RE, In: HIRATA et al (Orgs.); 2009, p. 21). Para as feministas favoráveis ao aborto, naquele início de década, os discursos sobre liberdade sexual e autonomia sobre seus corpos ocuparam espaço central nessa pauta política.

Figura 17 – Direito ao aborto: direito de controlar o próprio corpo



(Revista *TIME*, 29/01/1973, p. 47)

¹¹⁸ Over the past half-dozen years, Americans have taken an increasingly liberal attitude toward abortion. Four states-already permit abortion on demand; in the other 46, pressure is building for the easing of restrictive statutes. But the opposition is rallying its forces, too, and in recent months the controversy has become more heated than ever. The legal battles may be nearing an end, however. Last week *TIME* learned that the Supreme Court has decided to strike down nearly every anti-abortion law in the land. Such laws, a majority of the Justices believe, represent an unconstitutional invasion of privacy that interferes with a woman's right to control her own body.

Nas décadas de 1960 e 1970, em meio aos lançamentos de métodos contraceptivos e à difusão de informações sobre eles, o aborto não foi noticiado como medida que visasse o controle da natalidade. Pelo contrário, visto que tratar de políticas de controle da natalidade tem se referido, desde a metade do século XX, basicamente, a políticas de controle da fertilidade. O aborto é um procedimento com objetivo de evitar o nascimento, mas não a gravidez. Por isso, sua abordagem pelo viés da (i)legalidade foi mais comum do que pelo discurso médico:

Embora não tenha desaparecido, a parteira ou curiosa foi perdendo terreno para o médico, que acabou assumindo socialmente o papel de autoridade sobre os cuidados reprodutivos. Com isso, a contracepção passou a ser discutida como questão biomédica e de política pública ligada ao planejamento familiar, enquanto o aborto permaneceu inscrito nos registros da criminalidade e da moral religiosa. (DINIZ, In: PINSKY & PEDRO (Orgs.); 2013, p. 315)

Frequentemente analisadas por perspectivas meramente médicas ou penais, as práticas abortivas são noticiadas por *TIME* e *VEJA* como integrantes do universo feminino. Em matéria veiculada em 1968, a revista *VEJA* relatou histórias de 8 mulheres, de diversas regiões do Brasil e classes sociais, quanto ao modo como lidavam com suas questões reprodutivas. As narrativas de Marlice, Maria Teresa, Mariana, Olímpia, Antônia, Helena, Ivani e Dulce falaram mais sobre moral sexual do que sobre liberdade ou autonomia – pautas que propagaram-se com maior ênfase na década seguinte. Representantes de realidades distintas, o discurso dessas mulheres entrelaçou-se na condenação ao aborto (Revista *VEJA*, 30/10/1968, p. 24 e 25).

Em contrapartida, a mesma matéria aponta que dois terços das mulheres brasileiras admitiam a possibilidade de realizar aborto “(...) e uma em cada quatro já abortou” (Revista *VEJA*, 30/10/1968, p. 25). No Brasil, o art. 124 do Código Penal (Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940) prevê detenção de 1 a 3 anos em caso de aborto

provocado. A criminalização da interrupção voluntária da gravidez produziu o silenciamento de uma prática cotidiana e alguns relatos veiculados pela revista *VEJA* explicitam esse fato.

Uma pesquisa realizada por José Magalhães Neto, diretor da Maternidade Tsylla Balbino, do Hospital Público de Salvador, buscou respostas para uma constatação alarmante. Naquela maternidade, “(...) mais de um quinto dos quase 20.000 internamentos registrados em um ano se deveram a casos de aborto provocado pelas próprias gestantes” (Revista *VEJA*, 17/09/1975, p. 42). Os 4 mil internamentos por aborto provocado foram ainda acrescidos por outro dado, considerado “Pior ainda: 60% dos óbitos atestados por seus médicos nos últimos anos correspondem a interrupções desastradas da concepção” (Revista *VEJA*, 17/09/1975, p. 42). Deste modo, mesmo sendo consideradas ilegais pelo Estado, as mulheres brasileiras continuaram recorrendo às práticas abortivas.

A pesquisa feita pelo diretor do hospital concluiu que as mulheres utilizavam plantas com efeitos abortivos. “As plantas eram facilmente encontradas em feiras de rua, na cidade de Salvador, e a sabedoria popular tratava de indicar as mais eficazes” (Revista *VEJA*, 17/09/1975, p. 42). Deste modo, mesmo sendo consideradas ilegais pelo Estado, as mulheres brasileiras continuaram recorrendo às práticas abortivas.

De acordo com Débora Diniz, “Diferentemente de países em que a descriminalização do aborto foi o passo seguinte à disseminação dos contraceptivos médicos, uma particularidade da história brasileira é a dissociação política desses dois domínios reprodutivos” (In: PINSKY & PEDRO (Orgs.); 2013, p. 315). Os métodos contraceptivos, amplamente divulgados e debatidos pela revista *VEJA* entre 1968 e 1979, difundiram-se no Brasil visando evitar gestações humanas, controlar a fecundidade das mulheres e, assim, conter o crescimento populacional. O aborto, na

condição de procedimento que evita o nascimento e não a gravidez, esbarrou em polêmicas ainda maiores. Até mesmo nos Estados Unidos, onde foi liberada, a interrupção voluntária da gravidez foi noticiada como maneira drástica para controlar a natalidade.

Outro procedimento para controle da natalidade considerado extremo é a esterilização. A esterilização de mulheres e homens é feita com base na mesma estratégia: evitar que as células sexuais se encontrem, desviando-as de seus caminhos naturais, em geral por um corte nos tubos por onde percorrem esses caminhos, através de procedimento cirúrgico. Em 1970, a revista *TIME* publicou que o número de americanos que recorriam a tal procedimento estava crescendo:

Por que casais preferem esterilização para o uso a longo prazo de contraceptivos? “Porque eles sabem que as taxas de falha da maioria das formas de contracepção são muito altos”, diz Dr. Edey. “Ou eles têm medo de efeitos colaterais da pílula, ou eles têm objeções em ter que lembrar de inserir algo no que é, emocionalmente, a hora errada.”¹¹⁹ (Revista *TIME*, 01/06/1970, p. 38)

A revista *VEJA* abordou situação semelhante no Brasil, tanto em relação ao aumento na procura por cirurgias de esterilização, quanto nas justificativas para isso. Apenas 6 meses após a matéria publicada em *TIME*, *VEJA* tratou do caso brasileiro:

Apesar de proibida no Brasil, pela lei e pela ética médica, a cirurgia de esterilização para homens e mulheres é uma das operações mais em moda atualmente: o número de casos aumentou nos último ano em 100% em relação à década passada. (...) O aumento dessas intervenções, porém, deve-se principalmente às continuadas e graves denúncias levantadas contra a pílula nesses últimos anos. (Revista *VEJA*, 20/01/1971, p. 57)

¹¹⁹ Why do couples prefer sterilization to the long-term use of contraceptives? "Because they know that failure rates from most forms of contraception are too high," Dr. Edey says. "Or they are afraid of side effects from the Pill, or they have aesthetic objections to having to remember to insert something at what is emotionally the wrong time.

Assim como o aborto, a esterilização era proibida¹²⁰ com base no Código Penal de 1940. A ilegalidade da esterilização fez com que ocorresse predominantemente na clandestinidade, conforme afirma a revista *VEJA*: “Calcula-se em quinhentos os pacientes brasileiros esterilizados clandestinamente em 1970”. Segundo a matéria o aumento dessas intervenções devia-se, principalmente, às denúncias contra a pílula anticoncepcional, levantadas naqueles últimos anos:

Os temores das mulheres em relação aos anticoncepcionais – criando preocupações para os homens – fez com que elas e depois eles (o número de esterilizações masculinas é menos de um terço das femininas) buscassem uma solução definitiva e absolutamente segura de controle da natalidade: o bisturi. (Revista *VEJA*, 20/01/1971, p. 57)

Esse clima de insegurança e insatisfação quanto à eficácia e aos efeitos colaterais das pílulas, acabou servindo para que outros métodos contraceptivos fossem melhor conhecidos e utilizados. Além dos procedimentos de esterilização, a inserção de dispositivo intra-uterino (DIU) ampliou-se diante das críticas às pílulas. O DIU consiste num objeto estranho que, quando disposto dentro do órgão da mulher, é capaz de impedir a fecundação. Os primeiros testes com o dispositivo foram realizados na Alemanha, em 1920, e muitas mulheres desenvolveram infecções graves, devido aos poucos cuidados relativos aos riscos de contaminação no momento da inserção e à ausência de antibióticos para tratamento.

A revista *TIME* publicou, em 1972, que até mesmo os médicos estavam evitando prescrever as pílulas indiscriminadamente, talvez como muitos o fizessem antes, devido à preocupação com os efeitos colaterais. Em seguida, saiu em defesa da pílula, afirmando que os médicos pesquisadores eram confiantes quanto à segurança dos comprimidos. O DIU foi descrito como um método não tão confiável, mas que vinha

¹²⁰ Os procedimentos cirúrgicos de esterilização passaram a ser permitidos no Brasil a partir de 1988.

sendo estudado e melhorado (Revista *TIME*, 20/03/1972, p. 55). Porém, essa assertiva sobre a segurança do DIU não era nova, já que em 1964 a revista havia publicado: “Entre 100 mulheres que podem usar o DIU, existe, em média, apenas uma gravidez em 1 ano. Isso é tão perto da perfeição quanto a proteção pelos comprimidos¹²¹ (Revista *TIME*, 31/07/1964, p. 41).

A defesa da pílula, após sua rápida difusão na década de 1960, entrelaçou-se com o crescimento da “Segunda Onda” do movimento feminista no início da década seguinte, especialmente por meio da pauta política da liberdade sexual das mulheres e do direito ao corpo. A pílula anticoncepcional, assim como outros métodos para controlar o número de filhos, permitiu a dissociação entre prazer e reprodução. Diante dessa nova cultura política de sexualidade, uma Instituição fez resistência às novidades da época: a Igreja Católica.

¹²¹ Among 100 women who can retain IUCDS, there is, on the average, only one pregnancy a year. That is as near perfection as the protection from the pills.

4.3 “O que sabe o Papa?”

Giovanni Battista Enrico Antonio Maria Montini nasceu em 26 de setembro de 1897, na cidade de Concesio, Itália. Montini assumiu a liderança mundial da Igreja Católica Apostólica Romana em 21 de junho de 1963, tornando-se o Papa Paulo VI. Durante o período de 1963 a 1978, quando o Sumo Pontífice faleceu, foi protagonista de intensos debates e controvérsias registrados pelas páginas das revistas *TIME* e *VEJA* no que tange às posturas da Igreja quanto ao controle da natalidade e, principalmente, ao uso de pílula anticoncepcional.

Durante o papado de Paulo VI, assuntos como moralidade, liberdade e sexualidade agitaram o mundo ocidental. As décadas de 1960 e 1970 foram marcadas por movimentos revolucionários, protestos estudantis, movimento de contracultura, processo de descolonização e conflitos internacionais, como Guerra Fria. Diante desse cenário, a Igreja Católica promoveu também diversas reformas, sob o comando de Paulo VI.

Uma das primeiras medidas mais conhecidas, tomadas pelo Papa Paulo VI, foi a retomada do Concílio Vaticano II, ainda mesmo em 1963. Iniciativa do Papa João XXIII, o Concílio Vaticano II tinha o objetivo de atualizar as ações da Igreja Católica a partir de discussões aprofundadas entre as autoridades eclesiais, colocando-a “em dia com o *mundo moderno*” (VEIGA, 2009, p. 30).

Essa disposição em dar continuidade aos debates sobre as práticas da Igreja é exemplo da inclinação de Paulo VI em procurar meios de agir (e reagir) às rápidas mudanças observadas em meados do século XX – ainda que tais atualizações não tenham gerado, de fato, transformações tão profundas na Doutrina Moral da Igreja. As

matérias das revistas *TIME* e *VEJA* revelam níveis contrastantes de contentamento entre a população católica em relação ao reformismo adotado por Paulo VI.

Em linhas gerais, a Igreja Católica, representada por Paulo VI, reconhecia os indícios dos novos tempos e novos problemas que se punham em escala global desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A necessidade de responder aos novos tempos, orientando fiéis e sacerdotes, popularizou pronunciamentos papais, como as Cartas Encíclicas¹²².

No transcorrer do papado de Paulo VI, um total de sete Encíclicas foram publicadas. As duas últimas repercutiram significativamente na mídia impressa periódica: *Populorum Progressio*¹²³, de 26 de março de 1967; e a mais conhecida e polêmica dentre elas, *Humanae Vitae*¹²⁴, de 25 de julho de 1968.

A Encíclica *Populorum Progressio* tratou do tema *Sobre o Desenvolvimento dos povos* e lançou críticas ao neocolonialismo, ao agravamento das desigualdades sociais e econômicas entre os países, bem como ao capitalismo liberal:

Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do “imperialismo internacional do dinheiro”. (Paulo VI, 1967)

Nesta linha, o direito à propriedade jamais deveria sobrepor-se ao “bem comum”, segundo o documento assinado pelo Sumo Pontífice. Em meio ao cenário de polarização da Guerra Fria (SEVCENKO, 2001), o parecer papal condenou tanto o capitalismo, considerado maléfico na medida em que aprofunda desigualdades sócio-

¹²² Cartas Encíclicas são documentos enviados pelo Papa aos Bispos da Igreja Católica. Abordam orientações relacionadas à doutrina religiosa, de modo que os Bispos estendam tais ensinamentos aos fiéis e tornem explícito o posicionamento da Igreja acerca de temas da atualidade.

¹²³ Ver Anexo 1.

¹²⁴ Ver Anexo 2.

econômicas, quanto o comunismo, afirmando que a “coletivização integral” significa “privar os homens da liberdade”. Assim sendo, a Encíclica *Populorum Progressio* ratificou a decisão do Concílio Vaticano II de refutar o comunismo, por entender que “nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior” (Paulo VI, 1967).

Ainda que a *Populorum Progressio* contenha quatro parágrafos destinados à desaprovação do comunismo, a interpretação apresentada pelas páginas da *TIME* (07/04/1967, p. 70) foi que houve desproporcionalidade. De acordo com a reportagem “O Papa e o controle da natalidade: crise na Igreja Católica”¹²⁵, os julgamentos apresentados por Paulo VI estariam leves demais em relação ao comunismo e ferrenhos nas críticas ao capitalismo:

O Papa uniu suas exigências de planejamento econômico internacional a um ataque surpreendentemente agudo ao “sistema lamentável” do capitalismo irrestrito. (...) Em contraste, pouco falou sobre os perigos e males do socialismo ou do comunismo, exceto num leve aviso de que os cristãos devem ser cautelosos com sistemas que são “baseados em uma filosofia materialista e ateísta”¹²⁶. (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 70)

O discurso da revista *TIME* era frequentemente crítico em relação à pronunciamentos considerados pró-comunismo, enquanto utilizava-se de aspas para mencionar as maledicências ao capitalismo (como em “sistema lamentável”). Conforme analisa a historiadora Graciella Fabrício da Silva (2012), *TIME* transparecia seu posicionamento político, especialmente quando envolvia a política externa americana: com base na crença no sentido de “missão”, ou seja, de que os Estados Unidos deveriam servir de “farol da humanidade”, o discurso da revista apontava para o anticomunismo. Na mesma matéria sobre a Encíclica, lê-se: “De fato, partes da *Populorum Progressio*

¹²⁵ The Pope and birth control: a crisis in Catholic Church.

¹²⁶ The Pope coupled his demands for international economic planning with a surprisingly sharp attack on the “woeful system” of unfettered capitalism. (...) By contrast, there was little said about the dangers and evils of socialism or Communism, except for a mild warning that Christians should be wary of systems that are “based upon a materialistic and atheistic philosophy”.

tem o tom estridente das polêmicas marxistas do início do século XX – o que, para alguns leitores, é precisamente uma falha”¹²⁷ (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 70).

A segunda capa da revista *VEJA* após seu lançamento em 11 de setembro de 1968 revelou a indagação: “para onde vai a Igreja?” Na reportagem de 5 páginas dedicadas a discorrer sobre o questionamento, abordaram-se as facetas variadas das mudanças que ocorriam nas relações de fiéis e sacerdotes com a Instituição católica. A capa apresentou, juntamente com o questionamento, um fundo em cor vermelha – coloração frequentemente utilizada pelos comunistas e para referir-se a elas. O discurso da revista, ainda que apresentado de forma sutil, revelava uma preocupação quanto à possível adesão da Igreja Católica aos ideias comunistas.

Figura 18 – “Para onde vai a Igreja?”



(Revista *VEJA*, 18/09/1968, capa)

No final do ano de 1968, foram recorrentes as menções à “divisão da Igreja” entre as alas progressista e conservadora do clero católico. Os debates sobre métodos

¹²⁷ In fact, parts of *Populorum Progressio* had the strident tone of an early 20th century Marxist polemic—which, to some readers, was precisely its flaw.

contraceptivos não estavam sozinhos no palco das contestações: “A pílula não os divide tanto quanto a missão social da Igreja, o celibato e a renovação da liturgia” (Revista *VEJA*, 18/09/1968, p. 52).

Segundo o historiador Alfredo Cesar Veiga, o clima de contestação dentro da Igreja estava associado ao resultado do Concílio Vaticano II e do movimento, iniciado por João XXIII e continuado por Paulo VI, de “abrir as portas do Vaticano” (2009, p. 29). Os desdobramentos das ações da Santa Sé em direção à modernização foram intensamente sentidos na América Latina:

Desse otimismo marcado pela esperança, enfim, os religiosos latino-americanos, mal terminado o Concílio, em 1968, trataram de adaptar seus documentos finais a uma realidade mais próxima daquela em que viviam, julgando que a teologia europeia guardava uma distância imensa com a realidade latino-americana. O encontro de Medellín marca, portanto, o início de uma nova etapa para um tipo de teologia que se distanciaria, pouco a pouco, dos modelos europeus e ganharia um rosto próprio, o rosto do Cristo no pobre e no excluído. (VEIGA, 2009, p. 35)

O encontro de Medellín (cidade colombiana), como ficou conhecida a II Conferência dos Bispos da América Latina, ocorreu entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro de 1968. Com objetivo de buscar uma aplicação na América Latina dos resultados do Concílio Vaticano II, a conferência tornou-se o espaço de gestação da Teologia da Libertação. “É nessa ocasião que se usa, pela primeira vez, o termo *Libertação*” (VEIGA, 2009, p. 35).

A revista *VEJA* registrou a preocupação de Paulo VI: “Ao falar da autodestruição da Igreja, o Papa Paulo VI confessou que não esperava uma reação tão rápida e radical às novas normas de ação estabelecidas pelo Concílio Vaticano II” (Revista *VEJA*, 18/12/1968, p. 31). A tese de Veiga (2009) atesta tal constatação publicada em *VEJA*.

Medellín é fruto da liberdade que o Concílio concedeu aos episcopados nacionais de aplicar e adaptar as suas conclusões aos contextos de cada país. No entanto, essa liberdade resultou em uma aplicação mais radical do que aquelas sugeridas nos documentos conciliares. (VEIGA, 2009, p. 35)

A elaboração da Teologia da Libertação repercutiu em mudanças nas pautas da Igreja Católica na América Latina. Contudo, cabe lembrar, foi também produto das alterações que já vinham ocorrendo. A Teologia da Libertação surgiu como um olhar de dentro da Igreja na direção das populações pobres, auxiliando-as na busca por direitos. Ao longo do tempo, outros intelectuais somaram-se aos sacerdotes e teólogos, ampliando o escopo de atuação do movimento.

O brasileiro Leonardo Boff, expoente da Teologia da Libertação no país, afirma que “O quadro de degradação apresentado na América Latina é o fundamento gerador do conceito de libertação. A libertação, então, é toda ‘ação que visa criar espaço para a liberdade’” (BOFF, 1980, p. 87). A liberdade reivindicada e sinalizada por Boff é referente a não se perceber sob dominação alheia – algo que esteve no centro de diversos conflitos no processo histórico da América Latina.

Conforme afirma Jeffrey Klaiber (1989), não há definição única da Teologia da Libertação. Assim como Veiga (2009) afirmaria, duas décadas depois, o autor aponta que antes da Teologia da Libertação ser considerada uma corrente intelectual, foi um movimento decorrente do Concílio Vaticano II e da conferência de Medellín. Fatores eclesiais, sociais e políticos influenciaram no desenvolvimento desse movimento teológico que levou as contribuições do pensamento católico da América Latina para o restante do mundo (KLAIBER, 1989, p. 1).

Neste sentido, Klaiber aponta que a Teologia da Libertação deve ser compreendida como um movimento que teve seu ponto de partida nos grandes eventos católicos de 1968, contudo contando com desdobramentos, interpretações e pluralismo que transcorrem até o tempo presente. Klaiber concebe o movimento como ligado à ala

progressista da Igreja, porém ressalva que isso não é tudo. As vertentes da Teologia da Libertação possuem variações de acordo com a região e os autores mais conhecidos (1989, p. 2).

A revista *TIME*, partindo de uma constatação dos problemas latino-americanos para tratar do tema, expôs uma dessas vertentes. Contudo, emendou afirmando que esse tratamento voltado aos problemas decorrentes da miséria no continente demonstravam, por parte dos adeptos a Teologia da Libertação, uma forma de adesão ao socialismo. “A conversa da esquerda católica às vezes pode soar como uma mensagem da Rádio Havana” (Revista *TIME*, 23/08/1968, p. 39).

Em plena Guerra Fria, a tendência à esquerda, divulgada em *TIME* e *VEJA*, colocou a Teologia da Libertação sob suspeita. Ambas revistas enunciavam que a Igreja passava por uma modernização necessária, aos seus olhos. Ao mesmo tempo, assinalavam tentativas de modernização que lhes pareciam radicais.

A Carta Encíclica de março de 1967, ainda tratando do “desenvolvimento dos povos”, admitiu que o mundo passava por um crescimento demográfico acelerado. Este fato era danoso, aos olhos da Igreja, por “(...) trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída” (Paulo VI, 1967).

Diante de tal constatação, Paulo VI desenvolveu sua crítica ao principal meio escolhido para solucionar a explosão demográfica verificada no período: o controle da natalidade. Após tornar explícito que reconhecia o fato, o pronunciamento prosseguiu:

Surge, por isso, a grande tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais. É certo que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada, e tomando medidas aptas, contanto que sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao matrimônio e à procriação, não existe dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos, assumindo a responsabilidade perante Deus, perante eles

próprios, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem, de acordo com as exigências da sua consciência, formada segundo a lei de Deus autenticamente interpretada e sustentada pela confiança nele. (Paulo VI, 1967)

A continuação do diagnóstico e posicionamento proferidos pelo Papa na Carta Encíclica foi traduzida por *TIME* (07/04/1967, p. 70) como demonstração de apoio aos programas de controle da natalidade. A matéria afirmou: “Então, na semana passada, Paulo VI professou a *Populorum Progressio*, quinta Encíclica de seu Pontificado em 45 meses. (...) Nela, deu apoio inesperado aos programas de controle de natalidade patrocinados pelos governos”¹²⁸. A orientação Papal de que “é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos (...)” (Paulo VI, 1967) deu margens à interpretações variadas acerca da legítima conduta admitida pelas lideranças católicas quanto ao uso de métodos contraceptivos.

As polêmicas envolvendo a Igreja e os métodos contraceptivos não foram inauguradas pela Encíclica *Populorum Progressio*. A respeito disso, a revista *TIME* mencionou na reportagem sobre a crise na Igreja Católica que a discussão já ocorria pelo menos desde os anos de 1920, culminando numa decisão oficial comunicada na década seguinte pelo Papa da época, Pio XI.

A matéria explica que “somente em 1930 o Vaticano modificou a regra agostiniana de que o sexo deve ocorrer para a procriação, quando o Papa Pio XI aprovou o método da “tabelinha”¹²⁹. O Vaticano proibiu toda a contracepção química e mecânica.” (Revista *TIME*, 07/04/1967, p. 70). Tal afirmação refere-se à Carta Encíclica *Casti Connubii* (Sobre o Matrimônio Cristão), lançada pelo Papa Pio XI em 31 de dezembro de 1930.

¹²⁸ So, last week, declared Paul VI in *Populorum Progressio*, the fifth encyclical of his 45-month pontificate. (...) In it, he gave unexpected support to government-sponsored birth control programs.

¹²⁹ Tabelinha, ou método rítmico (rhythm), baseia-se na observação constante do ciclo menstrual para evitar as relações sexuais durante o período fértil da mulher.

Apesar da liberação papal ao uso da tabelinha e proibição aos demais métodos para evitar-se uma gestação já ter sido oficialmente divulgada em 1930, a revista *TIME* indicou que a reafirmação de tais posicionamentos em 1968, pelas lideranças da Igreja, “(...) causou talvez a mais grave explosão de dissidências que a Igreja Católica sofreu em séculos”¹³⁰ (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40). Teólogos católicos teriam, inclusive, afirmado aos casais católicos que existiam boas razões para que praticassem o controle do número de filhos. Não caberia portanto, acatar a orientação da pronúncia do Papa Paulo VI divulgado pela Carta Encíclica *Humanae Vitae*, em julho de 1968.

Ainda em período anterior à *Humanae Vitae*, os dogmas católicos, especialmente aqueles que de alguma forma restringiam a liberdade individual, estiveram no palco dos debates da eleição presidencial americana no primeiro ano da década. Segundo a revista *TIME*:

Em 1960, enquanto Kennedy tentava tornar-se o primeiro católico a ganhar [as eleições para] a presidência, muitos protestantes temiam ser dominados pela hierarquia da Igreja, que desde muito tempo lutava contra as leis do divórcio, contra o controle de natalidade por meios artificiais e para a censura de livros e filmes¹³¹ (Revista *TIME*, 21/11/1977, p. 21).

Como pode-se observar no trecho da matéria, o fato de Kennedy ter-se tornado o primeiro católico a residir na Casa Branca repercutiu até mesmo 17 anos após sua eleição. Ao longo da campanha presidencial, argumentou sobre a separação entre Igreja e Estado, e procurou neutralizar as desconfianças relacionadas a sua origem (AZEVEDO, 2007, p. 27). Proveniente da Nova Inglaterra, uma região dos EUA com relevante população puritana, Kennedy chegou a contar com vitória eleitoral em distritos protestantes. Esses episódios envolvendo o presidente trazem a marca dos

¹³⁰ The pronouncement caused perhaps the most serious outburst of dissent the Catholic Church has experienced in centuries.

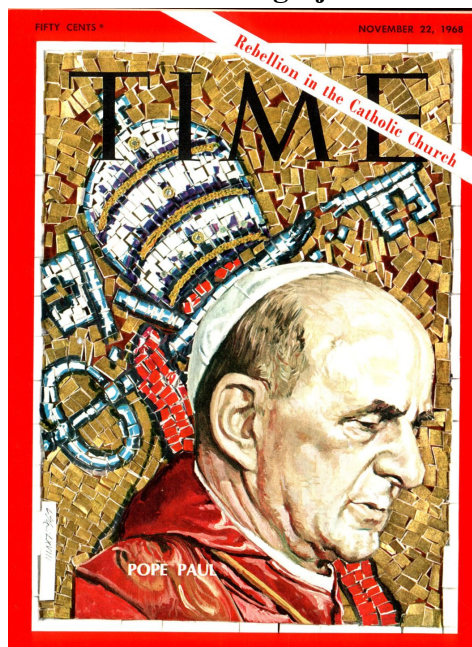
¹³¹In 1960, when John Kennedy was trying to become the first Catholic to win the presidency, many Protestants feared he might be dominated by the church's hierarchy, which had long fought against liberalized divorce laws, against artificial birth control and for censorship of books and movies.

dissensos a serem superados para melhor convivência entre o discurso liberal e a moralidade religiosa americana.

A Carta Encíclica *Humanae Vitae* foi objeto de análise, argumentos e exemplos em diversas matérias das revistas *TIME* e *VEJA* no decorrer do final dos anos 1960 e até mesmo durante a década de 1970. Durante o mês de agosto de 1968, em todas as edições da revista *TIME* veicularam-se reportagens na seção *Religion* abordando o assunto: “Na última semana, o Papa Paulo VI formalizou a promulgação da Encíclica sobre controle da natalidade, em que condena todos os métodos contraceptivos, exceto a tabelinha, como sendo condenados por Deus”¹³² (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40).

Em novembro daquele ano, a controvérsia rendeu uma das capas do semanário. Assim como na edição da revista *VEJA* em setembro daquele ano, em *TIME* a imagem de Paulo VI estampou a capa ao lado junto com a cor vermelha, o que indica a ideia de perigo ou uma propensão ao comunismo – ou as duas possibilidades em conjunto.

Figura 19 – “Rebelião na Igreja Católica”



(Revista *TIME*, 22/11/1968, capa)

¹³² Last week Pope Paul VI formally promulgated his encyclical on birth control, which condemns all methods of contraception, except rhythm, as against the will of God.

A publicação da Carta repercutiu através de polêmicas diversas, haja vista que seu conteúdo foi abertamente contestado. A brasileira *VEJA* indicou de onde vieram as principais reações contrárias: “quando Paulo VI publicou a Encíclica *Humanae Vitae*, proibindo o uso de anticoncepcionais, os aplausos dos conservadores foram abafados por violentos gritos de protesto dos progressistas” (Revista *VEJA*, 06/11/1968, p. 41).

Em dezembro de 1968, tratando da repercussão e crise na Igreja, geradas a partir do conteúdo da *Humanae Vitae*, a revista *VEJA* citou a capa de *TIME* em 22 de novembro:

“A Igreja em crise”, “Igreja Latino-americana: a vinha turbulenta”, “Rebelião na Igreja Católica”, “Pílula: o drama da Encíclica”. Com títulos como esses, a crise na Igreja católica, com o Papa como figura central, tem aparecido nas capas das mais importantes revistas do mundo, nos últimos meses, e é assunto dos jornais diários. (Revista *VEJA*, 18/12/1968, p. 32).

O trecho da *Humanae Vitae* mais reproduzido pelas reportagens indica o motivo pelo qual o documento tornou-se polêmico: “É, ainda, de excluir toda a ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação” (Paulo VI, 1968).

A primeira reportagem de *TIME* sobre a *Humanae Vitae* trouxe a seguinte constatação em suas linhas iniciais: “Roma falou”, diz um antigo provérbio da Igreja Católica Romana, “o caso está encerrado”. Isso não é mais verdade”¹³³ (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40). Pouco mais de quatro meses depois, em dezembro do mesmo ano, a revista *VEJA* veiculou apuração semelhante:

A antiga frase “Roma falou, o debate está encerrado”, hoje está transformada: “Roma falou, o debate está aberto”. Os protestos contra a Encíclica *Humanae*

¹³³ “Rome has spoken”, runs an ancient proverb of the Roman Catholic Church. “The case is closed.” No longer true.

Vitae, de condenação à pílula anticoncepcional, a rebeldia de alguns setores do clero, os apelos quase diários de Paulo VI dirigidos aos sacerdotes, chamando-os à obediência, provam que o Papa não exerce controle absoluto sobre seu rebanho. (Revista *VEJA*, 18/12/1968, p. 29)

A menção à expressão “Roma falou, o debate está encerrado”, considerando-a ultrapassada, foi recurso utilizado por *VEJA* e *TIME* para tratar da contrariedade às afirmações de Paulo VI. A repetição sugere que essa assertiva estava sendo repensada naquele momento, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil, por motivos diversos¹³⁴.

As notícias veiculadas no final de 1968 enfatizam que teria ocorrido uma insatisfação entre a população católica mundial quanto à orientação de Paulo VI aos demais sacerdotes: desaconselhar o uso métodos contraceptivos que popularizavam-se nos últimos anos, a exemplo da pílula. Em tempos percebidos como modernos, o único método aceito pelo alto clero católico, a tabelinha, era considerado antiquado, defasado e, conforme evidências científicas da época, pouco eficaz. Segundo as revistas, não se acreditava que a tabelinha seria capaz de reduzir os elevados índices de natalidade e, deste modo, solucionar o problema da explosão demográfica, admitido pelo Papa na Encíclica *Populorum Progressio*.

Pode-se constatar resquícios da insatisfação de determinados homens e mulheres em relação às Cartas Encíclicas de Paulo VI através da seção “Cartas”, que compõem as edições de *TIME* e *VEJA*. As revistas publicavam cartas selecionadas, entre as que recebiam de seus leitores, comentando exemplares anteriores de cada semanário.

É difícil mensurar a “apropriação” do texto impresso em cada edição da mídia periódica pelos leitores. Muitas vezes, a mensagem transmitida pelo veículo midiático busca apresentar e explicar o mundo aos leitores. Afinal, conforme afirmam Ana Luiz Martins e Tania Regina de Luca, “pode-se afirmar que o conhecimento que temos da

¹³⁴ Neste trabalho, procurou-se manter enfoque nos aspectos da crise da Igreja Católica relacionados às respostas ao crescimento populacional acelerado, verificado no período. Contudo, tais aspectos relacionam-se a outros componentes dessa crise de poder, tais como as novas normas de sociabilidades e valores morais, inclusive ensejados pelas reivindicações do movimento feminista.

realidade é mediado pelos fatos divulgados pela imprensa escrita e rádio-televisiva” (2009, p. 124). Entretanto, “para conhecer essas apropriações, o caminho mais imediato que se oferece é o da confiança dos leitores a respeito de seus modos de ler, dos sentidos que descobrem nos textos” (CHARTIER, 2001, p. 12). É esse caminho que as seções “Cartas” de *TIME* e *VEJA* permitem investigar, ainda que cercado por limitações – afinal, as cartas publicadas foram selecionadas pelo editorial de cada revista.

A senhora R. Lambert, moradora de Illinois, registrou o que algumas matérias também descreveriam depois: “Apesar do Papa Paulo VI, muitos de nós continuaremos a fazer como no passado: tomar a pílula, ir à missa e receber os sacramentos (...)”¹³⁵ (Revista *TIME*, 16/08/1968, p. 7). Sra. Lambert também retrucou o conteúdo da *Humanae Vitae*, chamando-a de “uma encíclica cheia de opiniões irreais”. Já a carta enviada a *TIME* por Douglas Marshall, de Barcelona, questiona: “Qual é, então, a posição de uma mulher que se casa quando ultrapassa a idade de ter filhos? As partes em tal casamento devem abandonar a relação sexual? Nesse caso, o casamento permanecerá para sempre não consumado”¹³⁶ (Revista *TIME*, 16/08/1968, p. 7).

As críticas da Sra. Lambert e os questionamentos de Douglas Marshall, repercutiram também pelo Brasil. Segundo as matérias publicadas nos exemplares de *VEJA*, os brasileiros católicos viam-se divididos diante do comunicado da Igreja. Morador de São Paulo, W. White escreveu à revista:

Após a leitura da lúcida reportagem de *VEJA* (30/10, pág. 20) abordando o problema do controle da natalidade, pergunto: Devemos apoiar a técnica científica que se dedica aos problemas de planejamento econômico, à luz dos métodos modernos vigentes, ou devemos apoiar a Igreja que, sob o pretexto de defender uma suposta “moral”, quer impor seu ponto de vista vazado em

¹³⁵ Sir: Despite Pope Paul, many of us will continue to do as we have done in the past: take the pill, go to Mass and receive the sacraments (...).

¹³⁶ What then is the position of a woman who marries when past the age of childbearing? Are the parties to such a marriage to forgo sexual intercourse? In which case the marriage will remain forever unconsummated.

conceitos românticos e desligados da realidade atual? (Revista *VEJA*, 13/11/1968, p. 3).

O descontentamento e a opinião majoritária, noticiados pelas revistas, giravam em torno de que a Igreja Católica, ao assumir tais posturas, parecia não estar adaptada aos tempos modernos. Porém, para quem vivia em condições semelhantes às relatadas por Ana de Vargas, residente em Bogotá (Colômbia), os dados da realidade eram distantes, e até mesmo díspares, daquilo que se chamava de um cenário moderno:

Senhor: Em 22 de agosto, o Papa virá para a Colômbia. É claro que vamos mostrar a ele o melhor deste lugar, mas devemos levá-lo também a lugares horríveis, onde as pessoas tentam sobreviver como animais, em meio à miséria, cheias de doenças, sem educação e sem esperança de um amanhã melhor. Devemos apresentá-lo aos pais de família que ganham US\$ 1 por dia para atender às necessidades de uma família de doze pessoas. O governo, não a Igreja, faz um esforço para resolver esta situação; mas todo dia está maior, e cresce numa proporção que impede sua solução. O Papa diz que há um caminho para o controle de natalidade. Sim, vamos dizer ao Papa para falar sobre períodos férteis com uma mulher analfabeta e falar sobre abstinência sexual com um homem bêbado e violento, e que mantém sua mulher como se fosse uma escrava¹³⁷ (Revista *TIME*, 16/08/1968, p. 7).

Os periódicos *VEJA* e *TIME* apontam para a propagação do descontentamento em relação aos posicionamentos da Santa Sé. As profundas críticas à Encíclica *Humana Vitae* propagaram-se até mesmo entre autoridades católicas, de acordo com a notícia:

Liderados pelo Padre Charles Curran, da Universidade Católica, 172 teólogos norte-americanos e outros católicos, incluindo todos os seis americanos que são membros da Comissão Pontifícia de controle de natalidade, rejeitaram a Encíclica por considerá-la ultrapassada, inadequada e que não envolve a consciência. “Nós concluímos”, disse o comunicado, “que os cônjuges podem decidir, com responsabilidade e de acordo com suas consciências, de que a contracepção artificial, em algumas circunstâncias, é permitida e até

¹³⁷ Sir: On Aug. 22 the Pope will come to Colombia. Of course we will show him the best of this city, but we should take him to the horrid places where people try to survive, like animals, in an incredible misery, full of sickness, without any education and without any hope for a better tomorrow. We should introduce him to family fathers who earn \$1 daily with which to provide the needs of a family of twelve. The government, not the church, makes an effort to solve this situation; but every day it is bigger, and it grows in a proportion that prevents solution. The Pope says there's a way for birth control. Yes, let's tell the Pope to talk about fertile periods with an illiterate woman and talk about abstinence with a drunken and brutal man who keeps his woman like a slave.

necessária para preservar e promover os valores e a santidade do casamento¹³⁸". (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40)

O trecho supracitado da matéria exemplifica uma das facetas do cenário de crise na compreensão acerca da autoridade da Igreja, como reação à *Humanae Vitae*. Paulo VI deparou-se com declarações e incitações voltadas ao descumprimento de suas orientações: "teólogos desafiaram sua autoridade para insistir que a Encíclica não era obrigatória para os católicos casados, que têm boas razões para praticar o controle da natalidade – e consideram óbvio que milhões continuarão a fazê-lo"¹³⁹ (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40).

De acordo com a doutrina da Instituição católica, os Papas não incorrem em erro ao definirem questões de fé e moral, durante seus respectivos Pontificados. Os ensinamentos são considerados falíveis, no entanto as decisões chamadas de *ex cathedra*, ou seja quando o Papa fala na condição de chefe da Igreja, são irreversíveis. Declarada como um dogma em 1870 pelo Papa Pio IX, durante o Concílio Vaticano I, a infalibilidade papal prevê que as deliberações proclamadas devem ser seguidas por todos os católicos.

Assim, em vez de resolver uma questão preocupante da moralidade pessoal para os católicos, Paulo VI trouxe à tona uma questão muito mais profunda: Onde e qual é a autoridade da Igreja? Ironicamente, o Papa que preocupou-se tanto com a disseminação da discórdia dentro do catolicismo, criou as condições para mais revolta¹⁴⁰ (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40).

¹³⁸ Led by Father Charles Curran of Catholic University, 172 U.S. theologians and other Catholics, including all six American lay members of the pontifical birth control commission, rejected the encyclical as outdated, inadequate and not binding on conscience. "We conclude," said their statement, "that spouses may responsibly decide according to their conscience that artificial contraception in some circumstances is permissible and indeed necessary to preserve and foster the values and sacredness of marriage."

¹³⁹ Theologians defied his authority to insist that the encyclical was not binding on married Catholics who have good reasons to practice birth control – and it was obvious that millions will continue to do so.

¹⁴⁰ Thus, instead of solving a troubling question of personal morality for Catholics, Paul has, in fact, brought into the open a much more profound question: Where and what is authority in the church? Ironically, the Pope, who has worried so much about the spread of dissension within Catholicism, has really created the conditions for further revolt.

Em 1968, com a autoridade papal sob suspeita, tornaram-se comuns os questionamentos em torno da capacidade de Paulo VI de “conduzir seu rebanho” – e inclusive, sobre o dogma da infalibilidade papal.

Em 24 de maio de 1972, portanto quase quatro anos após a promulgação da polêmica Encíclica *Sobre a Regulação da Natalidade*, a revista *VEJA* publicou uma entrevista com Hans Küng, teólogo suíço e autor de livro sobre infalibilidade papal, lançado no ano anterior. A obra “*Infallible? An Inquiry*” (1971) imediatamente tornou-se um *best seller* polêmico, segundo o padre e historiador John Jay Hughes (1971, p. 183). A crise na autoridade do Papa foi registrada pela análise contemporânea de Küng e revisitada por Hughes:

Paulo VI, embora homem da mais alta moral e que repetidamente demonstrou seu desejo de ser um progressista moderado, aberto às necessidades da época, praticamente jogou fora a credibilidade sem precedentes que João XXIII conquistou para a Igreja, agindo e permitindo que sua Cúria agisse de uma maneira que ameaça gravemente a unidade da Igreja. A questão fundamental a ser examinada no livro é, portanto, a autoridade dos ensinamentos da Igreja. Isto não foi buscado pelo autor; foi forçado a ele pelas exigências do momento.¹⁴¹ (HUGHES, 1971, p. 186)

A análise de Küng publicada no periódico brasileiro sobre a *Humanae Vitae* afirmou existirem indícios de que o Papa Paulo VI teria apreciado dar uma resposta positiva ao controle da natalidade. Porém, teria faltado aos teólogos que o aconselharam um estudo mais aprofundado e que indicasse “como corrigir uma tradição obrigatória da Igreja” (Revista *VEJA*, 24/05/1972, p. 46).

Uma das reportagens da revista *TIME* sobre o assunto, em 1968, de certo modo reforça tal informação quando afirma: “Colaboradores do Papa argumentam com ele, há

¹⁴¹ Paul VI, though a man of the highest motives who has repeatedly shown his desire to be a moderate progressive, open to the needs of the age, has all but thrown away the unprecedented new credibility which John XXIII gained for the Church, acting and allowing his Curia to act in a manner which gravely threatens the Church's unity. The fundamental question to be examined in the book is therefore that of the Church's teaching authority. This has not been sought out by the author; it has been forced on him by the exigencies of the hour.

muito tempo, que qualquer modificação na proibição do controle da natalidade seria uma saída desastrosa para a doutrina tradicional. Nos últimos tempos, Paulo VI concordou”¹⁴² (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 41). Diante da aparente dúvida entre seguir as tradições da Igreja ou evitar uma repercussão negativa aos seus posicionamentos, o Papa optou pela primeira opção.

Diante da negativa aos métodos contraceptivos considerados artificiais, os julgamentos quanto à insuspeição da Igreja recaíram de forma desfavorável sobre o Papa Paulo VI, conforme publicado na revista norte-americana:

Muitos teólogos afirmam que tem sido dada ênfase exagerada na “voz” de Roma desde a definição da infalibilidade papal pelo Concílio Vaticano I, em 1870. Com efeito, a Igreja tem sido uma pirâmide, em que a sabedoria flui a partir do topo para baixo. O Papa João XXIII, no Concílio Vaticano II, sugeriu um conceito de catolicismo mais democrático, descentralizado. Paulo VI, com sua ênfase constante na necessidade de obediência e agora a sua decisão bastante arbitrária sobre controle de natalidade, parece determinado que somente o Papa deve falar pela Igreja.¹⁴³ (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40)

Segundo a revista, os questionamentos levantados em relação à autoridade papal atuaram abrindo brechas para o descumprimento da Encíclica *Humanae Vitae*, na medida em que praticamente isolaram a decisão de Paulo VI (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 40). O Papa foi noticiado como figura central e responsável pelas condutas obsoletas da Igreja. Deste modo, a Igreja Católica, numa definição genérica, não foi responsabilizada diretamente pela condenação dos métodos anticoncepcionais: seu representante máximo que o foi.

¹⁴² The Pope's collaborators have long argued with him that any modification of the birth control ban would be a disastrous departure from the traditional teaching. Ultimately, Paul agreed.

¹⁴³ Many theologians contend that there has been an unhealthy overemphasis on the teaching voice of Rome since the definition of papal infallibility at the First Vatican Council in 1870. In effect, the church has been a pyramid, with all wisdom flowing downward from the top. Pope John XXIII and the Second Vatican Council suggested the possibility of a more democratic, decentralized concept of Catholicism. Paul—with his constant emphasis on the need for obedience, and now his rather arbitrary decision on birth control—seems determined that only the Pope should speak for the church.

As respostas de Hans Küng, na entrevista publicada nas páginas da *VEJA*, apresentavam um tom esperançoso em relação à mudanças no referencial representado pelo Pontífice. O teólogo afirmou em sua entrevista: “precisamos suprimir essa falta de credibilidade existente hoje entre o Santo Padre e amplas partes da Igreja. O perigo é que as pessoas tenham a impressão de que o Papa não sabe mais ao certo o que está sucedendo com o mundo” (Revista *VEJA*, 24/05/1972, p. 46).

Mencionando em sua análise o Papa João XXIII, o teólogo suíço afirmou ainda que desejava ver, novamente, uma liderança à frente da Igreja que irradiasse mais confiança. Uma imagem publicada nas páginas da revista *VEJA* buscou exprimir as críticas a Paulo VI, representando-o como quem tentava conter, sozinho, a propagação da (enorme) pílula anticoncepcional.

Figura 20 – Paulo VI e a contenção da pílula



(Revista *VEJA*, 24/12/1975, p. 54)

O horizonte de expectativas apontando para mudanças consideradas positivas emergiu nos discursos de *TIME* e *VEJA*, em momentos distintos, noticiando alguma possibilidade de alteração na decisão de Paulo VI quanto aos meios não-naturais das práticas contraceptivas; e lamentando que a possibilidade apresentada na circunstância não tenha sido efetuada. Em 1969, o periódico impresso brasileiro voltou a associar tal decisão à extrema hierarquização da Instituição Católica: “Disse o Cardeal que a encíclica *Humanae Vitae* contra os anticoncepcionais, não será revista – e isso deixa as coisas como estavam: a participação de padres e bispos nas decisões da Igreja dependerá da interpretação de seus superiores” (Revista *VEJA*, 30/07/1969, p. 30).

Entretanto, a matéria da revista norte-americana veiculou em 1974 um posicionamento diferente do que havia manifestado em suas páginas no final da década de 1960. Atribuindo as orientações conservadoras ao Vaticano, e não mais à personalidade papal com exclusividade, a reportagem informou: “Roma, no entanto, não está completamente pronta para mudar. Um porta-voz do Vaticano negou, categoricamente, que alguma revisão dos ensinamentos da *Humanae Vitae* estaria sendo planejada”¹⁴⁴ (Revista *TIME*, 04/02/1974, p. 54).

Da mesma maneira que na Carta Encíclica *Populorum Progressio*, em *Humanae Vitae* o posicionamento papal contrário ao uso de métodos contraceptivos artificiais por casais católicos somente foi exposto após admitir-se, na redação do documento, que o crescimento demográfico era um problema ameaçador e de grandes proporções. Assim sendo, a revista *TIME* publicou uma constatação sobre a narrativa empregada na Encíclica *Humanae Vitae*:

Numa introdução longa e pensativa, a Encíclica cita as razões apresentadas da mesma forma por teólogos, católicos e protestantes em favor do controle

¹⁴⁴ Rome, however, is not quite ready to change. A Vatican spokesman has categorically denied that any revision of *Humanae Vitae*'s teaching was being planned.

de natalidade: a explosão populacional, as dificuldades econômicas envolvidas na formação de grandes famílias, e os novos *insights* sobre a natureza psicológica da experiência sexual. No final, porém, o Papa rejeita todas elas¹⁴⁵ (Revista *TIME*, 09/08/1968, p. 41).

Tanto as Cartas Encíclicas promulgadas por Paulo VI, quanto as reportagens veiculadas nas revistas *TIME* e *VEJA* no final dos anos 1960 e início dos 1970, indicam que a Igreja Católica reconhecia o crescimento populacional sem precedentes que verificava-se na época e os problemas derivados de tal crescimento. Inclusive, o Cardeal Secretário de Estado da Santa Sé durante o papado de Paulo VI, Jean-Marie Villot, foi personagem principal de matérias publicadas em ambas revistas no mês de fevereiro de 1971. As matérias apontavam que o Cardeal Villot orientava os episcopados nacionais a conhecerem a situação demográfica em seus respectivos países e oferecer “propostas positivas e moralmente aceitáveis” (Revista *TIME*, 01/02/1971, p. 54).

O Secretário de Estado da Santa Sé afirmava os problemas do crescimento populacional e, concomitantemente, condenava os movimentos em prol do controle da natalidade. A revista *TIME* listou as propostas da Igreja Católica para riscos decorrentes do aumento populacional: “Até agora, as propostas são limitadas ao combate à pobreza e à fome, em cooperação com a “educação sexual prudente” e a popularização do ritmo na condição de método de controle de natalidade”¹⁴⁶ (Revista *TIME*, 01/02/1971, p. 54).

De acordo com Wilton Wynn, correspondente da *TIME* em Roma, um documento oficial composto por 15 páginas foi encaminhado pelo Cardeal Villot aos padres atuantes na Organização das Nações Unidas (ONU) e em agências correlatas. Solicitando sigilo, o Cardeal expunha que “(...) depois de entrar nesse campo controverso, durante a presidência de Kennedy, os EUA estão agora na linha de frente

¹⁴⁵ In a long and thoughtful introduction, the encyclical cites the many reasons put forward by theologians, Catholic and Protestant alike, in favor of birth control: the population explosion, the economic difficulties involved in raising a large family, new insights into the psychological nature of sexual experience. In the end, though, the Pope rejects them all.

¹⁴⁶ So far, the proposals are limited to combatting poverty and hunger, cooperating in "prudent sexual education" and popularizing the rhythm method of birth control.

entre os promotores de uma política internacional de controle da natalidade” (Revista *TIME*, 01/02/1971, p. 54). Outrossim, o Cardeal Villot posicionava-se contrário ao apoio concedido pela ONU aos programas de controle populacional em países do Terceiro Mundo:

Antes de 1960, a Índia e o Paquistão eram os únicos países com taxas altas de fertilidade que possuíam políticas oficiais do governo destinadas à reduzir o crescimento populacional. Hoje, 30 nações em desenvolvimento têm programas apoiados pelo Estado. Villot aponta que, em 1967, o Secretário-Geral da ONU, U Thant, estabeleceu o Fundo de População das Nações Unidas para prestar assistência financeira e técnica. Pior, ele escreve, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) está agora empenhado em distribuir contraceptivos: “Por conseguinte, coloca-se em contradição com seus próprios objetivos de instituição criada para o bem-estar das crianças”¹⁴⁷ (Revista *TIME*, 01/02/1971, p. 54)

As afirmações do Cardeal Villot ao tratar das políticas de controle da natalidade, inclusive associando-as a uma forma de ameaça ao bem estar das crianças, foram contestadas por *TIME* (01/02/1971, p. 54) e *VEJA* (24/02/1971, p. 50) de forma sutil. Ambas não desenvolveram forma alguma de apoio e expuseram posicionamento crítico em relação às palavras do Cardeal, basicamente, ao contraporem suas afirmações a dados como os índices baixos de eficácia das propostas apresentadas pela Igreja Católica.

Além disso, ambas matérias, veiculadas por *VEJA* poucos dias após a publicação em *TIME*, destacaram que Cardeal Villot estava agindo a mando do Papa Paulo VI naquele “contra-ataque tranquilo, tentando mobilizar forças católicas contra todos os programas oficiais, nacionais ou internacionais, que propagam a contracepção artificial” (Revista *TIME*, 01/02/1971, p. 54). A matéria publicada pela revista *VEJA* também

¹⁴⁷ Before 1960 India and Pakistan were the only two "high-fertility" countries with official government policies aimed at reducing population growth. Today, 30 developing nations have state-supported programs. Villot points out that in 1967 Secretary-General U Thant established the Fund for Population Activities to provide financial and technical assistance. Worse, he writes, the U.N.'s children's fund (UNICEF) is now committed to distribute contraceptives: "It therefore puts itself in contradiction to the very objectives of the institution created for the well-being of children."

chamou de “contra-ataque” o movimento empreendido pelo Cardeal Villot, sob liderança de Paulo VI:

Um Estado sem armas, com legiões apenas celestiais e um chefe cujas maiores preocupações são a paz e o amor – como é o Vaticano –, pode fazer prevalecer suas ideias ou reivindicações diante de outros governos? Quando o papa Paulo VI condenou a pílula e outros métodos de controle da natalidade, a única resposta à pergunta parecia ser “não”. Muitos países e seus líderes, preocupados em conter os nascimentos, reagiram intensificando as campanhas de distribuição de produtos anticoncepcionais. Recentemente, entretanto, o Vaticano iniciou um silencioso contra-ataque já em desenvolvimento nos bastidores de suas sedes diplomáticas. O responsável pela execução dos planos é o secretário de Estado de Paulo VI, cardeal Jean Villot. Sua missão: persuadir governos a abandonarem os planos de controle da natalidade e a aderirem à moralidade católica (Revista *VEJA*, 24/02/1971, p. 50).

Os questionamentos e a crise que instalou-se após a Carta Encíclica *Humanae Vitae* marcaram o Pontificado de Paulo VI. Em 1976, numa matéria sobre as críticas dos católicos americanos à autoridade da Igreja, a revista *TIME* atestou que o período mais turbulento havia passado, ainda que tivesse deixado suas marcas: “A Igreja Católica americana em 1976 – [...] é uma igreja menos tumultuada, os atritos diminuíram. Mas ainda é uma igreja questionada e dividida, com objetivos e visões colidindo”¹⁴⁸ (Revista *TIME*, 24/05/1976, p. 48).

O principal elemento motivador de tal divisão teria sido a negativa da Santa Sé quanto aos meios não-naturais para evitar a concepção. Os números apresentados pela matéria demonstram a evasão das Igrejas Católicas nos Estados Unidos:

Em nenhum lugar a cisão é mais espetacular do que na questão do controle de natalidade. Em 1968, o Papa Paulo VI lançou sua Encíclica *Humanae Vitae*, dizendo explicitamente, aos católicos, que eles eram proibidos de usar métodos contraceptivos artificiais. Em 1974, um estudo sobre os católicos

¹⁴⁸ The American Catholic Church in 1976—by far the largest U.S. denomination, with nearly 49 million members—is a less tumultuous church, its attrition slowed. But it is still a questing and divided church, troubled by colliding purposes and visions.

norte-americanos mostrou que 83% não aceitaram esse ensinamento.¹⁴⁹
(Revista *TIME*, 24/05/1976, p. 48)

Numa extensa reportagem sobre o Papa, a revista *VEJA* fez um balanço dos então 12 anos em que Paulo VI estava no comando da Igreja. Dedicou quase metade, das seis páginas que compõem a matéria, para dar nota dos problemas de saúde e da perceptível fragilidade física que o Papa vinha apresentando. Afirmou que o Vaticano já se preparava para escolher um novo Pontífice – o que só viria a ocorrer de fato três anos depois, quando Paulo VI morreu em agosto de 1978. Sobre sua trajetória, *VEJA* sintetizou: “seu pontificado, de fato, procuraria sempre um meio-termo entre as necessidades conflitantes de renovar a Igreja, adaptá-la ao mundo de hoje, como pregou João XXIII, e simultaneamente conservá-la alicerçada em suas tradições, como quis Pio XII” (Revista *VEJA*, 24/12/1975, p. 50).

¹⁴⁹ Nowhere is the division more spectacular than on the issue of birth control. In 1968 Pope Paul VI issued his encyclical *Humanae vitae*, explicitly telling Catholics they were forbidden to use artificial methods of contraception. In 1974 a study of American Catholics showed that fully 83% did not accept such teaching.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um projeto de lei (PL 261/2019) protocolado no dia 1º de fevereiro de 2019 na Câmara dos Deputados solicitou a proibição, no Brasil, da venda, anúncio e uso de contraceptivos como o dispositivo intrauterino (DIU), a minipílula e a pílula do dia seguinte. A proposta foi efetuada por um deputado federal, alegando que tais métodos seriam “microabortivos” e, portanto, ilegais.

A alegação disposta no projeto de lei foi contestada por médicos, já que os métodos citados possuem a função de evitar a fecundação – e não de promover a interrupção da gravidez. Em 06 de fevereiro, após repercussão na mídia nacional¹⁵⁰, a proposta foi retirada pelo próprio autor, mediante explicação de haver necessidade de aprofundamento sobre o tema apresentado (Requerimento n. 219/2019).

Essa iniciativa, tomada por um deputado federal em 2019, demonstra que os métodos anticoncepcionais permanecem sob suspeita. Os discursos, por vezes até divergentes, de governantes, médicos e lideranças religiosas, sobre eles, são representados socialmente como saberes – e, portanto, dotados de poderes. Enquanto isso, as mulheres ainda são representadas mais como “alvos” do saber do que como “vozes” do saber sobre seus próprios corpos – afinal, a maioria dos métodos contraceptivos (e todos os métodos de ação hormonal) agem a partir dos corpos das mulheres. Nas últimas 5 décadas, a atuação dos movimentos feministas tenta reverter esse cenário, dando voz às mulheres, inserindo o assunto na pauta política pública e combatendo a superfocalização no corpo feminino como meramente procriativo ou objeto do prazer sexual masculino.

¹⁵⁰ Notícias disponíveis em: <<https://www.nsctotal.com.br/colunistas/dagmara-spautz/deputado-federal-quer-proibir-anticoncepcionais-como-minipilula-e-diu-no>>; <<https://www.cartacapital.com.br/politica/deputado-do-psl-quer-proibir-anticoncepcionais-no-brasil>>. Último acesso em: 07/02/2019.

Por essas ponderações, poderia aferir-se que a questão populacional é uma questão do Tempo Presente. E é. Contudo, não o é pelo simples fato de ser um problema, uma *questão*, que permeia um momento histórico. Afinal, de certo modo, toda produção histórica é evocada por questões do presente, já que historiadores e historiadoras estão sempre imersos em seu tempo.

Nesse caso, não é a periodização, ou a demarcação do tempo histórico, que caracteriza a História do Tempo Presente, mas sim o atendimento de prerrogativas teórico-metodológicas sobre as quais têm-se produzido narrativas históricas inseridas em um novo regime de historicidade. François Dosse destaca, por exemplo, que a História do Tempo Presente diferencia-se da História Imediata porque pressupõe uma mediação (2012, p. 6). “O tempo presente não seria então um simples período adicional destacado da história contemporânea, mas uma nova concepção da operação historiográfica” (DOSSE, 2012, p. 7).

Nesta operação historiográfica, buscou-se analisar as matérias publicadas nas revistas *TIME* (1960-1979) e *VEJA* (1968-1979), no período em que os debates acerca da gravidade do crescimento populacional, verificado à época, foram amplamente veiculados pela mídia impressa periódica. O aumento repentino dos contingentes populacionais depois da Segunda Guerra Mundial, ocorrido numa escala jamais vista anteriormente, foi considerado assustador por especialistas e pelo debate midiático.

A chamada “explosão demográfica” dos anos 1950 corresponde a um período em que, além do pós-Guerra, teve início a intensificação do processo de urbanização do Brasil. O próprio movimento de êxodo rural demandava alterações de ordem sócio-econômica nas famílias. Nos países europeus, como a França por exemplo, esse crescimento não foi visto como um problema. Contudo, nos países considerados de Terceiro Mundo, onde normalmente os índices de pobreza econômica eram mais

elevados, conter tal crescimento tornou-se política de governo. Neste caso, a política externa norte-americana agiu com protagonismo, visando que esses países contivessem seu crescimento populacional e a expansão da pobreza. Nas décadas de 1960 e 1970, auges da Guerra Fria, esse objetivo alinhou-se ao discurso de contenção da expansão do comunismo.

Por isso, no Capítulo 1 abordou-se como o Brasil era representado nos Estados Unidos, por meio da revista *TIME*, e como os Estados Unidos eram apresentados ao Brasil pelas páginas da revista *VEJA*. Assim, pudemos perceber que as revistas, além de possuírem linhas editoriais semelhantes, propagavam discursos também alinhados. Esses discursos defendiam a atuação da política externa norte-americana no Brasil, com especial ênfase ao atendimento de solicitações feitas pelos EUA, inclusive no que se refere às políticas de controle da natalidade, visando alguma ajuda ao maior país sul-americano.

No Capítulo 2, foram analisadas matérias que faziam uma associação automática entre riscos da superpopulação e aumento da pobreza em países já considerados pobres e atrasados. De acordo com esse discurso, os problemas decorrentes do crescimento populacional não interfeririam negativamente na América do Norte, considerada referência mundial em termos de desenvolvimento econômico, social e industrial. Por meio de números e estudos estatísticos, as reportagens de *TIME* e *VEJA* alardeavam sobre os riscos ao futuro da humanidade apresentando, para isso, dados analisados por especialistas, como demógrafos.

O discurso que buscava prescrever o que seria e como deveria organizar-se uma família em um país de Terceiro Mundo, o Brasil, foi analisado no Capítulo 3. Para compreender esse discurso, baseado na norma familiar burguesa, um olhar sobre a biopolítica faz-se necessário. Do mesmo modo, os movimentos feministas, que

ampliaram sua escala de atuação durante o período de 1960 a 1979, são analisados como contraponto importante a esse discurso (que se pretende) homogeneizador. Conhecer algumas feministas americanas, como Betty Friedan e Kate Millet, possibilita compreender os papéis centrais que exerceram na formação da “Segunda Onda” feminista.

Os movimentos feministas dos anos 60 e 70 do século XX foram responsáveis por pautar boa parte dos debates sobre liberdade sexual das mulheres, direito ao prazer e a gerir próprio corpo. Afinal, para gerir a população, passou-se a tentar gerir a fertilidade feminina. O Capítulo 4 tangenciou algumas tensões da relação entre Ciências Médicas e Religião, verificadas especialmente devido ao lançamento da pílula anticoncepcional nos mercados norte-americano e brasileiro. Apesar da valorização e dos benefícios constantemente destacados pelas revistas *TIME* e *VEJA*, a pílula anticoncepcional foi noticiada como assunto polêmico e ambíguo. As controvérsias em relação aos métodos contraceptivos, inclusive a pílula, destacaram efeitos colaterais e debates morais e religiosos, pautados principalmente pela Igreja Católica.

REFERÊNCIAS

Fontes Documentais

- Revista *TIME*, 11 de janeiro de 1960, p. 19, 20 e 21.
- Revista *TIME*, 06 de janeiro de 1961.
- Revista *TIME*, 03 de março de 1961, p. 37.
- Revista *TIME*, 30 de junho de 1961, capa e p. 23 e 24.
- Revista *TIME*, 21 de julho de 1961, p. 22.
- Revista *TIME*, 08 de setembro de 1961, p. 40.
- Revista *TIME*, 15 de setembro de 1961, p. 38.
- Revista *TIME*, 31 de julho de 1964, p. 41.
- Revista *TIME*, 20 de agosto de 1965, p. 34.
- Revista *TIME*, 07 de abril de 1967, p. 78 e 79.
- Revista *TIME*, 21 de abril de 1967, p. 28 e 66.
- Revista *TIME*, 08 de março de 1968, p. 25.
- Revista *TIME*, 09 de agosto de 1968, p. 40.
- Revista *TIME*, 16 de agosto de 1968, p. 7.
- Revista *TIME*, 23 de agosto de 1968, p. 39.
- Revista *TIME*, 22 de novembro de 1968, capa.
- Revista *TIME*, 25 de julho de 1969.
- Revista *TIME*, 21 de novembro de 1969, p. 53.
- Revista *TIME*, 01 de junho de 1970, p. 38.
- Revista *TIME*, 31 de agosto de 1970, p. 16.
- Revista *TIME*, 01 de fevereiro de 1971, p. 54.
- Revista *TIME*, 13 de setembro de 1971, p. 58.
- Revista *TIME*, 27 de setembro de 1971, p. 67.
- Revista *TIME*, 20 de março de 1972, p. 25, 27, 29 e 55.
- Revista *TIME*, 27 de março de 1972, p. 71.
- Revista *TIME*, 29 de janeiro de 1973, p. 46 e 47.
- Revista *TIME*, 04 de fevereiro de 1974, p. 54.
- Revista *TIME*, 09 de setembro de 1974.
- Revista *TIME*, 24 de maio de 1976, p. 48.

Revista *TIME*, 24 de outubro de 1977.

Revista *TIME*, 21 de novembro de 1977, p. 21.

Revista *TIME*, 08 de outubro de 1979.

Revista *VEJA*, 11 de setembro de 1968.

Revista *VEJA*, 18 de setembro de 1968, capa e p. 52.

Revista *VEJA*, 23 de outubro de 1968, p. 24.

Revista *VEJA*, 30 de outubro de 1968, p. 20, 24 e 25.

Revista *VEJA*, 06 de novembro de 1968, p. 41.

Revista *VEJA*, 13 de novembro de 1968, p. 3.

Revista *VEJA*, 18 de dezembro de 1968, p. 31 e 32.

Revista *VEJA*, 02 de abril de 1969, p. 48.

Revista *VEJA*, 30 de julho de 1969, p. 30.

Revista *VEJA*, 25 de fevereiro de 1970, capa e p. 54 a 60.

Revista *VEJA*, 27 de maio de 1970, p. 3.

Revista *VEJA*, 24 de junho de 1970, p. 88.

Revista *VEJA*, 01 de julho de 1970, p. 8.

Revista *VEJA*, 20 de janeiro de 1971, p. 57.

Revista *VEJA*, 24 de janeiro de 1971, p. 50.

Revista *VEJA*, 24 de maio de 1972, p. 46.

Revista *VEJA*, 16 de janeiro de 1974, p. 52 a 54.

Revista *VEJA*, 01 de maio de 1974, p. 76.

Revista *VEJA*, 28 de agosto de 1974, p. 50.

Revista *VEJA*, 26 de fevereiro de 1975, p. 26, 31 e 32.

Revista *VEJA*, 09 de abril de 1975, p. 42.

Revista *VEJA*, 17 de setembro de 1975, p. 42.

Revista *VEJA*, 10 de dezembro de 1975, p. 51.

Revista *VEJA*, 24 de dezembro de 1975, p. 54.

Revista *VEJA*, 25 de fevereiro de 1976, capa e p. 12.

Revista *VEJA*, 12 de maio de 1976, p. 27.

Revista *VEJA*, 25 de maio de 1977, p. 72 e 74.

Revista *VEJA*, 03 de agosto de 1977, p. 88 a 90.

Revista *VEJA*, 12 de julho de 1978, capa e p. 54.

Revista *VEJA*, 24 de outubro de 1979, p. 31.

Revista *VEJA*, 31 de outubro de 1979, p. 28 e 29.

Revista *VEJA*, 21 de janeiro de 1981, capa.

Revista *VEJA*, 16 de novembro de 1983, p. 72 e 73.

Referências Bibliográficas

ADONI, Tarso; UJVARI, Stefan Cunha. **A História do século XX pelas descobertas da Medicina**. São Paulo: Contexto, 2014.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2010.

ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia Rabello de. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2001, p. 69-92

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru – SP: Edusc, 2007. 256 p.

_____. **Nordestino: uma invenção do falo; uma História do gênero masculino (Nordeste – 1920/1940)**. Maceió: Editora Catavento, 2003.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **VEJA sob censura (1968-1976)**. São Paulo: Jaboticaba, 2008.

ALVES, José Eustáquio; CORRÊA, Sônia. Demografia e Ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. **Revista brasileira de Estudos Populacionais**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-156, jul./dez. 2003.

ALVES JR., Alexandre Guilherme da Cruz. **Interpretações da liberdade: o dissenso norte-americano levado aos tribunais (1983-1988)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2015.

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e**

Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

ARAUJO, Anelise Rodrigues Machado de. **A revista Veja nos tempos da redemocratização**: um olhar sobre a infância (1979-1990). 2013. 115 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

AREND, Silvia Maria Fávero. **Histórias de Abandono**: infância e justiça no Brasil (década de 1930). Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

_____. A criança universal no discurso da imprensa brasileira (Florianópolis, 1940-1950). In: VIII Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2008, Florianópolis. Anais do Congresso e caderno de resumos. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. v. 1. p. 1.

_____. Por uma história da infância no Brasil: desafios e perspectivas. In: MIRANDA, Humberto; VASCONCELOS, Maria Emília; CABRAL, Alcileide. **História da infância em Pernambuco**. Recife: Ed. da UFPE, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

AZEVEDO, Cecília. Relações interamericanas no século XX: percursos e debates acadêmicos. In: _____. RAMINELLI, Ronald. **História das Américas**: novas perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2011.

_____ et al (orgs). **Cultura política, memória e historiografia**. RJ: FGV, 2009.

_____. **Em nome da América**. Os corpos da paz no Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.

_____. Amando de olhos abertos: Emma Goldman e o dissenso político nos EUA. **Varia História**. 2007, vol.23, n.38, pp. 350-367

BACELLAR, Carlos. Uso e o mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Editora Nova Fronteira, 1980. 370 p.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa**: Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília et al. (orgs.). **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. p. 29-46.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**: ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a *História das Mulheres*. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Ed Dom Quixote, 1995.

_____. A força do direito. In: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal: Difel, 1989. p. 209-254.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

BRIGGS, Laura. **Reproducing Empire**: Race, Sex, Science, and U.S. Imperialism in Puerto Rico. Oakland: University of California Press, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/10.1525/j.ctt1pncqs>>.

BURKE, Peter. **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992.

_____. Visões de mundo: alguns traços dominantes. In: BURKE, Peter. **O Renascimento Italiano**: cultura e sociedade na Itália. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1999.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. El tiempo de la cultura escrita. In: _____. (Org.) **Historia de la Cultura escrita**. Espanha: Ediciones Trea, 2002.

CASTRO, Edgardo. **O Vocabulário de Foucault** – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006. 345 p.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. 244 p.

_____. **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

_____. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editores, 2009.

_____. Defesa e ilustração da noção de representação. **Revista Fronteiras**. Dourados – MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul/dez 2011.

CHAUVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CORRÊA, Thomaz Souto. A era das revistas de consumo. In: LUCA, Tania Regina de, MARTINS, Ana Luiza (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 207- 232.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do

historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Projeto História**. São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007 -

DARTON, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 173-179.

DIAS, Tânia Maria et al. “Estará nas pílulas anticoncepcionais a solução?” Debate na mídia entre 1960-1970. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 3, nov. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/46020>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

DINIZ, Débora. Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla & PEDRO, Joana (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. P. 313-332.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012. _____. L’Histoire à l’épreuve de la guerre dès mémoires. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 5 – 16, jan/jun. 2009.

FÁVERI, Marlene de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino**, v. 17, n. 01, Jan./Jul. 2007.

FIGUEIREDO, Anna Cristina Camargo Moraes. **“Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”**. SP: Hucitec, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Segurança, território, população**: curso dado no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FRANCO, Stella; PRADO, Maria Ligia. Participação feminina no debate público brasileiro. In: PEDRO, Joana; PINSKY, Carla (Orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 194-217.

FRANKS, Angela. **Margaret Sanger's eugenic legacy**: the control of female fertility. McFarland, 2005.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Sete Aulas Sobre Linguagem, Memória e História**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1997.

GAZZOTTI, Juliana. **Imprensa e ditadura**: a revista Veja e os governos militares (1968-85). Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCAR, 1998.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. _____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOMES, Angela de Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha et al. (orgs.) **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. O populismo e as Ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge Luiz. **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 17-58.

GONDRA, José. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2004.

GOULART, Michel. O imaginário anticomunista e o golpe civil-militar de 1964. **História e-História**, v. 05/04, p. 1, 2011.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 215, jan. 2009.

HILÁRIO, Janaína Carla S. Vargas. História política – cultura política e sociabilidade partidária: uma proposta metodológica. **História Unisinos**. N. 10(2), 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HUGHES, John Jay. Infallible? An inquiry considered. **Theological Studies Journal**, Vol. 32 (2), 1971, p. 183–207.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In: _____. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 2000. p. 9-40.

JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.

JULLIARD, Jacques. A política. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves. 1988. p. 180-196.

KLAIBER, Jeffrey. Prophets and Populists: Liberation Theology, 1968-1988. **The Americas**, Vol. 46, No. 1 (Jul., 1989), p. 1-15.

KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari. No olho do furacão: revista Veja, censura e ditadura militar (1968-1985). **Revista Literatura em Debate**, v. 4, n. 6, p. 34-50, 2010. Disponível em: <<http://www.fw.uri.br/publicacoes/literaturaemdebate/artigos/3L6.pdf>>.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos

históricos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Contraponto, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda** - Jornalistas e Censores - do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. O historiador e o computador. In: NOVAIS, Fernando; SILVA, Rogério (Orgs.). **Nova História em Perspectiva**: volume 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 208-213.

LAQUEUR, Thomas. **A invenção do sexo**. São Paulo: Relume Dumará, 2001.

LATHAM, Michael. **Modernization as Ideology**. American Social Science and “Nation Building” in the Kennedy Era. Chapel Hill, NC: The University of North Carolina Press, 2000.

LEACOCK, Ruth. **Requiem for Revolution**. The United States and Brazil, 1961-1969. Ohio: The Kent State University Press, 1990.

LLOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 231-235.

LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 111 – 153.

_____; MARTINS, Ana Luiza. Quem lê tanta notícia? Imprensa, mídia e sociedade no Brasil. In: SEBRIAN, Raphael Nunes N.; FERREIRA, Ricardo Alexandre; ANHEZINI, Karina; PIRES, Ariel José. (Org.). **Leituras do Passado**. Campinas, SP: Pontes, 2009. p. 123-139.

MARIANO, Silvana Aparecida. Igualdade e diferença nas teorias feministas. **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História**. Londrina. p. 1-12, 2005.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.135-154, jan.-mar. 2008.

MAUAD, Ana Maria. Sobre as imagens na história: um balanço de conceitos e perspectivas. **Revista Maracanan**, v. 12, n. 14, p. 33-48, jan.-jun. 2016.

_____. Fotografias de família e os itinerários da intimidade na história. **Revista do Arquivo Nacional**, v. 30, p. 155-178, 2017.

MOTT, Maria Lucia Barros. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v. 16, p. 199-234, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. SP: Perspectiva, 2002.

NEVES, Lúcia Maria B. P. et al (orgs). **História e imprensa**. RJ: DP&A; FAPERJ, 2006.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.8, n.2, p. 09-41 Florianópolis: UFSC, 2009.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

_____. **A moderna tradição brasileira**. SP: Brasiliense, 1994.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. **Topoi - Revista de História**, v. 12, p. 270-283, 2011.

_____. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

_____. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. **Revista Brasileira de História**. 2003, vol.23, n.45, pp. 239-260.

_____. As representações do corpo feminino nas práticas contraceptivas, abortivas e no infanticídio. In: Maria Izilda S. de Matos, Rachel Soihet. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003b, p. 157-176.

PEREIRA, Pamella. **Os discursos sobre a pílula anticoncepcional na revista Cláudia no período de 1960 a 1985**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira. Rio de Janeiro, 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 159-189, Florianópolis: UFSC, 2009. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/17112009-055252pinsky.pdf>>.

REIMÃO, Sandra. O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros 1970 -1988. **Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2009. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1041-1.pdf>>. p. 2.

REIS, Daniel Aarão (Coord.). **Modernização, Ditadura e Democracia: 1964 - 2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. 296 p. (História do Brasil Nação: 1808 - 2010; 5).

RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2003.

RIBEIRO, Ricardo. A Teoria da Modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. **Perspectivas**, São Paulo, 30: 151-175, 2006.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes e TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 39-50.

RUSSELL, Thaddeus. Whores and the origins of women's liberation. In: _____. **A Renegade History of the United States**. New York, NY: Free Press, 2010.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla (Org). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 309-328.

SANTANA, Joelma. **Difusão da pílula anticoncepcional no Brasil, 1962-1972: a mídia e os livros didáticos**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), Programa de História da Ciência. São Paulo, 2015.

SANTOS, Marcelo. A política externa dos EUA para a América Latina: da Doutrina Monroe à diplomacia total. In: _____. **O poder norte-americano e a América Latina no pós-Guerra Fria**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007, p. 19-48.

SCHWEBEL, Dominique Fougeyrollas. Movimentos feministas. In: HIRATA, Helena et al (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 144-149.

SCHOULTZ, Lars. **Estados Unidos, poder e submissão**. Uma História da política norte-americana em relação a América Latina. Bauru: Edusc, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 63-95.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 16, n. 2, p. 15-22, 1990.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

SOLINGER, Rickie. **Pregnancy and power**: a short History of reproductive politics in America. New York: New York University, 2005.

SOUZA, Cecilia de Mello. Dos estudos populacionais à saúde reprodutiva. BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (orgs.) **Os 40 anos da Fundação Ford no Brasil**: Uma Parceria para a Mudança Social. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Ford, 2002. P. 131-166.

SILVA, Graciella Fabrício. **“O que fazer com Castro?”**: Time, Life e a Revolução Cubana (1959-1962). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

SILVA, Sônia Maria de Meneses. **A operação midiográfica**: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de comunicação – a Folha de São Paulo e o Golpe de 1964. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2011.

TAFFET, Jeffrey. **Foreign Aid as Foreign Policy**. The Alliance for Progress in Latin America. New York, NY: Routledge, 2007.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder**: a família no mundo (1900-200). SP: Contexto, 2006.

TOTA, Antônio Pedro. Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra fria. **Perspectivas**, v. 27, p. 111-122, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Espaços, tempos e disciplinas: as crianças ainda devem ir à escola In: _____. **Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VEIGA, Alfredo Cesar. **Teologia da Libertação**: Nascimento, expansão, recuo e sobrevivência da imagem do excluído dos anos 1970 à época atual. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2009.

VESENTINI, Carlos Alberto; DECCA, Edgar S. de. A revolução do vencedor. In: **Ciência e Cultura**, v. 29, p. 25-32, 1977.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Por uma história da cultura escrita**: observações e reflexões. Cadernos do Projeto Museológico sobre Educação e Infância. Portugal: Escola Superior de Santarém, 2001, n. 77.

VIZENTINI, Paulo F. **Relações internacionais e desenvolvimento**: o nacionalismo e a política externa independente, 1951- 1964. Petropolis: Vozes, 1995.

WEINSTEIN, Barbara. **Repensando a história das relações Estados Unidos – América Latina**: de dominação política a circulação cultural? Textura, Canoas, n. 9, abr./ out. 2003.

ANEXOS

1. Carta Encíclica *Populorum Progressio*

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html>. Último acesso em: 04/01/2019.

CARTA ENCÍCLICA
POPULORUM PROGRESSIO
DE SUA SANTIDADE
PAPA PAULO VI
AOS BISPOS, SACERDOTES,
RELIGIOSOS, FIÉIS
E A TODOS OS HOMENS
DE BOA VONTADE
SOBRE O DESENVOLVIMENTO
DOS POVOS

INTRODUÇÃO

A QUESTÃO SOCIAL ABRANGE AGORA O MUNDO INTEIRO

Desenvolvimento dos povos

1. O desenvolvimento dos povos, especialmente daqueles que se esforçam por afastar a fome, a miséria, as doenças endêmicas, a ignorância; que procuram uma participação mais ampla nos frutos da civilização, uma valorização mais ativa das suas qualidades humanas; que se orientam com decisão para o seu pleno desenvolvimento, é seguido com atenção pela Igreja. Depois do Concílio Ecumênico Vaticano II, uma renovada conscientização das exigências da mensagem evangélica traz à Igreja a obrigação de se pôr ao serviço dos homens, para os ajudar a aprofundarem todas as dimensões de tão grave problema e para os convencer da urgência de uma ação solidária neste virar decisivo da história da humanidade.

Doutrina social dos papas

2. Nas grandes encíclicas *Rerum Novarum* [1] de Leão XIII, *Quadragesimo Anno* [2] de Pio XI, *Mater et Magistra* [3] e *Pacem in Terris* [4] de João XXIII – não falando das mensagens de Pio XII [5] ao mundo – os nossos predecessores não deixaram de cumprir o dever que lhes incumbia de projetar nas questões sociais do seu tempo a luz do Evangelho.

Fenômeno importante

3. Hoje, o fenômeno importante, de que deve cada um tomar consciência, é o fato da universalidade da questão social. João XXIII afirmou-o claramente [6] e o Concílio fez-lhe eco com a Constituição pastoral sobre a *Igreja no mundo contemporâneo*. [7] Este ensinamento é grave e a sua aplicação urgente. Os povos da fome dirigem-se hoje, de modo dramático, aos

povos da opulência. A Igreja estremece perante este grito de angústia e convida a cada um a responder com amor ao apelo do seu irmão.

As nossas viagens

4. Antes da nossa elevação ao sumo Pontificado, duas viagens, uma à América Latina (1960) outra à África (1962), puseram-nos em contato imediato com os lancinantes problemas que oprimem continentes tão cheios de vida e de esperança. Revestido da paternidade universal, por ocasião de novas viagens à Terra Santa e à Índia, pudemos ver com os nossos próprios olhos e como que tocar com as nossas próprias mãos as gravíssimas dificuldades que assaltam povos de civilização antiga lutando com o problema do desenvolvimento. Enquanto decorria em Roma o Concílio Ecumênico Vaticano II, circunstâncias providenciais levaram-nos a dirigirmos à Assembléia geral das Nações Unidas: fizemo-nos, diante deste vasto areópago, o advogado dos povos pobres.

Justiça e paz

5. E, ultimamente, no desejo de responder ao voto do Concílio e de concretizar a contribuição da Santa Sé para esta grande causa dos povos em via de desenvolvimento, julgamos ser nosso dever criar entre os organismos centrais da Igreja, uma Comissão pontifícia encarregada de "suscitar em todo o povo de Deus o pleno conhecimento da missão que os tempos atuais reclamam dele, de maneira a promover o progresso dos povos mais pobres, a favorecer a justiça social entre as nações, a oferecer às que estão menos desenvolvidas um auxílio, de maneira que possam prover, por si próprias e para si próprias, ao seu progresso"; [8] *Justiça e paz* é o seu nome e o seu programa. Pensamos que este mesmo programa pode e deve unir, com os nossos filhos católicos e irmãos cristãos, os homens de boa vontade. Por isso é a todos que hoje dirigimos este apelo solene a uma ação organizada para o desenvolvimento integral do homem e para o desenvolvimento solidário da humanidade.

PRIMEIRA PARTE

PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO HOMEM

1. DADOS DO PROBLEMA

Aspirações dos homens

6. Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofendam a sua dignidade de homens; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais: tal é a aspiração dos homens de hoje, quando um grande número dentre eles está condenado a viver em condições que tornam ilusório este legítimo desejo. Por outro lado, os povos que ainda há pouco tempo conseguiram a independência nacional, sentem a necessidade de acrescentar a esta liberdade política um crescimento autônomo e digno, tanto social como econômico, a fim de garantirem aos cidadãos o seu pleno desenvolvimento humano e de ocuparem o lugar que lhes pertence no concerto das nações.

Colonização e colonialismo

7. Diante da amplitude e urgência da obra a realizar, os meios herdados do passado, apesar de insuficientes, não deixam contudo de ser necessários. Sem dúvida, deve reconhecer-se que as potências colonizadoras se deixaram levar muitas vezes pelo próprio interesse, pelo poder ou pela glória, e a sua partida deixou, em alguns casos, uma situação econômica vulnerável, apenas ligada, por exemplo, ao rendimento da monocultura sujeita a variações de preço bruscas e consideráveis. Reconhecendo, embora, os defeitos de certo colonialismo e das suas conseqüências, não podemos deixar, todavia, de render homenagens às qualidades e às realizações dos colonizadores que levaram a ciência e a técnica a tantas regiões deserdadas e nelas deixaram frutos felizes da sua presença. Por muito incompletas que sejam, permanecem as estruturas que fizeram recuar a ignorância e a doença, estabeleceram comunicações benéficas, e melhoraram as condições de existência.

Desequilíbrio crescente

8. Dito e reconhecido isto, não resta dúvida alguma de que o equipamento existente está longe de bastar para se opor à dura realidade da economia moderna. Entregue a si mesmo, o seu mecanismo arrasta o mundo, mais para a agravação do que para a atenuação da disparidade dos níveis de vida: os povos ricos gozam de um crescimento rápido, enquanto os pobres se desenvolvem lentamente. O desequilíbrio aumenta: alguns produzem em excesso gêneros alimentícios, que faltam cruelmente a outros, vendo estes últimos tornarem-se incertas as suas exportações.

Tomada de consciência cada vez maior

9. Ao mesmo tempo, os conflitos sociais propagaram-se em dimensões mundiais. A violenta inquietação que se apoderou das classes pobres, nos países em via de industrialização, atinge agora aqueles cuja economia é quase exclusivamente agrária: também os camponeses tomam consciência da sua imerecida miséria. [9] Junta-se a isto o escândalo de desproporções revoltantes, não só na posse dos bens mas ainda no exercício do poder.

Enquanto, em certas regiões, uma oligarquia goza de civilização requintada, o resto da população, pobre e dispersa, é "privada de quase toda a possibilidade de iniciativa pessoal e de responsabilidade, e muitas vezes colocada, até, em condições de vida e de trabalho indignas da pessoa humana".[10]

Choque de civilizações

10. Além disso, o choque entre as civilizações tradicionais e as novidades da civilização industrial, quebra as estruturas que não se adaptam às novas condições. O seu quadro, por vezes rígido, era o apoio indispensável da vida pessoal e familiar, e os mais velhos fixam-se nele, enquanto os jovens fogem dele, como de um obstáculo inútil, voltando-se avidamente para novas formas de vida social. O conflito das gerações agrava-se assim com um trágico dilema: ou guardar instituições e crenças atávicas, mas renunciar ao progresso, ou abrir-se às técnicas e civilizações vindas de fora, mas rejeitar, com as tradições do passado, toda a sua riqueza humana. Com efeito, demasiadas vezes cedem os suportes morais, espirituais e religiosos do passado, sem deixarem por isso garantida a inserção no mundo novo.

Conclusão

11. Nesta confusão, torna-se mais violenta a tentação, que talvez leve a messianismos fascinantes, mas construtores de ilusões. Quem não vê os perigos, que daí resultam, de reações populares violentas, de agitações revolucionárias, e de um resvalar para ideologias totalitárias? Tais são os dados do problema, cuja gravidade a ninguém passa despercebida.

2. A IGREJA E O DESENVOLVIMENTO

A obra dos missionários

12. Fiel ao ensino e exemplo do seu divino Fundador, que dava como sinal da sua missão o anúncio da Boa Nova aos pobres,[11] a Igreja nunca descurou a promoção humana dos povos aos quais levava a fé em Cristo. Os seus missionários construíram, não só igrejas, mas também asilos e hospitais, escolas e universidades. Ensinando aos nativos a maneira de tirar melhor partido dos seus recursos naturais, protegeram-nos, com freqüência, da cobiça dos estrangeiros. Sem dúvida que a sua obra, pelo que tinha de humano, não foi perfeita e alguns misturaram por vezes a maneira de pensar e de viver do seu país de origem, com a pregação da autêntica mensagem evangélica. Mas também souberam cultivar e promover as instituições locais. Em muitas regiões foram contados entre os pioneiros do progresso material e do desenvolvimento cultural. Basta lembrar o exemplo do padre Charles de Foucauld, que foi considerado digno de ser chamado, pela sua caridade, "Irmão universal", e redigiu um precioso dicionário da língua tuaregue. Sentimo-nos na obrigação de prestar homenagem a estes precursores, tantas vezes ignorados, a quem a caridade de Cristo impelia, assim como aos seus êmulos e sucessores, que ainda hoje continuam a servir generosa e desinteressadamente aqueles que evangelizam.

Igreja e mundo

13. Mas as iniciativas locais e individuais já não bastam. A situação atual do mundo exige uma ação de conjunto a partir de uma visão clara de todos os aspectos econômicos, sociais, culturais e espirituais. Conhecedora da humanidade, a Igreja, sem pretender de modo algum imiscuir-se na política dos Estados, "tem apenas um fim em vista: continuar, sob o impulso do Espírito consolador, a obra própria de Cristo, vindo ao mundo para dar testemunho da verdade, para salvar, não para condenar, para servir, não para ser servido".[12] Fundada para estabelecer já neste mundo o reino do céu e não para conquistar um poder terrestre, a Igreja afirma claramente que os dois domínios são distintos, como são soberanos os dois poderes, eclesiástico e civil, cada um na sua ordem. [13] Porém, vivendo na história, deve "estar atenta aos sinais dos tempos e interpretá-los à luz do Evangelho".[14] Comungando nas melhores aspirações dos homens e sofrendo de os ver insatisfeitos, deseja ajudá-los a alcançar o pleno desenvolvimento e, por isso, propõe-lhes o que possui como próprio: uma visão global do homem e da humanidade.

Visão cristã do desenvolvimento

14. O desenvolvimento não se reduz a um simples crescimento econômico. Para ser autêntico, deve ser integral, quer dizer, promover todos os homens e o homem todo, como justa e vincadamente sublinhou um eminente especialista: "não aceitamos que o econômico se separe do humano; nem o desenvolvimento, das civilizações em que ele se incluiu. O que conta para nós, é o homem, cada homem, cada grupo de homens, até se chegar à humanidade inteira".[15]

Vocação ao crescimento

15. Nos desígnios de Deus, cada homem é chamado a desenvolver-se, porque toda a vida é vocação. E dado a todos, em germe, desde o nascimento, um conjunto de aptidões e de qualidades para as fazer render: desenvolvê-las será fruto da educação recebida do meio ambiente e do esforço pessoal, e permitirá a cada um orientar-se para o destino que lhe propõe o Criador. Dotado de inteligência e de liberdade, é cada um responsável tanto pelo seu crescimento como pela sua salvação. Ajudado, por vezes constrangido, por aqueles que o educam e rodeiam, cada um, sejam quais forem as influências que sobre ele se exerçam, permanece o artífice principal do seu êxito ou do seu fracasso: apenas com o esforço da inteligência e da vontade, pode cada homem crescer em humanidade, valer mais, ser mais.

Dever pessoal...

16. Por outro lado, este crescimento da pessoa humana não é facultativo. Como toda a criação está ordenada em relação ao Criador, a criatura espiritual é obrigada a orientar espontaneamente a sua vida para Deus, verdade primeira e soberano bem. Assim o crescimento humano constitui como que um resumo dos nossos deveres. Mais ainda, esta harmonia, pedida pela natureza e enriquecida pelo esforço pessoal e responsável, é chamada a ultrapassar-se. Pela sua inserção em Cristo vivificante, o homem entra num desenvolvimento novo, num humanismo transcendente que o leva a atingir a sua maior plenitude: tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal.

... e comunitário

17. Mas cada homem é membro da sociedade: pertence à humanidade inteira. Não é apenas tal ou tal homem; são todos os homens, que são chamados a este pleno desenvolvimento. As civilizações nascem, crescem e morrem. Assim como as vagas na enchente da maré avançam sobre a praia, cada uma um pouco mais que a antecedente, assim a humanidade avança no caminho da história. Herdeiros das gerações passadas e beneficiários do trabalho dos nossos contemporâneos, temos obrigações para com todos, e não podemos desinteressar-nos dos que virão depois de nós aumentar o círculo da família humana. A solidariedade universal é para nós não só um fato e um benefício, mas também um dever.

Escala de valores

18. Este crescimento pessoal e comunitário ficaria comprometido se se alterasse a verdadeira escala dos valores. É legítimo o desejo do necessário, e o trabalho para o alcançar é um dever: "se alguém não quer trabalhar, que também não coma".[16] Mas a aquisição dos bens temporais pode levar à cobiça, ao desejo de ter sempre mais e à tentação de aumentar o

poder. A avareza pessoal, familiar e nacional, pode afetar tanto os mais desprovidos como os mais ricos e suscitar em uns e outros um materialismo que sufoca o espírito.

Crescimento ambivalente

19. Tanto para os povos como para as pessoas, possuir mais não é o fim último. Qualquer crescimento é ambivalente. Embora necessário para permitir ao homem ser mais homem, torna-o contudo prisioneiro no momento em que se transforma no bem supremo que impede de ver mais além. Então os corações se endurecem e os espíritos fecham-se, os homens já não se reúnem pela amizade mas pelo interesse, que bem depressa os opõe e os desune. A busca exclusiva do ter, forma então um obstáculo ao crescimento do ser e opõe-se à sua verdadeira grandeza: tanto para as nações como para as pessoas, a avareza é a forma mais evidente do subdesenvolvimento moral.

Para uma condição mais humana

20. Se a procura do desenvolvimento pede um número cada vez maior de técnicos, exige cada vez mais sábios, capazes de reflexão profunda, em busca de humanismo novo, que permita ao homem moderno o encontro de si mesmo, assumindo os valores superiores do amor, da amizade, da oração e da contemplação. [17] Assim poderá realizar-se em plenitude o verdadeiro desenvolvimento, que é, para todos e para cada um, a passagem de condições menos humanas a condições mais humanas.

O ideal a realizar

21. Deve-se dizer que vivem em condições menos humanas, primeiramente os que são privados do mínimo vital pelas carências materiais ou que por carências morais são mutilados pelo egoísmo. E depois os que são oprimidos por estruturas opressivas, quer provenham dos abusos da posse ou do poder, da exploração dos trabalhadores ou da injustiça das transações. Mais humanas: a passagem da miséria à posse do necessário, a vitória sobre os flagelos sociais, o alargamento dos conhecimentos, a aquisição da cultura. São condições mais humanas também: a consideração crescente da dignidade dos outros, a orientação para o espírito de pobreza, [18] a cooperação no bem comum, a vontade da paz; o reconhecimento, pelo homem, dos valores supremos, e de Deus que é a origem e o termo deles. E finalmente e sobretudo, a fé, dom de Deus acolhido pela boa vontade do homem, e a unidade na caridade de Cristo que nos chama a todos a participar como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens.

3. AÇÃO A EMPREENDER

O DESTINO UNIVERSAL DOS BENS

22. "Enchei a terra e dominai-a"[19]: logo desde a primeira página, a Bíblia ensina-nos que toda a criação é para o homem, com a condição de ele aplicar o seu esforço inteligente em valorizá-la e, pelo seu trabalho, por assim dizer, completá-la em seu serviço. Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo o homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O recente Concílio

lembrou-o: "Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade".[20] Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização; e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira.

A propriedade

23. "Se alguém, gozando dos bens deste mundo, vir o seu irmão em necessidade e lhe fechar as entranhas, como permanece nele a caridade de Deus?".[21] Sabe-se com que insistência os Padres da Igreja determinaram qual deve ser a atitude daqueles que possuem em relação aos que estão em necessidade: "não dás da tua fortuna, assim afirma santo Ambrósio, ao seres generoso para com o pobre, tu dás daquilo que lhe pertence. Porque aquilo que te atribuis a ti, foi dado em comum para uso de todos. A terra foi dada a todos e não apenas aos ricos".[22] Quer dizer que a propriedade privada não constitui para ninguém um direito incondicional e absoluto. Ninguém tem direito de reservar para seu uso exclusivo aquilo que é supérfluo, quando a outros falta o necessário. Numa palavra, "o direito de propriedade nunca deve exercer-se em detrimento do bem comum, segundo a doutrina tradicional dos Padres da Igreja e dos grandes teólogos". Surgindo algum conflito "entre os direitos privados e adquiridos e as exigências comunitárias primordiais", é ao poder público que pertence "resolvê-lo, com a participação ativa das pessoas e dos grupos sociais".[23]

O uso dos rendimentos

24. O bem comum exige por vezes a expropriação, se certos domínios formam obstáculos à prosperidade coletiva, pelo fato da sua extensão, da sua exploração fraca ou nula, da miséria que daí resulta para as populações, do prejuízo considerável causado aos interesses do país. Afirmando-o com clareza, [24] o Concílio também lembrou, não menos claramente, que o rendimento disponível não está entregue ao livre capricho dos homens, e que as especulações egoístas devem ser banidas. Assim, não é admissível que cidadãos com grandes rendimentos, provenientes da atividade e dos recursos nacionais, transfiram uma parte considerável para o estrangeiro, com proveito apenas pessoal, sem se importarem do mal evidente que com isso causam à pátria.[25]

INDUSTRIALIZAÇÃO

25. Necessária ao rendimento econômico e ao progresso humano, a introdução da indústria é ao mesmo tempo, sinal e fator de desenvolvimento. Por meio de uma aplicação tenaz da inteligência e do trabalho, o homem consegue arrancar, pouco a pouco, os segredos à natureza e usar melhor das suas riquezas. Ao mesmo tempo que disciplina os hábitos, desenvolve em si o gosto da investigação e da invenção, o acolhimento do risco prudente, a audácia nas empresas, a iniciativa generosa e o sentido da responsabilidade.

Capitalismo liberal

26. Infelizmente, sobre estas novas condições da sociedade, construiu-se um sistema que considerava o lucro como motor essencial do progresso econômico, a concorrência como lei suprema da economia, a propriedade privada dos bens de produção como direito absoluto, sem limite nem obrigações sociais correspondentes. Este liberalismo sem freio conduziu à ditadura denunciada com razão por Pio XI, como geradora do "imperialismo internacional do dinheiro".[26] Nunca será demasiado reprovar tais abusos, lembrando mais uma vez, solenemente, que a economia está ao serviço do homem.[27] Mas, se é verdade que um certo capitalismo foi a fonte de tantos sofrimentos, injustiças e lutas fratricidas com efeitos ainda duráveis, é contudo sem motivo que se atribuem à industrialização males que são devidos ao nefasto sistema que a acompanhava. Pelo contrário, é necessário reconhecer com toda a justiça o contributo insubstituível da organização do trabalho e do progresso industrial na obra do desenvolvimento.

O trabalho

27. De igual modo, se por vezes reina uma mística exagerada do trabalho, não resta dúvida de que este é querido e abençoado por Deus. Criado à sua imagem "o homem deve cooperar com o Criador no aperfeiçoamento da criação e imprimir, por sua vez, na terra, o cunho espiritual que ele próprio recebeu".[28] Deus, que dotou o homem de inteligência, de imaginação e de sensibilidade, deu-lhe assim o meio para completar, de certo modo, a sua obra: ou seja artista ou artífice, empreendedor, operário ou camponês, todo o trabalhador é um criador. Debruçado sobre uma matéria que lhe resiste, o trabalhador imprime-lhe o seu cunho, enquanto para si adquire tenacidade, engenho e espírito de invenção. Mais ainda, vivido em comum, na esperança, no sofrimento, na aspiração e na alegria partilhada, o trabalho une as vontades, aproxima os espíritos e solda os corações: realizando-o, os homens descobrem que são irmãos.[29]

A sua ambivalência

28. Ambivalente, sem dúvida, pois promete dinheiro, gozo e poder, convidando uns ao egoísmo e outros à revolta, o trabalho também desenvolve a consciência profissional, o sentido do dever e a caridade para com o próximo. Mais científico e melhor organizado, corre o perigo de desumanizar o seu executor, tornando-o escravo, pois o trabalho só é humano na medida em que permanecer inteligente e livre. João XXIII lembrou a urgência de restituir ao trabalhador a sua dignidade, fazendo-o participar realmente na obra comum: "deve-se tender a que a empresa se transforme numa comunidade de pessoas, nas relações, funções e situações de todo o seu pessoal".[30] O trabalho dos homens e, com maior razão o dos cristãos, tem ainda a missão de colaborar na criação do mundo sobrenatural,[31] inacabado até chegarmos todos a construir esse Homem perfeito de que fala São Paulo, "que realiza a plenitude de Cristo".[32]

Urgência da obra a realizar

29. Urge começar: são muitos os homens que sofrem, e aumenta a distância que separa o progresso de uns da estagnação e, até mesmo, do retrocesso de outros. No entanto, é preciso que a obra a realizar progrida harmoniosamente, sob pena de destruir equilíbrios

indispensáveis. Uma reforma agrária improvisada pode falhar o seu objetivo. Uma industrialização precipitada pode desmoronar estruturas ainda necessárias, criar misérias sociais que seriam um retrocesso humano.

Tentação da violência

30. Certamente há situações, cuja injustiça brada aos céus. Quando populações inteiras, desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda a iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de formação cultural e de acesso à carreira social e política, é grande a tentação de repelir pela violência tais injúrias à dignidade humana.

Revolução

31. Não obstante, sabe-se que a insurreição revolucionária – salvo casos de tirania evidente e prolongada que ofendesse gravemente os direitos fundamentais da pessoa humana e prejudicasse o bem comum do país – gera novas injustiças, introduz novos desequilíbrios, provoca novas ruínas. Nunca se pode combater um mal real à custa de uma desgraça maior.

Reforma

32. Desejaríamos ser bem compreendidos: a situação atual deve ser enfrentada corajosamente, assim como devem ser combatidas e vencidas as injustiças que ela comporta. O desenvolvimento exige transformações audaciosas, profundamente inovadoras. Devem empreender-se, sem demora, reformas urgentes. Contribuir para elas com a sua parte, compete a cada pessoa, sobretudo àquelas que, por educação, situação e poder, têm grandes possibilidades de influxo. Dando exemplo, tirem dos seus próprios bens, como fizeram alguns dos nossos irmãos no episcopado.[33] Responderão, assim, à expectativa dos homens e serão fiéis ao Espírito de Deus, porque foi "o fermento evangélico que suscitou e suscita no coração do homem uma exigência incoercível de dignidade.[34]

Programas e planificação

33. Só a iniciativa individual e o simples jogo da concorrência não bastam para assegurar o êxito do desenvolvimento. Não é lícito aumentar a riqueza dos ricos e o poder dos fortes, confirmando a miséria dos pobres e tornando maior a escravidão dos oprimidos. São necessários programas para "encorajar, estimular, coordenar, suprir e integrar"[35] a ação dos indivíduos e dos organismos intermediários. Pertence aos poderes públicos escolher e, mesmo impor, os objetivos a atingir, os fins a alcançar e os meios para os conseguir e é a eles que compete estimular todas as forças conjugadas nesta ação comum. Tenham porém cuidado de associar a esta obra as iniciativas privadas e os organismos intermediários. Assim, evitarão o perigo de uma coletivização integral ou de uma planificação arbitrária que, privando os homens da liberdade, poriam de parte o exercício dos direitos fundamentais da pessoa humana.

A serviço do homem

34. Porque, qualquer programa feito para aumentar a produção não tem, afinal, razão de ser senão colocado ao serviço da pessoa. Deve reduzir desigualdades, combater discriminações, libertar o homem da servidão, torná-lo capaz de, por si próprio, ser o agente responsável do seu bem-estar material, progresso moral e desenvolvimento espiritual. Dizer desenvolvimento,

é com efeito preocupar-se tanto com o progresso social como com o crescimento econômico. Não basta aumentar a riqueza comum, para que ela seja repartida eqüitativamente. Não basta promover a técnica, para que a terra possa ser habitada de maneira mais humana. Nos erros dos predecessores reconheçam, os povos que se encontram em fase de desenvolvimento, um aviso dos perigos que hão de evitar neste domínio. A tecnocracia de amanhã pode gerar ainda piores males que o liberalismo de ontem. Economia e técnica não têm sentido, senão em função do homem, ao qual devem servir. E o homem só é verdadeiramente homem, na medida em que, senhor das suas ações e juiz do valor destas, é autor do seu progresso, em conformidade com a natureza que lhe deu o Criador, cujas possibilidades e exigências ele aceita livremente.

Alfabetização

35. Pode mesmo afirmar-se que o crescimento econômico depende, em primeiro lugar do progresso social que ela pode suscitar, e que a educação de base é o primeiro objetivo dum plano de desenvolvimento. A fome de instrução não é menos deprimente que a fome de alimentos: um analfabeto é um espírito subalimentado. Saber ler e escrever, adquirir uma formação profissional, é ganhar confiança em si mesmo e descobrir que pode avançar junto com os outros. Como dizíamos na nossa mensagem ao Congresso da UNESCO, em Teerã no ano de 1965, a alfabetização é para o homem "fator primordial de integração social e de enriquecimento da pessoa e, para a sociedade, instrumento privilegiado de progresso econômico e desenvolvimento".[36] Por isso nos alegramos do trabalho realizado neste domínio pelas iniciativas privadas, pelos poderes públicos e organizações internacionais: são os primeiros obreiros do desenvolvimento, porque tornam o homem apto a empreendê-lo.

Família

36. Mas o homem só é homem quando integrado no seu meio social, onde a família desempenha papel de primeira ordem. Este foi por vezes excessivo, em certas épocas e regiões, quando exercido à custa de liberdades fundamentais da pessoa. Os antigos quadros sociais dos países em via de desenvolvimento, muitas vezes demasiado rígidos e mal organizados, são ainda necessários por algum tempo, embora devam ir diminuindo o que têm de influência exagerada. Porém, a família natural, monogâmica e estável, tal como o desígnio de Deus a concebeu [37] e o cristianismo a santificou, deve continuar a ser esse "lugar de encontro de várias gerações que reciprocamente se ajudam a alcançar uma sabedoria mais plena e a conciliar os direitos pessoais com as outras exigências da vida social".[38]

Demografia

37. É bem verdade que um crescimento demográfico acelerado vem, com demasiada freqüência, trazer novas dificuldades ao problema do desenvolvimento: o volume da população aumenta muito mais rapidamente que os recursos disponíveis, e cria-se uma situação que parece não ter saída. Surge, por isso, a grande tentação de refrear o crescimento demográfico por meios radicais. É certo que os poderes públicos, nos limites da sua competência, podem intervir, promovendo uma informação apropriada, e tomando medidas aptas, contanto que

sejam conformes às exigências da lei moral e respeitem a justa liberdade dos cônjuges. Sem direito inalienável ao matrimônio e à procriação, não existe dignidade humana. Em última análise, é aos pais que compete determinar, com pleno conhecimento de causa, o número de filhos, assumindo a responsabilidade perante Deus, perante eles próprios, perante os filhos que já nasceram e perante a comunidade a que pertencem, de acordo com as exigências da sua consciência, formada segundo a lei de Deus autenticamente interpretada e sustentada pela confiança nele.[39]

Organizações profissionais

38. Na obra do desenvolvimento, o homem, que na família encontra o seu modo de vida primordial, é muitas vezes ajudado por organizações profissionais. Se a razão de ser destas organizações é promover os interesses dos seus membros, torna-se grande a sua responsabilidade perante a tarefa educativa que elas podem e devem realizar. Através das informações dadas e da formação que propõem, têm o poder de transmitir a todos o sentido do bem comum e das obrigações que ele impõe a cada homem.

Pluralismo legítimo

39. Toda a ação social implica uma doutrina, mas o cristão não pode admitir a que implique uma filosofia materialista e atéia que não respeite a orientação religiosa da vida para o seu último fim, nem a liberdade e a dignidade humana. Mas, garantidos estes valores, é admissível e, até certo ponto útil, um pluralismo de organizações profissionais e sindicais, contanto que ele proteja a liberdade e provoque a emulação. E com toda a nossa alma que prestamos homenagem a quem quer que, por este meio, trabalha servindo desinteressadamente os seus irmãos.

Promoção cultural

40. Além de organizações profissionais, funcionam também instituições culturais, cujo papel não é de menos valor para o bom êxito do desenvolvimento. "O futuro do mundo está ameaçado, afirma gravemente o Concílio, se na nossa época não surgirem homens dotados de sabedoria". E acrescenta: "numerosos países, pobres em bens materiais, mas ricos em sabedoria, podem trazer aos outros inapreciável contribuição".[40] Rico ou pobre, cada país possui uma civilização recebida dos antepassados: instituições exigidas para a vida terrestre e manifestações superiores – artísticas, intelectuais e religiosas – da vida do espírito. Quando estas últimas possuem verdadeiros valores humanos, grande erro é sacrificá-los àquelas. Um povo que nisso consentisse perderia o melhor de si mesmo, sacrificaria, julgando encontrar vida, a razão da sua própria vida. O ensinamento de Cristo vale também para os povos: "De que serve ao homem ganhar o mundo inteiro, se vem a perder a sua alma?"[41]

Tentação materialista

41. Nunca será demais defender os países pobres desta tentação que lhes vem dos povos ricos que apresentam, muitas vezes, não só o exemplo do seu êxito numa civilização técnica e cultural, mas também o modelo de uma atividade, aplicada sobretudo à conquista da prosperidade material. Esta não impede, par si mesma, a atividade do espírito. Pelo contrário,

"o espírito, mais liberto da escravidão das coisas, pode facilmente elevar-se ao culto e contemplação do Criador".[42] No entanto, "a civilização atual, não pelo que tem de essencial, mas pelo fato de estar muito ligada com as realidades terrestres, torna muitas vezes mais difícil o acesso a Deus".[43] Naquilo que lhes é proposto, os povos em via de desenvolvimento devem saber escolher: criticar e eliminar os falsos bens que levariam a uma diminuição do ideal humano, e aceitar os valores verdadeiros e benéficos, para os desenvolver, juntamente com os seus, segundo a própria índole.

PARA UM HUMANISMO TOTAL

Conclusão

42. É necessário promover um humanismo total.[44] Que vem ele a ser senão o desenvolvimento integral do homem todo e de todos os homens? Poderia aparentemente triunfar um humanismo limitado, fechado aos valores do espírito e a Deus, fonte do verdadeiro humanismo. O homem pode organizar a terra sem Deus, mas "sem Deus só a pode organizar contra o homem. Humanismo exclusivo é humanismo desumano".[45] Não há, portanto, verdadeiro humanismo, senão o aberto ao Absoluto, reconhecendo uma vocação que exprime a idéia exata do que é a vida humana. O homem, longe de ser a norma última dos valores, só se pode realizar a si mesmo, ultrapassando-se. Segundo a frase, tão exata de Pascal: "O homem ultrapassa infinitamente o homem".[46]

SEGUNDA PARTE

PARA UM DESENVOLVIMENTO SOLIDÁRIO DA HUMANIDADE

Introdução

43. O desenvolvimento integral do homem não pode realizar-se sem o desenvolvimento solidário da humanidade. Dizíamos em Bombaim: "O homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como alhos de Deus. Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade".[47] Por isso, sugeríamos a busca de meios de organização e de cooperação, concretos e práticos, para pôr em comum os recursos disponíveis e realizar, assim, uma verdadeira comunhão entre todas as nações.

Fraternidade dos povos

44. Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraizam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríptico aspecto: o do dever de solidariedade, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de justiça social, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o do dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema.

1. ASSISTÊNCIA AOS FRACOS

Luta contra a fome

45. "Se um irmão ou uma irmã estiverem nus, diz são Tiago, e precisarem do alimento cotidiano e algum de vós lhes disser: ide em paz, aquecei-vos e saciai-vos, sem lhes dar o que é necessário ao corpo, de que lhes aproveitará?".[48] Hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros, são inumeráveis os homens e as mulheres torturados pela fome, inumeráveis as crianças subalimentadas, a ponto de morrer uma grande parte delas em tenra idade e o crescimento físico e o desenvolvimento mental de muitas outras correrem perigo. E todos sabem que regiões inteiras estão, por este mesmo fato condenadas ao mais triste desânimo.

Hoje

46. Já se fizeram ouvir apelos angustiados. O de João XXIII foi calorosamente atendido [49]. Nós próprio o repetimos na nossa mensagem de Natal, em 1963, [50] e novamente, a favor da Índia, em 1966 [51]. A campanha contra a fome, iniciada pela Organização Internacional da Alimentação e Agricultura (FAO) e estimulada pela Santa Sé, provocou dedicações generosas. A nossa *Caritas Internacional* está por toda a parte em ação e numerosos católicos, sob o impulso dos nossos irmãos no episcopado, dão e dão-se sem medida, para ajudar os que necessitam, alargando progressivamente o âmbito do seu próximo.

Amanhã

47. Mas isto não basta, como não bastam os investimentos realizados, privados ou públicos, as dádivas e empréstimos concedidos. Não se trata apenas de vencer a fome, nem tampouco de afastar a pobreza. O combate contra a miséria, embora urgente e necessário, não é suficiente. Trata-se de construir um mundo em que todos os homens, sem exceção de raça, religião ou nacionalidade, possam viver uma vida plenamente humana, livre de servidões que lhe vêm dos homens e de uma natureza mal domada; um mundo em que a liberdade não seja uma palavra vã e em que o pobre Lázaro possa sentar-se à mesa do rico,[52] Isto exige, da parte deste último, grande generosidade, muitos sacrifícios e esforço contínuo. Compete a cada um examinar a própria consciência, que agora fala com voz nova para a nossa época. Estará o rico pronto a dar do seu dinheiro, para sustentar as obras e missões organizadas em favor dos mais pobres? Estará disposto a pagar mais impostos, para que os poderes públicos intensifiquem os esforços pelo desenvolvimento? A comprar mais caro os produtos importados, para remunerar com maior justiça o produtor? E, se é jovem, a deixar a pátria, sendo necessário, para ir levar ajuda ao crescimento das nações novas?

Dever de solidariedade

48. O dever de solidariedade é o mesmo, tanto para as pessoas como para os povos: "é dever muito grave dos povos desenvolvidos ajudar os que estão em via de desenvolvimento".[53] É necessário pôr em prática este ensinamento do Concílio. Se é normal que uma população seja a primeira a beneficiar dos dons que a Providência lhe concedeu como fruto do seu trabalho, é

também certo que nenhum povo tem o direito de reservar as suas riquezas para seu uso exclusivo. Cada povo deve produzir mais e melhor, para dar aos seus um nível de vida verdadeiramente humano e, ao mesmo tempo, contribuir para o desenvolvimento solidário da humanidade. Perante a indigência crescente dos países subdesenvolvidos, deve considerar-se normal que um país evoluído dedique uma parte da sua produção a socorrer as suas necessidades; é também normal que forme educadores, engenheiros, técnicos e sábios, que ponham a ciência e a competência ao seu serviço.

Supérfluo

49. Repetimos, mais uma vez: o supérfluo dos países ricos deve pôr-se ao serviço dos países pobres. A regra que existia outrora em favor dos mais próximos, deve aplicar-se hoje à totalidade dos necessitados do mundo inteiro. Aliás, serão os ricos os primeiros a beneficiar-se com isto. De outro modo, a sua avareza continuada provocaria os juízos de Deus e a cólera dos pobres, com conseqüências imprevisíveis. Concentradas no seu egoísmo, as civilizações atualmente florescentes lesariam os seus mais altos valores, sacrificando a vontade de ser mais, ao desejo de ter mais. E aplicar-se-ia a parábola do homem rico, cujas propriedades tinham produzido muito e que não sabia onde guardar a colheita: "Deus disse-lhe: néscio, nesta mesma noite virão reclamar a tua alma". [54]

Programas

50. Para atingirem a sua plena eficácia, estes esforços não podem ficar dispersos e isolados e, menos ainda, opostos por razões de prestígio ou de poder: a situação atual exige programas bem organizados. Um programa é, efetivamente, mais e melhor que um auxílio ocasional, deixado à benevolência de cada um. Supõe, como acima dissemos, estudos aprofundados, fixação de objetivos, determinação de meios e conjugação de esforços, para que possa responder às necessidades presentes e às exigências previsíveis. Mais ainda, ultrapassa as perspectivas do crescimento econômico e do progresso social: dá sentido e valor à obra que se pretende realizar. Ordenando o mundo, valoriza o homem.

Fundo mundial

51. É necessário ir ainda mais longe. Pedíamos, em Bombaim, a organização de um grande Fundo mundial, sustentado por uma parte da verba das despesas militares, para vir em auxílio dos mais deserdados.[55] O que é válido para a luta imediata contra a miséria vale também no que respeita ao desenvolvimento. Só uma colaboração mundial, de que um fundo comum seria, ao mesmo tempo, símbolo e instrumento, permitiria superar as rivalidades estéreis e estabelecer um diálogo fecundo e pacífico entre todos os povos.

Suas vantagens

52. Podem manter-se, sem dúvida, acordos bilaterais ou multilaterais: estes acordos permitirão substituir as relações de dependência e os ressentimentos vindos de uma era colonial, por boas relações de amizade, mantidas num pé de igualdade jurídica e política. Mas incorporados num programa de colaboração mundial, ficariam isentos de qualquer suspeita. A desconfiança dos beneficiados seria assim atenuada. Temeriam menos certas manifestações a que se chamou

neocolonialismo, dissimulados em auxílio financeiro ou assistência técnica, sob a forma de pressões políticas e domínios econômicos, tendo em vista defender ou conquistar uma hegemonia dominadora.

Sua urgência

53. Por outro lado, quem não vê que um tal fundo facilitaria a reconversão de certos esbanjamentos que são fruto do medo ou do orgulho? Quando tantos povos têm fome, tantos lares vivem na miséria, tantos homens permanecem mergulhados na ignorância, tantas escolas, hospitais e habitações, dignas deste nome, ficam por construir, torna-se um escândalo intolerável qualquer esbanjamento público ou privado, qualquer gasto de ostentação nacional ou pessoal, qualquer recurso exagerado aos armamentos. Sentimo-nos na obrigação de o denunciar. Dignem-se ouvir-nos os responsáveis, antes que se torne demasiado tarde.

Diálogo a estabelecer

54. Quer dizer que é indispensável estabelecer entre todos aquele diálogo, para o qual apelávamos com os nossos votos, na nossa primeira Encíclica *Ecclesiam suam*.^[56] Este mesmo diálogo, entre aqueles que fornecem os meios e os que deles se beneficiam, permitirá avaliar os subsídios, não só quanto à generosidade e disponibilidade de uns, mas também em função dos bens reais e das possibilidades de emprego de outros. Então, os países em via de desenvolvimento já não correrão o risco de ficarem sobrecarregados de dívidas, cuja amortização e juros absorvem o melhor dos seus lucros. Os juros e a duração dos empréstimos podem ser organizados de maneira suportável a uns e a outros, equilibrando os donativos gratuitos, os empréstimos sem juros ou à taxa mínima, com a duração das amortizações. Podem dar-se garantias aos que fornecem os meios financeiros, sobre a maneira como serão empregados, segundo o plano combinado e com uma eficácia razoável, pois não se trata de favorecer preguiçosos e parasitas. E os beneficiados podem exigir que não se intrometam na sua própria política, nem perturbem a sua estrutura social. Como Estados soberanos, competelhes conduzir os seus próprios negócios, determinar a sua política e orientar-se livremente para a sociedade que preferirem. Portanto, é uma colaboração voluntária, uma participação eficaz de uns como os outros, numa idêntica dignidade, que deve estabelecer-se para a construção de um mundo mais humano.

Sua necessidade

55. A tarefa pode parecer impossível nas regiões onde a preocupação da subsistência cotidiana monopoliza toda a existência das famílias, incapazes de conceber um trabalho que seja suscetível de preparar um futuro menos miserável. É, contudo, a estes homens e a estas mulheres, que é necessário ajudar, levar à realização do seu próprio desenvolvimento e a adquirirem progressivamente os meios para o atingir. Certamente, esta obra comum será impossível sem um esforço combinado, constante e corajoso. Fique, no entanto, cada um bem persuadido de que estão em jogo a vida dos povos pobres, a paz civil dos países em via de desenvolvimento, e a paz do mundo.

2. EQÜIDADE NAS RELAÇÕES COMERCIAIS

56. Ainda que fossem consideráveis, seriam ilusórios os esforços feitos para ajudar, no plano financeiro e técnico, os países em via de desenvolvimento, se os resultados fossem parcialmente anulados pelo jogo das relações comerciais entre países ricos e países pobres. A confiança destes últimos ficaria abalada, se tivessem a impressão de que uma das mãos lhes tira o que a outra lhe dá.

Distorção crescente

57. As nações altamente industrializadas exportam sobretudo produtos fabricados, enquanto as economias pouco desenvolvidas vendem apenas produtos agrícolas e matérias primas. Aqueles, graças ao progresso técnico, aumentam rapidamente de valor e encontram um mercado satisfatório. Pelo contrário, os produtos primários provenientes dos países em via de desenvolvimento sofrem grandes e repentinas variações de preços, muito aquém da subida progressiva dos outros. Daqui surgem grandes dificuldades para as nações pouco industrializadas, quando contam com as exportações para equilibrar a sua economia e realizar o seu plano de desenvolvimento. Os povos pobres ficam sempre pobres e os ricos tornam-se cada vez mais ricos.

Para além do liberalismo

58. Quer dizer que a regra da livre troca já não pode, por si mesma, reger as relações internacionais. As suas vantagens são evidentes quando os países se encontram mais ou menos nas mesmas condições de poder econômico: constitui estímulo ao progresso e recompensa do esforço. Por isso os países industrialmente desenvolvidos vêem nela uma lei de justiça. Já o mesmo não acontece quando as condições são demasiado diferentes de país para país: os preços "livremente" estabelecidos no mercado podem levar a conseqüências iníquas. Devemos reconhecer que está em causa o princípio fundamental do liberalismo, como regra de transações comerciais.

Justiça dos contratos ao nível dos povos

59. Continua a valer o ensinamento de Leão XIII, na encíclica *Rerum Novarum*: em condições demasiado diferentes, o consentimento das partes não basta para garantir a justiça do contrato, e a regra do livre consentimento permanece subordinada às exigências do direito natural. [57] O que era verdade do justo salário individual, também o é dos contratos internacionais: uma economia de intercâmbio já não pode apoiar-se sobre a lei única da livre concorrência, que freqüentes vezes leva à ditadura econômica. A liberdade das transações só é eqüitativa quando sujeita às exigências da justiça social.

Medidas a tomar

60. Foi o que já compreenderam os próprios países desenvolvidos, que se esforçam por estabelecer no interior da sua economia, por meios apropriados, um equilíbrio que a concorrência, entregue a si mesma, tende a comprometer. Assim, muitas vezes sustentam a sua agricultura à custa de sacrifícios impostos aos setores econômicos mais favorecidos. E também, para manterem as relações comerciais que se estabelecem entre países e países,

particularmente em regime de mercado comum, adotam políticas financeiras, fiscais e sociais, que se esforçam por restituir às indústrias concorrentes, desigualmente prósperas, possibilidades semelhantes.

Convenções internacionais

61. Mas não se podem usar nisto dois pesos e duas medidas. O que vale para a economia nacional, o que se admite entre países desenvolvidos, vale também para as relações comerciais entre países ricos e países pobres. Sem o abolir, é preciso, ao contrário, manter o mercado de concorrência dentro dos limites que o tornam justo e moral e, portanto, humano. No comércio entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, as situações são demasiado discordantes e as liberdades reais demasiado desproporcionadas. A justiça social exige do comércio internacional, para ser humano e moral, que restabeleça, entre as duas partes, pelo menos certa igualdade de possibilidades. É um objetivo a atingir a longo prazo. Mas, para o alcançar, é preciso, desde já, criar uma igualdade real nas discussões e negociações. Também neste campo se sente a utilidade de convenções internacionais num âmbito suficientemente vasto: estabeleceriam normas gerais, capazes de regular certos preços, garantir certas produções e sustentar certas indústrias nascentes. Não há quem duvide de que tal esforço comum, no sentido de maior justiça nas relações comerciais entre os povos, traria aos países em via de desenvolvimento um auxílio positivo, cujos efeitos seriam não só imediatos, mas também duradouros.

Obstáculos a vencer: nacionalismo

62. Existem ainda outros obstáculos à formação de um mundo mais justo e mais estruturado numa solidariedade universal: queremos falar do nacionalismo e do racismo. Comunidades recentemente elevadas à independência política, é natural que se mostrem ciosas de uma unidade nacional ainda frágil, e se esforcem por protegê-la. É também normal que nações de cultura antiga se sintam orgulhosas do património que lhes legou a história. Mas estes sentimentos legítimos devem ser sublimados pela caridade universal, que engloba todos os membros da família humana. O nacionalismo isola os povos, contrariando o seu verdadeiro bem. E seria particularmente nocivo onde a fraqueza das economias nacionais exige, pelo contrário, um pôr em comum esforços, conhecimentos e meios financeiros, para se realizarem os programas de desenvolvimento e aumentarem os intercâmbios comerciais e culturais.

Racismo

63. O racismo não é apanágio exclusivo das nações jovens, onde ele se dissimula por vezes sob aparências de rivalidades de clãs e de partidos políticos, com notável detrimento da justiça e perigo da paz civil. Durante a era colonial o racismo grassou, com freqüência, entre colonos e indígenas, impedindo o recíproco e fecundo entendimento e provocando, ressentimentos após injustiças reais. E continua ainda a ser obstáculo à colaboração entre nações desfavorecidas, e fermento de divisão e ódio, mesmo dentro dos próprios Estados quando, contrariamente aos direitos imprescritíveis da pessoa humana, indivíduos e famílias se vêem injustamente submetidos a um regime de exceção por motivo de raça ou de cor.

Para um mundo solidário

64. Aflige-nos profundamente tal situação, tão carregada de ameaças para o futuro. No entanto, não perdemos a esperança: sobre as incompreensões e os egoísmos, acabarão por prevalecer uma necessidade mais viva de colaboração e um sentido mais agudo de solidariedade. Esperamos que os países, cujo desenvolvimento é menos avançado, saibam aproveitar-se dos seus vizinhos para organizar uns com os outros, em áreas territoriais mais extensas, zonas de desenvolvimento combinado, estabelecendo programas comuns, coordenando os investimentos, repartindo as possibilidades de produção e organizando os intercâmbios. Esperamos também que as organizações multilaterais e internacionais encontrem, por meio da necessária reorganização, os caminhos que permitam aos povos ainda em via de desenvolvimento, sair das situações difíceis, em que parecem estar embaraçados, e descobrir, na fidelidade ao seu caráter próprio, os meios do progresso social e humano.

Povos artífices do seu destino

65. A isto temos de chegar: a que a solidariedade mundial, cada vez mais eficiente, permita a todos os povos tornarem-se artífices do seu destino. Demasiadas vezes o passado esteve marcado por relações de força entre as nações: virá um dia em que as relações internacionais não de possuir o cunho de respeito mútuo e de amizade, de interdependência na colaboração e de promoção comum sob a responsabilidade de cada indivíduo. Os povos mais novos ou mais fracos reclamam a sua parte ativa na construção de um mundo melhor, mais respeitador dos direitos e da vocação de cada um. É reclamação legítima: a todos compete ouvi-la e satisfazê-la.

3. A CARIDADE UNIVERSAL

66. O mundo está doente. O seu mal reside menos na dilapidação dos recursos ou no seu açambarcamento, por parte de poucos, do que na falta de fraternidade entre os homens e entre os povos.

Dever do acolhimento

67. Não é demasiado insistir sobre o dever do acolhimento – dever de solidariedade humana e de caridade cristã – que incumbe, tanto às famílias como às organizações culturais dos países que recebem. É necessário, sobretudo para os jovens, multiplicar os lares e as casas de acolhimento. Isto, em primeiro lugar, para os defender da solidão, do sentimento de abandono, e da miséria, que inutilizam toda a energia moral; também para os defender da situação malsã em que se encontram forçados a comparar a extrema pobreza da sua pátria com o luxo e desperdício que muitas vezes os rodeiam; mais ainda, para os pôr ao abrigo de doutrinas subversivas e de tentações agressivas, que os assaltam à simples lembrança de tanta "miseria imerecida"; [58] e enfim, sobretudo em vista de, por meio do calor de um acolhimento fraterno, lhes comunicar o exemplo de uma vida sã, a estima da caridade cristã autêntica e eficaz, e o apreço dos bens espirituais.

Drama dos jovens estudantes

68. Confrange pensar que muitos jovens, vindos a países avançados para aprender a ciência, a competência e a cultura, que os hão de tornar mais aptos para servir a sua pátria, adquirem certamente uma formação de alta qualidade mas, com freqüência, perdem ao mesmo tempo a estima dos valores espirituais que, muitas vezes, eram tidos como patrimônio precioso nas civilizações que os viram crescer.

Trabalhadores emigrados

69. Deve-se o mesmo acolhimento aos trabalhadores emigrados que, economizando para aliviar um pouco a família que na sua terra natal ficou na miséria, vivem em condições por vezes desumanas.

Sentido social

70. A nossa segunda recomendação dirige-se àqueles que são trazidos pelos seus negócios a países recentemente abertos à industrialização: industriais, comerciantes, chefes ou representantes de empresas maiores. Se no seu próprio país não se mostram faltos de sentido social, por que hão de regressar aos princípios desumanos do individualismo quando trabalham em países menos desenvolvidos? A posição elevada que têm deve, pelo contrário, estimulá-los a serem iniciadores do progresso social e da promoção humana, precisamente onde se encontram por causa dos seus negócios. Até mesmo o sentido que possuem, de organização, lhes devia sugerir os meios de valorizar o trabalho indígena, de formar operários qualificados, de preparar engenheiros e quadros, de dar lugar à iniciativa destes, de os introduzir progressivamente nos cargos mais elevados, preparando-os assim a participar, num futuro próximo, nas responsabilidades da direção. Que pelo menos as relações entre chefes e súditos sejam sempre baseadas na justiça e regidas por contratos regulares de obrigações recíprocas. Que ninguém, seja qual for a sua situação, se mantenha injustamente entregue às arbitrariedades.

Missão de desenvolvimento

71. Alegremo-nos ao ver aumentar cada vez mais o número de técnicos enviados, em missão de desenvolvimento, quer por instituições internacionais ou bilaterais, quer por organismos privados: "Não procedam como dominadores, mas como auxiliares e cooperadores".^[59] Um povo depressa compreende se, os que vêm em seu auxílio, o fazem com ou sem amizade, para aplicar técnicas, somente, ou para dar ao homem todo o valor que lhe compete. A mensagem que trazem corre o risco de não ser aceita, se não é revestida de amor fraterno.

Qualidades dos peritos

72. À competência técnica necessária é preciso juntar sinais autênticos de amor desinteressado. Livres de qualquer superioridade nacionalista e de qualquer aparência de racismo, os peritos devem aprender a trabalhar em íntima colaboração com todos. A competência não lhes confere superioridade em todos os domínios. A civilização que os formou contém, certamente, elementos de humanismo universal, mas não é única nem exclusiva e não pode ser importada sem adaptação. Os agentes destas missões tomem a peito descobrir não só a história mas

também as características e as riquezas culturais do país que os acolhe. Estabelecer-se-á, deste modo, uma aproximação que fecundará uma e outra civilização.

Diálogo das civilizações

73. Entre as civilizações, como entre as pessoas, o diálogo sincero torna-se criador de fraternidade. A busca do desenvolvimento há de aproximar os povos nas realizações, fruto de esforço comum, se todos, desde os governos e seus representantes até ao mais humilde dos técnicos, estiverem animados de amor fraterno e movidos pelo desejo sincero de construir uma civilização de solidariedade mundial. Então, abrir-se-á um diálogo centrado no homem e não nas mercadorias ou nas técnicas. E será fecundo, na medida em que trazer aos povos, que dele beneficiam, os meios para se educarem e espiritualizarem; na medida em que os técnicos se fizerem educadores; e na medida em que o ensino dado tiver características espirituais e morais tão elevadas, que possa garantir um desenvolvimento, não só econômico mas também humano. Terminada a assistência, permanecerão as relações assim estabelecidas. Quem pode deixar de reconhecer quanto estas hão de contribuir para a paz do mundo?

Apelo aos jovens

74. Muitos jovens já responderam com ardor e prontidão ao apelo de Pio XII, a favor do laicado missionário.[60] Numerosos são também os que espontaneamente se puseram à disposição de organismos, oficiais ou privados, de colaboração com os povos em fase de desenvolvimento. Alegremo-nos por saber que, em algumas nações, o "serviço militar" pode tornar-se, em parte, "serviço social", unicamente "serviço". Abençoamos estas iniciativas e a boa vontade daqueles que a elas respondem. Oxalá todos os que seguem a Cristo, ouçam o seu apelo: "Tive fome e destes-me de comer, tive sede e destes-me de beber, era peregrino e recolhestes-me, estava nu e vestistes-me, enfermo e visitastes-me, prisioneiro e viestes ver-me".[61] Ninguém pode ficar indiferente à sorte dos seus irmãos ainda mergulhados na miséria, atormentados pela ignorância e vítimas da insegurança. Como o coração de Cristo, também o coração do cristão deve compadecer-se desta miséria: "tenho compaixão deste povo". [62]

Oração e ação

75. Ao Onipotente há de elevar-se fervorosa a oração de todos, para que a humanidade, depois de tomar consciência de tão grandes males, se aplique com inteligência e firmeza a exterminá-los. A esta oração deve corresponder, em cada um, o compromisso decidido de se empenhar, segundo as suas possibilidades e forças, na luta contra o subdesenvolvimento. Dêem-se as mãos fraternalmente, as pessoas, os grupos sociais e as nações, o forte ajudando o fraco a crescer, oferecendo-lhe toda a sua competência, entusiasmo e amor desinteressado. Mais do que qualquer outro, aquele que está animado de verdadeira caridade é engenhoso em descobrir as causas da miséria, encontrar os meios de a combater e vencê-la resolutamente. Artífice da paz, "prosseguirá o seu caminho, ateando a alegria, e derramando a luz e a graça no coração dos homens, por toda a terra, fazendo-lhes descobrir, para lá de todas as fronteiras, rostos de irmãos, rostos de amigos".[63]

DESENVOLVIMENTO É O NOVO NOME DA PAZ

Conclusão

76. As excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz. Como dizíamos aos Padres conciliares, no regresso da nossa viagem de paz à ONU, "a condição das populações em fase de desenvolvimento deve ser objeto da nossa consideração, ou melhor, a nossa caridade para com todos os pobres do mundo, e eles são legiões infinitas, deve tornar-se mais atenta, mais ativa e mais generosa".[64] Combater a miséria e lutar contra a injustiça, é promover não só o bem-estar mas também o progresso humano e espiritual de todos e, portanto, o bem comum da humanidade. A paz não se reduz a uma ausência de guerra, fruto do equilíbrio sempre precário das forças. Constrói-se, dia a dia, na busca de uma ordem querida por Deus, que traz consigo uma justiça mais perfeita entre os homens. [65]

Sair do isolamento

77. São os povos os autores e primeiros responsáveis do próprio desenvolvimento. Mas não o poderão realizar isolados. Fases deste caminho do desenvolvimento que leva à paz, são os acordos regionais entre os povos fracos a fim de se apoiarem mutuamente, as relações mais amplas para se entre-ajudarem e as convenções mais audazes, entre uns e outros, para estabelecerem programas comuns.

A caminho duma autoridade mundial eficaz

78. Esta colaboração internacional, estendida a todos, requer instituições que a preparem, coordenem e rejam, até se construir uma ordem jurídica universalmente reconhecida. De todo o coração, encorajamos nós as organizações que tomaram a peito esta colaboração no desenvolvimento e desejamos que a sua autoridade progrida. "A vossa vocação, dizíamos nós aos representantes das Nações-Unidas, em Nova Iorque, é a de levardes a fraternizar, não alguns só mas todos os povos (...). Quem não vê a necessidade de se chegar assim, progressivamente, ao estabelecimento de uma autoridade mundial, em condições de agir eficazmente no plano jurídico e político?". [66]

Esperança fundada num mundo melhor

79. Alguns julgarão utópicas tais esperanças. Pode ser que, no seu realismo, se enganem e não se tenham apercebido do dinamismo de um mundo que quer viver mais fraternalmente e que, apesar das suas ignorâncias e dos seus erros, e até dos seus pecados, das suas recaídas na barbárie e das longas divagações fora do caminho da salvação, se vai aproximando lentamente, mesmo sem dar por isso, do seu Criador. Este caminho para mais humanidade pede esforço e sacrifício: mas o próprio sofrimento, aceito por amor dos nossos irmãos, é portador de progresso para toda a família humana. Os cristãos sabem que a união ao sacrifício do Salvador contribui para a educação do Corpo de Cristo na sua plenitude: o povo de Deus reunidos[67]

Todos solidários

80. Neste caminhar, todos somos solidários. A todos, quisemos nós lembrar a amplitude do drama e a urgência da obra que se pretende realizar. Soou a hora da ação: estão em jogo a

sobrevivência de tantas crianças inocentes, o acesso a uma condição humana de tantas famílias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e todos os povos assumam suas responsabilidades.

APELO FINAL

Católicos

81. Exortamos primeiramente todos os nossos filhos. Nos países em via de desenvolvimento, assim como em todos os outros, os leigos devem assumir como tarefa própria a renovação da ordem temporal. Se o papel da hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que se hão de seguir neste domínio, pertence aos leigos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida. São necessárias modificações e são indispensáveis reformas profundas: devem eles esforçar-se decididamente por insuflar nestas o espírito evangélico. Aos nossos filhos católicos que pertencem aos países mais favorecidos, pedimos o contributo da sua competência e da sua participação ativa nas organizações oficiais ou privadas, civis ou religiosas, empenhadas em vencer as dificuldades das nações em fase de desenvolvimento. Hão de ter, sem dúvida, muito a peito o ser contados entre os primeiros de quantos trabalham por estabelecer, na realidade dos fatos, uma moral internacional de justiça e de equidade.

Cristãos e crentes

82. Não duvidamos de que todos os cristãos, irmãos nossos, hão de querer aumentar o seu esforço comum e organizado, com o fim de ajudarem o mundo a triunfar do egoísmo, do orgulho e das rivalidades, a ultrapassar as ambições e injustiças, a permitir a todos o acesso a uma vida mais humana, onde cada um seja amado e ajudado como próximo, como irmão. E, comovido ainda pelo nosso inesquecível encontro, em Bombaim, com os nossos irmãos não-cristãos, de novo os convidamos a trabalharem, de todo o coração e com toda a sua inteligência, para que todos os filhos dos homens possam levar uma vida digna de filhos de Deus.

Homens de boa vontade

83. Finalmente, voltamo-nos para todos os homens de boa vontade, conscientes de que o caminho da paz passa pelo desenvolvimento. Delegados às instituições internacionais, homens de Estados, publicistas, educadores, todos, cada um no seu campo sois os construtores de um mundo novo. Suplicamos a Deus todo-poderoso que esclareça a vossa inteligência e fortifique a vossa coragem para despertardes a opinião pública e conduzirdes os povos. Educadores, compete a vós estimular, desde a infância, o amor para com os povos que vivem na miséria. Publicistas, a vós pertence pôr diante dos nossos olhos os esforços realizados, no sentido da ajuda mútua entre os povos, assim como o espetáculo das misérias que os homens tendem a esquecer para tranquilizar a consciência: que ao menos os ricos saibam que os pobres estão à sua porta e esperam os sobejos dos festins.

Homens de Estado

84. Homens de Estado, incumbe-vos mobilizar as vossas comunidades para uma solidariedade mundial mais eficaz e, sobretudo, levá-las a aceitar os impostos necessários sobre o luxo e o supérfluo, a fim de promoverem o desenvolvimento e salvarem a paz. Delegados às organizações internacionais, de vós depende que perigosas e estéreis oposições de forças dêem lugar à colaboração amigável, pacífica e desinteressada, a favor de um desenvolvimento solidário da humanidade, onde todos os homens possam realizar-se.

Sábios

85. Se é verdade que o mundo sofre por falta de convicções, nós convocamos os pensadores e os sábios, católicos, cristãos, os que honram a Deus, os que estão sedentos de absoluto, de justiça e de verdade: todos os homens de boa vontade. Seguindo o exemplo de Cristo, ousamos pedir-vos instantemente: "buscai e encontrareis", [68] abri os caminhos que levam pelo auxílio mútuo a um aprofundamento do saber, a ter um coração grande, a uma vida mais fraterna numa comunidade humana verdadeiramente universal.

Mãos à obra, todas à uma

86. Vós todos que ouvistes o apelo dos povos na aflição, vós que vos empenhais em responder-lhes, vós sois os apóstolos do bom e verdadeiro desenvolvimento, que não consiste na riqueza egoísta e amada por si mesma, mas na economia ao serviço do homem, no pão cotidiano distribuído a todos como fonte de fraternidade e sinal da Providência.

Bênção

87. De todo o coração, nós vos abençoamos e chamamos todos os homens de boa vontade a unirem-se a vós fraternalmente. Porque, se o desenvolvimento é o novo nome da paz, quem não deseja trabalhar para ele com todas as forças? Sim, a todos convidamos nós a responder ao nosso grito de angústia, em nome do Senhor.

Roma, junto de São Pedro, 26 de março, solenidade da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo festa da Páscoa, de 1967, IV do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

Notas

[1] Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), pp. 97-148.

[2] Cf. *AAS* 23 (1931), pp.177-228.

[3] Cf. *AAS* 53 (1961), pp. 401-464.

[4] Cf. *AAS* 55 (1963), pp. 257-304.

[5] Cf. principalmente Radiomensagem de 1 de junho de 1941 no 50º aniversário da *Rerum Novarum*, *AAS* 33 (1941), pp.195-205; *Radiomensagem do Natal 1942*, *AAS* 35 (1943), pp. 9-

24; Alocução a um grupo de operários no aniversário da *Rerum Novarum*, 14 de maio de 1953, AAS 45 (1953), pp. 402-408.

[6] Cf. Encíclica *Mater et Magistra*, 15 de maio de 1961, AAS 53 (1961), p. 440.

[7] *Gaudium et Spes*, n. 63-72, AAS 58 (1966), pp.1084-1094.

[8] Motu proprio *Catholicam Christi Ecclesiam*, 6 de janeiro de 1967, AAS 59 (1967), p. 27.

[9] Encíclica *Rerum Novarum*, 15 de maio 1891, *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p. 98.

[10] *Gaudium et Spes*, n. 63 § 3.

[11] Cf. *Lc* 7, 22.

[12] *Gaudium et Spes*, n. 3 § 2.

[13] Cf. Encíclica *Immortale Dei*, 1 de novembro 1885, *Acta Leonis XIII*, t. V (1885), p.127.

[14] *Gaudium et Spes*, n. 4 § 1.

[15] L. J. Lebreton, O.P., *Dynamique concrète du développement*, Paris, Economic et Humanisme, Les Editions Ouvrières,1961, p. 28.

[16] *2 Ts* 3, 10.

[17] Cf., por exemplo, J. Maritain, *Les conditions spirituelles du progrès et de la paix*, in *Rencontre des cultures à l'UNESCO sous le signe du concile oecuménique Vatican II*, Paris, Mame,1966, p. 66.

[18] Cf. *Mt* 5 , 3.

[19] *Gn* 1, 28.

[20] *Gaudium et Spes*, n. 69 § 1

[21] *Jo* 3,17.

[22] *De Nabuthe*, c.12, n. 53, *PL* 14, 747. Cf. J.R. Palanque, *Saint Ambroise et l'empire romain*, Paris, de Boccard, 1933, pp. 336ss.

[23] Lettre à la Semaine sociale de Brest, em *L'homme et la révolution urbaine*, Lyon, Chronique sociale,1965, pp. 8 e 9.

[24] *Gaudium et Spes*, n. 71, § 6.

[25] Cf. *Ibid.*, n. 65 § 3.

[26] Encíclica *Quadragesimo Anno*, 15 de maio de 1931, AAS 23 (1931), p. 212.

[27] Cf., por exemplo, Colin Clark, *The conditions of economic progress*, 3, ed., London, Macmillan & Co., New York, St. Martin's Press,1960, pp. 3-6.

[28] Lettre à la Semaine sociale de Lyons, em *Le travail et les travailleurs dans la société contemporaine*, Lyon, Chronique sociale,1965, p. 6.

[29] Cf., por exemplo, M. D. Chenu, O.P. *Pour une théologie du travail*, Paris, Editions du Seuil,1955.

[30] *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), p. 423.

[31] Cf., por exemplo, O. von Nell-Breuning S.J., *Wirtschaft und Gesellschaft*, t. 1: *Grundfragen*, Freiburg, Herder,1956, pp.183-184.

[32] *Ef* 4,13.

- [33] Cf., por exemplo, D. M. Larrain Errazuriz, Bispo de Talca (Chile), Presidente da CELAM, *Desarrollo: Exito e Fracasso en America Latina: lantado de um Obispo a los Christianos*, 1965, Edit. Universidad Catolica, Santiago, Chile.
- [34] *Gaudium et Spes*, n. 26, § 4.
- [35] *Mater et Magistra*, AAS 53 (1961), p. 414.
- [36] *L'Osservatore Romano*, 11 de setembro, 1965.
- [37] Cf. *Mt* 19, 6.
- [38] *Gaudium et Spes*, n. 52, § 2.
- [39] Cf. *Ibid.*, n. 50-51 (e n.14), n. 87, § 2 e 3.
- [40] *Ibid.*, n.15, § 3.
- [41] *Mt* 16,26.
- [42] *Gaudium et Spes*, n. 57,4.
- [43] *Ibid.*, n.19 § 2.
- [44] Cf., por exemplo, J. Maritain, *L'humanisme intégral*, Paris, Aubier, 1936.
- [45] H. de Lubac S. J., *Le Brame de l'humanisme athée*, 3ª ed., Paris, Spes, 1945, p.10.
- [46] *Pensées*, ed. Brunschvicg, n. 434. Cf. M. Zundeil, *L'homme passe l'homme*, Le Caire, Editions du Lien, 1944.
- [47] *Alocução aos representantes das religiões não-cristãs*, 3 de dezembro 1964, AAS 57 (1965), p.132.
- [48] *Tg* 2, 15-16.
- [49] Cf. *Mater et Magistra*, AAS 53, (1961), p. 440ss.
- [50] Cf. AAS 56 (1964), pp. 57-58.
- [51] Cf. *Encicliche e Discorsi di Paolo VI*, vol. IX, Roma, ed. Paoline, 1966, pp. 132-136.
- [52] Cf. *Lc* 16-19-31.
- [53] *Gaudium et Spes*, n. 86, § 3.
- [54] *Lc* 12, 20.
- [55] Cf. *Mensagem ao mundo*, em 4 de dezembro de 1964, Cf. AAS 57 (1965), p.135.
- [56] Cf. AAS 56 (1964), pp. 639ss.
- [57] Cf. *Acta Leonis XIII*, t. XI (1892), p.131.
- [58] Cf. *Ibid.*, p. 98.
- [59] *Gaudium et Spes*, n. 85, § 2.
- [60] Cf. Encíclica *Fidei Donum*, 21 de abril 1957, AAS 49 (1957), p. 246.
- [61] *Mt* 25, 35-36.
- [62] *Mc* 8, 2.
- [63] *Alocução de João XXIII, por ocasião do prêmio Balzan* (10 de maio de 1963), AAS 55 (1963), p. 455.
- [64] AAS 57 (1965), p. 896.
- [65] Cf. Encíclica *Pacem in Terris*, 11 de abril 1963, AAS 55 (1963), p. 301.
- [66] AAS 57 (1965), p. 880.

[67] Cf. *Ef* 4,12; *Lumen Gentium*, n.13.

[68] Cf. *Apostolicam Actuositatem*, n. 7, 13 e 24.

[69] *Lc* 11, 9.

© Copyright - Libreria Editrice Vaticana

2. Carta Encíclica *Humanae Vitae*

Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_25071968_humanae-vitae.html>. Último acesso em: 04/01/2019.

CARTA ENCÍCLICA
HUMANAЕ VITAE
DE SUA SANTIDADE
PAPA PAULO VI
AOS VENERÁVEIS IRMÃOS PATRIARCAS,
ARCEBISPOS, BISPOS
E OUTROS ORDINÁRIOS DO LUGAR
EM PAZ E COMUNHÃO
COM A SÉ APOSTÓLICA,
AO CLERO E AOS FIÉIS
DE TODO O MUNDO CATÓLICO
E TAMBÉM A TODOS
OS HOMENS DE BOA VONTADE
SOBRE A REGULAÇÃO DA NATALIDADE

Veneráveis Irmãos e diletos filhos

A transmissão da vida

1. O gravíssimo dever de transmitir a vida humana, pelo qual os esposos são os colaboradores livres e responsáveis de Deus Criador, foi sempre para eles fonte de grandes alegrias, se bem que, algumas vezes, acompanhadas de não poucas dificuldades e angústias.

Em todos os tempos o cumprimento deste dever pôs à consciência dos cônjuges sérios problemas; mas, mais recentemente, com o desenvolver-se da sociedade, produziram-se modificações tais, que fazem aparecer questões novas que a Igreja não podia ignorar, tratando-se de matéria que tão de perto diz respeito à vida e à felicidade dos homens.

I. ASPECTOS NOVOS DO PROBLEMA E COMPETÊNCIA DO MAGISTÉRIO

Visão nova do problema

2. As mudanças que se verificaram foram efetivamente notáveis e de vários gêneros. Trata-se, antes de mais, do rápido desenvolvimento demográfico. Muitos são os que manifestam o receio de que a população mundial cresça mais rapidamente do que os recursos à sua disposição, com crescente angústia de tantas famílias e de povos em vias de desenvolvimento. De tal modo que é grande a tentação das Autoridades de contrapor a este perigo medidas radicais. Depois, as condições de trabalho e de habitação, do mesmo modo que as novas exigências, tanto no campo econômico como no da educação, não raro tornam hoje difícil manter convenientemente um número elevado de filhos.

Assiste-se também a uma mudança, tanto na maneira de considerar a pessoa da mulher e o seu lugar na sociedade, quanto no considerar o valor a atribuir ao amor conjugal no

matrimônio, como ainda no apreço a dar ao significado dos atos conjugais, em relação com este amor.

Finalmente, deve-se sobretudo considerar que o homem fez progressos admiráveis no domínio e na organização racional das forças da natureza, de tal maneira que tende a tornar extensivo esse domínio ao seu próprio ser global: ao corpo, à vida psíquica, à vida social e até mesmo às leis que regulam a transmissão da vida.

3. O novo estado de coisas faz surgir novos quesitos. Assim, dadas as condições da vida hodierna e dado o significado que têm as relações conjugais para a harmonia entre os esposos e para a sua fidelidade mútua, não estaria indicada uma revisão das normas éticas vigentes até agora, sobretudo se se tem em consideração que elas não podem ser observadas sem sacrifícios, por vezes heróicos?

Mais ainda: estendendo o chamado "princípio de totalidade" a este campo, não se poderia admitir que a intenção de uma fecundidade menos exuberante, mas mais racionalizada, transforma a intervenção materialmente esterilizaste num sensato e legítimo controle dos nascimentos? Por outras palavras, não se poderia admitir que a fecundidade procriadora pertence ao conjunto da vida conjugal, mais do que a cada um dos seus atos? Pergunta-se também, se, dado o sentido de responsabilidade mais desenvolvido do homem moderno, não chegou para ele o momento de confiar à sua razão e à sua vontade, mais do que aos ritmos biológicos do seu organismo, a tarefa de transmitir a vida.

A competência do Magistério

4. Tais problemas exigiam do Magistério da Igreja uma reflexão nova e aprofundada sobre os princípios da doutrina moral do matrimônio: doutrina fundada sobre a lei natural, iluminada e enriquecida pela Revelação divina.

Nenhum fiel quererá negar que compete ao Magistério da Igreja interpretar também a lei moral natural. É incontestável, na verdade, como declararam muitas vezes os nossos predecessores, [1] que Jesus Cristo, ao comunicar a Pedro e aos Apóstolos a sua autoridade divina e ao enviá-los a ensinar a todos os povos os seus mandamentos, [2] os constituía guardas e intérpretes autênticos de toda a lei moral, ou seja, não só da lei evangélica, como também da natural, dado que ela é igualmente expressão da vontade divina e que a sua observância é do mesmo modo necessária para a salvação. [3]

Em conformidade com esta sua missão, a Igreja apresentou sempre, e mais amplamente em tempos recentes, um ensino coerente, tanto acerca da natureza do matrimônio, como acerca do reto uso dos direitos conjugais e acerca dos deveres dos cônjuges.[4]

Estudos especiais

5. A consciência desta mesma missão levou-nos a confirmar e a ampliar a Comissão de Estudo, que o nosso predecessor, de venerável memória, João XXIII tinha constituído, em março de 1963. Esta Comissão, que incluía também alguns casais de esposos, além de muitos estudiosos das várias matérias pertinentes, tinha por finalidade: primeiro, recolher opiniões sobre os novos problemas respeitantes à vida conjugal e, em particular, à regulação da natalidade; e depois,

fornecer os elementos oportunos de informação, para que o Magistério pudesse dar uma resposta adequada à expectativa não só dos fiéis, mas mesmo da opinião pública mundial. [5] Os trabalhos destes peritos, assim como os pareceres e os conselhos que se lhes vieram juntar, enviados espontaneamente ou adrede solicitados, de bom número dos nossos irmãos no episcopado, permitiram-nos ponderar melhor todos os aspectos deste assunto complexo. Por isso, do fundo do coração, exprimimos a todos o nosso vivo reconhecimento.

A resposta do Magistério

6. As conclusões a que tinha chegado a Comissão não podiam, contudo, ser consideradas por nós como definitivas, nem dispensar-nos de um exame pessoal do grave problema; até mesmo porque, no seio da própria Comissão, não se tinha chegado a um pleno acordo de juízos, acerca das normas morais que se deviam propor e, sobretudo, porque tinham aflorado alguns critérios de soluções que se afastavam da doutrina moral sobre o matrimônio, proposta com firmeza constante, pelo Magistério da Igreja.

Por isso, depois de termos examinado atentamente a documentação que nos foi preparada, depois de aturada reflexão e de insistentes orações, é nossa intenção agora, em virtude do mandato que nos foi confiado por Cristo, dar a nossa resposta a estes graves problemas.

II. PRINCÍPIOS DOUTRINAIS

Uma visão global do homem

7. O problema da natalidade, como de resto qualquer outro problema que diga respeito à vida humana, deve ser considerado numa perspectiva que transcenda as vistas parciais - sejam elas de ordem biológica, psicológica, demográfica ou sociológica - à luz da visão integral do homem e da sua vocação, não só natural e terrena, mas também sobrenatural e eterna. E, porque na tentativa de justificar os métodos artificiais de limitação dos nascimentos, houve muito quem fizesse apelo para as exigências, tanto do amor conjugal como de uma "paternidade responsável", convém precisar bem a verdadeira concepção destas duas grandes realidades da vida matrimonial, atendo-nos principalmente a tudo aquilo que, a este propósito, foi recentemente exposto, de forma altamente autorizada, pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*.

O amor conjugal

8. O amor conjugal exprime a sua verdadeira natureza e nobreza, quando se considera na sua fonte suprema, Deus que é Amor [6], "o Pai, do qual toda a paternidade nos céus e na terra toma o nome".[7]

O matrimônio não é, portanto, fruto do acaso, ou produto de forças naturais inconscientes: é uma instituição sábia do Criador, para realizar na humanidade o seu desígnio de amor. Mediante a doação pessoal recíproca, que lhes é própria e exclusiva, os esposos tendem para a comunhão dos seus seres, em vista de um aperfeiçoamento mútuo pessoal, para colaborarem com Deus na geração e educação de novas vidas.

Depois, para os batizados, o matrimônio reveste a dignidade de sinal sacramental da graça, enquanto representa a união de Cristo com a Igreja.

II. AS CARACTERÍSTICAS DO AMOR CONJUGAL

9. Nesta luz aparecem-nos claramente as notas características do amor conjugal, acerca das quais é da máxima importância ter uma idéia exata.

É, antes de mais, um amor plenamente *humano*, quer dizer, ao mesmo tempo espiritual e sensível. Não é, portanto, um simples ímpeto do instinto ou do sentimento; mas é também, e principalmente, ato da vontade livre, destinado a manter-se e a crescer, mediante as alegrias e as dores da vida cotidiana, de tal modo que os esposos se tornem um só coração e uma só alma e alcancem juntos a sua perfeição humana.

É depois, um amor *total*, quer dizer, uma forma muito especial de amizade pessoal, em que os esposos generosamente compartilham todas as coisas, sem reservas indevidas e sem cálculos egoístas. Quem ama verdadeiramente o próprio consorte, não o ama somente por aquilo que dele recebe, mas por ele mesmo, por poder enriquecê-lo com o dom de si próprio.

É, ainda, amor *fiel e exclusivo*, até à morte. Assim o concebem, efetivamente, o esposo e a esposa no dia em que assumem, livremente e com plena consciência, o compromisso do vínculo matrimonial. Fidelidade que por vezes pode ser difícil; mas que é sempre nobre e meritória, ninguém o pode negar. O exemplo de tantos esposos, através dos séculos, demonstra não só que ela é consentânea com a natureza do matrimônio, mas que é dela, como de fonte, que flui uma felicidade íntima e duradoura.

É, finalmente, amor *fecundo* que não se esgota na comunhão entre os cônjuges, mas que está destinado a continuar-se, suscitando novas vidas. "O matrimônio e o amor conjugal estão por si mesmos ordenados para a procriação e educação dos filhos. Sem dúvida, os filhos são o dom mais excelente do matrimônio e contribuem grandemente para o bem dos pais". [8]

10. Sendo assim, o amor conjugal requer nos esposos uma consciência da sua missão de "paternidade responsável", sobre a qual hoje tanto se insiste, e justificadamente, e que deve também ser compreendida com exatidão. De fato, ela deve ser considerada sob diversos aspectos legítimos e ligados entre si.

Em relação com os processos biológicos, paternidade responsável significa conhecimento e respeito pelas suas funções: a inteligência descobre, no poder de dar a vida, leis biológicas que fazem parte da pessoa humana [9].

Em relação às tendências do instinto e das paixões, a paternidade responsável significa o necessário domínio que a razão e a vontade devem exercer sobre elas.

Em relação às condições físicas, econômicas, psicológicas e sociais, a paternidade responsável exerce-se tanto com a deliberação ponderada e generosa de fazer crescer uma família numerosa, como com a decisão, tomada por motivos graves e com respeito pela lei moral, de evitar temporariamente, ou mesmo por tempo indeterminado, um novo nascimento.

Paternidade responsável comporta ainda, e principalmente, uma relação mais profunda com a ordem moral objetiva, estabelecida por Deus, de que a consciência reta é intérprete fiel. O exercício responsável da paternidade implica, portanto, que os cônjuges reconheçam plenamente os próprios deveres, para com Deus, para consigo próprios, para com a família e para com a sociedade, numa justa hierarquia de valores.

Na missão de transmitir a vida, eles não são, portanto, livres para procederem a seu próprio bel-prazer, como se pudessem determinar, de maneira absolutamente autônoma, as vias honestas a seguir, mas devem, sim, conformar o seu agir com a intenção criadora de Deus, expressa na própria natureza do matrimônio e dos seus atos e manifestada pelo ensino constante da Igreja [10].

Respeitar a natureza e a finalidade do ato matrimonial

11. Estes atos, com os quais os esposos se unem em casta intimidade e através dos quais se transmite a vida humana, são, como recordou o recente Concílio, "honestos e dignos" [11]; e não deixam de ser legítimos se, por causas independentes da vontade dos cônjuges, se prevê que vão ser infecundos, pois que permanecem destinados a exprimir e a consolidar a sua união. De fato, como o atesta a experiência, não se segue sempre uma nova vida a cada um dos atos conjugais. Deus dispôs com sabedoria leis e ritmos naturais de fecundidade, que já por si mesmos distanciam o suceder-se dos nascimentos. Mas, chamando a atenção dos homens para a observância das normas da lei natural, interpretada pela sua doutrina constante, a Igreja ensina que qualquer ato matrimonial deve permanecer aberto à transmissão da vida [12].

Inseparáveis os dois aspectos: união e procriação

12. Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, está fundada sobre a conexão inseparável que Deus quis e que o homem não pode alterar por sua iniciativa, entre os dois significados do ato conjugal: o significado unitivo e o significado procriador.

Na verdade, pela sua estrutura íntima, o ato conjugal, ao mesmo tempo que une profundamente os esposos, torna-os aptos para a geração de novas vidas, segundo leis inscritas no próprio ser do homem e da mulher. Salvaguardando estes dois aspectos essenciais, unitivo e procriador, o ato conjugal conserva integralmente o sentido de amor mútuo e verdadeiro e a sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade. Nós pensamos que os homens do nosso tempo estão particularmente em condições de apreender o caráter profundamente razoável e humano deste princípio fundamental.

Fidelidade ao desígnio divino

13. Em boa verdade, justamente se faz notar que um ato conjugal imposto ao próprio cônjuge, sem consideração pelas suas condições e pelos seus desejos legítimos, não é um verdadeiro ato de amor e nega, por isso mesmo, uma exigência da reta ordem moral, nas relações entre os esposos. Assim, quem refletir bem, deverá reconhecer de igual modo que um ato de amor recíproco, que prejudique a disponibilidade para transmitir a vida que Deus Criador de todas as coisas nele inseriu segundo leis particulares, está em contradição com o desígnio constitutivo

do casamento e com a vontade do Autor da vida humana. Usar deste dom divino, destruindo o seu significado e a sua finalidade, ainda que só parcialmente, é estar em contradição com a natureza do homem, bem como com a da mulher e da sua relação mais íntima; e, por conseguinte, é estar em contradição com o plano de Deus e com a sua vontade. Pelo contrário, usufruir do dom do amor conjugal, respeitando as leis do processo generativo, significa reconhecer-se não árbitros das fontes da vida humana, mas tão somente administradores dos desígnios estabelecidos pelo Criador. De fato, assim como o homem não tem um domínio ilimitado sobre o próprio corpo em geral, também o não tem, com particular razão, sobre as suas faculdades geradoras enquanto tais, por motivo da sua ordenação intrínseca para suscitar a vida, da qual Deus é princípio. "A vida humana é sagrada, recordava João XXIII; desde o seu alvorecer compromete diretamente a ação criadora de Deus" [13].

Vias ilícitas para a regulação dos nascimentos

14. Em conformidade com estes pontos essenciais da visão humana e cristã do matrimônio, devemos, uma vez mais, declarar que é absolutamente de excluir, como via legítima para a regulação dos nascimentos, a interrupção direta do processo generativo já iniciado, e, sobretudo, o aborto querido diretamente e procurado, mesmo por razões terapêuticas [14].

É de excluir de igual modo, como o Magistério da Igreja repetidamente declarou, a esterilização direta, quer perpétua quer temporária, tanto do homem como da mulher.[15]

É, ainda, de excluir toda a ação que, ou em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou também durante o desenvolvimento das suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação [16].

Não se podem invocar, como razões válidas, para a justificação dos atos conjugais tornados intencionalmente infecundos, o mal menor, ou o fato de que tais atos constituiriam um todo com os atos fecundos, que foram realizados ou que depois se sucederam, e que, portanto, compartilhariam da única e idêntica bondade moral dos mesmos. Na verdade, se é lícito, algumas vezes, tolerar o mal menor para evitar um mal maior, ou para promover um bem superior [17], nunca é lícito, nem sequer por razões gravíssimas, fazer o mal, para que daí provenha o bem [18]; isto é, ter como objeto de um ato positivo da vontade aquilo que é intrinsecamente desordenado e, portanto, indigno da pessoa humana, mesmo se for praticado com intenção de salvaguardar ou promover bens individuais, familiares, ou sociais. É um erro, por conseguinte, pensar que um ato conjugal, tornado voluntariamente infecundo, e por isso intrinsecamente desonesto, possa ser coonestado pelo conjunto de uma vida conjugal fecunda.

Liceidade dos meios terapêuticos

15. A Igreja, por outro lado, não considera ilícito o recurso aos meios terapêuticos, verdadeiramente necessários para curar doenças do organismo, ainda que daí venha a resultar um impedimento, mesmo previsto, à procriação, desde que tal impedimento não seja, por motivo nenhum, querido diretamente. [19]

Liceidade do recurso aos períodos infecundos

16. Contra estes ensinamentos da Igreja, sobre a moral conjugal, objeta-se hoje, como já fizemos notar mais acima (n. 3), que é prerrogativa da inteligência humana dominar as energias proporcionadas pela natureza irracional e orientá-las para um fim conforme com o bem do homem. Ora, sendo assim, perguntam-se alguns, se atualmente não será talvez razoável em muitas circunstâncias recorrer à regulação artificial dos nascimentos, uma vez que, com isso, se obtém a harmonia e a tranqüilidade da família e melhores condições para a educação dos filhos já nascidos. A este quesito é necessário responder com clareza: a Igreja é a primeira a elogiar e a recomendar a intervenção da inteligência, numa obra que tão de perto associa a criatura racional com o seu Criador; mas, afirma também que isso se deve fazer respeitando sempre a ordem estabelecida por Deus.

Se, portanto, existem motivos sérios para distanciar os nascimentos, que derivem ou das condições físicas ou psicológicas dos cônjuges, ou de circunstâncias exteriores, a Igreja ensina que então é lícito ter em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras, para usar do matrimônio só nos períodos infecundos e, deste modo, regular a natalidade, sem ofender os princípios morais que acabamos de recordar [20].

A Igreja é coerente consigo própria, quando assim considera lícito o recurso aos períodos infecundos, ao mesmo tempo que condena sempre como ilícito o uso dos meios diretamente contrários à fecundação, mesmo que tal uso seja inspirado em razões que podem aparecer honestas e sérias. Na realidade, entre os dois casos existe uma diferença essencial: no primeiro, os cônjuges usufruem legitimamente de uma disposição natural; enquanto que no segundo, eles impedem o desenvolvimento dos processos naturais. É verdade que em ambos os casos os cônjuges estão de acordo na vontade positiva de evitar a prole, por razões plausíveis, procurando ter a segurança de que ela não virá; mas, é verdade também que, somente no primeiro caso eles sabem renunciar ao uso do matrimônio nos períodos fecundos, quando, por motivos justos, a procriação não é desejável, dele usando depois nos períodos agenésicos, como manifestação de afeto e como salvaguarda da fidelidade mútua.

Procedendo assim, eles dão prova de amor verdadeira e integralmente honesto.

Graves conseqüências dos métodos de regulação artificial da natalidade

17. Os homens retos poderão convencer-se ainda mais da fundamentação da doutrina da Igreja neste campo, se quiserem refletir nas conseqüências dos métodos da regulação artificial da natalidade. Considerem, antes de mais, o caminho amplo e fácil que tais métodos abririam à infidelidade conjugal e à degradação da moralidade. Não é preciso ter muita experiência para conhecer a fraqueza humana e para compreender que os homens - os jovens especialmente, tão vulneráveis neste ponto - precisam de estímulo para serem fiéis à lei moral e não se lhes deve proporcionar qualquer meio fácil para eles eludirem a sua observância. É ainda de recear que o homem, habituando-se ao uso das práticas anticoncepcionais, acabe por perder o respeito pela mulher e, sem se preocupar mais com o equilíbrio físico e psicológico dela, chegue a considerá-la como simples instrumento de prazer egoísta e não mais como a sua companheira, respeitada e amada.

Pense-se ainda seriamente na arma perigosa que se viria a pôr nas mãos de autoridades públicas, pouco preocupadas com exigências morais. Quem poderia reprovar a um governo o fato de ele aplicar à solução dos problemas da coletividade aquilo que viesse a ser reconhecido como lícito aos cônjuges para a solução de um problema familiar? Quem impediria os governantes de favorecerem e até mesmo de imporem às suas populações, se o julgassem necessário, o método de contracepção que eles reputassem mais eficaz? Deste modo, os homens, querendo evitar dificuldades individuais, familiares, ou sociais, que se verificam na observância da lei divina, acabariam por deixar à mercê da intervenção das autoridades públicas o setor mais pessoal e mais reservado da intimidade conjugal.

Portanto, se não se quer expor ao arbítrio dos homens a missão de gerar a vida, devem-se reconhecer necessariamente limites intransponíveis no domínio do homem sobre o próprio corpo e as suas funções; limites que a nenhum homem, seja ele simples cidadão privado, ou investido de autoridade, é lícito ultrapassar. E esses mesmos limites não podem ser determinados senão pelo respeito devido à integridade do organismo humano e das suas funções naturais, segundo os princípios acima recordados e segundo a reta inteligência do "princípio de totalidade", ilustrado pelo nosso predecessor Pio XII. [21]

A Igreja, garantia dos autênticos valores humanos

18. É de prever que estes ensinamentos não serão, talvez, acolhidos por todos facilmente: são muitas as vozes, amplificadas pelos meios modernos de propaganda, que estão em contraste com a da Igreja. A bem dizer a verdade, esta não se surpreende de ser, à semelhança do seu divino fundador, "objeto de contradição"; [22] mas, nem por isso ela deixa de proclamar, com humilde firmeza, a lei moral toda, tanto a natural como a evangélica.

A Igreja não foi a autora dessa lei e não pode portanto ser árbitra da mesma; mas, somente depositária e intérprete, sem nunca poder declarar lícito aquilo que o não é, pela sua íntima e imutável oposição ao verdadeiro bem comum do homem.

Ao defender a moral conjugal na sua integridade, a Igreja sabe que está contribuindo para a instauração de uma civilização verdadeiramente humana; ela compromete o homem para que este não abdique da própria responsabilidade, para submeter-se aos meios da técnica; mais, ela defende com isso a dignidade dos cônjuges. Fiel aos ensinamentos e ao exemplo do Salvador, ela mostra-se amiga sincera e desinteressada dos homens, aos quais quer ajudar, agora já, no seu itinerário terrestre, "a participarem como filhos na vida do Deus vivo, Pai de todos os homens". [23]

III. DIRETIVAS PASTORAIS

A Igreja, Mãe e Mestra

19. A nossa palavra não seria a expressão adequada do pensamento e das solitudes da Igreja, Mãe e Mestra de todos os povos, se, depois de termos assim chamado os homens à observância e respeito da lei divina, no que se refere ao matrimônio, ela os não confortasse no caminho de uma regulação honesta da natalidade, não obstante as difíceis condições que hoje

afligem as famílias e as populações. A Igreja, de fato, não pode adotar para com os homens uma atitude diferente da do Redentor: conhece as suas fraquezas, tem compaixão das multidões, acolhe os pecadores, mas não pode renunciar a ensinar a lei que na realidade é própria de uma vida humana, restituída à sua verdade originária e conduzida pelo Espírito de Deus.[24]

Possibilidade de observância da lei divina

20. A doutrina da Igreja sobre a regulação dos nascimentos, que promulga a lei divina, parecerá, aos olhos de muitos, de difícil, ou mesmo de impossível atuação. Certamente que, como todas as realidades grandiosas e benéficas, ela exige um empenho sério e muitos esforços, individuais, familiares e sociais. Mais ainda: ela não seria de fato viável sem o auxílio de Deus, que apóia e corrobora a boa vontade dos homens. Mas, para quem refletir bem, não poderá deixar de aparecer como evidente que tais esforços são nobilitantes para o homem e benéficos para a comunidade humana.

Domínio de si mesmo

21. Uma prática honesta da regulação da natalidade exige, acima de tudo, que os esposos adquiram sólidas convicções acerca dos valores da vida e da família e que tendam a alcançar um perfeito domínio de si mesmos. O domínio do instinto, mediante a razão e a vontade livre, impõe, indubitavelmente, uma ascese, para que as manifestações afetivas da vida conjugal sejam conformes com a ordem reta e, em particular, concretiza-se essa ascese na observância da continência periódica. Mas, esta disciplina, própria da pureza dos esposos, longe de ser nociva ao amor conjugal, confere-lhe pelo contrário um valor humano bem mais elevado. Requer um esforço contínuo, mas, graças ao seu benéfico influxo, os cônjuges desenvolvem integralmente a sua personalidade, enriquecendo-se de valores espirituais: ela acarreta à vida familiar frutos de serenidade e de paz e facilita a solução de outros problemas; favorece as atenções dos cônjuges, um para com o outro, ajuda-os a extirpar o egoísmo, inimigo do verdadeiro amor e enraíza-os no seu sentido de responsabilidade no cumprimento de seus deveres. Além disso, os pais adquirem com ela a capacidade de uma influência mais profunda e eficaz para educarem os filhos; as crianças e a juventude crescem numa estima exata dos valores humanos e num desenvolvimento sereno e harmônico das suas faculdades espirituais e sensitivas.

Criar um ambiente favorável à castidade

22. Queremos nesta altura chamar a atenção dos educadores e de todos aqueles que desempenham tarefas de responsabilidade em ordem ao bem comum da convivência humana, para a necessidade de criar um clima favorável à educação para a castidade, isto é, ao triunfo da liberdade sã sobre a licenciosidade, mediante o respeito da ordem moral.

Tudo aquilo que nos modernos meios de comunicação social leva à excitação dos sentidos, ao desregramento dos costumes, bem como todas as formas de pornografia ou de espetáculos licenciosos, devem suscitar a reação franca e unanime de todas as pessoas solícitas pelo progresso da civilização e pela defesa dos bens do espírito humano. Em vão se procurará

justificar estas depravações, com pretensas exigências artísticas ou científicas, [25] ou tirar partido, para argumentar, da liberdade deixada neste campo por parte das autoridades públicas.

APELO AOS GOVERNANTES

23. Nós queremos dizer aos governantes, que são os principais responsáveis pelo bem comum e que dispõem de tantas possibilidades para salvaguardar os costumes morais: não permitais que se degrade a moralidade das vossas populações; não admitais que se introduzam legalmente, naquela célula fundamental que é a família, práticas contrárias à lei natural e divina. Existe uma outra via, pela qual os Poderes públicos podem e devem contribuir para a solução do problema demográfico: é a via de uma política familiar providente, de uma sábia educação das populações, que respeite a lei moral e a liberdade dos cidadãos.

Estamos absolutamente cômicos das graves dificuldades em que se encontram os Poderes públicos a este respeito, especialmente nos países em vias de desenvolvimento. Dedicamos mesmo às suas preocupações legítimas a nossa Encíclica *Populorum Progressio*. Mas, com o nosso predecessor João XXIII, repetimos: "...Estas dificuldades não se podem vencer recorrendo a métodos e meios que são indignos do homem e que só encontram a sua explicação num conceito estritamente materialista do mesmo homem e da vida. A verdadeira solução encontra-se somente num progresso econômico e social que respeite e fomente os genuínos valores humanos, individuais e sociais".[26] Nem se poderá, ainda, sem injustiça grave, tornar a Providência divina responsável por aquilo que, bem ao contrário, depende de menos sensatez de governo, de um insuficiente sentido da justiça social, de monopólios egoístas, ou também de reprovável indolência no enfrentar os esforços e os sacrifícios necessários para garantir a elevação do nível de vida de uma população e de todos os seus membros. [27] Que todos os poderes responsáveis, como alguns louvavelmente já vem fazendo, reavivem os seus esforços, que não se deixe de ampliar o auxílio mútuo entre todos os membros da grande família humana: é um campo ilimitado este que se abre assim à atividade das grandes organizações internacionais.

AOS HOMENS DE CIÊNCIA

24. Queremos agora exprimir o nosso encorajamento aos homens de ciência, os quais "podem dar um contributo grande para o bem do matrimônio e da família e para a paz das consciências, se se esforçarem por esclarecer mais profundamente, com estudos convergentes, as diversas condições favoráveis a uma honesta regulação da procriação humana". [28] É para desejar muito particularmente que, segundo os votos já expressos pelo nosso predecessor Pio XII, a ciência médica consiga fornecer uma base suficientemente segura para a regulação dos nascimentos, fundada na observância dos ritmos naturais. [29] Assim, os homens de ciência, e de modo especial os cientistas católicos, contribuirão para demonstrar que, como a Igreja

ensina, "não pode haver contradição verdadeira entre as leis divinas que regem a transmissão da vida e as que favorecem o amor conjugal autêntico". [30]

AOS ESPOSOS CRISTÃOS

25. E agora a nossa palavra dirige-se mais diretamente aos nossos filhos, particularmente àqueles que Deus chamou para servi-lo no matrimônio. A Igreja, ao mesmo tempo que ensina as exigências imprescritíveis da lei divina, anuncia a salvação e abre, com os sacramentos, os caminhos da graça, a qual faz do homem uma nova criatura, capaz de corresponder, no amor e na verdadeira liberdade, aos desígnios do seu Criador e Salvador e de achar suave o jugo de Cristo. [31]

Os esposos cristãos, portanto, dóceis à sua voz, lembrem-se de que a sua vocação cristã, iniciada com o Batismo, se especificou ulteriormente e se reforçou com o sacramento do Matrimônio. Por ele os cônjuges são fortalecidos e como que consagrados para o cumprimento fiel dos próprios deveres e para a atuação da própria vocação para a perfeição e para o testemunho cristão próprio deles, que têm de dar frente ao mundo.[32] Foi a eles que o Senhor confiou a missão de tornarem visível aos homens a santidade e a suavidade da lei que une o amor mútuo dos esposos com a sua cooperação com o amor de Deus, autor da vida humana.

Não pretendemos, evidentemente, esconder as dificuldades, por vezes graves, inerentes à vida dos cônjuges cristãos: para eles, como para todos, de resto, "é estreita a porta e apertado o caminho que conduz à vida". [33] Mas, a esperança desta vida, precisamente, deve iluminar o seu caminho, enquanto eles corajosamente se esforçam por "viver com sabedoria, justiça e piedade no tempo presente", [34] sabendo que "a figura deste mundo passa". [35]

Os esposos, pois, envidem os esforços necessários, apoiados na fé e na esperança que "não desilude, porque o amor de Deus foi derramado nos nossos corações, pelo Espírito que nos foi dado"; [36] implorem com oração perseverante o auxílio divino; abeirem-se, sobretudo pela Santíssima Eucaristia, da fonte de graça e da caridade. E se, porventura, o pecado vier a vencê-los, não desanimem, mas recorram com perseverança humilde à misericórdia divina, que é outorgada no sacramento da Penitência. Assim, poderão realizar a plenitude da vida conjugal, descrita pelo Apóstolo: "Maridos, amai as vossas mulheres tal como Cristo amou a Igreja (...) Os maridos devem amar as suas mulheres como os seus próprios corpos. Aquele que ama a sua mulher, ama-se a si mesmo. Porque ninguém aborreceu jamais a própria carne, mas nutre-a e cuida dela, como também Cristo o faz com a sua Igreja (...) Este mistério é grande, mas eu digo isto quanto a Cristo e à Igreja. Mas, por aquilo que vos diz respeito, cada um de vós ame a sua mulher como a si mesmo; a mulher, por sua vez, reverencie o seu marido".[37]

APOSTOLADO NOS LARES

26. Entre os frutos que maturam mediante um esforço generoso de fidelidade à lei divina, um dos mais preciosos é que os cônjuges mesmos, não raro, experimentam o desejo de comunicar a outros a sua experiência. Deste modo, resulta que vem inserir-se no vasto quadro da vocação

dos leigos uma forma nova e importantíssima de apostolado, do semelhante, por parte do seu semelhante: são os próprios esposos que assim se tornam apóstolos e guias de outros esposos. Esta é, sem dúvida, entre tantas outras formas de apostolado, uma daquelas que hoje em dia se apresenta como sendo das mais oportunas. [38]

AOS MÉDICOS E AO PESSOAL SANITÁRIO

27. Temos em altíssima estima os médicos e os demais membros do pessoal sanitário, aos quais estão a caráter, acima de todos os outros interesses humanos, as exigências superiores da sua vocação cristã. Perseverem, pois, no propósito de promoverem, em todas as circunstâncias, as soluções inspiradas na fé e na reta razão e esforcem-se por suscitar a convicção e o respeito no seu ambiente. Considerem depois, ainda, como dever profissional próprio, o de adquirirem toda a ciência necessária, neste campo delicado, para poderem dar aos esposos, que porventura os venham consultar, aqueles conselhos sensatos e aquelas sãs diretrizes, que estes, com todo o direito, esperam deles.

AOS SACERDOTES

28. Diletos filhos sacerdotes, que por vocação sois os conselheiros e guias espirituais das pessoas e das famílias, dirigimo-nos agora a vós, com confiança. A vossa primeira tarefa - especialmente para os que ensinam a teologia moral - é expor, sem ambigüidades, os ensinamentos da Igreja acerca do matrimônio. Sede, pois, os primeiros a dar exemplo, no exercício do vosso ministério, de leal acatamento, interno e externo, do Magistério da Igreja. Tal atitude obsequiosa, bem o sabeis, é obrigatória não só em virtude das razões aduzidas, mas sobretudo por motivo da luz do Espírito Santo, da qual estão particularmente dotados os Pastores da Igreja, para ilustrarem a verdade. [39] Sabeis também que é da máxima importância, para a paz das consciências e para a unidade do povo cristão, que, tanto no campo da moral como no do dogma, todos se atenham ao Magistério da Igreja e falem a mesma linguagem. Por isso, com toda a nossa alma, vos repetimos o apelo do grande Apóstolo São Paulo: "Rogo-vos, irmãos, pelo nome de Nosso Senhor Jesus Cristo, que digais todos o mesmo e que entre vós não haja divisões, mas que estejais todos unidos, no mesmo espírito e no mesmo parecer". [40]

29. Não minimizar em nada a doutrina salutar de Cristo é forma de caridade eminente para com as almas. Mas, isso deve andar sempre acompanhado também de paciência e de bondade, de que o mesmo Senhor deu o exemplo, ao tratar com os homens. Tendo vindo para salvar e não para julgar,[41] Ele foi intransigente com o mal, mas misericordioso para com os homens. No meio das suas dificuldades, que os cônjuges encontrem sempre na palavra e no coração do sacerdote o eco fiel da voz e do amor do Redentor.

Falai, pois, com confiança, diletos Filhos, bem convencidos de que o Espírito de Deus, ao mesmo tempo que assiste o Magistério no propor a doutrina, ilumina também internamente os corações dos fiéis, convidando-os a prestar-lhe o seu assentimento. Ensinai aos esposos o

necessário caminho da oração, preparai-os para recorrerem com freqüência e com fé aos sacramentos da Eucaristia e da Penitência, sem se deixarem jamais desencorajar pela sua fraqueza.

AOS BISPOS

30. Queridos e Veneráveis Irmãos no Episcopado, com quem compartilhamos mais de perto a solicitude pelo bem espiritual do Povo de Deus, para vós vai o nosso pensamento reverente e afetuoso, ao terminarmos esta Encíclica. A todos queremos dirigir um convite insistente. À frente dos vossos sacerdotes, vossos colaboradores, e dos vossos fiéis, trabalhai com afinco e sem tréguas na salvaguarda e na santificação do matrimônio, para que ele seja sempre e cada vez mais, vivido em toda a sua plenitude humana e cristã. Considerai esta missão como uma das vossas responsabilidades mais urgentes, na hora atual. Ela envolve, como sabeis, uma ação pastoral coordenada, em todos os campos da atividade humana, econômica, cultural e social: só uma melhoria simultânea nestes diversos setores poderá tornar, não só tolerável, mas mais fácil e serena a vida dos pais e dos filhos no seio das famílias, mais fraterna e pacífica a convivência na sociedade humana, na fidelidade aos desígnios de Deus sobre o mundo.

APELO FINAL

31. Veneráveis Irmãos, diletíssimos Filhos e vós todos, homens de boa vontade: é grandiosa a obra à qual vos chamamos, obra de educação, de progresso e de amor, assente sobre o fundamento dos ensinamentos da Igreja, dos quais o sucessor de Pedro, com os seus Irmãos no Episcopado, é depositário e intérprete. Obra grandiosa, na verdade, para o mundo e para a Igreja, temos disso a convicção íntima, visto que o homem não poderá encontrar a verdadeira felicidade, à qual aspira com todo o seu ser, senão no respeito pelas leis inscritas por Deus na sua natureza e que ele deve observar com inteligência e com amor. Sobre esta obra nós invocamos, assim como sobre todos vós, e de um modo especial sobre os esposos, a abundância das graças do Deus de santidade e de misericórdia, em penhor das quais vos damos a nossa bênção apostólica.

Dada em Roma, junto de São Pedro, na Festa de São Tiago Apóstolo, 25 de julho do ano de 1968, sexto do nosso pontificado.

PAULUS PP. VI

Notas

[1] Cf. Pio IX, Enc. *Qui Pluribus*, 9 de novembro de 1846, em Pio IX P. M. Acta, I, pp. 9-10; Pio X, Enc. *Singulares Quadam*, 24 de setembro de 1912, em AAS 4 (1912), p. 658; Pio XI, Enc. *Casti Connubij*, 31 de dezembro de 1930, em AAS 22 (1930), pp. 579-581; Pio XII, *Alocução Magnificate Dominum, ao Episcopado do Mundo Católico*, 2 de novembro de

1954, em AAS 46 (1954), pp. 671-672; João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*, 15 de maio de 1961, em AAS 53 (1961), p. 457.

[2] Cf. *Mt* 28,18-19.

[3] Cf. *Mt* 7,21.

[4] Cf. *Catechismus Romanus Concilii Tridentini*, p. II, c. VIII; Leão XIII, Enc. *Arcanum*, 10 de fevereiro de 1880, em *Acta Leonis XIII*, II (1881), p. 26-29; Pio XI, Enc. *Divini Illius Magistri*, 31 de dezembro de 1929, em AAS 22 (1930), p. 58-61; Enc. *Casti Connubii*, 31 de dezembro de 1930, em AAS 22 (1930), pp. 545-546; Pio XII, *Alocução à União Italiana Médico-Psicológica*, São Lucas, 12 de novembro de 1944, em "Discorsi e Radiomessaggi", *Alocução ao Congresso da União Católica Italiana das Parteiras*, 29 de outubro de 1951, em AAS 43 (1951), pp. 835-854; *Alocução ao Congresso do Sodalício Frente da Família e da Associação das famílias numerosas*, 28 de novembro de 1951, em AAS 43 (1951), pp. 857-859; *Alocução ao 7º Congresso da Sociedade Internacional de Hematologia*, 12 de setembro de 1958, em AAS 50 (1958), p. 734-735; João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*, 15 de maio de 1961, em AAS 53 (1961), pp. 446-447; *Codex Iuris Canonici*, can. 1067; 1068; § 1-2; Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Past. *Gaudium et Spes*, nn. 47-52.

[5] Cf. Paulo VI, *Alocução ao Sacro Colégio*, 23 de junho de 1964, em AAS 56 (1964), p. 588; *Alocução à Comissão para o Estudo dos Problemas da População, da Família e da Natalidade*, 27 de março de 1965, em AAS 57 (1965), p. 388; *Alocução ao Congresso Nacional da Sociedade Italiana de Obstetrícia e Ginecologia*, 29 de outubro de 1966, em AAS 59 (1966), p.1168.

[6] Cf. *1 Jo* 4, 8.

[7] Cf. *Ef* 3, 15.

[8] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 50.

[9] Cf. Santo Tomás de Aquino, *S. Theol.*, I-II, q. 94, a. 2.

[10] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, nn. 50 e 51.

[11] *Ibid.*, n. 49.

[12] Cf. Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, 31 de dezembro de 1930, em AAS 22 (1930), p. 560; Pio XII, em AAS 43 (1951), p. 853.

[13] Cf. João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*, em AAS 53 (1961), p. 449.

[14] Cf. *Catechismus Romanus Concilii Tridentini*, pág. II, c. VIII; Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, em AAS 22 (1930), pp. 562-564; Pio XII, *Discorsi e Radiomessaggi*, VI (1944), pp. 191-192; AAS 43 (1951), pp. 842-843; pp. 859-859; João XXIII, Enc. *Pacem in Terris*, 11 de abril de 1963, em AAS 55 (1963), pp. 259-260; *Gaudium et Spes*, n. 51.

[15] Cf. Pio XI, Enc. *Casti Connubii*, em AAS 22 (1930), p. 565; Decreto do *Santo Ofício*, 22 de fevereiro de 1940; em AAS 32 (1940); p. 73; Pio XII, AAS 43 (1951), pp. 843-844; AAS 50 (1958), pp. 734-935.

- [16] Cf. *Cathechismus Romanus Concilii Tridentini*, p. II, c. VIII; Pio XI, Enc. *Casti Connubij*, em AAS 22 (1930), pp. 559-561; Pio XII AAS 43 (1951), p. 843; AAS 50 (1958), pp. 734-735; João XXIII, Enc. *Mater et Magistra*, em AAS 53 (1961), p. 447.
- [17] Cf. Pio XII, *Alocução ao Congresso Nacional da União dos Juristas Católicos*, 6 de dezembro de 1953, em AAS 45 (1953), pp. 798-799.
- [18] Cf. *Rom* 3, 8.
- [19] Cf. Pio XII, *Alocução aos Participantes do Congresso de Associação Italiana de Urologia*, de 8 de outubro de 1953, em AAS 45 (1953), pp. 674-675; AAS (1958) pp. 734-735.
- [20] Cf. Pio XII, AAS 43 (1951), p. 846.
- [21] Cf. AAS 45 (1953), pp. 674-675; AAS 48 (1956), pp. 461-462.
- [22] Cf. *Lc* 2, 34.
- [23] Cf. Paulo VI, Enc. *Populorum Progressio*, 26 de março de 1967, n. 21.
- [24] Cf. *Rm*, cap. 8.
- [25] Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. *Inter Mirifica* sobre os Meios de Comunicação Social, nn. 6-7.
- [26] Cf. Enc. *Mater et Magistra*, em AAS 53 (1961), p. 447.
- [27] Cf. Enc. *Populorum Progressio*, nn. 48-55.
- [28] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 52.
- [29] Cf. AAS 43 (1951), p. 859.
- [30] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 51.
- [31] Cf. *Mt* 11, 30.
- [32] Cf. Const. Past. *Gaudium et Spes*, n. 48; Conc. Ecum. Vaticano II, *Lumen Gentium*, Const. Dogm., n. 35.
- [33] *Mt* 7, 14; Cf. *Hb* 12, 11.
- [34] Cf. *Tt* 2, 12.
- [35] Cf. *1 Cor* 7, 31.
- [36] Cf. *Rm* 5, 5.
- [37] *Ef* 5, 25; 28-29; 32-33.
- [38] Cf. Const. Dogm. *Lumen Gentium*, n. 35 e 41; Const. Past. *Gaudium et Spes*, nn. 48-49; Conc. Ecum. Vaticano II, Decr. *Apostolicam Actuositatem*, n. 11.
- [39] Cf. Const. Dogm. *Lumen Gentium*, n. 25.
- [40] Cf. *1 Cor* 1, 10.
- [41] Cf. *Jo* 3, 17.